ESG
Previ e Abrapp preparam 'selo' de boas práticas para balizar a política de investimentos de fundos, diz Chiumento C6



INÊS 249

Operação Integration
Justiça decreta prisão do cantor Gusttavo Lima em investigação sobre jogo ilegal e lavagem de dinheiro B5



Tecnologia
Copersucar usa inteligência artifical generativa para controlar acesso a dados, diz Larentis B7

Terça-feira, 24 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6094 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Crise escala e novos ataques de Israel matam quase 500 pessoas no Líbano

Oriente Médio Bombardeio aumentou a preocupação com uma ampliação do conflito na região e alimentou os temores de uma guerra aberta terrestre

Polina Ivanova e Malaika Kanaaneh Tapper
Financial Times, de Jerusalém e Beirute

Israel lançou ontem uma nova onda de ataques aéreos contra posições do grupo extremista libanês Hezbollah. Quase 500 pessoas morreram no dia mais sangrento no país em décadas, o que aproxima mais a região de uma guerra total. Aviões atingiram centenas de alvos em todo Líbano, incluindo subúrbios ao sul de Beirute. O Ministério da Saúde do país disse que 42 mulheres e 24 crianças estão entre os mortos. Outras 1.246 pessoas ficaram feridas.

O exército de Israel afirmou que atingiu cerca de 800 alvos do Hezbollah e que continuará a atacar prédios nos quais acredita que o grupo armazene armas, alertando os civis para que deixem os locais. O gabinete do premiê Benjamin Netanyahu aprovou "situação especial [de emergência]" em todo o país, o que dá mais liberdade às forças armadas para restringirem atividades civis, em antecipação à resposta do Hezbollah.

O bombardeio aumentou a preocupação com uma ampliação das hostilidades na região e também alimentou temores de que uma guerra aberta terrestre possa ser iminente. Segundo o contra-almirante Daniel Hagari, porta-voz das forças israelenses, o país seguirá "fazendo o que for necessário" para impedir que o Hezbollah consiga atacar o norte de Israel e permitir que os moradores locais retornem às suas casas.

Em resposta, o Hezbollah disse ter disparado dezenas de mísseis contra alvos no norte de Israel. E enfatizou que esses ataques "em defesa do Líbano e de seu povo" foram voltados a alvos militares. O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, aliado do grupo, afirmou que Israel tenta "arrastar" o seu país a uma guerra mais ampla.

As estradas do sul do Líbano ficaram lotadas de carros enquanto civis fugiam para o norte, em direção a Beirute, e escolas de todo o país foram transformadas em abrigos de emergência para os desalojados.

O Itamaraty procura retirar os brasileiros do Líbano, disse o assessor especial da Presidência, Celso Amorim. Para ele, "o risco é de uma guerra total." Em nota, o Ministério das Relações Exteriores disse que "deplora declarações de autoridades israelenses em favor de operações militares e da ocupação de parte do território libanês e expressa grave preocupação ante exortações do governo israelense para que civis libaneses evacuem suas residências naquelas regiões." **Página A15**

HUSSEIN MALLA/AP PHOTO



Fumaça se eleva sobre a cidade de Nabatia, no sul do Líbano, após bombardeio israelense; cresce o temor de um conflito generalizado na região

Incerteza fiscal leva juro futuro a atingir a máxima do ano

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

O aumento das incertezas em relação às contas públicas fez os juros futuros atingirem ontem a máxima do ano, a bolsa cair e o dólar avançar. Divulgado na sexta-feira, o relatório bimestral de receitas e despesas elevou a desconfiança em relação ao compromisso fiscal do governo, por ter reduzido a contenção de gastos que havia sido anunciada em julho, de R$ 15 bilhões para R$ 13,3 bilhões. A taxa dos contratos de juros futuros para janeiro de 2029 subiu de 12,31% para 12,475% ao ano. O dólar chegou a encostar nos R$ 5,60, mas encerrou o dia cotado a R$ 5,5344, em alta de 0,25%, enquanto o Ibovespa recuou 0,38%. Além da piora da percepção fiscal, há o impacto do início do ciclo de alta dos juros, com uma comunicação dura adotada pelo Banco Central na semana passada, quando a Selic foi elevada de 10,5% para 10,75% ao ano. **Página C1**

Presidente de arbitragem entre J&F e PE renuncia

Stella Fontes
De São Paulo

O presidente do tribunal arbitral que julga a disputa entre J&F Investimentos e Paper Excellence pelo controle da produtora de celulose Eldorado e outro árbitro que participava do caso renunciaram aos cargos. A notícia foi antecipado por "O Globo". Em cartas, Juan Fernández-Armesto, que presidia a arbitragem, e Paulo Mota Pinto afirmam que a decisão decorre de ameaças "frontais" da holding dos Batista. As renúncias não são as primeiras no caso e vêm após desdobramentos da batalha que se arrasta há mais de seis anos. No centro do novo episódio está o processo no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que há mais de um ano suspendeu a transferência de ações da Eldorado para a Paper. Procurada, a J&F não se manifestou sobre o assunto. **Página B4**

Em discurso na ONU, Lula falará sobre crise climática e guerras

Daniela Chiaretti e Naiara Bertão
De Nova York

Em seu pronunciamento hoje na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai tratar da crise climática, dos conflitos na Europa e no Oriente Médio e da urgência de reformas nos mecanismos multilaterais. A ambiguidade de seu discurso ambiental, porém, entre a intenção de dar ao Brasil protagonismo verde, mas disputar a exploração da última gota de petróleo, não escapará a análises mais críticas. Clima, guerras e reformas da ONU e dos organismos multilaterais "são temas inescapáveis", disse fonte do governo.

Ontem, Lula fez um discurso com críticas às Nações Unidas: "A ONU, que quando foi criada teve força para criar o Estado de Israel, não tem coragem de criar o Estado Palestino", afirmou. **Página A8**

Leilão da Rota dos Cristais deverá ser disputado por quatro grupos

Taís Hirata
De São Paulo

O leilão da Rota dos Cristais, concessão rodoviária que inclui o trecho da BR-040 entre Cristalina (GO) e Belo Horizonte, deve ser disputado por quatro grupos. A sessão pública da licitação está marcada para quinta-feira. Na entrega de propostas pelo lote, realizada ontem, estiveram presentes representantes da CCR, da francesa Vinci e da 4UM, que segundo fontes entrará em consórcio com o Opportunity. O BTG deve participar por meio de um Fundo de Investimento em Participações, apurou o **Valor**.

O contrato prevê investimento de R$ 6,6 bilhões em obras, além de R$ 4,7 bilhões em despesas operacionais ao longo do contrato de 30 anos. Entre as obras previstas estão 342 km de faixas adicionais e 61 km de vias marginais. **Página B2**

Destaque

Marçal nega rejeição elevada
Em sabatina realizada pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN, o candidato do PRTB à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal, negou que venha adotando uma postura menos agressiva na campanha para melhorar sua imagem, e colocou em dúvida os altos índices de rejeição à sua candidatura apontados nas pesquisas, em especial entre as eleitoras. **A12**

Indicadores

Ibovespa	23/set/24	-0,38 %	R$ 19,8 bi
Selic (meta)	23/set/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	23/set/24		10,50% ao ano
Dólar comercial (BC)	23/set/24		5,5440/5,5446
Dólar comercial (mercado)	23/set/24		5,5338/5,5344
Dólar turismo (mercado)	23/set/24		5,5691/5,7491
Euro comercial (BC)	23/set/24		6,1699/6,1711
Euro comercial (mercado)	23/set/24		6,1503/6,1509
Euro turismo (mercado)	23/set/24		6,2289/6,4089



RAFAEL DABUL/PEGN



Thais Ramos, do e-commerce De Benguela, que também tem lojas físicas em São Paulo e Curitiba, e faturou R$ 6,5 milhões em 2023

Fomento a novos negócios vira tema das eleições



"PEGN" e "Valor", de São Paulo

Ao lado de questões como transporte e educação, o estímulo ao empreendedorismo se tornou tema de campanha nesta eleição — o que motivou a série de reportagens, feitas em parceria com a revista "Pequenas Empresas & Grandes Negócios", iniciada nesta edição. A maioria dos empreendedores brasileiros tem aspecto em comum: o empreendedorismo por oportunidade, que preenche lacuna do mercado. É o caso de Thais Ramos, que importa cabelo natural para criar apliques e alongamentos para cabelos crespos. **Página A9**

INÊS 249

Crescer é muito perigoso?



Pedro Cafardo

Nas últimas semanas, vieram boas notícias na economia. O PIB cresceu mais do que o esperado no segundo trimestre: 1,4% em relação ao primeiro e 3,3% ante o mesmo período do ano passado. Houve deflação de 0,02% em agosto. A arrecadação federal teve um aumento real de 9,5% de janeiro a agosto. O consumo e os investimentos cresceram.

O PIB vai superar as expectativas do mercado neste ano, algo que ocorre desde 2020, quando se projetava recessão de 6,5% e ela foi de 3,3%. Em 2021, a expansão prevista era +3,4% e a efetivada foi +4,8%. Em 2022 estimava-se +0,3% e deu +3%. Em 2023 o esperado era +1,4% e deu +2,9%. No início deste ano previa-se +1,6% e caminhamos para +3%.

O pessimismo sobre o desempenho da economia predomina há anos. A citação de boas notícias vem sempre com a ressalva do "risco fiscal", do crescimento acima do potencial e da inflação. Por isso, o Banco Central aumentou a taxa de juros na semana passada, voltando a promover aperto monetário que deve reduzir o crescimento. Teve amplo apoio do mercado. Este colunista, abrindo espaço ao contraditório, fez uma pergunta provocativa a quatro economistas, todos do não mercado: "Crescer é perigoso?".

Superar a "inflaciofobia"

O professor Adalmir Marquetti, da PUC-RS, respondeu dizendo que a elevação da Selic em 0,25%, enquanto o Fed cortava a taxa nos EUA em 0,5%, revela que o crescimento aqui é, sim, percebido como perigoso, desencadeando uma "inflaciofobia".

Segue um extrato do que ele escreveu:

"O aumento dos juros, combinado com austeridade fiscal, é o remédio usado para mitigar essa fobia disseminada no setor financeiro e entre muitos economistas. O remédio é amargo e traz custos elevados. Para o governo, cada ponto percentual a mais na Selic tem custo adicional de R$ 30 bilhões/ano apenas com a dívida pública atrelada a essa taxa.

"Boas notícias são frequentemente transformadas em problemas, dado o descompasso entre o crescimento econômico e a redução do desemprego com a evolução do PIB potencial, indicador cuja taxa de crescimento ninguém conhece com precisão. Houve redução do custo do trabalho, a parcela salarial no PIB caiu de 58,12% em 2015 para 51,56% em 2023, bem como alta da rentabilidade do capital, o que abre espaço para maior crescimento.

"São necessárias mudanças institucionais que incentivem o investimento. A manutenção de taxas mais elevadas de crescimento depende do aumento do investimento produtivo. Contudo, uma Selic alta dificulta essa expansão ao estimular o investimento financeiro e elevar os gastos com juros. Há espaço para expandir o investimento produtivo sem descontrole inflacionário. Já passou da hora de superarmos a inflaciofobia."

Crescer é necessário

"Claro que não é perigoso", respondeu José Luis Oreiro, da UnB. "Pode até ser do ponto de vista das mudanças climáticas, mas isso é outra história." Em resumo, ele disse:

"Crescer é necessário para reduzir a pobreza e criar empregos de boa qualidade, de produtividade mais alta, no setor formal da economia. Esses empregos reduzem o impacto inflacionário do próprio crescimento. Sem crescimento não há investimentos. Empresas não investem porque confiam no governo ou no arcabouço fiscal do Haddad. Investem porque esperam vender mais no futuro se o país está crescendo e com isso vão ajustar o estoque de capital que elas têm ao estoque de capital que precisam. Sem crescimento não há elevação da arrecadação de impostos e ajuste fiscal. A despesas previdenciárias, principal gasto do governo, crescem cerca de 3% ao ano em média devido ao aumento vegetativo dos aposentados. Sem crescer vamos ficar espremendo despesas para conseguir manter as contas no azul ou em um déficit controlável."

Juro, poção "milagrosa"

Rosa Maria Marques, da PUC-SP, acha que para o "mercado" a resposta é "um sonoro 'sim', dado que tal crescimento não foi por ele previsto e, portanto, estaria fora de controle. Aliás, de seu controle". Um resumo do que ela escreveu:

"Para o 'mercado', haveria hoje um crescimento pleno de disfunções: no mínimo, do lado da oferta de trabalho e da capacidade de produção de alguns setores. Isso pressionaria os custos e elevaria a inflação. Sim, para o 'mercado', crescer é perigoso, tal como viver. O crescimento do investimento e a queda do desemprego, antes tidos como desejáveis, transformam-se no seu contrário e são entendidos como arautos de grandes turbulências, cujo resultado seria a perda de controle das contas públicas. Daí decorre defenderem a subida dos juros para inibir esse crescimento inesperado e nefasto.

"O curioso é que, independentemente do diagnóstico da situação econômica, a resposta é sempre a mesma: subir os juros. A teoria econômica dominante não explica mais nada da sociedade atual. Assim, a alta dos juros não se distingue das poções que prometem curar todos os males e não servem para nada a não ser matar o incauto que as tomam. Mas o aumento dos juros garante a expansão da rentabilidade dos detentores dos ativos de todos os tipos, principalmente da dívida pública, que ganham dinheiro sem gerar emprego e renda. A prescrição de um único 'remédio' é expressão do poder que esses proprietários exercem sobre os rumos da economia contemporânea. O que importa é manter seus lucros."

Sacrifício exagerado

"Perigosa é a atual política monetária, não o 'elevado' crescimento de 3%", respondeu Lauro Gonzalez, da FGV-SP. Ele observou que, "com o Fed baixando os juros, se nós só mantivéssemos a Selic atual (bastante elevada, de 6% reais), já seria o equivalente a uma alta dos juros por aqui".

Um extrato do que ele escreveu:

"A literatura econômica mostra situações nas quais uma taxa de crescimento elevada pode ser ruim: 1) Quando produz desequilíbrios no setor externo; 2) Quando gera aumento da inflação além do nível desejado. Não há desequilíbrios no setor externo — as reservas são elevadas e a balança comercial é superavitária. E a inflação está dentro do intervalo estabelecido para a meta, apesar de próxima do teto.

"A inflação se encontra em nível compatível com sua história recente. Abortar o crescimento por causa da inflação não parece se justificar. É positivo e desejável perseguir a meta de 3%, mas é dever da autoridade monetária fazer isso com o menor sacrifício possível de produto. Ademais, a meta, rigorosa para a realidade brasileira, demanda a adoção de agenda mais ampla. Além do equilíbrio fiscal, é preciso avançar na desindexação da economia e no aprimoramento da regulação do mercado de crédito. Este último se mostra uma máquina de produzir superendividados e o comprometimento de renda para pagamento de juros tende a dar vida curta ao 'elevadíssimo' crescimento de 3%, mais um voo de galinha. O ajuste fiscal precisa ser progressivo e não aumentar a desigualdade."

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Energia Ministro afirma também que acordo para barragem de Mariana está perto de ser concluído

Silveira vê decisão próxima para Margem Equatorial

Kariny Leal e Fábio Couto
Do Rio

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse esperar "com otimismo" uma decisão sobre o licenciamento de perfuração de um poço de petróleo na bacia da foz do Amazonas até o fim do ano, mas ressaltou que o desfecho sobre a exploração da Margem Equatorial não depende apenas do parecer dos órgãos ambientais.

Destacando que ainda não há previsão de reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) sobre o tema, o ministro afirmou que o debate no governo sobre a extensa área petrolífera entre o Amapá e o Rio Grande do Norte está perto do fim e se disse "convicto" de que a licença ambiental será emitida.

Silveira afirmou que apoia a Petrobras na elaboração de planos e estudos para cumprir exigências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em recurso contra a negativa à concessão da licença, em maio do ano passado. "Não abriremos mão do cumprimento mais que rigoroso das condicionantes para a Petrobras", disse Silveira, após participar da ROG.e (antiga Rio Oil & Gas).

Na mesma linha, a diretora de exploração e produção da Petrobras, Sylvia dos Anjos, disse que a estatal está "lutando" para conseguir a licença na Margem Equatorial antes que a produção do país comece a declinar. A executiva disse estar otimista sobre o avanço do tema: "A Petrobras tem investido em atender os pedidos do Ibama. Estamos confiantes de que fizemos tudo o que podíamos", afirmou.

Silveira disse também que está perto de ser concluído acordo que envolve novo valor de indenização, de R$ 167 bilhões, para cobrir todos os prejuízos causados pelo rompimento, em 2015, da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana (MG). Segundo ele, o governo está envolvido nas discussões de detalhes técnicos e jurídicos antes de anunciar os termos finais. O prazo do pagamento ainda vai ser discutido com as empresas envolvidas (Vale e BHP, sócias da Samarco, dona da barragem rompida) antes do anúncio, para que a reparação seja feita "no menor prazo possível", de acordo com o ministro. Ele não quis antecipar data para conclusão do acordo.

> "Reparação dos danos é necessária. Independentemente dos governos"
> *Alexandre Silveira*

Ao **Valor** a Vale afirmou que as negociações estão avançadas, a partir de propostas previamente apresentadas e divulgadas pelas partes e que espera chegar a um acordo final no processo de mediação no mês que vem. A Samarco afirmou em nota que segue empenhada na reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. "As negociações para repactuação do acordo seguem em andamento, sob sigilo, e a empresa confia que as partes chegarão a um consenso, em breve, dando caráter definitivo ao assunto", disse a Samarco. A BHP não respondeu até a conclusão desta edição.

Um outro aspecto é a criação de um modelo de governança para o pagamento das indenizações. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a Silveira e ao advogado-geral da União, Jorge Messias, que estabeleçam medidas de modo que a governança tenha caráter de política de Estado, e não de governo, segundo contou o próprio ministro de Minas e Energia.

"Governos passam, mas a reparação dos danos é necessária. Independentemente dos governos. Estamos discutindo a governança e a melhor aplicação desses recursos." Silveira reiterou críticas feitas ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema, de que o acordo firmado para indenização dos prejuízos causados pelo rompimento da barragem foi "açodado".

O acordo inicial, disse Silveira, envolve pagamento total da ordem de R$ 100 bilhões, divididos da seguinte forma: R$ 49 bilhões em "dinheiro novo", R$ 37 bilhões como quitações da Fundação Renova e R$ 14 bilhões em obrigações a fazer. Ao chegar ao total de R$ 167 bilhões, a parcela sob a rubrica "dinheiro novo" subiria para cerca de R$ 116 bilhões, segundo o ministro.

Silveira disse ainda que a decisão sobre uma possível adoção do horário de verão, extinto em 2019, será tomada "no momento adequado", com foco não apenas em evitar impactos tarifários, mas para "pensar" nos anos de 2025 e 2026. Ele afirmou que o horário de verão é uma medida "mais que pontual" e reiterou que não há risco de faltar energia elétrica, apesar da pior seca da história do país.

Curta

Horário de verão

Nota técnica do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) avalia que a adoção do horário de verão contribui para a maior eficiência do Sistema Interligado Nacional (SIN), em especial no atendimento à ponta de carga no horário noturno, período entre 18h e 20h, quando o sistema enfrenta a saída da geração solar centralizada e da Micro e Mini Geração Distribuída (MMGD) e do aumento da demanda por energia. Segundo o documento, apresentado ao Ministério das Minas e Energia, a aplicação do horário de verão "em cenários de afluências críticas poderá trazer uma redução de até 2,9% da demanda máxima" e traz "economia no custo da operação próxima a R$ 400 milhões" entre outubro e fevereiro.

"Ainda Estou Aqui" vai ao Oscar



DIVULGAÇÃO

Cena do filme "Ainda Estou Aqui", de Walter Salles, escolhido para representar o Brasil no Oscar 2025. A escolha foi comunicada nesta segunda-feira, 23, pela Academia Brasileira de Cinema. O longa, estrelado por Fernanda Torres e Selton Mello, é baseado no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva, publicado em 2015. Paiva narra a história de sua mãe, Eunice Paiva, após o desaparecimento do marido, o deputado Rubens Paiva, nas mãos da ditadura militar. O filme estreou no Festival de Veneza no início de setembro e comoveu a audiência, sendo aplaudido por dez minutos. "Ainda Estou Aqui" recebeu em Veneza a Osella de Ouro de melhor roteiro. O longa foi escolhido por unanimidade pela comissão de seleção da academia entre 12 obras inscritas para representar o país no Oscar, das quais cinco chegaram à fase final de seleção.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Conjuntura Boletim Macro projeta desaceleração no terceiro trimestre, mas ano deve terminar com expansão do PIB acima da inicialmente prevista

Ibre prevê acomodação da atividade após 2º tri de crescimento elevado

Marsílea Gombata
De São Paulo

Após crescimento surpreendente da economia do segundo trimestre e com um novo ciclo de alta de juros à frente, a atividade econômica deve ter acomodação, afirma o Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Depois de ter avançado 1,4% no segundo trimestre, em relação ao primeiro, e 3,3%, na comparação com o segundo trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) deve desacelerar no terceiro trimestre. A projeção do Boletim Macro é que a economia brasileira desacelere 0,1%, ante o trimestre anterior, o que significa uma alta de 3%, na comparação com o terceiro trimestre do ano passado.

"Tivemos superaceleração da atividade, e agora vamos ter alguma acomodação", afirma a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro. "É um crescimento baixo? Não, mas o segundo trimestre foi tão forte que dificilmente vamos repetir algo acima de 0,5%, na comparação com o trimestre anterior."

Na edição de setembro do Boletim, Matos e o economista Armando Castelar Pinheiro afirmam que o ano de 2024 terminará com crescimento bem mais elevado do que se esperava antes, próximo de 2,9%. Essa taxa, afirma, está "bem acima do potencial da economia brasileira", em torno de 2%, segundo estimativas do FGV Ibre.

"E [também está] com uma composição muito diferente da do ano passado, quando uma parcela relevante do crescimento foi relacionada à agropecuária e à indústria extrativa, que são setores exportadores", afirmam. "Neste ano, a demanda externa deve contribuir negativamente para o PIB. O grande destaque é a demanda doméstica, com um crescimento muito expressivo do consumo das famílias."

Na média, eles afirmam, o consumo das famílias avançou 2% por trimestre, o que representa um crescimento de 8% em termo anualizados.

Depois da divulgação dos dados sobre o PIB do segundo trimestre, as projeções para o crescimento da indústria e dos serviços no terceiro trimestre foram revistas para cima, assim como as expectativas para o consumo das famílias e os gastos do governo, "o que sugere continuidade no crescimento econômico ao longo do ano, ainda que em um ritmo mais moderado".

O documento lembra que, em julho, a indústria teve retração mensal de 1,4%, após crescimento expressivo de 4,3% em junho. O varejo restrito cresceu 0,6% em julho, quando o setor de serviços avançou 1,2%, puxado por serviços de informação e comunicação e serviços profissionais.

"A economia brasileira não desacelerou, a despeito da política [por trás] da taxa Selic ou mesmo com a piora das condições de juros de mercado. Tivemos um segundo trimestre que mostra um crescimento da demanda doméstica muito forte. Se excluíssemos agropecuária e indústria extrativa, teríamos um crescimento de 1,8%, na comparação com o primeiro trimestre, e não de 1,4%", diz Matos. "Este é um cenário muito diferente do do primeiro semestre de 2024."

Além do consumo das famílias, Matos argumenta que isso vem se traduzindo em impactos positivo, como recuperação do investimento.

"A prova do pudim, então, é acelerar a economia e, ao mesmo tempo, não se preocupar com a inflação. Por isso, o segundo semestre será muito importante em termos de atividade, para vermos a extensão desse ciclo. Não está claro", diz Matos. "O crescimento surpreendeu para cima, mas há questões que dificultam nossa análise, como políticas de subsídio, incentivo fiscal, reajuste do salário mínimo, transferência de renda. Além disso, temos um ano de eleição, que costuma antecipar gastos."

Em julho, o indicador de atividade econômica do FGV Ibre (IAE-FGV) de julho avançou 0,2%, ante junho, e 6,2%, na comparação com julho de 2023. As contribuições dos componentes cíclicos (mais sensíveis às oscilações das taxas de juros) e exógenos (pouco influenciados pela política monetária) foram de, respectivamente, 5,6 pontos percentuais e 0,6 ponto percentual, na comparação ano contra ano.

"Pelo lado da oferta, no início de trimestre, incorporamos os valores fortes que observamos para indústria de transformação em julho, via PIM-PF, e em agosto, via indicadores antecedentes como Anfavea, ABPO e Funcex. Aumentamos a expectativa para o crescimento da indústria de transformação para 3%, na variação interanual, ante 2% anteriormente", afirma o texto.

O Boletim Macro recalibrou ainda projeções no setor elétrico e espera agora crescimento interanual de 3,6%, ante queda de 1,5% prevista anteriormente. Para o setor industrial, a projeção passou de 2,4% para 3,3%, enquanto em serviços foram reajustas as previsões de para segmentos como outros serviços (de 1,5% para 2%), deixando a projeção do setor para o terceiro trimestre em alta de 3%.

Pela ótica da demanda, foram revistas as previsões de consumo das famílias e gastos do governo, que passaram para crescimento de 3,5% e 3%, respectivamente, no terceiro trimestre, ante o mesmo período do ano passado.

"A perspectiva em relação a gastos públicos é de acomodação no segundo semestre. Esperamos níveis bem mais próximos do que previsto pelo arcabouço", diz Matos.

"No primeiro semestre houve reais em uma magnitude muito elevada, por exemplo. Continuará havendo crescimento adiante, mas a um ritmo menor do que foi."

O cenário de juros mais altos, ela acrescenta, também deve pesar no desempenho da atividade adiante.

"Os juros de mercado já estavam subindo [antes da decisão do Copom em subir a Selic em 0,25 ponto percentual, na semana passada]. E agora o Banco Central fez essa mudança de direção", diz.

Matos e Castelar Pinheiro observam que, com a queda de juros nos Estados Unidos, países da América Latina devem se beneficiar, com destaque para o México, que tem passado por forte desaceleração na atividade.

"A perspectiva [no México] é de manutenção de corte de juros, contribuindo para um maior crescimento no ano que vem. Outros países da região também continuam com um movimento de sincronia com a política monetária americana", afirmam.

Eles acrescentam que, pelo comunicado do Copom sobre a decisão na semana passada, estão em aberto tanto o ritmo do ciclo de aperto quanto sua magnitude.

O boletim lembra, contudo, que a inflação permanece acima da meta de 3,5%, no primeiro trimestre de 2026, e alerta: "O cenário indica que elevar a Selic até 11,5% e voltar com ela para 10,5% até dezembro de 2025 não seria suficiente para trazer a inflação para a meta".

"A reação do Copom neste mês de setembro é uma resposta ao cenário inflacionário preocupante que temos pela frente. A postura do BC ajudará a conter a expansão da demanda e as expectativas de inflação, bem como na obtenção de projeções de inflação mais próximas da meta. Não é certo, porém, que o Banco Central elevará a Selic até o patamar rigorosamente necessário ao cumprimento do objetivo básico da política monetária", afirma José Julio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre, na seção do boletim sobre política monetária.

"Para que um dia isso se torne mais fácil, somente quando tivermos uma política fiscal compatível com a estabilidade de preços."

Mas Matos argumenta que, neste ano, será muito difícil um crescimento econômico que não seja "anabolizado por transferências e política fiscal muito expansionista".

"Diante de uma política fiscal que não consegue mudar de direção ou reduzir a intensidade, a única forma de ter inflação controlada é com aperto monetário", diz.

Na parte sobre inflação do boletim, o economista Andre Braz lembra que, apesar de leve queda do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em agosto (-0,02%), esse alívio não sinaliza uma tendência, pois em setembro os mesmos grupos pressionam a inflação devido a seca, queimadas e reajuste da tarifa de energia.

A perspectiva é que a inflação encerre o ano entre 4,4% e 4,9%, a depender do comportamento climático nos próximos meses, alerta Braz.

> "Postura do Banco Central ajudará a conter a expansão da demanda"
> *José Júlio Senna*

LEO PINHEIRO/VALOR



Silvia Matos: "O segundo trimestre foi tão forte que dificilmente vamos repetir algo acima de 0,5%"

Acomodação da atividade
Projeções - em %

	3º tri 2024 x 2º tri 2024	3º tri 2024 x 3º tri 2023	Em 2024
PIB	-0,1	3	2,9
Consumo das famílias	0,1	3,5	3,9
Consumo do governo	0,5	3	2,7
Investimento	-0,5	7	5,2
Exportação	1,1	5	5,2
Importação	-3,4	11,7	8,9
Agropecuária	-1	-0,9	-2,1
Indústria	0,3	3,3	3,3
Extrativa	3,7	3,6	3,2
Transformação	0,2	3	2,7
Eletricidade e outros	-0,7	3,6	6,1
Construção civil	-3,4	3,5	3,6
Serviços	0,2	3	3,1

Fonte: Boletim Macro - FGV Ibre.

Intenção de consumo recua pelo 3º mês seguido

Alessandra Saraiva
Do Rio

Pela terceira vez consecutiva, a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostrou queda. O ICF caiu 0,3% em setembro ante agosto, para 102,2 pontos. Na comparação com setembro do ano passado, o recuo foi mais forte, de 0,5% no indicador, informou ainda a instituição.

Uma piora nas avaliações sobre perspectiva profissional e de acesso a crédito por parte dos consumidores levou ao resultado, detalhou a CNC.

Dos sete tópicos usados para cálculo do ICF, seis apresentaram recuo em setembro ante agosto. São os casos das quedas em renda atual (-0,1%); nível de consumo atual (-0,4%); perspectiva profissional (-0,4%); perspectiva de consumo (-0,8%); acesso ao crédito (-1,3%) e momento para duráveis (-1%). Nessa comparação, apenas emprego atual mostrou alta (0,4%).

Na comparação com setembro do ano passado, no entanto, o ritmo de queda foi menos intenso, com recuos em dois tópicos: perspectiva profissional (-4,3%) e perspectiva de consumo (-3,5%). Os outros tiveram altas: emprego atual (1,5%); renda atual (5%); nível de consumo atual (2%), acesso ao crédito (0,6%) e momento para duráveis (3%).

"O saldo positivo do mercado de trabalho anima os consumidores no curto prazo, mas a cautela quanto ao futuro permanece", resumiu José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac.

Outro aspecto destacado pela CNC foi a questão do crédito. A maior pressão inflacionária e as incertezas fiscais afetaram o mercado de crédito, que se tornou mais restrito, informou ainda a confederação.

As famílias de maior renda foram as que mais contribuíram para o recuo do ICF, informou ainda a CNC. Nas famílias com renda mensal acima de dez salários mínimos, o ICF caiu 0,8%. Nas de menor renda mensal, inferior a dez salários mínimos, o ICF recuou 0,2%.

"Famílias com maiores salários estão mais cautelosas em relação ao emprego e ao consumo futuro, devido à maior seletividade no crédito e à piora na confiança empresarial", comentou Felipe Tavares, economista-chefe da CNC.

Outro fator destacado pela CNC no ICF de setembro foi o fato de que as mulheres, no mês, apresentaram maior ímpeto de consumo na comparação com os homens. Enquanto o ICF entre consumidores homens caiu 0,3%, o das mulheres subiu 1,6% em setembro ante agosto, detalhou a confederação.

Esse maior interesse em consumir pode ter relação a uma visão mais otimista com o emprego, informou ainda a CNC. O tópico que mede a satisfação com o emprego atual, dentro do ICF, avançou 3,3% para elas, ante aumento de 0,3% para eles.

Brasileiro está mais otimista com imagem do país

Marsílea Gombata
De São Paulo

A presidência do Brasil no G20 parece ter impactado positivamente a visão que os brasileiros têm do próprio país. A maioria está otimista quanto ao status do país como potência internacional, mostra pesquisa do Pew Research Center, com sede em Washington. Nela, 38% dizem que o Brasil acabará se tornando uma das nações mais poderosas do mundo, enquanto 23% afirmam que o país já está entre as maiores potências. Outros 34% dizem que o país nunca será uma potência global.

A pesquisa, divulgada nesta segunda-feira (23), mostra que a visão geral do brasileiro sobre a posição internacional de seu país é mais positiva do que era em 2017. Naquele ano, os brasileiros estavam mais pessimistas sobre a probabilidade de seu país se tornar uma potência: 48% diziam que o Brasil nunca alcançaria esse status, 31% afirmavam que o Brasil eventualmente seria um país poderoso, e 16% já o viam assim.

Os brasileiros também estão otimistas sobre temas domésticos. O percentual dos entrevistados que confiam em seu governo para fazer o que é certo para o país quase dobrou: de 23% em 2017 para 47% hoje. A parcela que se diz satisfeita com a democracia no Brasil também aumentou, de 28% para 44% no período, enquanto os que se dizem insatisfeitos foram de 67% para 54%. Na pesquisa feita em 2017, o Brasil estava imerso nas repercussões da repercussão da Operação Lava-Jato.

"Os brasileiros são geralmente otimistas sobre o status de seu país no mundo. E, de maneira geral, a opinião brasileira sobre seu sistema político é um pouco mais pessimista", diz Moira Fagan, pesquisadora associada do Pew Research Center.

Ainda que 59% dos brasileiros digam que a democracia representativa é uma boa forma de governo, uma parcela importante vê alguns sistemas não democráticos também como bons. Quatro em cada dez consideram o regime militar boa forma de governo, enquanto três em cada dez veem como positivas a tecnocracia (governo de especialistas) ou a autocracia (de um líder forte).

Dentre os entrevistados, aqueles com opiniões favoráveis a Lula chegam a 48%, enquanto os que têm opiniões desfavoráveis somam 49%. Já o ex-presidente Jair Bolsonaro é visto de forma favorável por 40% e de forma desfavorável por 58%.

A visão de países da região também se mostra, de modo geral, positiva em relação ao Brasil. Na pesquisa, que entrevistou residentes de seis países do continente americano (Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, México, Peru), 52% têm opinião favorável sobre o Brasil, enquanto 28% possuem uma opinião desfavorável. As opiniões sobre o Brasil são mais positivas entre adultos mais jovens no Chile, na Colômbia, no México, no Peru e nos EUA.

Quando questionados sobre a influência do Brasil no mundo nos últimos anos, 49% nos seis países pesquisados afirmam que ela permaneceu praticamente a mesma. A influência do Brasil diminuiu nos últimos anos para 22%, enquanto 13% acreditam que aumentou.

Foram entrevistadas 3.600 pessoas nos EUA, entre 1º e 7 de abril, 5.180 na Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru, entre 22 de janeiro e 27 de abril, e 1.054 brasileiros, de 26 de janeiro a 11 de março.

INÊS 249

Contas públicas Crescimento do grupo acima de 90 anos é duas vezes maior que a média; cenário aponta necessidade de nova reforma, dizem especialistas

‘Superidosos’ lideram avanço de beneficiários da Previdência Social

Edna Simão e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O número de aposentados e pensionistas com mais de 90 anos no país está crescendo numa velocidade quase duas vezes maior do que o total de beneficiários da Previdência. Enquanto o grupo de pessoas com idade acima dos 90 anos teve um aumento médio de 6,3% ao ano durante o período de 2013 e 2023, o total apurou alta de 2,2%. A situação também chama atenção quando se trata de beneficiários com mais de 80 anos, cujo a expansão média foi de 3,9% ao ano.

Os dados constam de levantamento feito pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Rogério Nagamine com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) Anual. O diagnóstico considera os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que agrega principalmente os trabalhadores da iniciativa privada, e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que abrange servidores públicos dos governos federal, estaduais e municipais.

Em 2013, o país contabilizava 23,4 milhões beneficiários de aposentadoria e pensão por morte. Segundo estimativas de Nagamine, o número saltou para 29 milhões em 2023, uma alta de 23,7% no período ou uma média anual de 2,2%. Os grupos que mais cresceram foram justamente os que englobam beneficiários a partir de 80 anos.

Os aposentados e pensionistas de 80 anos ou mais passaram de 2,9 milhões, em 2013, para 4,3 milhões, em 2023, conforme estimativa amostral, o que dá uma variação média de 3,9% ao ano. Com isso, a participação do grupo do total saiu de 12,6% para 14,9% no período. Já no contingente com 90 ou mais foi constatado uma elevação de 416 mil para 769 mil, o que corresponde um acréscimo médio ao ano de 6,3%.

A baiana Maria José dos Santos de Araújo faz parte do grupo dos 90 mais. Com 95 anos, a dona de casa nunca contribuiu para a Previdência Social e, portanto, vive de pensão desde a morte do marido, Valdino Pinto de Araújo, há 12 anos. Seu Dudu, como era mais conhecido, começou a trabalhar cedo como mestre de obras para sustentar os 12 filhos. Ele se aposentou aos 55 anos recebeu até os 83 anos, quando faleceu.

Bem-humorada, a pensionista defende um aumento do seu benefício pois quer ter condições de vida melhor. "Com o salário mínimo está difícil viver pois gasto quase tudo com remédios. Seria bom que aumentasse porque quero viver muitos anos mais", brincou dona Maria, moradora de Lauro de Freitas, município localizado na região metropolitana de Salvador.

O levantamento aponta que o rápido envelhecimento da população vai demandar nova reforma das regras de aposentadoria no curto ou médio prazo. Isso porque a contribuição de beneficiários, como a de seu Dudu, não são suficientes para bancar um período tão longo de aposentadoria, e posteriormente, de pensão por morte.

Para Nagamine, o que mais surpreendente nos dados é justamente o aumento acelerado da proporção de beneficiários da previdência com mais de 80 anos e 90 anos em relação ao total. Esse comportamento vai impactar diretamente na duração dos benefícios, o que por sua vez, será mais uma pressão nos gastos. Além disso, também será motivo de pressão adicional para o sistema de saúde. "Não é surpresa que a população está envelhecendo. O que chama atenção é que está sendo mais rápido do que se imaginava", explicou.

O professor sênior da FEA/USP Hélio Zylberstajn também afirma que o envelhecimento da população já era esperado, mas o que tem surpreendido é a velocidade.

"Os países da Europa levaram dezenas de anos e aqui foi muito rápido. Isso torna mais aguda a questão da Previdência Social, porque temos cada vez mais aposentáveis e esses aposentáveis vivem cada vez mais. Então, a gente vai gastar mais. Na outra ponta, temos cada vez menos jovens, menos pessoas para contribuir para o sistema. O destino desse sistema é inevitavelmente um desequilíbrio", afirmou o professor, que é também coordenador do Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O economista Paulo Tafner, presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), afirma que o aumento da quantidade de aposentados "superidosos" vai demandar novos parâmetros para estimar o tempo de duração dos benefícios.

"O fato de termos um crescimento espantoso de superidosos [acima de 80 anos] mostra uma capacidade espantosa de aumento de qualidade de vida da população brasileira e sinaliza que teremos que adotar novos parâmetros para estimar o tempo de duração dos benefícios", explicou. "Por consequência, o déficit [da Previdência Social] vai crescer", completou.

Diante desse cenário, é inevitável uma discussão de uma nova reforma da Previdência para manter a sustentabilidade do sistema no longo prazo. O pesquisador do Ipea defende a necessidade de mudanças nas regras para aposentadoria pelo MEI (Microempreendedor Individual) e a previdência rural. Ele ressalta, por exemplo, que a idade mínima de 55 anos para aposentadoria da mulher na área rural é muito precoce.

> "A demografia envelhece a Previdência; o STF a apodrece"
> *Paulo Tafner*

Nagamine também sugere mecanismo automático de ajustamento da idade mínima conforme o aumento da expectativa de vida das pessoas. Uma nova reforma também deveria mexer nas regras de aposentadoria dos militares e dos professores e exigir que Estados e municípios sigam as mesmas regras de aposentadoria aplicadas pela União. Num cenário otimista, o governo poderia retomar o assunto em 2027, primeiro ano de mandato do próximo governo.

Já Zylberstajn afirma que a próxima reforma da Previdência precisa ser estrutural, ou seja, mexer em todo o funcionamento do sistema, e não apenas nos parâmetros para obtenção das aposentadorias e pensões. Isso porque, na visão do professor, o sistema atual, de repartição — em que as contribuições à Previdência bancam as aposentadorias e pensões — está "condenado ao fracasso".

O professor da USP defende a proposta da Fipe, baseada em quatro pilares: criação de uma renda básica para o idoso, que seria paga a todas as pessoas, independentemente de contribuição à Previdência; uma camada de repartição que repusesse a renda média do brasileiro para quem contribuiu à Previdência; um terceiro pilar que seria o atual fundo de garantia; e um quarto pilar de capitalização voluntário. O sistema valeria para todos, inclusive servidores públicos e militares.

"O Brasil gasta 13% do PIB com benefícios da Previdência [em todas as esferas]. Isso é um nível equivalente ao da Alemanha, dos países escandinavos, que já envelheceram e que são países ricos. E nós ainda somos um país pobre", afirmou Zylberstajn.

O economista e relações institucionais da Polo Capital, Arnaldo Lima, acrescenta que a expansão da população idosa em uma velocidade maior do que a população em idade ativa e o aumento da expectativa de sobrevida em todas as idades pressionarão a necessidade de financiamento da Previdência duplamente.

"Teremos um menor contingente de contribuintes pagando por um número crescente de beneficiários e por mais tempo. Ou seja, esse desequilíbrio atuarial fará com que o valor médio do benefício se aproxime cada vez mais do salário mínimo, assim como acarretará em um déficit per capita cada vez maior", disse Lima, acrescentando que, o INSS está se tornando uma proteção social de renda mínima, caso não sejam feitos novos aperfeiçoamentos na legislação previdenciária. Atualmente, cerca de 60% dos benefícios já são iguais ao piso.

Tafner criticou o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) estar com maioria formada para derrubar alguns pontos da reforma da Previdência de 2019 aplicado aos servidores públicos, o que pode agravar o déficit dos regimes, numa situação que contrasta com o crescimento do tempo que as pessoas ficam aposentadas. "A demografia envelhece a Previdência; o STF a apodrece."

Mais sobre o quadro fiscal na página A7

ARQUIVO PESSOAL



Maria José dos Santos de Araújo, 95 anos, vive da pensão deixada pelo marido, que morreu 12 anos atrás

Impacto da longevidade
Número de aposentados e pensionistas com mais de 90 anos dispara

	2013	2023*	Variação (%)
0 a 59 anos	6.158.653	5.277.736	-14,3
60 a 69 anos	8.392.317	10.878.950	29,6
70 a 79 anos	5.926.628	8.499.640	43,4
80 a 89 anos	2.525.824	3.548.742	40,5
90 a 99 anos	386.790	735.896	90,3
100 anos ou mais	29.091	32.633	12,2
Total	**23.419.312**	**28.973.598**	**23,7**

Fonte: Levantamento do pesquisador do IPEA, Rogério Nagamine. * dados preliminares estimados com base nos dados da Pnad Continua Anual de 2013 e 2023

Equipe econômica nega afrouxamento em ajuste fiscal

Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Estevão Taiar
De Brasília

A equipe econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou ontem que a liberação de R$ 1,7 bilhão em gastos para os ministérios seja um afrouxamento da política de ajuste fiscal. A avaliação diverge da análise realizada por economistas após a divulgação, na sexta-feira (20), do quarto Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do Orçamento.

Na sexta-feira, governo reduziu de R$ 15 bilhões para R$ 13,3 bilhões a contenção de gastos. Também diminuiu a projeção de déficit primário para este ano, que passou de R$ 28,8 bilhões, estimados em julho, para um rombo de R$ 28,3 bilhões, uma sobra de R$ 400 milhões em relação ao limite inferior da meta.

Em entrevista coletiva, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que as projeções trazidas no relatório são conservadoras e que será possível chegar ao fim do ano cumprindo a meta fiscal "sem criatividade ou artifício".

"Estamos acompanhando com cuidado o desenvolvimento das receitas e despesas. [Fizemos] ajustes em várias frentes, garantindo que a gente chegue de agora até o fim do ano com regularidade, sem nenhum tipo de criatividade, sem nenhum tipo de artifício diferente do que as regras legais do país nos determinam."

Ele mencionou a nova projeção de receitas para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que passou para R$ 847 milhões, ante a previsão inicial do começo do ano de arrecadar R$ 55 bilhões, e a redução em R$ 3,5 bilhões na estimativa com concessões e permissões em relação ao relatório de julho. Estas eram duas rubricas apontadas como superestimadas pelos especialistas.

Por outro lado, a equipe econômica revisou de 2,54% para 3,21% a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o que ajuda a elevar as receitas previstas de forma geral. Além disso, incluiu no relatório R$ 18,3 bilhões em novas receitas para compensar a desoneração da folha de pagamento.

A receita com a apropriação de recursos esquecidos nos bancos (R$ 8,6 bilhões) não foi incluída. Uma falha no projeto aprovado pelo Congresso não trouxe todos os códigos bancários necessários para o governo fazer a apropriação desses recursos, e a solução está sendo estudada, o que pode incluir edição de medida provisória.

A equipe econômica defende que esses recursos sejam contabilizados na meta de resultado primário. Mas o Banco Central (BC) já afirmou, em nota técnica, que esses recursos são receitas financeiras e que, portanto, não entram para o cômputo da meta. Diante do imbróglio, o valor não entrou no relatório, assim como não constou a expectativa de arrecadação com atualização dos valores dos bens imóveis, devido à dificuldade de previsão.

Pelo lado das despesas, o governo reduziu de R$ 9,06 bilhões para R$ 6,8 bilhões a economia estimada com ações relacionadas à Previdência neste ano. Houve uma redução de R$ 1,9 bilhão da economia esperada com o Atestmed (concessão de auxílio doença por análise digital, sem passar por perícia médica) e de R$ 300 milhões na economia projetada com o pente-fino dos benefícios por incapacidade.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, disse que novas alterações nas projeções poderão ser feitas no quinto Relatório Bimestral, a ser divulgado em novembro, se for necessário. Porém, ele também reafirmou que os números trazidos são críveis.

Guimarães lembrou que a equipe econômica manteve a existência do faseamento da execução das despesas. Ou seja, os recursos disponíveis dos ministérios serão liberados aos poucos, a fim de que haja espaço para bloquear ou contingenciar em novembro, se houver necessidade. É como se fosse uma segunda camada de contenção de gastos. Atualmente, há R$ 40 bilhões retidos por esse faseamento, e o novo decreto atualizando esse valor será liberado até o fim do mês.

Ainda durante a entrevista coletiva, Guimarães voltou a descartar mudança na meta fiscal deste ano. "Não seria nem viável uma alteração de meta após o último Bimestral, ou muito próximo disso", comentou. Segundo o secretário, uma mudança na meta de déficit zero "iria contra a nossa racionalidade", ao citar o trabalho que a equipe econômica tem feito ao longo do ano.

O número 2 do Ministério do Planejamento também reforçou o discurso de que o governo mira na meta zero, apesar de, na prática, a equipe econômica mirar no limite inferior da banda de primário para contingenciar ou descontingenciar recursos. Como houve uma folga de R$ 400 milhões na meta de primário, considerando a banda, os recursos foram descontingenciados, o que gerou críticas de especialistas, que apontam que o Orçamento ainda conta com receitas incertas até o fim do ano.

Outra crítica de economistas foi feita em relação às despesas fora da meta de primário, que cresceram R$ 11,7 bilhões, chegando a R$ 40,5 bilhões. Sobre isso, Guimarães afirmou que "há zelo e preocupação com valores que ficam fora da meta", mas não apresentou soluções para um problema que tem se repetido ano após ano.

"Os números apresentados podem ser considerados negativos como retrato da situação fiscal e para a credibilidade das projeções. Foi preciso encontrar elevado volume de receitas não recorrentes para praticamente evitar cortes de despesas discricionárias em busca do cumprimento da meta de primário, mesmo com obrigatórias crescendo", avalia Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, em relatório a clientes.

WASHINGTON COSTA/MF



Dario Durigan: será possível chegar ao fim do ano cumprindo a meta fiscal "sem criatividade ou artifício"

INÊS 249

Contas públicas Ex-secretário do Orçamento afirma que pauta é 'inescapável' e defende que governo enfrente a questão logo após eleições municipais

Salvação do arcabouço passa por rever gastos obrigatórios, diz Bijos

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Lu Aiko Otta
De Brasília

Para garantir sustentabilidade ao arcabouço fiscal e à trajetória da dívida pública, o governo vai ter que rever o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias, avalia Paulo Bijos, atual consultor legislativo na Câmara dos Deputados e ex-secretário de Orçamento Federal. Segundo ele, não há outra saída, e o ideal é que a equipe econômica enfrente essa questão já após as eleições municipais deste ano.

"Esse é o cenário tecnicamente ideal. No médio prazo, essa será um pauta inescapável", diz Bijos, que ficou no comando da SOF do início do mandato do presidente Lula a julho deste ano.

Em relação ao quarto relatório bimestral de receitas e despesas, divulgado na última sexta-feira, considerou que não houve afrouxamento fiscal com a liberação de R$ 1,7 bilhão de despesas. Para ele, foi importante a manutenção do faseamento da execução orçamentária, que limita o empenho de despesas nos próximos meses — permitindo, assim, novos contingenciamentos, se necessário.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Alguns especialistas apontaram que, ao descontingenciar R$ 3,8 bilhões no último relatório bimestral, houve afrouxamento fiscal. Como o senhor avalia?*

Paulo Bijos: Entendo que não houve afrouxamento, até porque o governo vai manter o faseamento, o que é significativo, já que há cerca de R$ 40 bilhões hoje faseados, então isso é um dado positivo, dá lastro para o discurso do governo, já que permite outros contingenciamentos até o fim do ano, caso necessário, pois impede que os ministérios gastem tudo e, depois, não tenham como cortar. É uma precaução importante, uma estratégia conservadora que foi mantida, reafirmando o compromisso com a meta fiscal.

Valor: *Do ponto de vista da meta, o governo tem mirado o limite inferior da banda, e não o déficit zero. Não é uma mensagem ruim?*

Bijos: É a regra do jogo. O arcabouço permite uma banda de flutuação que vai sendo considerada bimestralmente. Pensando no cenário ideal, se todas as medidas de arrecadação viessem na magnitude esperada, essa era a intenção [mirar no centro da meta], mas receita é variável, nem sempre sob controle, ao contrário da despesa.

Valor: *É factível cumprir as metas neste e nos próximos anos?*

Bijos: A macroeconomia tem apresentado um bom desempenho, com inflação sob controle e desemprego em baixa. De outro lado, o desafio fiscal persiste, e isso é reconhecido pelo governo. Existe um nó fiscal a ser desatado, mas há um compromisso com boas trajetórias de resultado do primário. Mas, no médio e longo prazos, o desafio não é só o cumprimento da meta, e sim a expectativa de qualidade. Para que haja sustentabilidade, em algum momento vai ser preciso rever o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias. É um processo que evolui por etapas e, passada a eleição municipal, será o momento de discutir essa agenda estruturalmente. Controlando o ritmo de crescimento da obrigatória, a despesa vai cair em proporção ao PIB.

Valor: *Das discussões estruturais colocadas, como revisão de pisos e mudança indexações, qual a mais fundamental a ser feita?*

Bijos: O que mais se aproxima de uma bala de prata é a desindexação combinada com a desvinculação. Temos, por exemplo, quatro despesas obrigatórias vinculadas ao salário mínimo. Do lado das vinculações [à receita], temos os pisos de saúde, educação e emendas. O Brasil tem feito reformas nas últimas décadas, mas uma reforma fiscal estrutural, dessa forma, é aguardada há décadas.

Valor: *Mas é possível do ponto de vista político?*

Bijos: Tecnicamente, o ideal seria uma ampla desindexação e desvinculação, ou discutir um ganho real das despesas mais moderado, mas politicamente claro que nem tudo se realiza da noite pro dia, é natural que façam-se escolhas. Talvez começar pela discussão [de mudar o crescimento] do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pois há uma lógica em relação aos benefícios, sempre se compara com a aposentadoria e ao salário mínimo, o que dialoga com a qualidade do gasto público.

Valor: *É possível esperar o próximo governo para fazer essa reforma?*

Bijos: O ideal é que essa discussão ganhe tração pós-eleições municipais, especialmente em 2025. Esse é o cenário tecnicamente ideal. No médio prazo, essa será um pauta inescapável.

Valor: *Mas qual é o limite temporal? Sem nenhuma mudança, o arcabouço dura até quando?*

> "O que mais se aproxima de uma bala de prata é a desindexação combinada com a desvinculação"



GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Paulo Bijos: "Controlando o ritmo de crescimento da obrigatória, a despesa vai cair em proporção ao PIB"

Bijos: O cenário de inércia não é positivo e isso já foi demonstrado por estudos do Tesouro, já que haveria um achatamento forte de discricionárias, e isso está contratado e não é muito distante.

Valor: *Avalia que uma nova reforma ampla da Previdência será necessária?*

Bijos: Uma das marcas do século XXI será o envelhecimento populacional, e todos os especialistas em Previdência já apontam para uma necessidade de tratar isso nas finanças públicas. Há um desafio previdenciário e terá de ser equacionado, e a indexação é um agravante deste processo. O ideal é tratar as duas frentes.

Valor: *O governo tem utilizado créditos extraordinários em vez de utilizar o Orçamento, principalmente no caso de calamidades e, agora, com a emergência climática. Não é uma saída ruim?*

Bijos: Para casos de calamidade, já está reconhecido que é permitido abrir crédito extraordinário. Claro que há um desafio contratado com a emergência climática, o que só reforça a necessidade de controle das obrigatórias, já que novos gastos terão de ser acomodados.

Valor: *Qual sua avaliação sobre a proposta de Orçamento de 2025? Ela é mais consistente quando comparado ao de 2024?*

Bijos: O lado mais positivo, a meu ver, foi o fato de ter iniciado a abordagem da orçamentação de médio prazo [com previsões de despesas para 2026]. A ideia é que isso seja expandido aos poucos até chegar no horizonte de quatro anos, porque justamente é com esse tipo de exercício de antevisão que vai ser possível enxergar com mais clareza os desafios de achatamento institucionais. E, para mim, o grande desafio é, justamente, conseguir tracionar a agenda de redução do gasto para que ela evolua para uma segunda etapa mais estrutural.

Valor: *Mas é preciso fazer essa revisão das obrigatórias para produzir efeitos já em 2025?*

Bijos: É o momento de tracionar a discussão a ponto de ter algum direcionamento mais claro. Pelo menos um plano de voo, para poder ser dito que o arcabouço vai ser sustentável.

Valor: *Será possível alcançar a meta de superávit de 0,25% do PIB em 2026?*

Bijos: Para ser crível, realmente vai ser fundamental que essa revisão estrutural do gasto aconteça em 2025. Pelo menos que haja um encaminhamento claro que demonstre por A mais B que isso vai ser fatível.

Valor: *E há ainda o problema dos precatórios, que em 2027 passam a contar integralmente para a meta fiscal. O que fazer?*

Bijos: Seria positivo se, no próximo 15 de abril [data de envio do novo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias], a discussão dos precatórios entrasse naquele anexo de revisão de gastos. O anexo começou com Previdência e Proago e a ideia é expandir esse conjunto de despesas. Pra mim, precatório seria bem interessante que entrasse, com aquela lógica de olhar para um horizonte de quatro anos e comparar duas curvas, uma se nada for feito e a curva com as medidas propostas.

Valor: *A dívida bruta do governo está crescendo, apesar da melhora no primário. Como o senhor avalia e como enfrentar esse problema?*

Bijos: Essa é uma questão realmente fundamental, porque trajetória da dívida pública é o indicador mais olhado por analistas e investidores. Porque, em última instância, indica a solvência do Estado. Vai ser um grande mérito do governo entregar o resultado [fiscal] em 2024 etc. Mas, quando a gente dilata o horizonte temporal, para ter sustentabilidade, seja para o arcabouço, seja para a trajetória da dívida, vai ser fundamental pivotar a trajetória das despesas obrigatórias.

Valor: *Então não tem saída?*

Bijos: Não tem.

Haddad vê Brasil mais perto do grau de investimento

Naiara Bertão
De Nova York

Após se reunir com representantes das agências de risco internacionais S&P e Moody's em Nova York, nesta segunda-feira (23), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reiterou diversas vezes que o governo está trabalhando para colocar as contas públicas em ordem e que, conforme consta no quarto relatório bimestral de receitas e despesas divulgado na sexta-feira (20), as despesas "estão absolutamente dentro da regra do arcabouço fiscal", o que é um ponto a favor do Brasil na reconquista pelo grau de investimento .

"Na minha opinião, evidentemente, cabe às agências de risco definir, mas os prognósticos da equipe técnica da Fazenda são muito bons. E isso nos deixaria, não sei se em todas, mas em pelo menos uma das agências de risco a um passo do grau de investimento", disse o ministro.

A expectativa é que Haddad se junte ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva também em uma reunião com o presidente da agência Fitch Ratings, Paul Taylor, na terça-feira (24).

Lula já havia questionado o ministro sobre o cronograma do Ministério da Fazenda para conseguir novamente o grau de investimento e quais eram as perspectivas para que isso aconteça. Segundo o ministro, a expectativa do presidente é conseguir atingir o maior patamar de risco de crédito até o fim de seu mandato. "Eu disse para ele que nós aguardávamos uma nova rodada de aumento da nota para o ano que vem", comentou o ministro.

A Standard & Poor's foi a primeira agência a retirar do Brasil o selo de grau de investimento, em 2015, durante a crise do governo Dilma Rousseff — a mesma agência foi a precursora em conceder o status de lugar seguro para os investidores, em 2008, no segundo mandato de Lula.

"A convicção que eu tenho, ouvindo tudo o que ouvi, é que nós estamos no caminho. E vamos tentar acelerar o passo o mais rápido possível", disse Haddad.

O ministro lembrou que o país é credor internacional e tem US$ 100 bilhões de superávit comercial, além de ser um dos principais destinos dos investimentos dos estrangeiros. "O Brasil está sendo procurado por todos os países, pelos fundos soberanos, para apresentar seus investimentos, do PAC, da transformação ecológica, da reindustrialização", pontuou.

Apesar da confiança em que as políticas implementadas para resolver o rombo fiscal e a melhora da economia brasileira são pesos relevantes para a reconquista da nota de crédito, o ministro ponderou que as agências de classificação de risco não costumam subir dois degraus de notas de um ano para o outro, e sim de forma gradual.

"Mas há uma dinâmica. Você não muda a chave da situação herdada para a situação almejada de um dia para o outro."

Ele reiterou que cabe às agências de risco definir as notas de crédito, mas, disse que, em sua opinião, os prognósticos da equipe técnica da Fazenda "são muito bons". "E isso nos deixaria, não sei se em todas, mas em pelo menos uma das agências de risco, a um passo do grau de investimento", afirmou.



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Fernando Haddad: Brasil está bem posicionado para economia de baixo carbono

Haddad citou que, em 2021, o país estava três degraus abaixo do grau de investimento. Na análise da Moody's, a atual nota de crédito do Brasil é "Ba2" e, conforme relatório de maio da agência, se baseia na força fiscal "ainda relativamente fraca" do país, tendo em vista o elevado nível de endividamento "e sua fraca capacidade de pagamento da dívida", que permanece sensível a "choques econômicos ou financeiros". No caso da S&P, em dezembro do ano passado, a agência elevou a nota de crédito soberana do país de 'BB-' para 'BB', com perspectiva estável.

"Nós explicamos o resultado fiscal do ano passado, em virtude dos calotes que foram praticados durante o período eleitoral, mas já estavam pagos, e que o comportamento das despesas e das receitas estão condizentes com o arcabouço fiscal", disse Haddad.

As questões relacionadas ao arcabouço fiscal e o plano do governo para equilibrar gastos e receitas dominaram boa parte da conversa com as agências. A reunião com cada agência durou cerca de uma hora.

O rating é um dos fatores observados na análise de investimentos de fundos globais, e, em alguns casos, há fundos que, por regulamento, não podem direcionar recursos para países que não sejam grau de investimento. Para atrair investimentos para o Plano de Transformação Ecológica do governo e outros projetos, este ainda é um obstáculo segundo especialistas.

O Plano de Transformação Ecológica foi apresentado por Haddad a investidores estrangeiros em uma mesa-redonda organizada pelo think tank Milken Institute em Nova York

"As pessoas se animam porque a gente está muito na fronteira desses assuntos [ambientais e de sustentabilidade]", comentou o ministro. E acrescentou que ouviu de alguns investidores que é preciso fazer uma diversificação geográfica na cesta de ativos, o que dá ao Brasil, uma oportunidade de chamar a atenção. "Se você vai dividir os seus jogos em várias cestas, um deles falou, a cesta brasileira se apresenta como uma das melhores", diz.

Haddad destacou que houve perguntas sobre se teria oportunidades para o setor privado, que ele respondeu que praticamente todo o Plano de Transformação Ecológica implica parcerias privadas e públicas. "Não há investimentos públicos puros nesse plano. Até o investimento em ciência e inovação está sendo feito com o setor privado."

Mas ressalva que a atratividade de investimento ainda é um processo, citando a complexa geopolítica como um dos pontos que preocupam investidores na hora de alocar capital.

Particularmente sobre o Brasil, Haddad explicou que foi questionado se virá, em breve, o grau de investimento. Ele concordou quando questionado se é ainda uma barreira para a atração de investimento.

Na apresentação, o ministro sublinhou como o Brasil está bem posicionado para uma economia de baixo carbono, contando com uma abundante oferta de energia renovável e uma infraestrutura robusta e integrada em todo o território nacional.

Além disso, também comentou sobre as reservas significativas de minerais críticos, essenciais para a transição energética, e uma vasta extensão de terras disponíveis para a produção de alimentos e matéria-prima para energia, sem a necessidade de desmatamento. A rica biodiversidade e um parque industrial diversificado, com setores consolidados como o de aço, química e automotivo, foram outros pontos apresentados.

Haddad também elencou aos estrangeiros as medidas legislativas já aprovadas, como Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão (que aguarda sanção presidencial), o Mover, com mais de R$ 100 bilhões de investimentos, Combustíveis do futuro e a reforma tributária que, segundo ele, traz diversos elementos de sustentabilidade, como os critérios para os fundos de desenvolvimento, IPVA verde, partilha de tributos e imposto seletivo.

Mais sobre o Brasil na ONU na página A8

INÊS 249

Relações externas Presidente deve falar sobre crise climática, conflitos e reforma nas finanças globais

Ambiguidade ambiental deve expor discurso de Lula na Assembleia Geral da ONU a críticas

Daniela Chiaretti e Naiara Bertão
De Nova York

RICARDO STUCKERT/PR



Lula em Nova York com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen: tentativas de fazer avançar a conclusão do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul

A crise climática, os conflitos na Europa e no Oriente Médio e a urgência de reformas nos mecanismos multilaterais estarão no centro do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta terça-feira, na sede das Nações Unidas, em Nova York. A ambiguidade de seu discurso ambiental, contudo, entre a intenção de dar ao Brasil protagonismo verde mas disputar simultaneamente a exploração da última gota de petróleo, não escapará às análises mais críticas.

Lula, como de praxe, será o primeiro líder a falar logo depois do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, e do presidente da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Philémon Yang.

Clima, guerras e reformas da ONU e dos mecanismos multilaterais "são temas inescapáveis", disse uma fonte do governo ao **Valor**. O Brasil sofre os impactos de uma seca sem precedentes e incêndios em todo o território. Em maio, viveu o drama da inundação no Rio Grande do Sul.

Diante dos efeitos dos extremos climáticos no país, espera-se que Lula cobre as responsabilidades dos países industrializados na crise global, reforçando o atraso em cumprirem a promessa de destinarem US$ 100 bilhões ao ano, a partir de 2020, ao mundo em desenvolvimento. Essa meta só foi cumprida em 2022, com dois anos de atraso e com quase 70% do total em empréstimos.

O brasileiro teve ontem três reuniões bilaterais — com o chanceler alemão, Olaf Scholz, com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e com o primeiro-ministro do Haiti, Garry Conille.

Com a Alemanha deu continuidade aos diálogos de novembro passado, em Berlim, de cooperação em energias renováveis e hidrogênio. Com Ursula von der Leyen falou sobre como avançar na conclusão do acordo entre a União Europeia e o Mercosul. Com Garry Conille comprometeu-se em ajudar o Haiti e mobilizar outras potências a fazerem o mesmo.

O maior desconforto dos compromissos de Lula em Nova York, até agora, aconteceu com um encontro que foi mantido fora da agenda oficial — a reunião com o presidente global da petrolífera britânica Shell, Wael Sawan, e o presidente da Shell Brasil, Cristiano Pinto da Costa.

O encontro, antecipado pela BBC Brasil, durou uma hora e aconteceu ontem de manhã na residência do representante permanente do Brasil na ONU, o embaixador Sérgio França Danese, onde Lula e a primeira-dama, Rosângela Janja da Silva, estão hospedados. Assessores da Presidência disseram à BBC terem sido instruídos a não noticiar a reunião.

Cristiano Pinto da Costa disse ao **Valor**, no início do mês, que a Shell vai estudar a possibilidade de explorar áreas de petróleo na Margem Equatorial, especialmente na bacia da foz do Amazonas caso o governo decida avançar na região petrolífera que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte.

Outro ponto importante da agenda de Lula hoje nas Nações Unidas será um evento organizado pelo presidente brasileiro com o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez. "Não será um encontro de lideranças de esquerda, mas de defesa da democracia e combate aos extremismos", disse uma fonte do governo.

Devem comparecer líderes como Justin Trudeau (Canadá), Gabriel Boric (Barbados), Gustavo Petro (Colômbia), Emmanuel Macron (França) e Charles Michel (presidente do Conselho Europeu). Os EUA, contudo, devem mandar um funcionário de segundo escalão, o vice-secretário de Estado Kurt Campbell, segundo com informações da "Folha de S.Paulo".

> Incidente com Serviço Secreto dos EUA levou presidente a desistir de evento

A reunião "Em defesa da democracia: lutando contra o extremismo" é importante na agenda do presidente brasileiro em Nova York. Lula teria convidado Joe Biden com um telefonema em julho.

Na noite desta segunda-feira houve um estranhamento entre Lula e seguranças de Joe Biden no evento promovido pela fundação do ex-presidente americano Bill Clinton. Biden teria confirmado a presença no último momento, o que ampliou a segurança no local com a chegada de agentes do Serviço Secreto americano. Com a chegada dos brasileiros, alguns membros da delegação não poderiam entrar. Houve quebra de protocolo, com exigência de revistar ministros e embaixadores. Lula teria se irritado e cancelou a participação.

Lula seguiu, então, para evento da fundação Bill e Melinda Gates. Ali participou de uma espécie de talk-show com Bill Gates e recebeu um prêmio pela sua luta contra a pobreza e a fome.

O presidente foi bem crítico em vários momentos de sua fala com relação à alta concentração de riqueza no mundo e destacou a falta de acesso do pobre a instâncias de reivindicações. "Não é possível uma pessoa sozinha ter mais dinheiro que o Brasil, com 200 milhões de habitantes."

Em tom bastante crítico, ele disse que falta efetividade nas decisões da ONU, seguindo a mesma linha do discurso do domingo (22), já em Nova York.

"O mundo está desgovernado, ninguém respeita ninguém. A ONU tinha 51 países-sócios [em sua fundação em 1945], agora são 193. Mais de 140 não participaram da criação da ONU. Teve força para criar o Estado de Israel, mas a ONU não tem coragem de criar o Estado palestino", afirmou e foi imediatamente muito aplaudido pelas centenas de pessoas presentes no auditório.

E continuou dizendo que os conflitos geopolíticos atuais, como a guerra da Rússia contra a Ucrânia e a ocupação de Israel em Gaza, poderiam ter sido evitadas "se a ONU cumprisse com sua tarefa de ser potência mundial".

Um dos últimos eventos da agenda de Lula em Nova York, antes da volta ao Brasil, será na quarta-feira, ao abrir a segunda reunião de ministros das Relações Exteriores do G20, na sede da ONU. Será a primeira vez na história que as maiores economias do mundo irão se pronunciar, de forma conjunta, por reformas no sistema multilateral.

Pará promete operação recorde de R$ 1 bilhão em créditos de carbono

De São Paulo

O governador do Pará, Helder Barbalho, deve anunciar nesta terça-feira, 24, uma operação de venda de créditos de carbono no valor de R$ 1 bilhão, durante o evento Casa Amazônia Nova York. Se confirmada, a operação é a maior do gênero já registrada.

Serão 12 milhões de toneladas de carbono comercializadas a US$ 15 por tonelada.

A Casa Amazônia é evento visa valorizar as características do modelo sustentável de manejo do território e de seus produtos, de maneira a ressaltar a riqueza cultural da Amazônia.

Segundo Helder, os recursos estarão vinculados a uma estratégia de distribuição, com parte deles destinadas à sociedade, o que inclui povos indígenas, quilombolas e extrativistas e integrantes da agricultura familiar.

A parte que caberá ao Pará será obrigatoriamente vinculada à continuidade da política de redução de emissões de gases de efeito estufa. "Essa é uma agenda extraordinária, será a maior venda de créditos de carbono da história. Temos o sonho de fazer com que a floresta viva possa valer do que a floresta morta precisa virar a chave e se transformar em realidade efetiva no momento em que a floresta ganhe valor", disse Barbalho.

Estados gastam só metade de verba de fundo de segurança

Mariana Assis
De Brasília

Entre 2019 e 2023, os Estados e o Distrito Federal executaram apenas um pouco mais da metade — 51% — dos repasses feitos pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. De um total de R$ 4,47 bilhões repassados nesse período para diversos projetos de segurança pública, os entes federados executaram somente R$ 2,28 bilhões.

Quando se considera apenas o eixo de combate a mortes violentas em ações de prevenção de criminalidade e fomento à defesa social, o fundo repassou R$ 3,5 bilhões. Os governos só gastaram R$ 1,9 bilhão (56%) em ações como investimentos em aquisição de câmeras corporais e implementação da nova carteira de identidade civil, por exemplo.

Nos dois primeiros anos de vigência do fundo (2019 e 2020), as execuções pelos Estados desses recursos destinados apenas ao combate à criminalidade atingiram quase 100% dos repasses. Mas, a partir do ano seguinte, houve queda considerável: 70,9% em 2021; 41,8% em 2022; e somente 9,3% no ano passado. Os últimos dados disponíveis são de 2023, já que o recurso é sempre pago aos Estados ao fim de cada ano.

Esses e outros dados sobre a aplicação das verbas do fundo constam na plataforma "Segurança Transparente", que será lançada nesta terça-feira (24) pela pasta da Justiça e aos quais o **Valor** obteve acesso. Ela terá cinco etapas de implementação.

Na avaliação de técnicos da Justiça, a baixa execução financeira desses recursos pode ser explicada por desafios enfrentados nos Estados, como a falta de um roteiro para a execução dos repasses e até dificuldade em diferenciar quais verbas vêm do Tesouro Nacional e quais do próprio Fundo.

Especialistas ouvidos pelo **Valor**, no entanto, esperavam maior execução dos recursos, embora apontem que a dificuldade dos entes federativos em executar a verba seja antiga. Instituído em 2001, o fundo só começou a receber recursos em 2019, com valores anuais fixados para cada Estado.

Algumas medidas vêm sendo tomadas para compreender quais são a dificuldades que os Estados enfrentam. Em abril deste ano, foi criada a Rede Interfederativa do Fundo, que faz encontros mensais com as equipes técnicas dos Estados com o intuito de orientá-los em casos de dúvidas. E, em maio, uma portaria ampliou as hipóteses de uso da verba além de ter incluído o combate ao crime organizado e crimes patrimoniais.

Também foram editadas algumas portarias para desfazer amarras que foram sendo identificadas com o diálogo mais intenso e próximo com os Estados. A expectativa, segundo Camila Pintarelli, diretora do Fundo Nacional de Segurança Pública, é de que os recursos sejam mais executados. Ela também informa que o valor liquidado pelo Estados em 2024 até agora mostra que esses gastos devem ser superiores ao ano passado.

"Em uma época em que segurança pública acaba virando o alvo de fake news, precisamos colocar instrumentos que o cidadão possa conferir se o prefeito da cidade dele está falando a verdade. Se ele tem acesso a como cobrar melhor os governantes dele", diz a diretora a respeito da nova plataforma.

Na avaliação de Úrsula Dias Peres, professora de políticas públicas da Escola de Artes, Ciência e Humanidades da USP, há problemas "gravíssimos" na segurança e, mesmo assim, os Estados não têm conseguido executar a verba a contento. Ela aponta que a nova lei de licitações trouxe maior dificuldade aos Estados, além da pandemia da covid-19. "Temos que repensar tudo para não acontecer esse tipo de coisa", destaca.

Já Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, comemora a iniciativa da plataforma e avalia que ela pode ajudar a entender se o Fundo tem conseguido ou não induzir políticas mais complexas nos Estados para além do financiamento tradicional. "A prática vai levando sempre para um lugar de financiar equipamentos, estruturas mais básicas, mais do que projetos complexos como estruturas de investigação de homicídios mais complexas, de crime organizado, de controle de armas", complementa.

Na primeira etapa de implantação da plataforma serão disponibilizados dados da modalidade chamada "fundo a fundo", transferência direta de 50% do aporte financeiro do FNSP aos Fundos Estaduais ou Distritais de Segurança Pública.

Na modalidade fundo a fundo, entre 2019 a 2023, no eixo de melhora da melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública, por exemplo, houve o repasse de R$ 766,1 milhões, dos quais foram executados apenas 37%. Entre outros eixos temáticos, o de enfrentamento à violência contra mulher foi introduzido em 2023 em razão de uma legislação. Foi executado até o momento pouco mais de 1% dos R$ 100,9 milhões repassados pelo fundo. Segundo especialistas , apesar do pouco tempo de vigência desse repasse específico, é necessária mais agilidade para a execução dos recursos.

Eleições Verbo ‘empreender’ aparece nos programas de governo dos principais candidatos à prefeitura, com exceção de Datena

Fomento a novos negócios vira tema de campanha em SP



Carina Brito, Paulo Gratão e Murillo Camarotto
"PEGN" e **Valor**, de São Paulo

Os desafios para os prefeitos de grandes cidades são abundantes e crescentes. Soluções para as questões de trânsito, saúde, educação, transporte público, enchentes, habitação e segurança costumam estar no topo das atribuições de quem administra um município ou pretende chegar lá. Na corrida municipal deste ano o estímulo ao empreendedorismo surgiu como tema de campanhas, sobretudo em São Paulo. E motivou a série de reportagens feitas em parceria com a "PEGN", iniciada nesta edição. Na capital paulista, as micro e pequenas empresas responderam por 55% dos postos de trabalho formais criados na cidade no primeiro semestre deste ano, de acordo com o Sebrae.

Dois postulantes apresentam-se como empreendedores entre os mais bem colocados nas pesquisas para a Prefeitura de São Paulo: Pablo Marçal (PRTB) e Ricardo Nunes (MDB). O verbo "empreender" e suas variantes aparecem 19 vezes no caderno de propostas de Marçal, que detalha os principais compromissos para os pequenos negócios. Em seguida aparece a candidata do PSB, Tabata Amaral, com 17 menções. Nunes, atual prefeito, fala 15 vezes de empreendedorismo em seu programa, contra 8 da candidata do Novo, Marina Helena. Guilherme Boulos, do Psol, faz cinco citações, enquanto José Luiz Datena, do PSDB, ignora o tema (ver página A10).

Mas, afinal, do que os candidatos estão falando quando se referem ao empreendedorismo? O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) define "empreender" como "qualquer tentativa de criação (assim como a criação efetiva) de um novo negócio, ter um negócio, formal ou informal, individualmente ou não, como autônomo ou como empresa; ou ainda expandir um empreendimento já existente".

Com a entrada do termo no vocabulário político-eleitoral, Nelson Hervey Costa, diretor-superintendente do Sebrae-SP, explica como as políticas públicas nessa esfera podem impulsionar o empreendedorismo. Costa observa que a compra pública é uma ferramenta poderosa de que as prefeituras dispõem para apoiar os empreendedores.

Uma das novidades para as eleições deste ano é o reforço à importância do fomento à criação de ecossistemas inovadores nas cidades. Costa também diz que muitas startups podem oferecer soluções úteis para as gestões municipais, desde ferramentas para mapear áreas de recapeamento até a organização de filas no sistema de saúde.

O perfil mais recente do empreendedor no Brasil foi traçado pela pesquisa GEM 2023, conduzida pela Associação Nacional de Estudos e Pesquisas em Empreendedorismo (Anegepe), em parceria com o Sebrae. Homem preto ou pardo, de 35 a 44 anos, com ensino médio completo e renda mensal entre 3 e 6 salários mínimos. Este é o retrato mais presente, embora não hegemônico, entre os 42,2 milhões de empreendedores de negócios de todos os tamanhos.

> "Se o poder público oferecesse mentoria gratuita, ajudaria muitos negócios"
> *Dariane Fraga*

As proporções de homens e mulheres à frente de negócios iniciais (com até 3,5 anos de operação) oscilaram ao longo dos anos. De 2020 para cá, contudo, houve uma queda nos negócios femininos que estão começando no mercado. Em 2019, a divisão era igualitária; quatro anos depois, os homens chegaram a 59,8%, e as mulheres, a 40,2%. Considerando todas as empresas atuais, os homens são 61,7%, e as mulheres, 38,3%.

"A queda coincide com a pandemia. As mulheres tiveram de se dedicar mais aos cuidados das famílias em casa e deixaram de lado seus negócios", analisa Simara Greco, coordenadora do GEM Brasil. "Elas assumiram a dupla jornada, inclusive cuidando de pessoas doentes e que ainda sofrem com sequelas [da covid-19]. Isso também respinga nas oportunidades de trabalho e impacta o empreendedorismo", complementa Luciana Padovez Cualheta, professora de empreendedorismo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-Eaesp).

Há, no entanto, ao menos dois dados positivos: o empreendedorismo por oportunidade, aquele aberto quando a pessoa identifica uma chance de ganhar dinheiro no mercado, passou de 49,6% em 2020 para 61,4% no ano passado. Além disso, a curva de empreendimentos estabelecidos está em alta: em 2023, chegou a 11,9%, no terceiro ano consecutivo de expansão.

"Mostra que as pessoas estão olhando o cliente como uma oportunidade, e não apenas reagindo ao desemprego ou à baixa condição socioeconômica", afirma Greco. "Se considerarmos o desenvolvimento econômico nacional, o empreendedorismo por necessidade não gera grandes impactos — garante no máximo a sobrevivência da própria família. O empreendedor por oportunidade tende a inovar e gerar mais empregos e renda para a comunidade."

Os setores de preferência para empreender são alimentação e estética, higiene e perfumaria. "Esses negócios têm alta demanda e exigem pouca qualificação se comparados a outros segmentos. Empreendedores com baixa escolaridade e renda, que representam boa parte da população, buscam essas áreas. No grupo com ganhos de mais de 3,5 salários mínimos, identificamos empreendimentos mais sofisticados, como construção, comunicação, computação e jurídico", analisa Greco.

Se, por um lado, no setor de alimentação há iniciativas complexas, como restaurantes com processos bem implantados e chefs renomados, por outro existe o indivíduo que começa a preparar doces ou marmitas dentro de casa. "A pessoa vende aquilo que já faz no seu dia a dia, sem ter formação na área", aponta Greco.

Da mesma maneira, no setor de beleza, muitas pessoas já fazem a própria unha e o cabelo ou podem se qualificar rapidamente e prestar esse tipo de serviço. O segmento é uma aposta do público feminino: a maioria se concentra em apenas seis atividades econômicas, sendo 23,5% em estética, beleza, higiene e perfumaria.

Aumento dos custos (insumos, mercadorias, combustíveis, aluguel e energia) é a maior dificuldade para os empreendedores, segundo a pesquisa Pulso Pequenos Negócios 2024, do Sebrae. Em seguida, está a falta de clientes, citada por 24%. Dívidas com empréstimos, em terceiro lugar, é um desafio para 10% dos respondentes.

"Hoje existem boas iniciativas de educação ou para financiar empreendedores, mas falta conhecimento da pessoa para entender a importância de aprender sobre capital de giro, por exemplo", aponta Dariane Fraga, professora da FIA Business School. "Se o poder público oferecesse mentoria gratuita, de forma mais próxima aos empreendedores, ajudaria muitos negócios a não quebrar."

Em parceria com:



Perfil do empreendedor brasileiro

Homens são 61,7% do total; 44,8% têm ensino médio completo

Características sociodemográficas

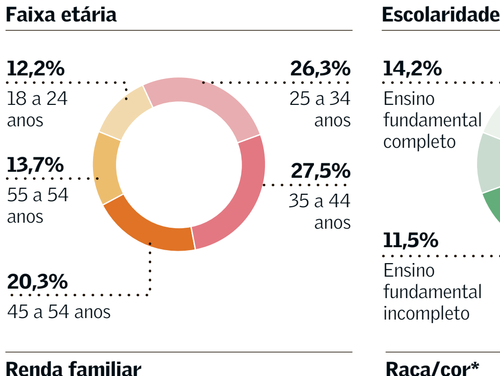
Sexo

Geral: 42,2 milhões*

- 61,7% Masculino
- 38,3% Feminino

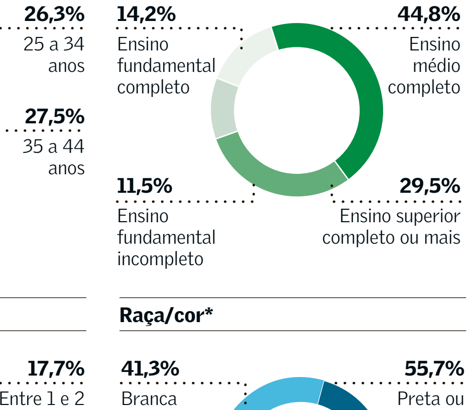
*Empreendedores com negócios múltiplos são contados individualmente em diferentes estágios; no total de empreendedores, contudo, eles são contados apenas uma vez

Faixa etária



- 12,2% 18 a 24 anos
- 26,3% 25 a 34 anos
- 27,5% 35 a 44 anos
- 20,3% 45 a 54 anos
- 13,7% 55 a 54 anos

Escolaridade



- 14,2% Ensino fundamental completo
- 44,8% Ensino médio completo
- 29,5% Ensino superior completo ou mais
- 11,5% Ensino fundamental incompleto

Renda familiar

- 12,9% Até 1 salário mínimo
- 17,7% Entre 1 e 2 salários mínimos
- 17,3% Entre 2 e 3 salários mínimos
- 31,5% Entre 3 e 6 salários mínimos
- 20,6% mais de 6 salários mínimos

Raça/cor*

- 41,3% Branca
- 55,7% Preta ou parda
- 3,1% Outra

Fonte: Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2023. *Arredondamento das casas decimais para cima fez as porcentagens somarem 100,1%

Maioria dos negócios preenche lacuna do mercado

"PEGN", de São Paulo

A maioria dos empreendedores brasileiros — 61,4% deles em 2023 — tem um aspecto em comum: o empreendedorismo por oportunidade. São pessoas que resolvem uma lacuna do mercado.

É o caso da paulistana Thais Ramos, 39 anos. Ao fazer sua transição capilar — processo que vai da interrupção do alisamento dos fios à recuperação total do cabelo natural —, não encontrou no Brasil apliques e extensões para fios crespos. Em 2016, ao lado do companheiro, Alvaro Galeano, investiu R$ 50 mil para importar cabelo natural e fundar o e-commerce De Benguela.

A matéria-prima vem dos Estados Unidos e é transformada em diferentes tipos de alongamento no Brasil. "No caso da pessoa que raspou o cabelo, temos uma 'lace' que imita o couro cabeludo. Para quem fez relaxamento, oferecemos mechas para preenchimento."

Em 2020, a empresa passou a oferecer também itens cosméticos. Atualmente, a De Benguela tem lojas físicas em Curitiba (PR) e São Paulo (SP). A empresa faturou R$ 6,5 milhões em 2023 e pretende chegar a R$ 8 milhões neste ano.

Maria Eduarda Camargo, 28 anos, iniciou a marca de calcinhas absorventes Pantys para auxiliar mulheres que, assim como ela, sentiam desconforto ao usar absorventes tradicionais. "O mercado de menstruação e higiene íntima tinha ficado parado no tempo", afirma Camargo, que fundou a empresa ao lado da tia, Emily Ewell.

Desde agosto de 2017, a empresa já lançou 34 linhas de produto, incluindo calcinhas estampadas, cuecas boxer para homens trans, sutiãs para amamentação e vestuário para incontinência urinária. Produz cerca de 70 mil itens por mês.

A marca tem três lojas físicas — duas na capital paulista e uma em São Roque, no interior do Estado. Atualmente, 10% das vendas vêm dessas unidades, 70%, do e-commerce e 20%, de varejistas como Farm, Amaro e Raia Drogasil.

Desde 2021, oferece entregas internacionais no e-commerce. "Também vendemos nas lojas Galeries Lafayette, em Paris [França], e De Bijenkorf, em Amsterdam e Rotterdam [Holanda]", diz Camargo. A startup começou a dar lucro seis meses após a fundação e cresceu com capital próprio.

O baiano Paulo Barros, 64 anos, apostou no franchising para expandir seus negócios. Ele é dono de sete franquias da Casa do Construtor, de aluguel de equipamentos para construção civil, na região de Feira de Santana (BA).

Barros iniciou sua trajetória empreendedora, em 1984, com uma padaria. Sete anos depois, criou uma loja de variedades. Em 2014, comprou a primeira franquia da Casa do Construtor, por R$ 600 mil, com recursos próprios. "Era um dos segmentos mais promissores da economia."

Depois de repassar o negócio de variedades e abrir a segunda franquia, também com capital próprio, Barros fez um empréstimo de R$ 400 mil em 2017 para investir em uma terceira unidade. Foi a única vez que precisou recorrer a crédito. "Não foi uma boa experiência", afirma.

O maior desafio, porém, veio em 2020. O empreendedor teve covid-19 e ficou internado com 75% do pulmão comprometido. "Controlava o financeiro na cama do hospital, quase quebramos", relembra. Hoje, emprega 80 pessoas e deve terminar o ano com faturamento de R$ 12 milhões.

Eduardo Vieira, 44 anos, lançou-se na atual empreitada, a Pipoca da USP, por uma urgência familiar. Seu pai, Luiz da Silvia, tinha um carrinho de pipocas na Universidade de São Paulo. Em 2017, quando Silva descobriu um câncer, Vieira deixou a oficina mecânica que administrava para assumir o pequeno empreendimento. O pai morreu no ano seguinte, aos 71 anos.

Hoje, Vieira toca o ponto de venda, que tem ponto fixo no bairro do Jaguaré (zona oeste de São Paulo), com a ajuda da esposa, Cintia Pereira, 40 anos. O negócio foi formalizado como microempreendedor individual (MEI). Além da pipoca simples e da tradicional com provolone, vende o quitute com essência de coco e mais 12 sabores gourmet.

O plano é inaugurar um salão físico no final de novembro. "O dinheiro é curto e estamos reformando aos poucos. Quero receber meus clientes com mais conforto", afirma Vieira.

TOMÁS ARTHUZZI/PEGN



Maria Eduarda Camargo e Emily Ewell: Pantys produz 70 mil itens por mês

RAFAEL DABU/PEGN



Thais Ramos e Alvaro Galeano, da De Benguela: investimento de R$ 50 mil para importar cabelo natural e fundar empresa

INÊS 249

Eleições Tema é pouco abordado pelos candidatos e, em sua maioria, vem associado a assistência social

Para especialistas, propostas são insuficientes



Murillo Camarotto
De São Paulo

O tema do empreendedorismo não costuma estar entre as prioridades dos candidatos em eleições municipais. Mesmo quando aparecem, as propostas raramente atacam aquilo que especialistas apontam como os principais gargalos do setor: a baixíssima capacidade de gestão e de produtividade das micro e pequenas empresas. Na maioria dos planos de governo, o empreendedorismo surge mais associado a pautas de assistência social e de capacitação do que a desenvolvimento econômico. Em São Paulo não é muito diferente.

Entre os candidatos mais bem colocados nas pesquisas para a prefeitura paulistana, o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), e Pablo Marçal (PRTB) são os que se apresentam como empreendedores e empresários e gastam mais espaço com o tema.

Nunes aborda o empreendedorismo já no texto de abertura do seu programa de governo. "Como empreendedor, compreendi a importância da geração de oportunidades de emprego e renda na dignificação da vida das pessoas e no progresso social. Porém, também experimentei em primeira mão as dificuldades que os empreendedores enfrentam pela excessiva regulação, carga tributária, insegurança jurídica, acesso a financiamento e disponibilidade de mão de obra qualificada", diz Nunes.

À exceção do tucano José Luiz Datena, todos os demais candidatos em São Paulo apresentaram um capítulo específico para tratar do empreendedorismo, porém o nível de detalhamento dos compromissos varia.

DIVULGAÇÃO



Nelson Hervey Costa: "Além do incentivo à compra pública, é preciso ensinar o empreendedor a vender para o governo"

No capítulo em que trata especificamente do assunto, Nunes diz que a sua gestão reduziu de 100 dias para 17 horas o tempo necessário para a abertura de empresas na cidade. Ele também destaca a criação de espaços de "coworking" públicos, a oferta de crédito de até R$ 45 mil para 390 empresas e os quase 10 milhões de atendimentos nos Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cate).

Para um eventual segundo mandato, contudo, os compromissos de Nunes são mais vagos, quase todos mencionando apenas a continuidade das políticas atuais. Uma vez mais, ele fala da criação de uma estrutura física para a oferta de serviços de trabalho, emprego, empreendedorismo e qualificação profissional.

Já Marçal propõe o uso de um banco de dados público para mapear "regiões de oportunidade" e, então, utilizar a estrutura das subprefeituras para promover a conexão entre investidores, empreendedores e sociedade civil.

"Assim, o setor público, em parceria com as comunidades locais e a iniciativa privada, atuará na criação e na execução de programas de capacitação e de orientação para gestão de negócios, fomentando o empreendedorismo de acordo com a realidade de cada região", diz um trecho do programa do PRTB.

O candidato do Psol, Guilherme Boulos, vai por um caminho parecido ao de Nunes, com o programa batizado de "Centro de Oportunidades". A ideia do candidato do Psol é um espaço para oferecer aos jovens formação profissional em economia digital, programação, design, inteligência artificial, gastronomia, meio ambiente, moda e turismo. "Este será um dos programas estruturantes de valorização da economia criativa urbana, além de oferecer suporte ao empreendedorismo e à geração de renda", explica o plano do candidato.

"O ambiente ainda precisa se adaptar para absorver inovação"
Mauro Oddo

Pesquisador e coordenador de Cadeias Produtivas de Micro e Pequenas Empresas do Ipea, Mauro Oddo lembra que as abordagens ideológicas prejudicam o empreendedorismo. Segundo ele, enquanto a esquerda de certa forma "demoniza" o segmento, a direita vende para pessoas que sobrevivem da própria força de trabalho a ideia de que são empresárias e que vivem do "capital".

Por essa razão, as principais propostas para o empreendedorismo quase sempre estão associadas ao assistencialismo ou ao incentivo para startups. "Precisa requalificar o empreendedor que está aí. O ambiente ainda precisa se adaptar para absorver inovação. Não adianta falar em inteligência artificial quando o microempresário não sabe nem usar o Excel", explicou Oddo.

Principal proposta de Tabata Amaral (PSB), o "SP Empreendedor" é mais concentrado em crédito. Pequenos empreendedores individuais poderão receber empréstimos de R$ 500 a R$ 5 mil com taxas subsidiadas pela prefeitura. Pelas regras divulgadas, a obtenção do crédito estará vinculada à participação em programas de capacitação em gestão financeira e a elaboração de planos de negócios.

A candidata do Novo, Marina Helena, promete o "Poupatempo Digital do Empreendedor", plataforma que reuniria os serviços necessários para os pequenos negócios. Ela também se compromete a lançar o "Procon do Empreendedor", órgão para defender empresários contra "eventuais arbitrariedades" do poder público. Ela ainda sinaliza a criação de regulação simplificada para o lançamento de startups.

Apesar de não usar o termo "empreendedorismo", José Luiz Datena fala em seu programa em dar incentivos para que startups e empresas "fomentem a inovação" na capital paulista.

O plano de Tabata margeia o que o pesquisador do Ipea vê como um caminho interessante. "O financiamento ao empreendedorismo deve mirar a melhoria do processo produtivo. Quando uma birosca compra um palitador de batata, isso aumenta a produtividade, é disso que estamos falando", reforçou Oddo.

Além dos capítulos específicos, os candidatos tratam de empreendedorismo em ações previstas para vários eixos temáticos de seus programas de governo, como políticas para mulheres, idosos, igualdade racial, juventude e pessoas com deficiência. Somente Marçal associou o seu plano de empreendedorismo às compras públicas da prefeitura, o que é defendido, por exemplo, pelo Sebrae.

A seção paulista da instituição organizou o guia "Candidato Empreendedor", para auxiliar os postulantes a prefeito na proposição de políticas para apoiar o empreendedorismo nos 645 municípios do Estado. Entre os 10 compromissos sugeridos pelo Sebrae está justamente a priorização das micro e pequenas empresas nas compras municipais.

Diretor-superintendente do Sebrae-SP, Nelson Hervey Costa lembra que o encurtamento das campanhas — verificado nos últimos anos — dificultou ainda mais uma abordagem mais completa do tema do empreendedorismo. Segundo ele, a compra pública é uma ferramenta poderosa que as prefeituras dispõem para apoiar os empreendedores.

"O município pode comprar mais ou comprar menos, mas ele vai comprar. E pode comprar localmente. Nesse sentido, além do incentivo à compra pública, é preciso ensinar o empreendedor a vender para o governo, e o Sebrae faz isso, atuando nas duas pontas", explicou Costa.

Uma das novidades para as eleições deste ano é o reforço à importância do fomento à criação de ecossistemas inovadores nas cidades. O diretor do Sebrae lembra que muitas startups podem oferecer soluções úteis para as gestões municipais, desde ferramentas para mapear áreas de recapeamento até a organização de filas no sistema de saúde.

"Muitos [empreendedores] fogem de solução para governo, por não terem o governo como contratantes potenciais", disse Costa, ao lembrar que há muitos casos de "govtechs" — startups que criam soluções para governos — que estão tendo que sobreviver no setor privado, por falta de uma carteira de clientes.

Dos dez compromissos sugeridos pelo guia, apenas um não foi abordado nos programas de nenhum dos quatro principais candidatos, que é a oferta de atendimento presencial para micro e pequenas empresas que buscam orientação para o desenvolvimento dos pequenos negócios locais. Já o trabalho para identificação de vocações regionais ou microrregionais, outra ênfase do Sebrae, é abordado pela maioria dos postulantes à Prefeitura de São Paulo.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,41	1,36	0,36	0,38	-0,17	0,50	0,66	0,74	0,10
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,4	4,3	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	-	-1,3	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,4	2,6	3,1	-3,5	0,6	-1,3	-6,6	3,7	3,2
Bens de capital	-	2,5	0,8	-1,9	3,0	-0,7	2,1	11,0	-1,7	-0,4
Bens intermediários	-	-0,3	2,3	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6	1,8
Bens de consumo	-	-2,5	7,0	-2,3	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,1	0,1
Faturamento real (CNI - %)	-	0,1	5,9	-4,1	2,2	-1,2	3,1	-0,6	2,4	0,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	0,9	2,0	-2,3	2,4	-1,5	2,5	0,2	1,6	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,0	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,6	-0,9	0,9	0,8	0,2	0,7	3,7	-2,3	0,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,1	2,5	-0,8	0,6	1,8	-1,5	2,2	0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,2	1,7	-0,5	0,2	0,3	-0,4	0,4	0,5	1,0
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,2	0,2	0,0	0,1	0,3	0,4	0,6	0,1	0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.079	30.919	28.766	30.201	30.478	27.711	23.419	26.708	28.786	27.886
Importações	24.251	23.279	22.381	21.875	21.882	20.495	18.223	20.512	19.463	19.097
Saldo	4.828	7.640	6.384	8.326	8.596	7.216	5.197	6.197	9.323	8.789

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143	-	24,44	1.412,00
2024	**0,57**	**5,18**	**5,18**	**7,29**	**7,99**	**5,06**	**4,32**	**2,82**	**3,06**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,82**	**7,04**	**7,04**	**10,08**	**11,05**	**6,78**	**5,69**	**3,85**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	2º Tri/24	1º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência set/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-agosto		Var.	agosto		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**563,7**	**503,0**	**12,07**	**57,9**	**48,9**	**18,34**
Imposto de renda pessoa física	50,9	41,4	22,86	5,9	4,8	21,79
Imposto de renda pessoa jurídica	223,3	215,4	3,67	19,2	18,7	2,53
Imposto de renda retido na fonte	289,5	246,2	17,60	32,8	25,4	29,35
Imposto sobre produtos industrializados	50,7	39,5	28,52	6,8	5,0	37,26
Imposto sobre operações financeiras	43,3	39,7	9,28	5,9	5,0	19,57
Imposto de importação	47,0	36,0	30,70	6,9	4,8	44,36
Cide-combustíveis	2,0	0,3	-	0,3	0,3	-7,64
Contribuição para Finsocial (Cofins)	270,8	217,2	24,65	35,9	28,9	24,51
CSLL	119,5	111,5	7,22	10,8	9,8	10,45
PIS/Pasep	74,2	60,3	22,99	9,7	7,7	26,88
Outras receitas	559,9	510,0	9,78	67,3	62,5	7,63
Total	**1.731,1**	**1.517,4**	**14,08**	**201,6**	**172,8**	**16,69**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	set/24	ago/24	2024	2023	12 meses	set/24	ago/24	dez/23	set/23
IBGE									
IPCA	-	-0,02	2,85	4,62	4,24	-	6.966,50	6.773,27	6.700,66
INPC	-	-0,14	2,80	3,71	3,71	-	7.149,55	6.954,74	6.901,51
IPCA-15	-	0,19	3,02	4,72	4,35	-	6.846,50	6.645,93	6.583,85
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.583,85
FGV									
IGP-DI	-	0,12	2,07	-3,30	4,23	-	1.128,41	1.105,54	1.087,42
Núcleo do IPC-DI	-	0,20	2,51	3,48	3,77	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,11	1,54	-5,92	4,11	-	1.314,28	1.294,35	1.268,88
IPA-Agro	-	0,30	2,48	-11,34	4,94	-	1.829,58	1.785,32	1.704,49
IPA-Ind.	-	0,04	1,19	-3,77	3,80	-	1.107,61	1.094,53	1.083,28
IPC-DI	-	-0,16	2,85	3,55	4,18	-	754,55	733,67	726,26
INCC-DI	-	0,70	4,27	3,49	5,23	-	1.134,78	1.088,31	1.082,10
IGP-M	-	0,29	2,00	-3,18	4,26	-	1.146,58	1.124,07	1.103,74
IPA-M	-	0,29	1,45	-5,60	4,20	-	1.353,52	1.334,20	1.304,27
IPC-M	-	0,09	3,05	3,40	4,19	-	738,33	716,46	710,56
INCC-M	-	0,64	4,00	3,32	4,84	-	1.129,64	1.086,15	1.080,07
IGP-10	0,18	0,72	2,54	-3,56	4,25	1.172,34	1.170,28	1.143,35	1.124,56
IPA-10	0,14	0,84	2,04	-6,02	4,12	1.394,69	1.392,81	1.366,78	1.339,54
IPC-10	0,02	0,33	3,34	3,43	4,23	744,92	744,76	720,87	714,68
INCC-10	0,79	0,59	4,69	3,04	5,28	1.120,46	1.111,71	1.070,21	1.064,31
FIPE									
IPC	-	0,18	2,12	3,15	3,56	-	689,58	675,27	667,80

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia set/24 0,47% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana set/24 0,10%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024		2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24		jun/24		jul/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57
Necessidades de financiamento do setor público	**jul/24**		**jun/24**		**jul/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de julho*

Discriminação	Janeiro-julho		Var.	julho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**1.546,9**	**1.423,8**	**8,64**	**221,5**	**202,3**	**9,49**
Receita Adm. Pela RFB**	1.002,0	896,8	11,73	144,4	125,0	15,51
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	354,6	339,7	4,37	50,9	49,6	2,75
Receitas Não Adm. Pela RFB	190,3	187,3	1,56	26,2	27,8	-5,80
Transferências a Estados e Municípios	**298,2**	**274,8**	**8,52**	**37,9**	**34,7**	**9,31**
Receita líquida total	**1.248,6**	**1.149,0**	**8,67**	**183,5**	**167,6**	**9,53**
Despesa Total	**1.325,9**	**1.230,5**	**7,75**	**192,8**	**205,1**	**-5,99**
Benefícios Precidenciários	577,2	558,3	3,39	73,4	94,6	-22,42
Pessoal e Encargos Sociais	212,0	208,9	1,47	36,6	36,8	-0,50
Outras Despesas Obrigatórias	223,7	190,0	17,71	30,6	31,0	-1,13
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	313,0	273,3	14,54	52,2	42,8	22,10
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-77,3**	**-81,5**	**-5,17**	**-9,3**	**-37,5**	**-75,27**

Discriminação	jul/24		jun/24		jul/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,7	81,20	-0,4	450,94	1,4	-
Discrepância estatística	1,4	-	-1,0	-	2,2	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-8,6**	**-78,64**	**-40,3**	**-34,02**	**-33,9**	**-30,21**
Juros Noniminais	**-72,8**	**-16,10**	**-86,7**	**29,56**	**-38,7**	**11,11**
Result. Nominal do Gov. Central	**-81,4**	**-35,96**	**-127,1**	**-0,79**	**-72,7**	**-12,96**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

O governador que pactuou com Marina pelo Pantanal



Maria Cristina Fernandes

Um dos pivôs da traumática saída da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, do mesmo cargo no segundo governo Luiz Inácio Lula da Silva, que também a levou a deixar o PT, fundar o Rede e disputar a Presidência da República, foi o então governador do Mato Grosso e rei da soja, Blairo Maggi, que levantou barricadas na batalha contra o desmatamento.

Dezesseis anos depois, Marina escolheu um outro governador, o do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel — desta vez para símbolo do diálogo possível no combate às queimadas. Mencionou a relação com o Estado como exemplo na reunião dos governadores da semana passada, levou Riedel para a entrevista que se seguiu, junto com o ministro da Casa Civil, Rui Costa e, nesta segunda, em entrevista ao podcast "Café da Manhã" a ministra nomeou a reação do governador às queimadas como "paradigmática".

A relação com Riedel começou com um embate. Em setembro do ano passado, uma decisão do Conselho Nacional do Meio Ambiente mandou suspender todas as licenças de exploração no Mato Grosso do Sul. O governador, que não conhecia Marina, bateu à sua porta. Disse que a portaria do Conama criaria uma guerra jurídica e não permitiria assentar uma política pública contra o desmatamento. Propôs um compromisso. Suspenderia todas as licenças emitidas pelo Estado até que fosse aprovada uma Lei do Pantanal na Assembleia Legislativa.

O bioma está num buraco negro do Código Florestal, que prevê a preservação de 20% do Cerrado, 35% das áreas de transição, 80% da floresta amazônica e remete o Pantanal para a legislação estadual. Riedel comprometeu-se, ainda, a consultar o MMA ao longo da elaboração e da tramitação da lei. Ao fim de quatro meses de uma negociação em que o governador se envolveu pessoalmente com parlamentares, agronegócio e ambientalistas, a lei foi aprovada em dezembro do ano passado.

Em abril deste ano, Marina pactuou com Riedel um plano de prevenção para as queimadas no Pantanal que envolveu o Comando Militar do Oeste, bombeiros, Ibama, Força Nacional, bombeiros e brigadistas.

Até aqui — sim, ainda pode piorar porque a chuva não chegou — o número de focos de incêndio é maior do que aquele registrado em 2020, mas a extensão atingida é menor. Aos números: naquele ano queimaram 2,5 milhões de hectares no Mato Grosso do Sul a partir de 5.450 focos de incêndio. Este ano, contabilizam-se 7.309 focos que queimam 1,4 milhão de hectare.

A extensão do estrago não autoriza comemoração, mas as partes asseguram que, dada a gravidade da maior seca em 70 anos, não fosse a coordenação federativa, o dano teria sido muito maior.

O entendimento de Riedel com Marina não soluciona todos os embates. As dificuldades em torno de um endurecimento que vá além do aumento de penalidades contra as queimadas intencionais no Congresso já levaram tanto o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, quanto o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, a propor o confisco de terras e o veto a financiamento de proprietários cujo envolvimento nas queimadas seja comprovado.

Riedel aprova o aumento de penalidades e a restrição do financiamento, mas usa o ex-presidente do Itaú Cândido Bracher de exemplo contra o confisco. Hoje detentor de terras para fins de preservação no Pantanal, Bracher tem mencionado o incêndio provocado nesta temporada por um caminhão atolado nas proximidades de sua propriedade. O motorista forçou o motor, provocou faíscas e, a partir delas, 300 mil hectares arderam durante uma semana.

Ainda que mantenha divergências com o governo federal, o governador pantaneiro oferece uma porta para o diálogo numa região cuja liderança, até aqui, vinha sendo exercida pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Enquanto Marina, Rui Costa e Riedel davam entrevista na semana passada depois da reunião dos governadores, Caiado vociferava contra a "procrastinação" do governo federal.

Filiado a um PSDB que, no governo passado, serviu de linha auxiliar do bolsonarismo, Riedel tem tido uma relação mais fluida com os petistas do que seu correligionário, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que colecionou embates ao longo da tragédia das enchentes no seu Estado.

O governador teve apoio do PL nos dois turnos de sua eleição e do PT no segundo turno contra o candidato do PRTB, Capitão Contar, aliado de Jair Bolsonaro. Hoje, Riedel, cujo governo conta com apenas 12 secretarias, tem como chefe da Casa Civil o ex-deputado estadual Eduardo Rocha, marido da ministra do Planejamento Simone Tebet, e trouxe tanto o PL quanto o PT para seu governo. Na disputa pela capital este ano, seu partido o PSDB está na vice do candidato do PL enquanto o PT lançou candidatura própria.

Os embates da política não afastaram Riedel do Palácio do Planalto. Já foi recebido duas vezes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva este ano, voltou a falar com ele por telefone na semana passada e foi anfitrião de uma visita sua ao Estado.

Num Estado que deu 59% dos votos a Jair Bolsonaro em 2022, não vê danos nessa aproximação: "Nessa disputa, perde-se energia e a chance de fazer política pública". É uma fresta de ar — para um governo que tem tido dificuldade de abrir portas à direita e para o Pantanal.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do "Valor". Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Eleições Governador tem 'arregaçado a manga' e ido às ruas para pedir voto, diz prefeito

Nunes vê 'lealdade' em Tarcísio e faz crítica aos 'traidores'



EDILSON DANTAS / O GLOBO — 19/9/2024

Nunes sobre a participação do governador em sua campanha: "Tarcísio tem me acompanhado, tem sido de uma lealdade fora do comum, de uma parceria impressionante"



Lilian Venturini e Cristiane Agostine
De São Paulo

Sem a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em sua campanha de rua e na propaganda eleitoral, o prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), exaltou a "lealdade" e as parcerias com o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), seu principal cabo eleitoral, e criticou os "traidores" na disputa paulistana.

A uma plateia repleta de aliados, Nunes mencionou que "nem todos" estiveram com ele no momento mais difícil da campanha, com o crescimento da candidatura do influenciador digital Pablo Marçal (PRTB), mas negou que a crítica tenha sido uma indireta a Bolsonaro. Ao falar com jornalistas, o prefeito disse que Bolsonaro foi o responsável por indicar seu vice na chapa, Mello Araújo (PL), e preferiu destacar o apoio recebido de Tarcísio, com quem disse conversar todos os dias.

"Tarcísio tem me acompanhado, tem sido de uma lealdade fora do comum, de uma parceria impressionante que é difícil de ver na política. Quando a gente tem isso, é preciso destacar", disse Nunes, afirmando que o governador tem "arregaçado a manga" e ido para a rua pedir voto para ele. "É a demonstração de um caráter tão pulsante como o do Tarcísio", afirmou.

Nunes disse ter uma "cadernetinha" com o nome de quem o traiu durante a campanha eleitoral, como o vereador e candidato à reeleição Rubinho Nunes (União), que apoia Marçal, apesar de o União Brasil estar na aliança do prefeito. A exemplo de Rubinho, outros vereadores do União e do PL não apoiam a reeleição de Nunes.

Tarcísio participou do evento da campanha de Nunes com os 11 partidos que compõem a chapa do prefeito e retribuiu os elogios. O governador afirmou que Nunes é a "melhor opção para São Paulo" e disse ter criado com o prefeito uma "relação de harmonia e sinergia".

Segundo Tarcísio, Nunes avançou sobre a periferia de São Paulo, em redutos eleitorais que deram vitória à esquerda em disputas passadas. "Ricardo [Nunes] tomou a periferia da esquerda", afirmou.

Pesquisa AtlasIntel divulgada na segunda-feira (23) mostra que o prefeito tem melhor desempenho nas intenções de voto do que o candidato do Psol, Guilherme Boulos, entre os eleitores com menor renda e entre aqueles que recebem o Bolsa Família.

Na faixa dos eleitores que recebem até dois salários mínimos, Nunes tem 25,9%, seguido por Marçal, com 20,2% e Boulos com 17%. Entre os beneficiários do Bolsa Família, o prefeito tem 19,8%, o candidato do PRTB, 16,4% e o deputado do Psol, 15,6%.

A percepção do eleitorado sobre o governador do Estado na capital é melhor do que a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que apoia Boulos.

De acordo com a pesquisa AtlasIntel, 44% dos entrevistados disseram aprovar o desempenho de Tarcísio de Freitas e 41% o desaprovam. Em relação a Lula, 41% aprovam e 52% desaprovam o presidente.

Em relação à avaliação das gestões, 34% disseram que o governo Tarcísio é ótimo/ bom, 31% consideram regular e 35% ruim/ péssimo. Em relação ao governo Lula, 28% avaliam como ótimo/ bom, 31% como regular e 42% afirmaram que é ruim/péssimo.

TRE-SP mantém suspensão das redes sociais de Marçal

Gabriela Guido*
De São Paulo

O plenário do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) negou o segundo mandado de segurança movido pelo candidato Pablo Marçal (PRTB) para derrubar a liminar que suspendeu suas redes sociais. As contas do postulante à Prefeitura de São Paulo foram derrubadas em 24 de agosto, após o juiz Antonio Maria Patiño Zorz, da 1ª Zona Eleitoral, conceder uma liminar ao PSB, partido da candidata Tabata Amaral, alegando possível abuso de poder econômico.

Na semana seguinte à suspensão, a equipe jurídica de Marçal entrou com recurso, que foi negado por Claudio Langroiva Pereira, juiz do TRE-SP. Os advogados moveram novo mandado de segurança e um agravo regimental, instrumento que obriga que o caso seja analisado pelo colegiado do TRE-SP, o que ocorreu na segunda-feira (23).

Como destacou o juiz Rogério Cury, o julgamento não analisou o mérito da questão — ou seja, se o candidato praticou ou não abuso de poder econômico — e, sim, os impactos da decisão para Marçal e a isonomia do pleito. Langroiva, como relator, manifestou o entendimento de que Marçal se colocou "em posição de vantagem em relação aos demais [candidatos], driblando o algoritmo" ao fazer "campeonato de cortes" e prometer remuneração a quem os veiculasse.

Dois juízes seguiram o relator e três foram contra a manutenção da suspensão dos perfis. O presidente do tribunal, Silmar Fernandes, desempatou a questão ao manter o entendimento do relator. Procurada, a campanha de Marçal não se manifestou. ***Estagiária sob a supervisão de Fernanda Godoy**

Lula viaja a São Paulo para reta final da campanha

Cristiane Agostine
De São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçará no fim de semana as campanhas de São Paulo, São Bernardo do Campo e Diadema. As três cidades, juntas, somam 10,3 milhões de eleitores, cerca de 30% do total de São Paulo e são estratégicas para a esquerda no Estado.

No sábado, Lula estará na capital paulista pela manhã para fazer uma agenda de rua com o deputado federal e candidato Guilherme Boulos (Psol) em Grajaú, no extremo sul, região em que a vice na chapa, a ex-prefeita Marta Suplicy (PT) tem amplo apoio. Uma outra agenda com o presidente estava prevista no mesmo dia para o bairro de São Mateus, na zona leste, mas deve ser cancelada. Na noite de sábado, haverá debate promovido pela TV Record e a campanha de Boulos avaliou que o mais adequado é fazer apenas uma agenda nesse dia. Lula retornará a São Paulo para ajudar Boulos no dia 5 de outubro, véspera do primeiro turno, em uma caminhada ainda a ser definida entre o centro da cidade ou a avenida Paulista.

Na reta final da campanha, a equipe de Boulos aposta na imagem de Lula e de Marta Suplicy para conquistar os votos da população mais carente, moradora dos bairros periféricos, que está dividida entre o candidato do Psol e o prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB).

O candidato do Psol reforçará propostas na área da saúde, como o Poupatempo da Saúde, para zerar a fila de consultas e exames, e destacará ações voltadas às mulheres, como a construção de um Hospital da Mulher e o programa mulher empreendedora, com a concessão de crédito. Boulos deve destacar também a proposta de ampliar a tarifa zero na cidade. O candidato do Psol tenta fazer frente ao prefeito, que anunciou "passe livre" nos ônibus para as mulheres com filhos nas creches municipais.

Segundo pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira (19), Nunes tem 27% das intenções de voto, empatado tecnicamente com Boulos, com 26%. Na sequência está Pablo Marçal (PRTB), com 19%.

Entre os mais pobres, com renda de até dois salários mínimos, Nunes tem 31%, Boulos registra 20% e Marçal, 13%. Entre as mulheres, Nunes tem 30%, Boulos, 29% e Marçal, 12%.

Além da capital paulista, Lula irá no sábado à tarde a São Bernardo do Campo, seu berço político, para fazer um comício e ajudar o candidato do PT na cidade, o deputado federal Luiz Fernando Teixeira. Na cidade, a eleição é polarizada com o deputado Alex Manente (Cidadania), que se apresenta como anti-PT e tem apoio de bolsonaristas. A disputa conta ainda com o ex-deputado federal Marcelo Lima (Podemos) e a empresária Flávia Morando (União), sobrinha do atual prefeito, Orlando Morando (PSDB). O PT tenta retomar o comando da cidade, que já foi governada pelo ministro Luiz Marinho (Trabalho). São Bernardo do Campo conta com 643 mil eleitores.

No domingo, Lula estará no palanque do prefeito José de Filippi Jr, que está em seu quarto mandato na cidade (1992, 2000, 2004 e 2020). e lidera pesquisas de intenção de voto. O principal adversário é o candidato do MDB, Taka Yamauchi, com quem o petista disputou na eleição passada. Diadema foi o primeiro município conquistado pelo PT, em 1982. O mandato de Fillipi é o sétimo do PT na cidade, que tem 340,3 mil eleitores.

Lula tenta ajudar a esquerda a retomar o "cinturão vermelho" na região metropolitana da capital, com a eleição de prefeitos do PT e aliados nessas cidades. Na eleição de 2020, o partido de Lula só ganhou em quatro cidades do Estado de São Paulo: Diadema e Mauá, na região metropolitana da capital, e Matão e Araraquara, no interior do Estado.

Eleições Candidato do PRTB em São Paulo foi o quarto sabatinado pelo 'Valor', 'O Globo' e rádio CBN

Marçal contesta dados de pesquisas, nega moderação e acena por saída de Moraes



Lucas Ferraz e Fernando Taquari
De São Paulo

Quarto candidato à Prefeitura de São Paulo a ser sabatinado pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN, o empresário e influenciador Pablo Marçal (PRTB) negou que tenha adotado uma "versão light" a menos de duas semanas das eleições, contestou a alta rejeição aferida em diferentes pesquisas e chamou de "patética" a cena da ambulância que ele mesmo protagonizou após levar uma cadeirada de José Luiz Datena (PSDB).

De forma indireta, o candidato ainda deu a entender na sabatina ser favorável ao pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, tema no qual era cobrado por lideranças da extrema direita.

Em relação à agressão na qual foi vítima, Marçal foi questionado sobre o vídeo revelado na sexta-feira (20) em que ele comenta que não precisava "daquela ambulância", dizendo que dava para ir ao "hospital correndo".

"Não queria entrar na ambulância, mas alguém falou, 'cara, se você tiver perfuração no pulmão, é melhor ir'. Por isso fui. Achei patético mostrar a ambulância, aquela cena, e quase desliguei a pessoa que fez isso", afirmou na sabatina.

Questionado sobre sua alta rejeição aferida em diferentes pesquisas, Marçal afirmou que ninguém consegue ser eleito para cargo majoritário no Brasil sem ser rejeitado pelos eleitores.

"Queria achar onde está a rejeição", disse. "Sou isso aqui, não sou light, sou alguém que tem lado, postura. Estava em Heliópolis ontem [domingo] e ela está dominada. Fiquei lá quatro horas e me assustou. É assustador a onda desse 'M' colocado em São Paulo. Estou amando essa fase, tenho certeza que vamos vencer no primeiro turno. Ninguém vai ser amado se não for rejeitado em primeiro lugar", afirmou.

Marçal insiste em se apresentar como um candidato antissistema, fazendo uma campanha sem recursos do Fundo Eleitoral e sem direito a tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV — por causa da falta de representação no Congresso de seu partido, o nanico PRTB. Ele também tem dúvidas sobre as pesquisas de intenção de voto, mas ressaltou que, se não for eleito no primeiro turno, como insiste, não vai questionar o resultado do pleito.

EDILSON DANTAS/O GLOBO



Marçal: candidato minimizou os processos trabalhistas de empresas ou holdings em que aparece como sócio; segundo ele, os 12 processos trabalhistas são ínfimos

"Sou o único dos seis candidatos que não está usando dinheiro público. Não tenho marqueteiro, não tenho fundo eleitoral, não tenho programa de TV", afirmou.

O candidato foi questionado especificamente sobre a alta rejeição entre as mulheres, que subiu 16 pontos percentuais desde o início do mês. Segundo a pesquisa Datafolha da última semana, pelo menos 53% das eleitoras de São Paulo afirmaram não votar de jeito nenhum em Marçal.

"Estou liderando no grupo de evangélicos, de homens. Não dá para liderar em todos os grupos", afirmou na sabatina.

Ele também foi perguntando sobre a mudança de comando no seu conglomerado empresarial, com a posse de Patrícia Pimentel na presidência manhã dessa segunda-feira (23). Marçal foi questionado se a troca seria uma forma de tentar enfrentar a alta rejeição entre as mulheres.

"[Ela foi escolhida] Porque estava vago o cargo. O Tássio Renam, presidente do grupo, foi afastado por causa da eleição [ele é uma espécie de coordenador-geral da campanha]. Ela cresceu rápido, foi minha mentorada, é monstruosa na gestão e na administração", disse.

O candidato à prefeitura reafirmou a promessa de criar 2 milhões de empregos na periferia da cidade com o apoio da iniciativa privada. A geração de empregos nas regiões afastadas do centro expandido, afirmou, vai ainda desafogar o trânsito.

Ele prometeu estimular empregos remotos e trazer companhias do exterior. "Meu desejo é trazer empresas do futuro. Vamos ter que usar grandes negociadores para trazer empresas de tecnologia para cá. Não quero empresas que soltam fumaças. A gente até perdeu essa vocação como cidade", ressaltou, lembrando que muitos empregos tradicionais deixarão de existir.

> "Queria achar onde está a rejeição. Sou isso aqui, não sou light, sou alguém que de fato tem lado, postura"

Além disso, o empresário se comprometeu a construir bolsões nas rodovias que permeiam as entradas da capital paulista para moradores da região metropolitana que trabalham ou circulam em São Paulo. São cerca de 350 a 500 mil carros por dia, de acordo com Marçal. "Todas as entradas vão ter estacionamento que vão interligar com a rede de transporte da cidade. Como esse cinturão, que eu estou chamando de amortecedor de fluxo, as pessoas não vão querer, no mesmo horário, invadir o centro expandido", afirmou.

Marçal também minimizou os processos trabalhistas de empresas ou holdings em que aparece como sócio. Os 12 processos trabalhistas, segundo ele, são ínfimos, considerando que se trata de um "conglomerado que vale R$ 5,2 bilhões".

"É difícil me ver tomando um processo. O grupo todo tem mais de 100. São 110. Para um grupo deste tamanho é nada", afirmou Marçal. "Não sou favor de ninguém explorar ninguém. Sou um cara justo. Faço todo mundo em volta de mim prosperar", acrescentou o candidato, que ainda reclamou das notícias que envolvem suas empresas na imprensa.

Marçal reiterou que não irá cobrar impostos de igrejas que recebem o dízimo. Para ele, não faz sentido cobrar instituições que estão ajudando o Estado com a questão social.

Sobre a educação, ele insiste na ideia de transformar a maior parte da infraestrutura pública da rede de ensino, inclusive os CEUs, em escolas olímpicas. Serão mil centros com mais de 60 modalidades esportivas, disse, ao custo de R$ 1,5 bilhão por meio de financiamento da iniciativa privada. "A escola não vai ser só recreação e ocupação. Vamos fazer com que os jovens tenham uma veia esportiva".

Marçal também comentou as propostas para a área da segurança urbana, citando a recente viagem a El Salvador, onde foi ver de perto o governo do autoritário Nayib Bukele. Ele exalta o líder latino-americano, mas reconheceu excessos de sua administração, como prender um tanto de gente "só porque tinha tatuagem de uma organização criminosa".

Ele também disse ter mudado uma proposta de campanha, sobre o aumento do efetivo da Guarda Civil Metropolitana (GCM), após visitar El Salvador: "Quando voltei, percebi que a escala e o crescimento de aumentar a guarda não é tão efetivo como a gente aumentar a Operação Delegada e estender ela para Polícia Civil".

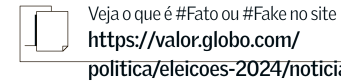
Ao ser questionado sobre o relacionamento com a Câmara de Vereadores caso seja eleito, já que seu partido é pequeno e não conta com nenhum integrante no Legislativo municipal, Marçal variou a resposta entre "fazer um processo seletivo" para a relação com os vereadores e a necessidade de "conquistar pessoas". Mas disse que precisará da Câmara dos Vereadores: "Não tenho vontade nenhuma de governar sozinho".

Outro tema que ele tem evitado é o pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que tramita no Senado. A pauta norteou a manifestação bolsonaristas na avenida Paulista, no 7 de Setembro, ato que marcou uma divisão declarada entre o clã Bolsonaro e o postulante do PRTB — o que fez o prefeito e candidato à reeleição Ricardo Nunes (MDB) reconquistar a confiança perdida no início da campanha no entorno do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O candidato citou ter compartilhado no seu perfil no Instagram um vídeo do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) pedindo o impeachment de Moraes e falando sobre os entraves políticos para a proposta avançar, dando a entender que endossa o pedido.

"Dá uma olhada nos vídeos que compartilhei do senador Cleitinho, e no vídeo ele fala 'nós precisamos de mais cinco votos para abrir o impeachment'. Postei em colaboração com ele, não tenho nenhum problema com isso. Se compartilhei, está falado. A interpretação é livre", declarou. Ele fez questão de ressaltar que quem vota a admissibilidade de um pedido de impeachment de ministro do STF é o Senado, ou seja, de responsabilidade dos senadores.

O candidato foi o quarto e penúltimo a ser sabatinado. Nesta terça-feira será a vez de Guilherme Boulos (Psol). A ordem das sabatinas foi definida por sorteio. Foram chamados os cinco candidatos mais bem colocados nas pesquisas. Todas as entrevistas têm início às 10h30 e transmissão ao vivo pelos canais dos três veículos.

valor.com.br

Veja o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/23/veja-o-que-fato-ou-fake-na-sabatina-de-pablo-maral-para-valor-o-globo-extra-e-cbn.ghtml

Campanha vê 'bala de prata' contra rejeição feminina

Análise

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

A sabatina promovida por **Valor**, "O Globo" e CBN com o candidato do PRTB começou às 10h30 dessa segunda-feira, mas não foi o primeiro compromisso de Pablo Marçal no dia. Passou pela sede de suas empresas e, junto com a mulher, Carolina, deu posse a Patrícia Pimentel como CEO do seu grupo empresarial.

Foi uma vacina contra a repercussão negativa da declaração de Tallis Gomes, ex-CEO da G4 Educação, de que não se casaria com uma mulher CEO porque este cargo a "masculiniza" e drena energia "que deveria ser direcionada para o lar e a família".

Gomes é um dos empresários do círculo mais próximo de Marçal. Participa de jantares em apoio ao candidato e propagandeia o "método" do candidato do PRTB na campanha. Depois de ter sido afastado do Conselho da indústria de lingerie Hope, o empresário acabou renunciando à direção de seu próprio grupo e colocou Maria Isabel Antonini no seu lugar.

Na sabatina, Marçal disse que este movimento pela promoção de Patrícia Pimentel estava previsto porque o ex-CEO, Tasso Renam, estava dedicado à campanha. A convenção que sacramentou Marçal como candidato aconteceu em 5 de agosto, 48 dias antes da posse da nova CEO.

O Datafolha mostrou que Marçal tem um patamar proibitivo entre as mulheres, maioria do eleitorado. Pontuou 12%, menos da metade do que registra entre os homens (28%). O candidato fez uma enquete com mulheres nas suas redes para entender as razões desta rejeição. Parte desta dificuldade parece refletir não apenas a postura agressiva de Marçal até a semana passada, como sua própria visão sobre as mulheres.

No início da campanha, Marçal disse que a candidata do PSB, Tabata Amaral, era "preparada" porque não tinha marido ou filhos para cuidar. Sua vice, Antonia de Jesus, chegou a dizer que a mulher não pode adoecer porque isso afetaria a manutenção de sua casa.

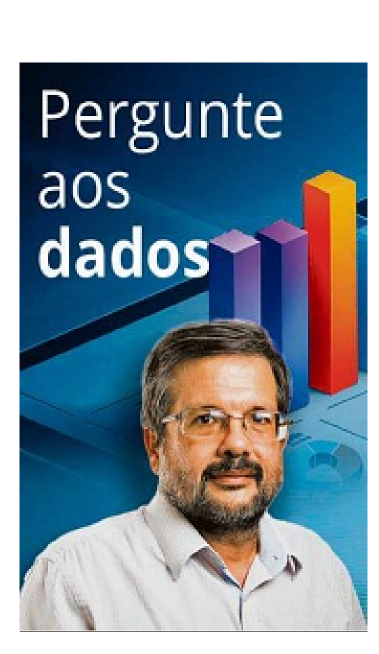
A rejeição se estende às mulheres evangélicas que, além da postura do candidato, são influenciadas por pastores que, liderados por Silas Malafaia, têm empreendido uma cruzada contra Marçal. Uma das razões é o discurso do candidato contra o dízimo, em relação ao qual acabou recuando. Depois da sabatina, Marçal teve uma reunião com pastores numa tentativa de refazer laços.

Marçal já reconheceu que um dos inspiradores de sua estratégia de divulgação nas redes sociais de cortes de vídeos é Andrew Tate, influenciador americano, radicado no Reino Unido. Tate foi indiciado em junho sob a acusação de tráfico humano, estupro e formação de uma gangue para explorar sexualmente as mulheres.

A "bala de prata" que setores de sua campanha pressionam para usar é a esposa de Marçal. Namorada do candidato desde os 15, contadora, mãe de quatro crianças e influenciadora digital como o marido, com 1,6 milhão de seguidores no Instagram, Carolina Marçal é considerada por assessores da campanha como uma comunicadora mais hábil que o próprio marido. O discurso de "pastora evangélica" com o qual se dirigiu à plateia na convenção de agosto lembra o de Michelle Bolsonaro, com um bônus, o de demonstrar mais compaixão pelo marido.

O casal ainda resiste à ideia. Nesta quarta-feira, a campanha fará uma reunião para discutir o tema. Uma das propostas é que Carolina entre na campanha durante uma reunião em que se apresentaria para mulheres paulistanas. A ideia é que Marçal, além da mulher, ainda explore a relação com a mãe e a irmã para mostrar uma postura de "cuidado" com as mulheres. A aposta é que, neste momento em que se acirra sua disputa com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) por um lugar no segundo turno — segundo a pesquisa Atlas Intel desta segunda estariam empatados atrás de Guilherme Boulos (Psol) —, esta postura contrastaria com a permanente questionamento feito ao prefeito sobre o boletim de ocorrência registrado por sua esposa em 2011 — e já retirado — por violência doméstica.

Depois das declarações de Tallis Gomes, o discurso de Carolina Marçal também teria que ser calibrado. Em seu livro "A verdadeira força da mulher", Carolina diz: "A mulher é substituível em sua habilidade técnica ou profissional, seja ela qual for. Porém, existe algo que só você pode fazer: cuidar do seu lar, de seu marido e de seus filhos". A declaração converge com aquela do empresário que despertou a ira do eleitorado feminino.



César Felício

Qual o peso de gênero e raça no voto do Brasil?

Gênero e cor definem o voto no Brasil? As pesquisas indicam que há diferença, sim, mas não na mesma intensidade do que ocorre nos Estados Unidos. Outras variantes, como faixa de renda e religião, são mais relevantes, sobretudo no segmento evangélico.

Em resumo, mulheres tendem a votar em candidatos mais à esquerda e homens mais à direita. Na diferenciação por cor há um voto de esquerda preponderante entre pretos, mas não há variação significativa entre pardos e brancos. No caso da religião, a diferença é enorme. A direita é amplamente dominante entre evangélicos, de uma forma muito mais nítida do que em qualquer outro cruzamento.

Antes de mais nada, é preciso fazer uma ressalva. Não há nesse ano uma eleição de caráter nacional e a polarização entre esquerda e direita, muito evidente na disputa presidencial de 2022, não é o cenário na maioria das capitais. Ainda assim, é possível pinçar alguns casos em que existem marcadores ideológicos bastante diferenciados, que evocam a escolha entre extremos que vigora nos Estados Unidos entre Kamala Harris e Donald Trump.

Os levantamentos do Datafolha com detalhes dos cruzamentos de intenção de voto na eleição municipal, divulgados no dia 12, permitem fazer esse exercício em São Paulo, Fortaleza, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Nos dois primeiros casos, há simulações de segundo turno entre polos ideológicos bastante claros. No caso paulista, Pablo Marçal (PRTB) contra Guilherme Boulos (Psol). Em Fortaleza, Capitão Wagner (União Brasil) contra Evandro Leitão (PT).

No caso do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte a polarização pode ser captada de outra maneira. O Datafolha dividiu o posicionamento ideológico entre bolsonaristas e petistas, pedindo para os pesquisados se situarem em uma escala entre 1 e 5, sendo 1 mais à direita e 5 mais à esquerda. Na sequência exibiu os resultados da soma de 1 e 2 e de 4 e 5. A disputa municipal em si não permite um recorte ideológico óbvio. No Rio há uma tendência de reeleição no primeiro turno de Eduardo Paes (PSD) e em Belo Horizonte é pouco provável a passagem de um candidato fora do campo da direita para o segundo turno.

Em São Paulo a diferença é marcante em relação a gênero e raça. Boulos predomina sobre Marçal no voto feminino e perde para o adversário de direita entre os homens. Também lidera com mais folga entre os pretos. Fortaleza sinaliza, contudo, que o impacto dessas variáveis é relativo no Brasil. Na capital cearense o voto no candidato mais identificado com o petismo, Evandro Leitão (PT), se distribui de maneira relativamente uniforme no eleitorado. A grande variável está no segmento evangélico, onde ele perde do rival à direita por 75% a 16%. Tanto no caso de São Paulo quanto no de Fortaleza Lula ganhou a eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2022. A analogia com o exemplo americano funciona quando aplicada a São Paulo. Com Fortaleza, não.

Algo semelhante também acontece entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte, duas cidades em que Bolsonaro venceu Lula em 2022. As mulheres e negros no Rio de Janeiro estão mais à esquerda do que homens e brancos. Não há nitidez ideológica na categoria de gênero no caso mineiro. A diferença entre os dois polos no segmento evangélico, contudo, é brutal.

No caso americano a diferenciação ideológica é muito marcada entre homens e mulheres, brancos e negros. Entre as mulheres, 60% se identificavam com o Partido Democrata. Entre os homens, 40%. Apenas 2% do eleitorado republicano era negro e 87%, branco em levantamento feito em julho pelo Instituto Manhattan.

Para Wania Sant'Anna, historiadora e pesquisadora de relações de gênero e étnico-raciais, a afirmação identitária na política brasileira é um processo em gestação. "Isso é uma nova realidade, que por ora se traduz no aparecimento dessas questões na agenda dos partidos e em opções sobretudo para o Parlamento. Até cerca de uma década atrás raça e gênero não era um assunto", afirma. Um emblema dessa transformação, segundo Wania, foi o caso de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, negra, assassinada em 2018. "Não é trivial que na eleição seguinte três mulheres negras com o mesmo perfil de Marielle foram eleitas para a Assembleia Legislativa na eleição daquele ano, sendo que duas foram reeleitas quatro anos depois", comentou.

Outro exemplo citado por Wania, também na eleição legislativa, foi o caso de Erika Hilton, atual líder do Psol na Câmara dos Deputados, eleita por São Paulo. "É importante destacar que se trata de uma mulher trans e também de uma negra. Essas identidades ganham organicidade nas eleições para o Legislativo", diz.

Na opção do eleitor, esse processo ainda não existe quando se trata da questão étnico-racial, de acordo com Wania. "Eu sei que negro não vota em negro necessariamente, mas as coisas estão mudando", diz. Já na questão de gênero ela acredita que se criou com mais sucesso um vínculo entre voto feminino e candidaturas que abram espaço para uma agenda de interesse das mulheres. "A mulher consegue identificar melhor quais são as suas necessidades efetivas, lê a política pelas propostas. Já o homem lê a política pela representação, pelo sujeito que disputa".

Para o consultor político Creomar de Souza, da Dharma Consultoria, a questão da raça é um marcador menos significativo no Brasil do que é nos Estados Unidos pela diferença de posicionamento dos próprios setores políticos mais conservadores. "Os elementos racistas não foram importados pela direita no Brasil. Não há no mercado político a defesa do racismo aberto", comenta. Ele cita que a presença de expoentes negros na direita abertamente contra a política identitária gera um curto-circuito no embate eleitoral. Pondera que a constatação não nega a existência de racismo estrutural no Brasil. "Todos sabem que quanto mais escura a cor da pele no Brasil maior o temor de ser assassinado a qualquer instante, maior a exclusão social e maior a falta de amparo público", diz Creomar, que é negro.

Creomar considera ainda que o crescimento dos evangélicos influenciou mais o eleitorado do que a identidade racial ou de gênero. Segundo Creomar, um pentecostal tende a ser de direita, independente se homem ou mulher ou da cor da pele. O nível de detalhamento das pesquisas públicas disponíveis no Brasil não permite verificar esse entendimento. Mas o voto conservador tende a ser maior nas populações com maior segmento evangélico, mesmo onde há alta incidência de população preta ou parda.

Creomar ainda menciona a miscigenação como um fator que diminui o desenho de um perfil ideológico claro por cor. "No Brasil os pardos não sabem onde estão. O que é ser pardo? Qual a camada de pertencimento?", comentou.

Segundo a pesquisa nacional Datafolha de agosto, 42% do eleitorado brasileiro identifica-se como pardo, 34% como branco e 17% como pretos. Amarelos e indígenas são 2% cada e o restante não se identifica com nenhuma categoria racial. São Paulo é uma cidade de maioria relativa branca (46%), com pardos somando 35% e pretos 15%. Em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Fortaleza pardos predominam. São 42% na capital mineira e na fluminense e 60% na cearense. Se definem como pretos 22% dos cariocas, 24% dos belorizontinos e 13% dos fortalezenses.

Mulheres no Brasil são 52% dos eleitores e homens, 48%. Sensação de pertencimento, tanto no casa de raça quanto no de gênero, muda (mudará? é incerto o tempo verbal aqui. O certo é que ainda não mudou) a política no Brasil. Não apenas na oferta de candidatos, mas na agenda.

TituloArte
A divisão ideológica por gênero, raça e religião - em %

Belo Horizonte

	Bolsonaristas	Petistas
Homens	31	39
Mulheres	31	40
Brancos	33	39
Pardos	32	38
Pretos	25	45
Evangélicos	42	21
Católicos	30	42

Rio de Janeiro

	Bolsonaristas	Petistas
Homens	36	32
Mulheres	27	41
Brancos	34	37
Pardos	35	33
Pretos	18	45
Evangélicos	40	24
Católicos	30	40

São Paulo

	Marçal no 2º turno	Boulos no 2º turno
Homens	44	41
Mulheres	33	51
Brancos	40	43
Pardos	40	45
Pretos	27	58
Evangélicos	55	31
Católicos	35	49

Fortaleza

	Leitão no 2º turno	Wagner no 2º turno
Homens	39	51
Mulheres	37	51
Brancos	39	50
Pardos	36	53
Pretos	45	45
Evangélicos	16	75
Católicos	46	42

Fonte: Datafolha, setembro

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Eleições Ex-presidente teve 76% dos votos em Roraima em 2022, mas fica fora da TV e PL só deve disputar duas prefeituras no Estado

Estado mais bolsonarista tem Bolsonaro discreto e Lula sumido



Raphael Di Cunto
De Boa Vista

Estado mais bolsonarista do país em 2022, Roraima praticamente ignora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como padrinho político e a disputa nacional. O PT local é fraquíssimo, a ponto de não lançar nem candidaturas a prefeito em nenhuma das 15 cidades do Estado este ano. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), contudo, também tem presença discreta na campanha e o PL, partido dele, é coadjuvante nesta eleição municipal.

Há dois anos, ao tentar a reeleição, Bolsonaro teve 76% dos votos válidos no segundo turno em Roraima, sua melhor taxa entre os entes da federação. No total do país, ele recebeu 49,1% dos votos e perdeu para Lula. Em 2018, a votação dele no Estado também superou os 70% no segundo turno. Roraima é o Estado menos populoso do país e representa 0,25% do eleitorado.

O apoio do ex-presidente chegou a ser alvo de disputa há dois anos entre os dois principais grupos políticos locais, o da ex-prefeita de Boa Vista Teresa Surita (MDB) e do ex-senador Romero Jucá (MDB) contra o do governador Antonio Denarium (PP). Surita, que era a favorita ao governo de Roraima, segundo as pesquisas, recebeu o apoio do PL local, que indicou o então presidente do partido e deputado Édio Lopes como vice. Bolsonaro, porém, gravou vídeo para Denarium, que virou e ganhou a eleição.

Este ano, o PL manteve a aliança com o grupo do MDB. O partido indicou o médico Marcelo Zeitoune, que atendia Bolsonaro na Presidência, como vice do prefeito Arthur Henrique (MDB), que concorre à reeleição. No encontro em que foi negociado esse apoio, Bolsonaro gravou vídeo defendendo voto no emedebista, que foi compartilhado por Zeitoune em suas redes sociais e replicado pelo prefeito. Mas a gravação não ganhou maior destaque e Bolsonaro não apareceu em nenhuma propaganda na TV.

Henrique disse ao **Valor** que Bolsonaro pediu em troca ajuda para eleger um senador em 2026, mas ainda não escolheu quem lançará. “A grande maioria dos eleitores em Roraima manifesta apoio ao Bolsonaro. Tem gente que dizia que não votava em mim e que agora vai votar por causa desse apoio. E tem gente que me disse que gostaria que eu não tivesse com ele, mas que continuará votando em mim mesmo assim. Ninguém me falou que deixará de votar”, afirmou.

> PT de Lula não terá nenhum candidato próprio a prefeito e lançou apenas 16 para vereador

De acordo com aliados, o apoio serviu para que Arthur Henrique ampliasse seu tempo de propaganda eleitoral na TV e também evitasse que a candidata do governador, a deputada estadual Catarina Guerra (União), colasse nele a pecha de “esquerdista” — algo que poderia ser decisivo numa cidade em que 50% dos eleitores se identificam como de direita, segundo pesquisa Quaest divulgada em 27 de agosto. De acordo com a sondagem, 44% dos eleitores de Boa Vista gostariam que o prefeito fosse aliado de Bolsonaro e apenas 5% de Lula. Outros 39% preferem que ele seja independente.

Apesar da popularidade de Bolsonaro e do tamanho da bancada federal, o PL terá posição de coadjuvante na disputa, com candidatos a vice em cinco cidades e foco na eleição de vereador. A atual direção da sigla prometia concorrer em todas as cidades, mas só disputará a prefeitura em Cantá e Alto Alegre — em ambas, contra os atuais prefeitos. Até partidos menores, como Rede, Psol, PDT e Podemos, terão mais nomes na eleição municipal.

O PL de Roraima é comandado desde o ano passado por Valdeilson da Silva, autodenominado “Deilson Bolsonaro”, que, segundo políticos locais, é filho de uma ex-funcionária do ex-presidente e tem uma relação de grande proximidade com ele. O **Valor** tentou contato com ele, mas Deilson desligou após a reportagem se identificar e não retornou mais as ligações ou mensagens.

O PT de Lula, contudo, consegue ser ainda menor. A sigla não terá nenhum candidato próprio a prefeito e lançou apenas 16 para vereador. Os governos petistas têm, há anos, alta rejeição no Estado. Segundo políticos locais, isso ocorre pela percepção de que o PT travou o desenvolvimento de Roraima com a demarcação de terras indígenas e pela posição pró-garimpo dos eleitores, que foi a base de fundação do Estado — inclusive homenageada com estátua na principal praça da capital, em frente ao palácio.

A federação do PT com PV e PCdoB até terá candidato na capital: o arquiteto Mauro Nakashima (PV). Mas, como o próprio admite, os petistas não têm feito campanha para ele, que entrou no PV em 2013, pela identificação com as ideias de desenvolvimento sustentável, e estava fora do país, estudando urbanismo e trabalhando para uma incorporadora imobiliária, quando a federação foi fundada em 2022.

Ao voltar ao Brasil e participar das reuniões com a militância do PV, Nakashima defendeu que a federação do presidente tivesse candidato próprio em Boa Vista e foi escolhido. “Pedi um vice do PT. Ficamos uma semana procurando e não tinha. Fomos de chapa pura [do PV]”, conta. Lula gravou vídeo de apoio para ele, mas que até agora não foi divulgado nem na TV nem na internet.

O candidato admite um drama na campanha: abraçar a causa de ser o candidato do governo federal, com a rejeição que isso trará, ou investir mais na própria figura para se tornar conhecido. “Sou religioso, mais de centro, não idolatro pessoas e políticos”, disse. “Queremos criar um novo grupo no Estado, que faça política de forma diferente. A atual classe política não permite o desenvolvimento econômico de Roraima para não perder poder.”

A expectativa é ganhar votos como uma “terceira via”. Até agora a estratégia não deu resultado e ele pontuava 1% dos votos, contra 56% do prefeito e 19% da candidata de Denarium, na pesquisa mais recente (Quaest, com 704 entrevistados entre 14 e 16 de setembro, margem de erro de 3,7 pontos percentuais e registro RR-08408/2024).

REPRODUÇÃO DE VÍDEO



Zeitoune, Henrique e Bolsonaro: ex-presidente gravou um vídeo de apoio

Ramagem muda de posição após dar ‘nota 7’ a Castro

Camila Zarur
Do Rio

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL), candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, mudou sua posição em relação ao governador do Estado, Cláudio Castro (PL), e afirmou não aprovar a política de segurança adotada pelo aliado. Em sabatina do “RJTV”, da TV Globo, na segunda-feira (23), o bolsonarista evitou defender o correligionário e afirmou que espera ser eleito para poder “apontar falhas” da gestão estadual.

A postura atual é diferente da adotada por Ramagem no início do mês, quando, em sabatina realizada pelo **Valor**, “O Globo” e CBN, deu “nota 7” para Castro “passar de ano”. Agora, em entrevista à TV, o candidato disse que não está elogiando o governo do Estado. “Não aprovo [a política de segurança]. Eu não tenho elogiado, tenho usado fatos. Nota 7 para mim é nota mais ou menos. A gente tem que focar no 9 ou no 10. Sete é bom para passar de ano, mas não serve”, disse Ramagem.

Ele continuou: “Temos que fazer mais e entender que estamos numa guerra por território. O Estado não está fazendo isso.” Ramagem escolheu como principal pauta da campanha a segurança pública e tem usado o tema para criticar o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), que aparece como favorito nas pesquisas eleitorais. No entanto, o responsável direto por conter a violência é o governador, chefe das polícias Civil e Militar.

Com a mudança de postura, evitando defender Castro, Ramagem tenta não entrar em contradição ao criticar a segurança no Rio e, ao mesmo tempo, elogiar o encarregado por ela. Ao ser questionado sobre isso, Ramagem afirmou que há “erros no próprio partido”, referindo-se ao PL. “Eu sou vinculado a um partido, mas pode ter erros no próprio partido”, disse. “Se o governo do Estado estiver falhando, nós vamos apontar a falha. Doa a quem doer. Pode ser do meu partido ou não. Nós vamos demonstrar o que tem que ser feito.”

> “A vacina da covid-19 não imuniza e não previne o contágio”

Ramagem também fez críticas à educação do Estado. Ele afirmou que o Rio de Janeiro “não está conseguindo fazer bons números” no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Houve uma queda na avaliação da rede estadual, segundo dados deste ano, e as escolas da rede pública fluminense tiveram o pior resultado no ensino médio da região Sudeste. “É uma questão de estar com o partido, mas é uma questão de se verificar todas as boas práticas que estão sendo colocadas no Brasil inteiro”, disse Ramagem.

Na sabatina, o bolsonarista afirmou não ter tomado a dose de reforço da vacina contra a covid-19. Ele defendeu que o imunizante seja facultativo e disse que ele “não imuniza”, apesar de todas as evidências científicas que comprovam que a droga foi responsável por conter a pandemia. “Antes de tomar a vacina, eu já tinha sido infectado pela covid e apenas tomei a vacina porque tive uma viagem internacional a trabalho e estava exigindo [a vacinação] E aí fui e tomei a vacina. Foi somente essa dose que eu tomei”, disse. “Quero colocá-la como facultativa. A vacina da covid não imuniza e não previne o contágio”, afirmou.

Ramagem também foi perguntado sobre sua aliança com o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (Republicanos). O bolsonarista afirmou que, se for eleito, o ex-deputado não fará parte do seu governo.

Cunha, presidente municipal do Republicanos, é um dos articuladores da candidatura de Ramagem e tentou emplacar a indicação do vice na chapa do candidato. O partido e o MDB formam a coligação do bolsonarista.

FÁBIO ROCHA/TV GLOBO



Alexandre Ramagem, no RJTV, da Globo: “Temos que fazer mais e entender que estamos numa guerra por território”

CCJ rejeita recurso de Brazão contra parecer por cassação

De Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados rejeitou nesta segunda-feira o recurso do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) para cancelar o parecer do Conselho de Ética da Casa pela sua cassação. O parlamentar é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol-RJ), o que ele nega.

Foram 57 votos para rejeitar o recurso e seguir com a cassação e apenas dois para reiniciar o processo — dos deputado Waldemar Oliveira (Avante-PE) e Dani Cunha (União-RJ), aliada política de Brazão e filha do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. A sessão ocorreu com votação virtual, já que os deputados estão participando da campanha eleitoral nos municípios, e nenhum dos parlamentares presentes defendeu a inocência dele.

Brazão é acusado pela Polícia Federal e pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de ser um dos mandantes do assassinato da então vereadora em 2016, ao lado do irmão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Domingos Brazão. Ambos estão presos desde março. Eles teriam ordenado a morte porque ela teria “se tornado uma ameaça” aos negócios da milícia na zona oeste do Rio de Janeiro.

O Psol entrou com representação para cassar o parlamentar, que foi acolhido pelo Conselho de Ética da Câmara por 15 votos a 1. Os advogados de Brazão, porém, recorreram à CCJ com o argumento de que a relatora do processo, deputada Jack Rocha (PT-ES), foi tendenciosa no caso porque “já havia externalizado posicionamento contrário ao deputado [em suas redes sociais] em razão dos mesmos fatos”.

Além disso, a defesa alega que a ausência de várias testemunhas prejudicou o princípio do contraditório e da ampla defesa. Os advogados sugerem “a reabertura da instrução probatória para que se proceda à oitiva de todas as testemunhas indicadas no plano de trabalho, inclusive mediante convocação”.

No mesmo recurso, os responsáveis pela defesa de Brazão argumentam que a representação do Psol contra o deputado deveria ser julgada improcedente, considerando o histórico do Conselho de Ética de arquivar os casos que envolverem fatos anteriores ao atual mandato.

Relator do recurso, o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-ES) rejeitou todos os argumentos da defesa. “A gravidade das acusações imputadas ao recorrente impõe um rigor especial na avaliação da conduta. Tais acusações não apenas afetam a imagem do parlamentar, mas também a credibilidade e a honra da instituição da Câmara dos Deputados como um todo”, disse.

Ele também defendeu que Jack Rocha estava no seu direito de liberdade de expressão e das prerrogativas do mandato ao comentar o processo e lembrou que o processo no Conselho de Ética tem natureza político administrativa. “A sanção proposta respeita a necessidade de proteção da integridade institucional, sendo uma resposta adequada à seriedade das acusações e ao potencial dano à honra e imagem do Poder Legislativo”, afirmou.

Para o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), o parlamentar deve perder o mandato pela gravidade do fato. “A anterioridade do fato é uma polêmica, é uma discussão. Tenho até minha posição própria em relação a isso. Tudo o que repercute no momento presente deve ser considerado”, defendeu. “O que diz o relatório da Polícia Federal, corroborado pela Procuradoria-Geral da República e pelo Supremo Tribunal Federal, é que ‘até os dias atuais é possível aferir a movimentação de Domingos, Chiquinho e Rivaldo no sentido de criar obstáculos a regular elucidação dos fatos”.

Com a rejeição do recurso, o processo de cassação do deputado seguirá agora para o plenário da Câmara. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), decidirá o dia em que será analisado o caso — provavelmente só em outubro ou depois, por causa das eleições municipais. Para que Brazão seja cassado, é preciso o apoio de pelo menos 257 dos 513 deputados, em votação aberta. O plenário também pode decidir por abrandar a pena e, no lugar da cassação, promover a suspensão do mandato ou mera advertência.

Oriente Médio Dia mais sangrento em décadas ocorre após uma sequência de ataques israelenses para desestruturar o Hezbollah

Israel bombardeia o Líbano e mata quase 500 pessoas

Polina Ivanova e Malaika Kanaaneh Tapper
Financial Times, de Jerusalém e Beirute

Israel lançou ontem uma onda implacável de ao menos 800 ataques aéreos contra o que disse ser alvos do Hezbollah, matando quase 500 no dia mais sangrento no Líbano em décadas e aproximando mais a região de uma guerra total.

Aviões de guerra israelenses atingiram centenas de alvos em todo o país, incluindo os subúrbios ao sul de Beirute, com o governo do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, intensificando seu ataque ao Hezbollah em uma "nova fase" da guerra.

O bombardeio aumentou as preocupações com hostilidades em grande escala no Oriente Médio e espalhou pânico pelo Líbano, fazendo dezenas de milhares de pessoas fugirem das áreas atingidas. O número de mortos de ontem é o maior desde que Israel lançou uma ofensiva por terra contra o Hezbollah em 2006 e ocorreu apesar do alerta dos EUA para Israel não intensificar sua campanha militar contra o grupo militante xiita apoiado pelo Irã.

Os ataques também se seguiram à detonação de milhares de pagers e walkie-talkies na semana passada, que deixaram ao menos 37 mortos, e do bombardeio, na sexta-feira, que matou 15 comandantes do Hezbollah que estavam reunidos no sul de Beirute.

O exército de Israel disse que atingiu as centenas de alvos do Hezbollah e continuará a atacar prédios onde acredita que o grupo militante está armazenando armas, alertando os civis para que deixem esses locais. "Não estamos esperando pela ameaça, estamos nos antecipando a ela", disse Netanyahu em uma declaração em vídeo, alertando para "dias difíceis" pela frente. "Estamos eliminando figuras importantes, terroristas e mísseis. Prometi que iríamos mudar o equilíbrio da segurança, o equilíbrio do poder no norte — e é o que estamos fazendo."

Ontem à noite, o Gabinete israelense aprovou uma "situação especial [de emergência]" em todo o país, que dará mais liberdade às forças armadas para restringir a vida e as atividades civis devido ao conflito, em antecipação a uma resposta feroz do Hezbollah.

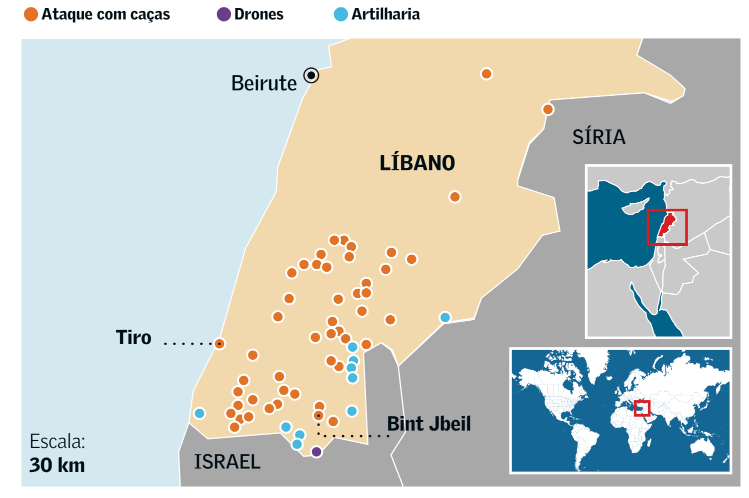
O Ministério da Saúde do Líbano disse que havia um grande número de mulheres e crianças estão entre os 492 mortos e que ao menos 1.650 pessoas ficaram feridas.

As estradas do sul do Líbano ficaram lotadas de carros enquanto civis fugiam dos ataques para o norte, em direção a Beirute, e escolas de todo o país foram transformadas em abrigos de emergência para os desalojados.

Israel emitiu vários alertas ao longo do dia, pedindo aos civis que deixassem quaisquer prédios onde o Hezbollah estivesse armazenando armas, primeiro no sul do Líbano e depois no Vale do Bekaa, no leste. Ambas são áreas onde o Hezbollah tem uma presença importante há muito tempo.


MOHAMMED ZAATARI/AP
Milhares de pessoas tentam fugir de carro da cidade libanesa de Sidon, um dos alvos dos bombardeios israelenses

Ataques se espalham pelo Líbano
Ofensiva israelense chega a várias cidades



Fontes: Instituto para Estudos da Guerra; Critical Threats Project (AIE) / Bloomberg

Moradores de Beirute disseram ao "Financial Times" que receberam chamadas de alerta em seus telefones fixos dos militares israelenses ordenando que os habitantes de vilarejos em áreas-alvo deixassem suas casas.

Em suas declarações, as forças armadas de Israel disseram que as pessoas tinham duas horas para deixar todos os potenciais alvos e os aconselharam a se afastar pelo menos 1 quilômetro.

Em resposta aos ataques dos militares de Israel, o Hezbollah disse ter disparado dezenas de mísseis contra vários alvos no norte de Israel, incluindo um local de propriedade da companhia de defesa Rafael, ao norte de Haifa. Ele enfatizou que os ataques "em defesa do Líbano e seu povo" foram voltados para alvos militares.

Sirenes soaram várias vezes ao norte de Israel ao longo do dia. Mas menos foguetes chegaram a centros populacionais em Israel do que no domingo, quando o grupo xiita atingiu o subúrbio de Haifa. A Cisjordânia foi alvo de um ataque com 10 foguetes do Hezbollah. Segundo o exército de Israel, os projéteis atingiram áreas abertas.

Um ataque atingiu uma casa particular na vila de Givat Avni na Galileia, segundo informou a imprensa israelense. Foguetes também foram interceptados sobre a Cisjordânia ocupada, segundo disse um conselho regional para os assentamentos israelenses na área.

O ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, disse aos cidadãos para se prepararem para uma resposta mais intensa. "Estamos intensificando nossos ataques no Líbano, a sequência de operações continua", disse ele. "Temos pela frente dias difíceis em que o povo terá que mostrar compostura e disciplina."

A escalada alimentou temores de que uma guerra aberta terrestre possa ser iminente. Perguntado sobre a possibilidade de uma incursão terrestre no sul do Líbano, o contra-almirante Daniel Hagari, um porta-voz dos militares israelenses, disse que o país continuará "fazendo o que for necessário" para impedir que o Hezbollah consiga atacar o norte de Israel e permitir que os moradores locais retornem para suas casas.

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, disse que Israel tenta "prender" seu país em uma guerra mais ampla. "Eles estão nos arrastando para um ponto que não queremos ir", disse a jornalistas.

Apesar da tensão, o preço internacional do petróleo seguiu a tendência dos últimos meses e fechou em baixa. O petróleo Brent caiu 0,65%, para US$ 73,21 por barril.

Ziad al-Makary, ministro da Informação do Líbano, em uma rede social, disse que o grande número de mensagens telefônicas "aleatórias" pedindo às pessoas que deixassem suas casas faz parte da "guerra psicológica" de Israel.

Os ataques aéreos provocaram cenas caóticas em todo o país. Vídeos veiculados na mídia libanesa mostraram explosões sacudindo vilarejos no Vale do Bekaa, e paramédicos e moradores abrindo caminho entre os escombros depois de um ataque aéreo. Escolas foram fechadas na região sul do Líbano, no Bekaa e no sul de Beirute.

O primeiro-ministro libanês, Najib Mikati, disse que os ataques israelenses são uma "guerra de extermínio". Citando o secretário-geral da ONU, António Guterres, que alertou no domingo que o sul do Líbano poderá se transformar em "outra Gaza", Mikati pediu à comunidade internacional que "pressione Israel para acabar com sua agressão".

As hostilidades seguem a detonações em massa de dispositivos de comunicação que mataram 37 pessoas e feriram mais de 3.000 no Líbano, que o Hezbollah atribuiu a Israel, que por sua vez não confirmou nem negou diretamente sua responsabilidade.

O governo do Brasil condenou os ataques e recomendou aos seus cidadãos no Líbano para que deixem o país. O Itamaraty procura tirar brasileiros do Líbano, disse o assessor especial da Presidência, Celso Amorim. Para ele, "ali o risco é de uma guerra total".

Netanyahu busca desgastar o Hezbollah sem ser acusado de dar início à 'guerra total'

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

Parte da razão pela qual nem Israel nem Hezbollah têm usado oficialmente a palavra "guerra" para descrever a atual onda de ataques — a mais mortífera desde 2006 — é porque ambos ainda esperam alcançar os seus objetivos sem desencadear uma conflagração mais grave na região — ou ser responsabilizados por ela.

Israel quer ocupar militarmente uma faixa de 10 quilômetros de largura ao longo de sua fronteira com o Líbano — em território libanês — para criar uma "zona-tampão" e dificultar os ataques ao norte israelense. Para isso, aposta no desgaste no Hezbollah em vez da guerra total.

Já o Hezbollah, com ataques de foguetes e drones, espera pressionar Israel a concordar com um cessar-fogo com o grupo terrorista Hamas — a milícia islâmica que lançou os ataques terroristas de 7 de outubro e deu início à guerra. Como o Hezbollah, o Hamas é armado e patrocinado pelo Irã.

"Embora as tensões estejam aumentando, a situação no sul e do leste do Líbano não é a de uma guerra clássica em grande escala, já que tanto o Hezbollah quanto Israel esperam usar meios limitados para pressionar um ao outro", disse Lina Khatib, especialista em Oriente Médio da Chatham House, um centro de estudos internacional com sede em Londres.

O premiê israelense, Benjamin Netanyahu, prometeu fazer tudo o que for necessário para pôr fim definitivo aos ataques do grupo libanês para permitir que cerca de 60 mil moradores no norte de Isarel possam voltar para casa sem que sofram ameaças.

O governo de Israel enfrenta internamente a desconfiança de parte da população que acredita que Netanyahu e sua equipe têm feito pouco para liberar os cerca de 70 reféns que se estima ainda estão vivos sob o poder do Hamas.

Esses cativos foram levados de Israel nos atentados de 7 de outubro, que deixou também 1,2 mil mortos — quase todos, israelenses. A abertura de uma frente no norte, contra o Hezbollah é fator tanto de distração quanto uma aposta na união nacional.

Os ataques no Líbano ocorrem a contragosto dos EUA, porém, o governo Joe Biden vê pouca chance de interferir nas decisões militares de Netanyahu. A imagem de Israel para a Casa Branca ficou pelo menos arranhada com a resistência de Israel em aceitar uma trégua com o Hamas.

Israel, porém, é um ponto delicado para o establishment americano — sobretudo em um período eleitoral. O balão de ensaio lançado pela Casa Branca de que poderia cortar o envio de armas e recursos para as forças armadas israelense não foi bem recebido pela comunidade judaico-americana. Com isso, a diplomacia americano fez vista grossa às posições mais radicais de Netanyahu.

"Em razão da guerra com o Hamas e da resistência em firmar um acordo, muitos governos ao redor do mundo agora veem Israel como um parceiro mais problemático. Neste sentido, os israelenses sofreram grande perda em termos de imagem e de soft power nos últimos meses", disse ao **Valor** o cientista político Ian Bremmer, do Eurasia Group. "Mas o que mais interessa na prática é que isso não está minando significativamente a disposição dos EUA de coordenar, vender armas ou fornecer ajuda militar", afirmou Bremmer.

"Nem está diminuindo o apetite dos Estados do Golfo Pérsico — históricos aliados dos palestinos e dos libaneses — de obter acesso à tecnologia militar israelense. Por isso, considero que não se deva exagerar em imaginar que Israel esteja sob alguma pressão regional ou global", prosseguiu o analista.

"Se alguém dissesse a mim ou à maioria dos analistas no meio de 2023 que o Hezbollah estaria atacando bases israelenses em Israel, e Israel estaria atacando o sul do Líbano e partes do sul de Beirute, eu teria dito, 'ok, isso é uma guerra total'", disse Andreas Krieg, analista militar do King's College London, à agência Associated Press. O termo ainda não foi aplicado ao conflito actual porque "não há invasão por terra", disse — acrescentando que isso é "um cálculo estratégico. "Mas essa pode ser a métrica errada para determinar o que é uma guerra", acrescentou.

> "Hezbollah e Israel ainda esperam limitar seus meios de pressão"
> *Lina Khatib*

"Acho que os israelenses estão tentando dizer ao Hezbollah: venha para a mesa de negociações e resolveremos isso por meio da diplomacia, ou vamos encurralá-lo até que você reaja de forma exagerada", disse Krieg. "E isso, sim, será uma guerra total."

As autoridades israelenses afirmam que não querem uma guerra total com o Hezbollah e que esta pode ser evitada se o grupo armado parar os seus ataques e se afastar da fronteira. Apesar da preocupação das principais forças da região com o potencial impacto de uma guerra generalizada — em termos econômicos, políticos e humanos — pouco se faz para conter a escalada da violência.

O Hezbollah também diz que não quer uma guerra, mas está preparado para uma, e manterá os ataques a Israel. Israel e Hezbollah trocam tiros repetidamente há quase um ano, até que o nível de tensão atingisse o de ontem.

Até recentemente, os especialistas geralmente concordavam que qualquer guerra futura entre Israel e o Hezbollah seria semelhante à guerra que travaram em 2006, mas muito, muito pior. Durante anos, as autoridades israelenses alertaram que em qualquer nova guerra com o Hezbollah, o exército cobraria um preço alto no Líbano, destruindo infraestruturas críticas e arrasando redutos do grupo. *(Com agências internacionais)*

EUA vão proibir peças chinesas em carros conectados

Alexander Ward
Dow Jones, de Washington

O governo Joe Biden propôs ontem a proibição de componentes chineses e russos dentro de veículos conectados nas rodovias americanas, aumentando significativamente os esforços para evitar que os principais adversários dos EUA espionem o país.

Em fevereiro, o Departamento do Comércio anunciou uma investigação sobre os potenciais riscos que os carros inteligentes chineses, softwares e certas peças, como sensores, representam para os EUA e perguntou a especialistas do setor qual a melhor forma de lidar com o problema. A medida de ontem apresenta o plano do governo Biden de restringir o uso desses itens e adicionou hardwares e softwares russos às proibições propostas. A política poderá se tornar oficial em alguns meses.

Como a maioria dos veículos fabricados hoje se conecta à internet, membros do alto escalão do governo esperam que todos os veículos fabricados na China se enquadrem na proibição. O governo Biden teme que Pequim e Moscou possam coletar dados sobre a infraestrutura e os motoristas americanos — bem como hackear comunicações usadas para manter operacionais os veículos conectados.

"Não é preciso muita imaginação para entender como um adversário estrangeiro com acesso a esses dados pode representar um risco grave para a nossa segurança nacional e a privacidade dos cidadãos americanos", disse a secretária do Comércio Gina Raimondo. A China nega que roube dados americanos para seus propósitos econômicos e de segurança nacional.

O Departamento do Comércio fará audiências públicas com as partes interessadas sobre a implementação das novas restrições. Se forem aprovadas, as proibições aos softwares entrarão em vigor para os modelos de veículos de 2027, com as proibições de hardware começando nos modelos de 2030.

A Casa Branca vê o anúncio de ontem como uma medida de segurança nacional, a mais nova ofensiva na disputa de superpotências com a China e o contínuo estrangulamento econômico da Rússia após sua invasão da Ucrânia. O anúncio também ocorre a algumas semanas das eleições presidenciais, com a vice-presidente democrata Kamala Harris e o ex-presidente republicano Donald Trump cortejando os eleitores de Estados indecisos, como Michigan, que possui uma indústria automobilística importante.

O conselheiro de Segurança Nacional Jake Sullivan disse no domingo que os EUA já detectaram a inserção de malware pela China em infraestruturas críticas dos EUA. "E com potencialmente milhões de veículos nas ruas, cada um com uma vida útil de 10 a 15 anos, o risco de perturbações e sabotagens aumenta dramaticamente."

Múltis como Meta e Tesla minam a democracia, aponta relatório

Pedro Borg
De São Paulo

Algumas das maiores empresas do planeta são também grandes ameaças às democracias pelo mundo, por fomentar grupos de extrema direita, minar leis ambientais e de transição verde e ignorar direito de trabalhadores com objetivo de proteger e expandir seus lucros, aponta relatório divulgado ontem pela União Internacional de Sindicatos Comerciais (Ituc, na sigla em inglês).

Amazon, Blackstone, Exxonmobil, Glencore, Meta, Tesla e Vanguard Group foram citadas pela Ituc como as companhias que apresentam maiores desafios à democracia mundial por se beneficiarem "financeiramente ao continuar violando os direitos sindicais e humanos, monopolizando a mídia e a tecnologia, exacerbando a catástrofe climática e privatizando os serviços públicos".

Entre as ações mais destacadas para minar a democracia citadas pela Ituc estão o apoio a grupos de extrema direita, processo observado em empresas como Blackstone, Meta e Tesla. O relatório também cita ações da Amazon para minar o direito de mulheres e de legislação antitruste como maneiras de apoiar grupos extremistas.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Em vez de aumentar, governo reduz a contenção de gastos

As despesas continuam crescendo acima das receitas, o governo tem uma meta central de déficit zero e seria de supor que, na regular revisão bimestral de ambas, houvesse um aperto compensatório, que não ocorreu. O contingenciamento, feito quando as receitas não estão dentro do previsto, foi reduzido de R$ 3,8 bilhões para zero. O bloqueio, que ocorre quando as despesas correm o risco de ultrapassar o teto, foi acrescido de R$ 1,7 bilhão. No total a contenção de gastos foi reduzida de R$ 15 bilhões para R$ 13,3 bilhões.

O governo poderá cumprir piso da meta, de R$ 28,7 bilhões, mas isso será devido em grande parte à somatória de expedientes permitidos pelo novo regime fiscal e pelos créditos extraordinários, que não são computados no objetivo fiscal. A dívida crescerá bem acima do déficit de 0,25% do PIB, que, com a conta de juros — em nova escalada —, levará a um déficit nominal superior ao R$ 1 trilhão de 2023.

As receitas totais e a receita líquida avançaram no ano até agosto 8,8%, ante IPCA de 2,85% no período, embora ambas ainda estejam R$ 20 bilhões abaixo do que consta na lei orçamentária de 2024 (LOA). A despesa primária cresce mais. Após expansão real de 12,5% no ano passado, subiu 9,6% nos oito meses do ano. A diferença entre despesa primária e receita líquida é de R$ 68,8 bilhões, 0,6% do PIB. Por contas simples, há necessidade de arrocho nos gastos, mas nada é simples no novo regime fiscal e nas regras orçamentárias.

Os R$ 40 bilhões que separam o piso do resultado de receitas menos despesas decorre de gastos fora do teto de despesas — R$ 38,6 bilhões de créditos extraordinários para reconstruir o Rio Grande do Sul e R$ 540 milhões para combate aos incêndios no campo. O Supremo Tribunal Federal retirou da meta fiscal os precatórios até o fim de 2026. Essa conta consumiu R$ 92,38 bilhões em 2023 e R$ 30,1 bilhões no atual exercício. A LOA permitiu abater R$ 5 bilhões dos recursos investidos pelas estatais federais no Programa de Aceleração do Crescimento. Por isso, seu déficit caiu de R$ 7,3 bilhões a R$ 3,7 bilhões.

Continuam a empurrar as despesas para cima e desmentir as estimativas de despesas os gastos líquidos do regime geral da previdência e agregados. Eles estão até agosto R$ 23 bilhões acima do orçado na LOA, e os com o benefício de prestação continuada são R$ 8,4 bilhões maiores. As previsões de receitas, por seu lado, sofreram uma reviravolta, sem alterar o resultado primário final. Houve frustração de R$ 25,7 bilhões, em função dos irrisórios recursos provenientes da mudança do voto de qualidade no Carf. A estimativa inicial é que trouxessem R$ 55 bilhões para o Tesouro, mas ela foi reduzida na revisão de julho para R$ 37 bilhões e agora para R$ 840 milhões. As receitas estimadas para concessões e permissões estão R$ 24 bilhões abaixo dos R$ 44 bilhões da LOA.

Mas novos R$ 30 bilhões ingressaram como receitas. A previsão de dividendos cresceu R$ 10 bilhões, parte pela promessa do BNDES de pagar mais do que o exigido por lei, embora sua direção tenha reivindicado reduzir o que deve de empréstimos ao Tesouro em 2023, alegando que isso prejudicaria seu cronograma de investimentos. Novos recursos deverão vir do recolhimento pelo Tesouro do dinheiro empoçado na Caixa Econômica Federal (R$ 6,3 bilhões), dos depósitos judiciais em processos encerrados (R$ 8 bilhões) e do Desenrola Agências Reguladoras (R$ 4 bilhões), da negociação de créditos não tributários devidos à União.

Nas receitas extraordinárias da Receita no resto do ano (setembro a dezembro), estimaram-se R$ 33,7 bilhões. O fim dos subsídios ao ICMS, que eram abatidos de impostos federais, deverá recolher R$ 9,4 bilhões, a transação integral com a Receita, mais R$ 10 bilhões, acordos com a Procuradoria Geral da Fazenda, R$ 5,2 bilhões e a restrição de compensação tributária, limite imposto ao abatimento de créditos pelas empresas, outros R$ 8 bilhões.

O Prisma Fiscal de setembro, que reúne projeções dos analistas, prevê, na mediana, que o governo central feche com rombo primário de R$ 73,5 bilhões, distante da meta. O governo, porém, ainda tem trunfos como o empoçamento de recursos (não gastos), de R$ 20 bilhões, na média, nos últimos anos. As chances de o piso ser cumprido aumentaram, assim como a distância entre o resultado formal e os gastos que aumentarão de fato a dívida da União, reduzindo a efetividade da meta fiscal como parâmetro de calibragem do endividamento.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, visitou ontem em Nova York a S&P e a Moody's, empresas de classificação de risco, e disse que o cumprimento da regra fiscal poderia levar o país a reconquistar o grau de investimento, perdido em 2015. Quando a S&P elevou a nota do Brasil (dezembro de 2023) e a Moody's mudou de estável para positiva a perspectiva da dívida, ambas ressaltaram a fragilidade fiscal do país, que continua. Ao ampliar gastos com a economia perto do aquecimento, o governo Lula levou o Banco Central a iniciar novo ciclo de alta de juros, que arruinará resultados positivos que um dia, talvez, o novo regime traga. Cada ponto percentual de aumento da Selic eleva a dívida líquida em R$ 52,4 bilhões.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Haverá impacto significativo na produtividade da economia ou do setor da intervenção? Por **Carlos Primo Braga**

A regra do polegar, ou como julgar políticas industriais

Recentemente escrevi sobre o "tsunami" de novas políticas industriais adotadas por vários países ("Política industrial, miragem ou solução?", **Valor** 23/08/2024). Observei que é importante monitorar os custos e os benefícios de tais políticas para evitar erros. Sugiro aqui algumas considerações básicas sobre como avaliar tais políticas.

De uma forma sintética, recomendo a utilização de uma regra do polegar (rule of thumb). Essa expressão tem uma longa tradição no mundo anglo-saxônico e é possível identificar a sua utilização desde o século XVII. Ela provavelmente surgiu como uma solução prática no contexto de unidades de mensuração. Existe uma tradição histórica de se utilizar partes do corpo humano para medidas como a referência a "pés" para se medir distância.

Nos últimos anos a expressão se popularizou no contexto de obras de ficção como a série Fallout, exibida pela Amazon Prime Video. No primeiro episódio da série, o personagem Cooper Howard ensina a sua filha sobre como utilizar a regra do polegar na eventualidade de uma explosão atômica distante. Basicamente a pessoa deveria estender o seu braço e levantar o polegar de sua mão em direção à explosão. Se o "cogumelo" atômico observado fosse maior do que o seu dígito, isso significaria que a pessoa se encontrava em uma zona de perigo com respeito à radiação nuclear.

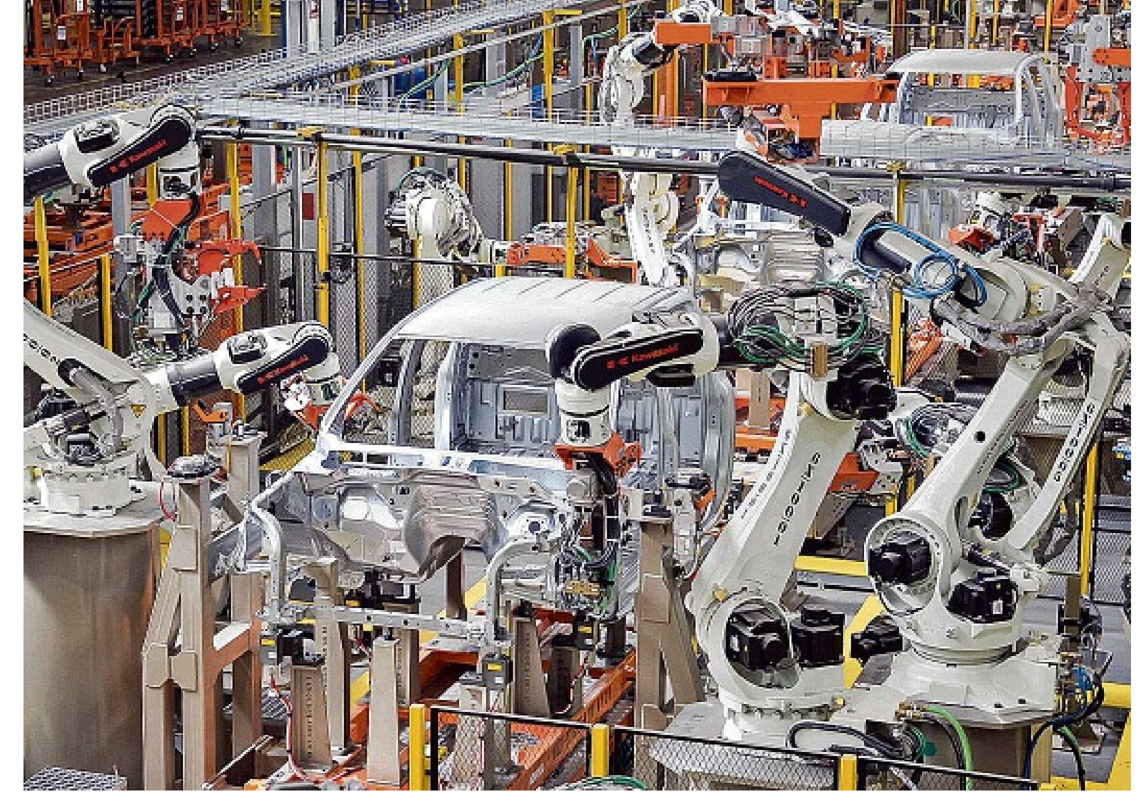
Evidentemente essa regra não funcionaria na prática já que o alcance radioativo de uma bomba atômica depende das características do artefato e a área afetada é influenciada pelo regime de ventos no local da explosão. Mas é interessante observar que na década de 1950, em meio à histeria da Guerra Fria, essa regra era ensinada nas escolas como um procedimento padrão nos EUA.

Na busca de uma regra simples para a avaliação de políticas industriais sugiro a seguinte questão como referência: as políticas consideradas ou implementadas terão um impacto significativo na produtividade da economia ou do setor alvo da intervenção?

O foco na questão da produtividade tem uma explicação simples. Como articulado por Paul Krugman há três décadas, "produtividade não é tudo na vida, mas no longo prazo é quase tudo". Por definição, o crescimento econômico reflete a expansão da força de trabalho e o aumento da produtividade do trabalho. Nas últimas décadas, foi observado um declínio significativo do crescimento da produtividade do trabalho na maioria dos países.

No caso de economias de alta renda, o crescimento anual da produtividade do trabalho caiu de 1,4% ao ano. no período 1995-2000 para 0,4% ao ano nos anos pós-pandemia. A situação dos países europeus é particularmente adversa nesse contexto: a produtividade do trabalho dos países da União Europeia havia atingido 95% da produtividade dos EUA por volta de 1995, mas hoje está abaixo dos 80% da produtividade americana.

A experiência de economias emergentes é similar na medida em que o crescimento da produtividade diminuiu de 2,5% ao ano no início do milênio para 0,8% ao ano após a pandemia. A experiência brasileira é igualmente preocupante: no período



DIVULGAÇÃO

1950-80, a produtividade do trabalho cresceu em cerca de 4% ao ano, mas desde então vem crescendo abaixo de 1% ao ano — a exceção setorial é o agronegócio, onde a produtividade continua a crescer acima de 4% ao ano.

É possível argumentar que essas estatísticas de crescimento da produtividade são influenciadas pela dificuldade de se calcular produtividade em economias onde a expansão do setor de serviços e a revolução digital vêm impactando significativamente a estrutura econômica. É indiscutível, porém, que o crescimento do setor industrial tem desapontado em muitos países e o interesse renovado em políticas industriais reflete isso.

É bem verdade que essa nova era de políticas industriais é alimentada por objetivos vários além da questão do crescimento econômico. Considerações de segurança nacional, resiliência de cadeias de produção e preocupações com mudanças climáticas têm sido invocadas como razões para essas políticas.

Existem metodologias sofisticadas de avaliação que permitem incorporar essas considerações. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem desenvolvido uma série de estudos sobre a eficácia de políticas industriais. Essas estratégias consideram objetivos como a agenda de descarbonização, autonomia estratégica, resiliência e produtividade, além dos instrumentos de política utilizados.

Esses instrumentos incluem intervenções focadas na oferta, afetando o desempenho de firmas (como incentivos para investimentos e acesso a insumos) e o desempenho setorial (o sistema tributário, políticas de comércio e de investimento), bem como políticas que influenciam a demanda (como compras governamentais e regulamentação).

As novas estratégias adotadas têm ido além da tradicional abordagem setorial. Em vários países políticas de inovação estruturadas como "missões" (como enfrentar mudanças climáticas ou ameaças à segurança nacional) e políticas focadas em tecnologias de propósito geral (inteligência artificial e semicondutores) vêm sendo privilegiadas.

Missões com um foco em tecnologia têm aparecido em muitos países. No caso brasileiro, a política industrial (Nova Indústria Brasil, NIB) articulada no "Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024-2026" é também estruturada em termos de missões.

Em paralelo com a NIB, o governo vem também anunciando novas iniciativas como o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (IA) 2024-2028. Esse plano tem como um dos seus eixos o desenvolvimento de soluções de IA para alavancar a produtividade da indústria brasileira em apoio direto à Missão 4 da NIB, que foca na transformação digital da indústria. Essas iniciativas são candidatas naturais para uma avaliação de acordo com a regra do polegar. A análise terá que levar em conta não apenas os seus resultados, mas também o custo associado com essas intervenções.

É importante que esses esforços se beneficiem de experiências bem-sucedidas como a Jornada de Transformação Digital do Senai-SP. Por fim, é fundamental reconhecer que os resultados de uma política industrial irão depender do contexto macroeconômico do país e do seu ambiente de negócios. Um programa ambicioso de "neoindustrialização" terá dificuldades de implementação caso essas variáveis conspirem contra o seu sucesso em virtude de desequilíbrios fiscais e do alto custo de se fazer negócios no país.

Carlos A. Primo Braga é professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-Diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial.

Presságios dos EUA para Brasil em 2026

Christopher Garman



É sempre bom ser prudente ao fazer comparações fáceis entre a política americana e a brasileira. Mas, nos últimos anos, os paralelos são notáveis. Nos dois países, o ciclo eleitoral teve momentos dramáticos, com candidatos questionando a validade das urnas e invasões às respectivas capitais. Brasil e Estados Unidos estão profundamente divididos; em ambos, os dois lados do espectro político veem o outro como uma ameaça à democracia.

Um outro paralelo está à vista. Nos EUA, a ameaça à democracia ocupou o centro da disputa para a Presidência em novembro: pela primeira vez, o tema extrapolou o debate entre comentaristas e lideranças políticas e entrou na lista das principais preocupações do eleitorado. Esse movimento pode ser um prenúncio para a corrida de 2026 no Brasil, mas com uma diferença importante: por aqui, é a direita quem deve abraçar a causa. A boa notícia é que, no Brasil, o risco real à democracia é menor do que parece.

Por lá, lideranças progressistas acusam o ex-presidente Donald Trump de ser autoritário desde 2016, quando lançou sua candidatura, atacando as urnas e o Judiciário. Depois de eleito, Trump apenas reforçou a tese, repetindo, ao longo de seu mandato, que as urnas não são confiáveis — desconfiança que culminou na invasão ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021.

Embora lideranças políticas e comentaristas já mencionassem o tema da democracia na mídia, as preocupações do eleitorado em 2016 eram economia, imigração e saúde; em 2020, o combate à covid-19, seguido por economia e imigração. O assunto só ganhou relevância eleitoral neste ciclo: segundo uma pesquisa da Morning Consult, 82% dos eleitores norte-americanos se dizem preocupados com o estado da democracia. E outros institutos mostram que quando perguntados sobre sua principal preocupação, entre 15% e 22% apontaram o tema — empatado com a preocupação com a imigração, e perdendo apenas para temas econômicos (entre 25% e 35%). Na segmentação por partido, a apreensão é maior entre os democratas, entre os quais o tema aparece como principal preocupação.

Esse foco é resultado não só de fatos como a invasão do Capitólio, mas também da estratégia eleitoral dos democratas, que argumentam que Trump representa uma ameaça à democracia e fazem do assunto um chamariz para seu eleitorado. Com a vice-presidente Kamala Harris à frente, a campanha passou a falar em "ameaça à liberdade", mas a mensagem segue a mesma. O tema, assim, transbordou para a opinião pública, o que eleva riscos para governança.

Há uma chance considerável de que o Brasil siga pelo mesmo caminho. Lideranças da esquerda, comentaristas políticos e líderes empresariais apontavam o governo Jair Bolsonaro como uma ameaça à democracia, pela insistência em atacar o sistema eleitoral, pelos ataques na Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2022, e pela minuta vazada sugerindo ordens para desrespeitar o resultado das urnas.

Não será surpresa se a ameaça à democracia se tornar tema relevante na eleição presidencial, como bandeira da direita

Mas, também aqui, o tema não foi relevante eleitoralmente nem em 2018 nem em 2022. Na última disputa presidencial, questões sociais e econômicas, seguidas pelo choque inflacionário após a pandemia, foram as principais preocupações dos eleitores. Em 2018, a corrupção tomou o centro do debate, o que ajudou a eleger Bolsonaro.

Mas se em 2026 o tema da "ameaça à democracia" também vier à tona por aqui, deverá ser pelas mãos da direita, não da esquerda. Desde 2022, a oposição ao atual governo acusa o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral de atuarem de forma indevida no combate à desinformação nas redes e influenciar o processo eleitoral — particularmente o STF, por agir como protagonista na investigação das "Fake News", na qual é acusador e juiz, e pelos supostos abusos no fechamento de perfis nas redes. A decisão de banir o X, mesmo que justificada juridicamente após Elon Musk descumprir uma ordem legal, ajudou a dar mais relevância ao tema na direita.

O que fica evidente é que lideranças da oposição não só estão colando o tema da ameaça à democracia e liberdade no topo de seus discursos eleitorais. A direita também deve tentar eleger uma bancada maior no Senado em 2026, com o intuito explícito de se contrapor ao Supremo, já que a Casa tem a prerrogativa de derrubar um ministro daquele tribunal. Assim, não será surpresa se o tema se tornar eleitoralmente relevante pela primeira vez na próxima eleição presidencial.

Ter uma parcela expressiva da população acreditando que a democracia está em risco não é saudável — nem no Brasil, nem nos EUA. Essa visão aumenta o risco de violência e exacerba o extremismo na tomada de decisões.

Aqui, no entanto, há uma ressalva importante: a existência de um certo "equilíbrio" político entre as forças progressistas e conservadora que evita exageros de ambos os lados. Os que se preocupam com tribunais extrapolando seus limites jurídicos têm o conforto de que um Senado mais conservador em 2027 deve servir como um sinal para que os tribunais moderem suas decisões. Já aqueles que temem uma ameaça à democracia vinda da direita podem encontrar alívio no fato que a maioria do Congresso com orientação centrista não embarcaria em uma onda antidemocrática.

Um país dividido gera muito ruído, e a polarização assusta. Mas a real ameaça à democracia está em países onde uma ala ganha demasiada força política entre eleitores e no Congresso, e encontra condições para alterar as regras democráticas e concentrar poderes no Executivo. É só olhar para o México e ver os perigos de um governo excessivamente forte. Este mês, o governo de José Manuel López Obrador conseguiu que o Senado aprovasse uma reforma profunda do Judiciário, que a oposição acusa de ser uma tentativa de acabar com a independência da Justiça e capturar todas as esferas de poder do país. Aqui, uma tentativa de minar ou alterar as regras do jogo a ponto de solapar instituições estaria limitada pelo fato de termos um país dividido, com forças políticas bem equilibradas — algo que dificilmente mudará no próximo ciclo eleitoral.

Christopher Garman é diretor-executivo para as Américas do Eurasia Group.

Enriquecer ficou perigoso no governo mais assertivamente socialista de Xi. Por **Ruchir Sharma**

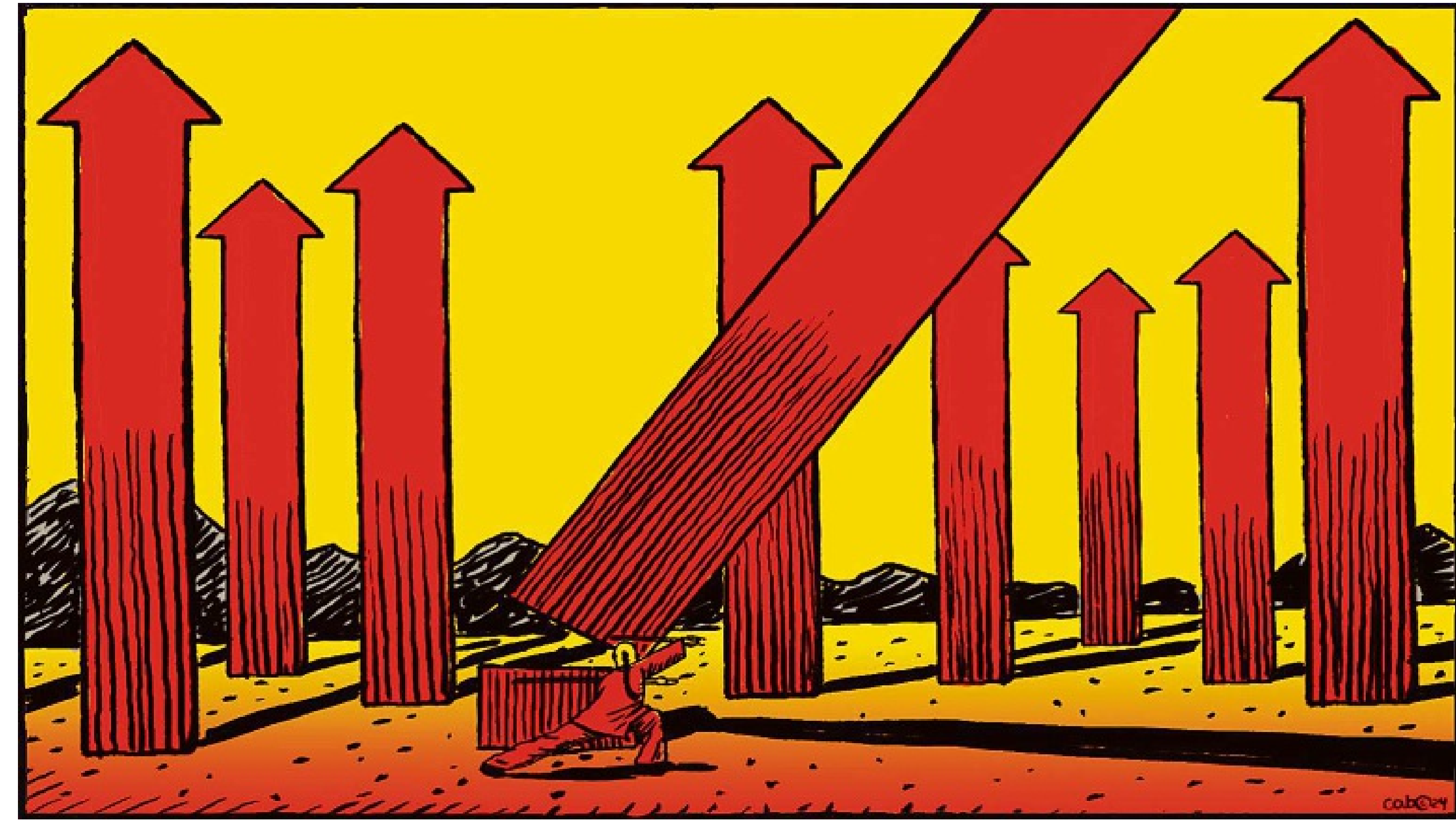
Ninguém quer ser o mais rico da China

No mês passado, Colin Huang, fundador da potência do e-commerce PDD, atraiu as manchetes habituais quando passou a ser o homem mais rico da China. Mas logo depois, a PDD surpreendeu os investidores com uma previsão de lucro pessimista. Sua ação caiu. Huang perdeu US$ 14 bilhões da noite para o dia e cedeu o primeiro lugar para Zhong Shanshan, fundador da gigante das bebidas Nongfu Spring. Em 24 horas, a Nongfu Spring emitiu sua própria e inesperada perspectiva desanimadora e Zhong também saiu do primeiro lugar da lista dos mais ricos.

Nas redes sociais chinesas, começaram discussões sobre a possibilidade de líderes empresariais chineses estarem desvalorizando deliberadamente os preços das ações de suas próprias empresas para evitar a crescente repressão contra a riqueza excessiva, que é o ponto central da campanha de "prosperidade comum" do presidente Xi Jinping. Não é implausível concluir, escreveu um corretor de Wall Street, que "ninguém quer ser o homem mais rico da China" no momento em que o governo se torna mais assertivamente socialista.

Seja qual for o verdadeiro motivo para esses alertas de lucros, a maneira como eles foram divulgados nas redes sociais chinesas reflete uma mudança real no zeitgeist nacional. Quando Deng Xiaoping tornou-se o líder supremo no fim da década de 70, ele desarmou a velha hostilidade maoísta à criação de riqueza. Ficar rico seria "glorioso" em sua nação cada vez mais capitalista.

Mas havia um porém. Era glorioso ficar rico — mas não rico demais. A China estava criando muito mais riqueza do que outros países em desenvolvimento, mas suas fortunas individuais permaneciam modestas em comparação com aquelas em economias muito menores, como a Nigéria e o México. Mesmo durante o boom estrondoso dos anos 2000, um limite não escrito parecia permanecer: nenhuma fortuna individual seria muito maior do que US$ 10 bilhões. A lista de bilionários da China também era incomum pela alta taxa de rotatividade em seus altos escalões.



Os super-ricos da China estão cada mais vez optando por se manter discretos. Torne-se o magnata mais rico dos EUA e você poderá lançar seu próprio programa espacial. Na China, você poderá procurar uma maneira de perder seu novo título, e ter um alvo colado nas costas

No início da década de 2010, pelo menos dois magnatas viram seu patrimônio líquido se aproximar da barreira dos US$ 10 bilhões, apenas para eles acabarem na prisão sob acusações de corrupção. Isso não quer dizer que as acusações fossem infundadas, mas a escolha dos alvos parecia refletir uma tendência persistente de nivelamento entre os líderes da China.

Esse instinto floresceu novamente sob Xi. Ao chegar ao poder em 2012, ele lançou uma campanha contra a corrupção que atingiu profundamente a elite. Os alvos iniciais frequentemente eram figurões do setor público — burocratas, filhos da elite do Partido Comunista. Com a desaceleração da economia chinesa, o regime parecia relutante em assustar a galinha dos ovos de ouro do setor privado: as empresas de tecnologia. Ao longo dos anos, muitos chineses acumulariam fortunas superiores a US$ 10 bilhões. Os três primeiros a romper esse limite, e continuar crescendo, foram fundadores de empresas de tecnologia lideradas por Jack Ma, da Alibaba.

Essa tolerância silenciosa mudaria em 2020, durante o boom do mercado impulsionado por estímulos. A China ganhou quase 240 bilionários — duas vezes mais que os Estados Unidos —, mas no final daquele ano Ma fez um discurso que ajudou a acabar com a festa. Em uma crítica velada, mas inconfundível, Ma questionou o rumo do governo do Partido Comunista, alertando que o excesso de regulamentação ameaçava desacelerar a inovação tecnológica, e que os bancos chineses sofriam de uma "mentalidade de casa de penhores".

A retaliação do Estado foi rápida. O preço da ação da Alibaba desabou. Ma caiu nas listas dos mais ricos e sumiu da vista do público. No início do ano seguinte, Xi lançou sua campanha de prosperidade comum e a repressão se estendeu para qualquer companhia considerada fora de sintonia com seus valores igualitários.

Nesta nova era, é perigoso ficar rico demais. Há muitas histórias sobre o Estado lançando investigações contra esta figura empresarial ou aquele financista. A pressão está secando os fundos de capital de risco, afastando os jovens de profissões lucrativas como banco de investimentos. O número de milionários que deixam a China vem crescendo e atingiu no ano passado o pico de 15.000 — superando de muito os êxodos de qualquer outra nação.

O setor privado está em retração. Desde 2021, o mercado de ações vem caindo, mas as empresas estatais aumentaram sua participação no valor de mercado total em mais de um terço, para quase 50%. A China agora tem o único grande mercado de ações do mundo em que as empresas estatais são avaliadas no mesmo patamar das do setor privado. Fortunas individuais encolheram dramaticamente nos últimos três anos; o número de bilionários caiu 35% na China, enquanto aumentou 12% no resto do mundo.

Os super-ricos da China estão cada mais vez optando por se manter discretos. Torne-se o magnata mais rico dos EUA e você poderá lançar seu próprio programa espacial. Na Índia, você poderá realizar casamentos de milhões de dólares para seus filhos. Na China, você poderá procurar uma maneira de perder seu novo título — e ter um alvo colado nas suas costas. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Ruchir Sharma é presidente da Rockefeller International. Seu livro mais recente é "The 10 Rules of Successful Nations".

Frase do dia

"O fato é que o fiscal se recuperou e superou as expectativas. Outro fato é que a economia está surpreendendo".

De Dario Durigan, da Fazenda, sobre resultado fiscal

Cartas de Leitores

Contas públicas

O **Valor** noticiou nesta última sexta-feira que a arrecadação federal bateu o 9º recorde mensal consecutivo, com crescimento real de quase 10%. Evidentemente, esse crescimento real na arrecadação não é sustentável, mas isso não tem impedido o governo federal de ameaçar não cumprir com a meta fiscal. Ou seja, os gastos do governo também estão crescendo a um ritmo de 10% ao ano, o que explica muito do atual crescimento do nosso PIB. Fico quase deprimido e desesperado ao imaginar a "bagunça" em que se encontra Brasília e na "covid" das finanças públicas que se aproxima a galope.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Alta nos juros

O BC elevou a taxa de juros conforme já era esperado. O percentual foi pouco, 0,25%, comparado a uma inflação que resiste em cair. E não adianta espernear. Se o governo é gastão, falta mais dinheiro para repor o caixa e a inflação avança. São as manobras que o governo petista insiste em fazer, como a emissão de créditos extraordinários, para não contabilizar gastos.

Traduzindo em linguagem simples, quanto mais o governo gasta, mais os juros sobem. E se Lula quer de fato uma inflação controlada, é preciso antes de tudo se controlar, cortando gastos. Simples assim. O mercado é aquele senhor que não se deixa enganar. Ele cobra a fatura a juros altos por discurso demagógico.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Extrema direita alemã

O segundo lugar do partido Alternativa para a Alemanha (AfD) nas eleições regionais de Brandemburgo é o terceiro grande resultado da extrema-direita neste mês de setembro, já que ficou em primeiro lugar nas eleições regionais na Turíngia e, por muito pouco, em segundo lugar na Saxônia. Estes resultados geram preocupação para as eleições federais de setembro de 2025. Desde o início da República Federal da Alemanha (1949), tem havido alternância de poder entre a centro-esquerda social-democrata (SPD) e a centro-direita democrata-cristã (CDU) que, agora, estará muito pressionada tanto à esquerda pela Aliança Sahra Wagenknecht (BSW) como à direita pela AfD. Isso poderia provocar um inédito impasse na formação de governo por maioria absoluta no Parlamento, após o próximo pleito.

Luiz Roberto da Costa Júnior
da_costa_junior@hotmail.com

Lula na ONU

Será que alguém na plateia prestou atenção no conteúdo do discurso de Lula na ONU? Pouco provável. Com certeza no Brasil do rock'n'Rio, do Flamengo, do Corinthians, da praia, do pagode, entre outras atrações, pouquíssimos têm a menor ideia do significado da sua fala, nem se é sincera.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Nova ordem Europa como um todo economizou € 1,9 trilhão desde 1991, gastando menos de 2% do PIB com seus militares; agora, EUA querem revisar aportes à Otan

Europeus resistem a cortar programas sociais para voltar a financiar defesa

Tom Fairless e Bertrand Benoit
Dow Jones, de Görlitz (Alemanha)


ALEX KRAUS/BLOOMBERG

Helicópteros americanos Apache AH-64 usados em exercícios no campo de treinamento usado pelo exército dos EUA em Hohenfels, na Alemanha

Quando a Guerra Fria acabou, os governos europeus cortaram seus gastos militares e alocaram vários trilhões de dólares em programas sociais — uma política popular entre os eleitores quando a Europa enfrentava poucas ameaças externas e desfrutava da proteção dos Estados Unidos.

Agora, as nações europeias enfrentam dificuldades para abrir mão desse bônus dos tempos de paz, mesmo com a guerra na Ucrânia e os EUA tentando mudar seu foco para a China. A maioria não está conseguindo colocar seus exércitos em forma para lutar.

A lição: trocar armas por manteiga é fácil; reverter essa tendência é muito mais difícil.

Isso significa que os ministros da Defesa estão tendo dificuldades para obter o que precisam, apesar das promessas de aumento dos gastos militares. Na Alemanha, a maior economia da Europa, as bases militares estão sucateados ou foram convertidas para uso civil, como centros esportivos, moradias para idosos e escritórios de fundos de pensão. O exército, que contava com 500 mil soldados na Alemanha Ocidental e 300 mil na Alemanha Oriental durante a Guerra Fria, tem hoje só 180 mil, com poucas centenas de tanques operacionais, comparado a mais de 2.000 Leopard 2, os principais tanques de batalha que a Alemanha Ocidental tinha nos anos 80.

"Isso é frustrante para mim", disse o ministro da Defesa da Alemanha, Boris Pistorius, a jornalistas recentemente, após conseguir bem menos do que solicitou para o orçamento militar do ano que vem. "Isso significa que há certas coisas que não posso fazer... no nível que a ameaça exige."

Também é provável que frustre as expectativas dos EUA, que responde por dois terços dos gastos militares entre os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental). Os dois candidatos presidenciais dos EUA querem que a Europa arque com mais de seus custos de segurança.

Se Donald Trump vencer em novembro, o apelo para que a Europa faça isso provavelmente será maior. Trump disse em fevereiro que os EUA não defenderão aliados que não cumprirem com a meta mínima de gastos equivalentes a 2% do PIB com seus militares, dizendo que a Rússia poderia "fazer o que quisesse" com aqueles que não atingissem a meta. Nos últimos dias, ele disse que os aliados deveriam gastar 3% do PIB — igualando os níveis dos EUA.

Poucas nações europeias, com exceção da Polônia e os Estados bálticos estão perto de gastar 3% do PIB com seus militares. O Reino Unido prometeu, sob o governo anterior conservador, elevar os gastos militares para 2,5% do PIB até 2030, dos atuais 2,3%. Mas o novo premiê trabalhista, Keir Starmer, se recusou a definir uma data para isso. Os gastos militares na Itália e Espanha, enquanto isso, são inferiores a 1,5% do PIB.

No atual ritmo de rearmamento, a Alemanha precisaria de 100 anos para devolver seus estoques de obuses de artilharia aos níveis de 2004, segundo um relatório divulgado este mês pelo Kiel Institute for the World Economy, um centro de estudos independente.

Armas versus manteiga. Durante as negociações para o orçamento de 2025 da Alemanha, este ano, o ministro das Finanças Christian Lindner queria liberar dinheiro para a defesa congelando os gastos sociais por três anos. A iniciativa foi rejeitada por outros partidos da coalizão que sustenta o governo e o orçamento da defesa foi elevado em apenas € 1,2 bilhão em comparação a 2024 — o suficiente apenas para cobrir o último aumento salarial dos militares. Os gastos com a ajuda militar à Ucrânia foram reduzidos para € 4 bilhões, cerca de metade do nível deste ano.

O que os partidos da coalizão concordaram foi com um aumento de € 108, por dois anos, no Kindergeld — um pagamento anual de € 3.000 por filho para todas as famílias, independentemente da renda. Hoje, só esse benefício, pago a famílias com filhos de até 25 anos, custa mais de € 50 bilhões por ano, tanto quanto o orçamento anual do Ministério da Defesa.

"Considero fatal a ideia de que precisamos desmantelar o estado de bem-estar social porque precisamos de mais dinheiro para os militares", disse Robert Habeck, ministro da Economia. Ele argumentou que a Alemanha enfrenta não só uma ameaça externa da Rússia, mas também uma interna, de pessoas que estão ficando desiludidas com a democracia — numa referência ao ascendente partido de extrema direita Alternativa para Alemanha (AfD). "Os gastos sociais são necessários para manter o país unido", disse ele.

Na década de 80, os gastos militares da Alemanha Ocidental eram de cerca de 3% do PIB e de mais de 5% na Alemanha Oriental. Em 2022, a Alemanha, agora unificada, gastou 1,4%. Como resultado, o país economizou um total de € 680 bilhões que foram destinados à reconstrução do leste anteriormente comunista e à extensão do estado do bem-estar social para a região, segundo o centro de estudos Ifo de Munique. A Europa como um todo economizou em torno de € 1,9 trilhão desde 1991, gastando menos de 2% do PIB com suas forças armadas, segundo o Ifo.

A meticulosamente restaurada cidade de Görlitz, no sudeste da Alemanha, cenário de filmes de Hollywood como "O Grande Hotel Budapeste" e "Bastardos Inglórios", exibe os frutos do dividendo da paz do país. Nas praças barrocas da cidade, aposentados saboreiam café com leite. Alunos estudam gratuitamente em um arejado campus universitário revitalizado com vista para o rio. A estação de trem está em reformada, uma praça central passa por uma remodelação e o hospital local está construindo uma nova ala para idosos.

A cidade também mostra por que os políticos estão receosos em trocar "manteiga por armas", termo dos economistas para a escolha que os Estados devem fazer entre gastos militares e sociais. Com uma população envelhecida e economia fraca, a cidade recebe a segunda maior transferência regional de dinheiro dos contribuintes na forma de subsídios e benefícios sociais entre todos os distritos alemães. Mesmo assim, as promessas de gastos do governo sobrecarregam os recursos de Göritz, que arca com alguns dos custos, incluindo apoio às crianças, diz o administrador distrital Stephan Meyer.

O distrito recebeu uma ajuda de € 40 milhões no fim de 2023 do governo estadual, para cobrir um déficit orçamentário. Meyer acredita que o rombo entre as receitas e os gastos deverá aumentar para cerca de € 100 milhões até 2028.

> "É fatal a ideia de que temos de desmantelar o bem-estar social porque precisamos pagar militares"
> *Robert Habeck*

"Todos entendem que estamos em um momento muito especial. A questão é de onde virá o dinheiro", diz Christian Mölling, especialista em defesa e diretor do programa Europa da Bertelsmann Foundation de Berlim.

Dias após a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022, o premiê alemão Olaf Scholz prometeu aumentar os gastos militares para mais de 2% do PIB e anunciou um fundo especial de investimento de € 100 bilhões para o rearmamento. Especialistas elogiaram a medida, mas alertaram que o limite de 2% não seria suficiente para fortalecer as forças armadas rapidamente, dado o subfinanciamento crônico.

Mas dois anos depois o orçamento de defesa da Alemanha está em 1,3% do PIB, e os gastos militares totais só estão atingindo o limite de 2% graças ao fundo de investimento fora do orçamento. Quando esse fundo se esgotar em 2028, a Alemanha terá que aumentar seu orçamento de defesa em 60% para mantê-lo acima de 2%, o que os analistas dizem ser improvável.

Excluindo o fundo especial, a parcela do orçamento de defesa que vai para a aquisição de novas armas e munições caiu de € 10 bilhões em 2022 para € 3 bilhões este ano, segundo Hans-Peter Bartels, presidente da Sociedade Alemã de Política de Segurança, uma organização de lobby das forças armadas. O restante vai principalmente para pessoal, manutenção, treinamento e custos de construção.

Benjamin Tallis, pesquisador sênior do Conselho Alemão de Relações Exteriores, chamou o esforço de rearmar a Alemanha de "muito pouco, lento demais, incerto".

Enquanto isso, a rede de bem estar social do país somou € 1,25 trilhão em 2023, ou 27% do PIB — maior que Dinamarca e Suécia e em comparação com 23% para os EUA em 2022, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Funcionários do governo argumentam que o fundo de rearmamento é uma prova de seu compromisso e dizem que regras orçamentárias rígidas significam que a Alemanha não pode contrair empréstimos para gastar mais, e cortar o bem-estar social arriscaria o apoio público à Ucrânia.

Impopular entre os eleitores. Economistas dizem que há muitas medidas de bem-estar social que poderiam ser reduzidas para aumentar os gastos militares. O subsídio ao transporte público e a trens regionais em todo o país, custa ao Estado € 3 bilhões por ano. Outros € 5 bilhões vão para o treinamento de desempregados, apesar da economia que está quase no pleno emprego, diz Moritz Schularick, do Instituto Kiel.

Estados como a Saxônia, onde fica Görlitz, oferecem benefícios adicionais, como dezenas de milhares de dólares em subsídios para famílias que desejam comprar sua primeira casa e férias subsidiadas para famílias de baixa renda.

Aumentar os gastos militares da Alemanha para 3% do PIB exigiria encontrar mais € 40 bilhões por ano, o equivalente ao orçamento anual de defesa da França. Um estudo de Mölling, publicado este mês, estima que preencher a lacuna nas defesas da Alemanha até 2030 custaria € 103 bilhões.

"Não tenho certeza de que [cortar gastos com bem-estar] seja a solução", disse Michael Kretschmer, governador conservador da Saxônia, onde fica Görlitz, dizendo que o país precisa gastar mais em defesa, mas também em escolas, infraestrutura e outros itens. "Acho que o que precisamos é de uma economia que cresça mais rápido."

O AfD aposta que há pouco apetite entre o público para aumentar os gastos militares. O partido venceu no Estado da Turíngia, no leste da Alemanha, e quase venceu as eleições estaduais da Saxônia em 1º de setembro — prometendo novos benefícios, como refeições escolares gratuitas, enquanto reduções nos gastos militares.

"A Ucrânia e os refugiados são mais importantes do que a comida escolar?" disse Mike Moncsek, membro do parlamento alemão pelo AfD da Saxônia.

O novo partido de esquerda BSW também teve um bom desempenho nas eleições ao prometer "manteiga em vez de armas". "Não queremos nos preparar para a guerra, queremos nos preparar para a paz", disse Zaklin Nastic, especialista em política de defesa do partido no parlamento. "E, acima de tudo, precisamos preservar a paz social aqui na Alemanha."

Já os projetos militares enfrentam oposição local. Perto de Görlitz, centenas de manifestantes e políticos da extrema direita e esquerda fizeram um protesto este ano perto de uma base aérea desativada, onde Manfred von Richthofen, o ás da aviação da 1ª Guerra Mundial conhecido como Barão Vermelho, uma vez treinou.

Os manifestantes queriam impedir que o principal fabricante de armas do país, Rheinmetall, construísse uma nova fábrica de munições no local que abasteceria a Ucrânia e reabasteceria os estoques alemães. Muitos temiam que a fábrica pudesse se tornar um alvo da Rússia. Em poucas semanas, a empresa disse que, em vez disso, aumentaria a capacidade de uma fábrica existente na Baviera.

Ao norte da cidade, fica um dos maiores campos de treinamento militar da Alemanha. O prefeito de Görlitz, Octavian Ursu, gostaria de expandir a instalação, mas políticos locais se opõem à medida. "Os moradores reclamam que está sendo feito muito pela Ucrânia", disse Ursu. ***(Tradução de Mario Zamarian e Samara Leonel)***

Tecnologia
Copersucar recorre à IA-Gen para fazer gestão de dados
B7

INÊS 249

Concessão
Governo de SP planeja licitar em 2025 uma PPP para travessias com balsa no litoral B2



Portos
Francesa CMA CGM vai buscar mais aquisições depois da Santos Brasil B2

Carros
Depois da Bahia, Ceará pode se tornar novo polo de veículos elétricos B3

Game
Jogo eletrônico já movimenta quase US$ 200 bi ao ano, mas está mudando B6

Empresas

Crise financeira Estudo feito pela FTI Consulting considera 34 empresas com dívida externa emitida

Risco de inadimplência de companhias brasileiras atinge patamar recorde

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Um dos efeitos diretos do período prolongado de juros altos no Brasil, o risco de inadimplência das empresas brasileiras atingiu neste ano patamar recorde, com o custo da dívida corroendo a geração de caixa das empresas mais endividadas.

Estudo feito pela consultoria FTI ao **Valor** mostra que o risco de calote das companhias atingiu, na média, 6,27%, o pior desempenho da série histórica que teve início em 2016. Conforme especialistas consultados, o reflexo já se mostra evidente no crescimento dos casos de reestruturação, o que é esperado para se estender para o início de 2025, diante do novo ciclo de aperto monetário que teve início na semana passada.

Segundo fontes consultadas pela reportagem, embora grandes casos de reestruturação já tenham acontecido, há ainda na mesa nomes relevantes que vão buscar negociação dos credores, muitos já impactados pelo novo aperto monetário.

A companhia aérea Azul é uma das empresas em negociação com credores e que precisa de entrada de capital novo ainda neste ano para ganhar fôlego financeiro. Para especialistas, o setor de varejo, que usualmente é muito sensível so cenário de juros, ainda deverá trazer novos casos de renegociação.

Na semana passada, Agrogalaxy foi mais uma companhia do setor do agronegócio a entrar em recuperação judicial. Procurada, a Azul preferiu não comentar. A Agrogalaxy também não se pronunciou.

O levantamento da FTI considerou para análise 34 empresas com dívida externa emitida ("bonds"), levando em conta para o cálculo também o indicador de risco Brasil, impacto cambial, mas excluindo empresas do setor de serviços financeiros. Não foram consideradas no estudo, todas as emissoras brasileiras, mas aquelas já com alguma percepção de risco, muitas vezes identificado pelo fato dos títulos de dívida serem negociados com algum desconto em relação ao valor de face do título.

Mesmo desconsiderando do estudo empresas que já estão em processo de reestruturação, incluindo recuperações judiciais e extrajudiciais recentes, o risco de inadimplência segue alto e fica em 4,29%, perdendo apenas do patamar de 2020, momento em que as empresas foram afetadas pela crise pandêmica, quando estava em 4,58%.


ANA PAULA PAIVA/VALOR

Luciano Lindemann, da FTI: "Um alívio para as empresas começará a chegar com a queda da curva futura de juros"

> "Quem apostou na queda dos juros vai sentar para renegociar"
> *Eduardo Gallardo*

Luciano Lindemann, diretor da prática de finanças corporativas da FTI Consulting, aponta que, apesar do levantamento considerar apenas as empresas com emissões de "bonds", é possível interpretar que as demais empresas brasileiras também vivem o mesmo contexto de aumento de risco de inadimplência.

Diante desse cenário, segundo o executivo, é de se esperar que o número de reestruturações continue em curva crescente, visto que os juros retomaram o ciclo de alta no Brasil. Um alívio para as empresas, segundo Lindemann, começará a chegar com a queda da curva futura de juros.

Outro ponto que pode ajudar as empresas com dívida em dólar será uma desvalorização da moeda americana frente ao real, o que é esperado para ocorrer com a queda de juros nos Estados Unido. Um dos efeitos positivos aguardados é que o fluxo de capital externo retorno ao país com mais força, o que mexeria na taxa de câmbio.

Segundo o executivo da FTI, em 2016 o risco de calotes também estava maior por conta de um crise vivida no país, com juros altos e inflação corrdirendo o caixa das empresas. Mesmo naquele ano, no entanto, o risco estava em 3,10%, abaixo do que o atual. No intervalo entre 2017 e 2019, por outro lado, a queda de juros derrubou o risco, aponta.

Lindemann aponta que no momento em que se esperava uma queda maior de juros no Brasil, as empresas mais alavancadas acabaram segurando a decisão de reestruturação, buscando do renegociar "*waivers*" (dispensa de cumprimento de cláusulas contratuais) com seus credores. Muitas dívidas possuem "*covenants*" (estabelecido em contratos na emissão de dívidas) limitando a alavancagem, no geral, em três vezes.

O responsável pela operação do banco de investimento da Houlihan Lokey no Brasil, Bruno Baratta, lembra que o componente taxa de câmbio afeta as empresas com dívida dolarizadas e que esse é um fator relevante a ser levado em conta quando se analisa as empresas com bonds emitidos. A maior onda de casos, segundo ele, já ocorreu, o que não significa que outros processos não possam ainda ser desencadeados.

Se analisar, do outro lado, as empresas com emissão local, o executivo lembra que muitas companhias se endividaram com a liquidez do mercado de renda fixa e que, com isso, o número de casos de reestruturação nos últimos doze meses, ante igual período anterior, aumentou. "Em algum momento no final do ano passado muita empresa passou a traçar um cenário benigno para 2024", diz.

Caso o panorama esperado pelas companhias não se concretizando, existe a leitura de que a crise financeira de muitas empresas poderá se aprofundar.

O diretor da Alvarez & Marsal (A&M), Eduardo Gallardo, afirma que, com os juros em alta, a inflexão dos casos de reestruturação no país ficará para depois. Segundo o executivo, o varejo e o agro seguem em destaque entre os processos que chegam na mesa da consultoria.

Gallardo afirma, ainda, que muitas empresas negociaram suas dívidas neste ano, postergando o vencimento, mas lembra que o crédito está mais caro agora, o que faz pesar ainda mais o custo do serviço da dívida. "O que estamos vendo é que quem

> **6,27%**
> **é o índice médio das empresas sob risco**

apostou na queda dos juros vai sentar para renegociar em uma condição pior", diz.

O executivo comenta que antes do fim do primeiro semestre, sua expectativa era de que o número de casos fosse decrescer ainda antes do fim deste ano, diante da queda esperada, naquele momento, das taxas de juros. No entanto, com a pressão inflacionária e os juros subindo novamente, foi postergada a projeção de alívio do custo das dívidas para as companhias. "Está muito pesado carregar a dívida. O crédito está mais escasso e se torna uma bola de neve", diz. Sua estimativa agora é de que novos casos de reestruturação se desenrole ainda no começo do próximo ano - mas em uma curva menos acentuada.

O sócio da Íntegra, Luis Caldas, diz que a procura pelas empresas em dificuldades financeiras na consultoria tem sido grande, o que é esperado para se manter ao longo dos próximos meses. A questão, segundo ele, é de que muitas empresas já estão direcionando toda a geração de caixa operacional para o pagamento dos juros de suas dívidas, ou seja, sem sobrar recursos para investimentos ou para a amortização do principal.

Um aumento de juros, no contexto de uma empresa nessa situação, por exemplo, como consequência, pode levar a empresa a buscar no mercado um endividamento ainda mais caro, se estrangulando ainda mais. "É um efeito bola de neve", diz Caldas.

Caldas afirma que, ao menos na Íntegra, tem sido observado uma procura um pouco mais precoce pelas empresas em buscar de uma assessoria financeira, em um momento em que a empresa "ainda tem espaço de manobra". Para essas empresas, comenta, ter ativos disponíveis muitas vezes faz parte da solução, não só para uma possível venda, mas também para poder ser utilizado como garantia em um novo financiamento ou renegociação de dívidas.

Destaques

Cemig retoma leilão

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e sua subsidiária Cemig GT comunicaram ontem a retomada do leilão na B3 que tinha como objeto a transferência do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica das usinas Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos. O valor mínimo para o lote único das usinas é de R$ 29,1 milhões, com previsão para realizar o leilão em 5 de dezembro, conforme cronograma do edital. O leilão havia sido suspenso no mês de junho devido à ausência de apresentação de propostas. A estatal mineira informou que reavaliou o projeto, visando a atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital.

Sequoia vende

A Sequoia informou ter assinado acordo com "player estratégico" para a venda de uma empresa de tecnologia do setor logístico ("logtech"). Com o acordo assinado, as partes já estão conduzindo um processo de auditoria prévia ("due diligence"), além de reuniões jurídicas envolvendo a elaboração do contrato de compra e venda de quotas. "Essa estratégia tem como objetivo fortalecer o caixa da companhia. É importante destacar que as receitas do segmento de logística são sensivelmente afetadas pela disponibilidade de caixa", afirmou a Sequoia, em comunicado. A companhia, que passa por uma longa reestruturação financeira, não declarou qual ativo será vendido, nem o valor da operação.

Petrobras busca licenças

A diretora de exploração e produção da Petrobras, Sylvia dos Anjos, disse ontem que a estatal está lutando para conseguir a licença na Margem Equatorial antes que a produção do país comece a declinar. Durante o evento da ROG.e, antiga Rio Oil and Gas, promovida pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) nos próximos dias, a executiva da estatal afirmou que está otimista sobre o avanço do tema. "A Petrobras tem investido em atender os pedidos do Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente]. Estamos confiantes de que fizemos tudo o que podíamos", afirmou a executiva durante o evento, que ocorre ao longo desta semana. No mesmo evento, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, voltou a reiterar que o país não abrirá mão de decidir sobre a exploração do pleno potencial de reservas, citando como exemplo a Margem Equatorial. "Vamos avançar com responsabilidade, cumprindo critérios sociais e ambientais. Enquanto houver demanda por petróleo e gás, o Brasil seguirá nesse mercado", disse Silveira. Sylvia Anjos também afirmou que, ainda que a prioridade da estatal seja explorar e produzir petróleo no Brasil, a companhia também analisa oportunidades fora ."O fato de a geologia do continente africano ser muito próxima da brasileira faz com que a África seja um bom lugar." "A Namíbia é espelho do Brasil, então também está incluída [nas prospecções]. Já tivemos blocos em Angola no passado", disse a executiva da estatal.

Passivos da Johnson

A Johnson & Johnson está tentando mais uma vez se livrar da montanha de processos que enfrenta de pessoas alegando que o uso de seus produtos à base de talco mineral causaram câncer de ovário. A empresa anunciou na sexta-feira passada que mais uma vez entrou com pedido de recuperação judicial para uma subsidiária que detém todos passivos relacionadas ao pó de talco. Esta é a terceira tentativa da farmacêutica de colocar a unidade de negócios sob tutela judicial, mesmo após juízes terem rejeitado as tentativas anteriores, argumentando que a unidade não estava legitimamente em "dificuldades financeiras". Os investimentos de acionistas na gigante têm sido prejudicados há muito tempo pelos processos relacionados ao talco, devido ao temor de que grandes pagamentos possam se estender de forma imprevisível por anos. Tribunais já concederam quantias enormes a alguns reclamantes, incluindo uma indenização de US$ 2,1 bilhões a um grupo de 22 mulheres no Missouri. Embora as projeções indiquem crescimento constante dos lucros nos próximos anos e os resultados financeiros tenham sido sólidos nos últimos trimestres, as ações da empresa têm ficado atrás do mercado. A Johnson & Johnson esperava trazer todas as reivindicações pendentes de câncer de ovário para um processo dentro do capítulo 11 da Lei de Falências [equivalente à recuperação judicial] que permitiria resolver rapidamente todos os casos em um acordo conjunto. No entanto, os tribunais não favoráveis às duas tentativas anteriores à companhia.

INÊS 249

Rodovias CCR, Vinci, consórcio da 4UM com Opportunity e fundo do BTG deverão disputar concessão da BR-040 entre Goiás e Minas

Leilão da Rota dos Cristais atrai quatro concorrentes

Taís Hirata
De São Paulo

O leilão da Rota dos Cristais, concessão rodoviária que inclui o trecho da BR-040 entre Cristalina (GO) e Belo Horizonte, deverá ser disputado por quatro grupos. A sessão pública da licitação está marcada para quinta-feira (26), na sede da B3, em São Paulo.

Na entrega das propostas, realizada na segunda (23), estiveram presentes a CCR, o grupo francês Vinci e a 4UM (antiga J. Malucelli), que entrará em consórcio com a gestora de investimentos Opportunity, de acordo com fontes. O BTG foi o quarto proponente do leilão e deverá participar por meio de um FIP (Fundo de Investimento em Participações), segundo apurou o **Valor**.

Uma representante da EPR também esteve presente na entrega das ofertas, mas a companhia acabou não entrando na disputa, disse ela. A empresa, formada por Equipav e Perfin, já opera concessões em Minas Gerais e conquistou, em abril deste ano, o primeiro trecho da BR-040 licitado pelo governo, de Belo Horizonte a Juiz de Fora (MG). Por isso, havia expectativa no setor de que o grupo disputaria o ativo.

Projeto rodoviário
Governo federal faz leilão da BR-040 entre GO e MG



594 km é a extensão do trecho

R$ 6,6 bi de investimentos em obras são previstos

No mercado e no governo já se previa concorrência pelo contrato da Rota dos Cristais, que é considerado pouco complexo. O trecho era parte da concessão Via040, da Invepar, que foi devolvida ao governo para sua relicitação — a primeira etapa do processo foi justamente o leilão de abril que teve a EPR como vencedora.

Além da CCR, que é um operador consolidado, a licitação trouxe interessados menos tradicionais. A francesa Vinci, que globalmente opera rodovias em 14 países, atua no Brasil principalmente no setor de concessões de aeroportos, mas já tem um primeiro ativo no segmento rodoviário, a Entrevias, concessão em São Paulo cujo controle foi comprado do Pátria em 2022 — o Pátria segue como sócio no contrato.

A 4UM também é vista como uma novidade no setor. A empresa foi a vencedora da última licitação do governo federal, realizada no fim de agosto, da BR-381 em Minas, a "Rodovia da Morte". Para fazer o investimento, a gestora estruturou um FIP, que além da família Malucelli, controladora da 4UM, tem como cotistas as famílias Salazar, Federmann e Backheuser, donas das construtoras Aterpa, Senpar e Carioca Engenharia. Na ocasião, representantes do grupo já sinalizaram o interesse em disputar outros projetos rodoviários.

No leilão da BR-381, o grupo foi concorrente da gestora Opportunity. Porém, no caso da BR-040, os dois entraram em sociedade, segundo fontes. Procurada, a gestora não se manifestou.

O fundo do BTG deverá ser a principal novidade da concorrência. O banco deverá fazer sua estreia em um leilão do setor. Procurado, o banco preferiu não se manifestar sobre a oferta.

Na concorrência, vencerá quem oferecer o maior desconto sobre a tarifa de pedágio. Tal como nos últimos leilões do governo federal, foi inserida também uma obrigação de aporte, caso o deságio oferecido fique acima de 18%. O valor a ser desembolsado aumenta de acordo com o desconto oferecido pelo grupo.

O contrato prevê investimento de R$ 6,6 bilhões em obras, que incluem 9,9 km de duplicação, 343 km de faixas adicionais e 61,6 km de vias marginais. Além disso, foram estimados R$ 4,7 bilhões em despesas operacionais ao longo da concessão de 30 anos.

Governo de SP prevê PPP de balsas em 2025

De São Paulo

O governo de São Paulo planeja licitar no segundo trimestre do ano que vem uma Parceria Público-Privada (PPP) para a operação de sistemas de travessias por balsa no Estado. O investimento previsto no projeto é de cerca de R$ 300 milhões.

A consulta pública da concessão deverá ser lançada ainda neste ano, segundo Natália Resende, secretária estadual de meio ambiente, infraestrutura e logística.

O contrato, que tem duração prevista de 30 anos, inclui uma série de operações de transporte hídrico no Estado. No litoral, serão contempladas oito travessias por balsa que atualmente são operadas pelo governo paulista. São elas: São Sebastião/Ilhabela; Santos/Vicente de Carvalho; Santos/Guarujá; Bertioga/Guarujá; Cananéia/Ilha Comprida; Iguape/Juréia; Cananéia/Continente; e Cananéia/Ariri.

A PPP inclui ainda o sistema de balsas da região metropolitana de São Paulo — Bororé, Taquacetuba e João Basso —, que hoje é operado pela Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), e o serviço de balsas do reservatório de Paraibuna, que inclui mais três travessias na região do Vale do Paraíba, que engloba Porto Paraitinga, Porto Natividade da Serra, e Porto Varginha.

A concessão começou a ser estruturada na gestão anterior, porém a princípio enfrentou muita resistência. Resende avalia que isso se deu porque, inicialmente, o projeto seria uma concessão plena, financiada apenas com a tarifa dos usuários, o que acabou encarecendo a cobrança. No novo governo, a equipe decidiu transformar o contrato em uma PPP, na qual o Estado entrará com parte dos recursos para garantir uma tarifa menor.

Outra mudança da atual gestão foi a ampliação do escopo do projeto, que inicialmente previa apenas as oito travessias litorâneas e, agora, passou a abarcar também as da Emae e do reservatório de Paraibuna. *(TH)*

Concessão de 30 anos deverá incluir travessias como a Santos-Guarujá e a São Sebastião-Ilhabela, no litoral

Após Santos Brasil, CMA CGM buscará novas aquisições

Portos

Sarah White
Financial Times, de Paris

A CMA CGM afirmou que vai buscar mais aquisições, apesar do espectro de impostos mais altos sobre grandes empresas em seu mercado doméstico, enquanto o grupo francês de transporte marítimo anunciava um investimento de US$ 1,1 bilhão em uma operadora de terminal portuário brasileira.

Com liquidez em caixa, a CMA CGM, terceiro maior grupo de transporte marítimo do mundo, tem se expandido para novas áreas, como logística e mídia, e na segunda-feira informou que havia concordado em adquirir uma participação de 48% na Santos Brasil, com o objetivo de, por fim, assumir o controle do grupo.

O acordo segue um período de forte crescimento para a CMA CGM, o que a tornou um alvo dos políticos na França, incluindo a extrema direita. O partido Rassemblement National, de Marine Le Pen, fez campanha para acabar com as isenções fiscais para grupos de transporte marítimo no período que antecedeu as recentes eleições na França, enquanto o recém-empossado premiê Michel Barnier abriu a porta para arrecadações sobre grandes empresas para tentar corrigir as finanças públicas em dificuldades.


ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

CMA CGM vai comprar uma participação inicial na Santos Brasil, cujos ativos incluem o maior terminal de contêineres da América do Sul, no porto de Santos

Rodolphe Saadé, CEO da CMA CGM, sediada em Marselha, disse que o grupo ainda precisava buscar o crescimento a longo prazo e que pagaria impostos inesperados na França se fosse necessário.

"Somos uma empresa familiar, estamos olhando para o longo prazo", disse Saadé aos repórteres após o acordo brasileiro. A CMA CGM vai comprar uma participação inicial na Santos Brasil, cujos ativos incluem o maior terminal de contêineres da América do Sul, no porto de Santos, antes de lançar uma oferta pública de aquisição para as ações restantes, em uma transação de mais de US$ 2 bilhões no total.

"Entendo que há dificuldades políticas na França, mas nosso objetivo é o futuro, é o investimento de longo prazo", acrescentou. "Se o governo decidir que vai haver uma contribuição excepcional a ser feita pelas grandes empresas (na França), vamos assumir nossa parte."

Ele alertou, no entanto, que qualquer mudança para o chamado imposto sobre a tonelagem na França seria punitiva, já que os rivais da CMA CGM na Dinamarca e na Suíça desfrutavam de um regime favorável semelhante.

"Se a França optar por isso, vai nos colocar em desvantagem em relação aos nossos rivais europeus", disse Saadé.

O sistema, baseado na tributação da tonelagem líquida de uma frota de embarcações, ajuda a proteger as empresas marítimas em épocas voláteis, quando a demanda diminui, mas é vantajoso por ser geralmente mais baixo que as alíquotas de impostos corporativos.

Saadé disse que sua meta para a CMA CGM era "continuar a fazer a empresa crescer", inclusive por meio de aquisições quando surgisse a oportunidade. O grupo se ramificou ainda mais na mídia com a compra do canal de TV BFM neste ano, consolidando o novo status de Saadé como um dos bilionários do setor na França. A logística também se tornou uma parte maior do portfólio e dos lucros do grupo.

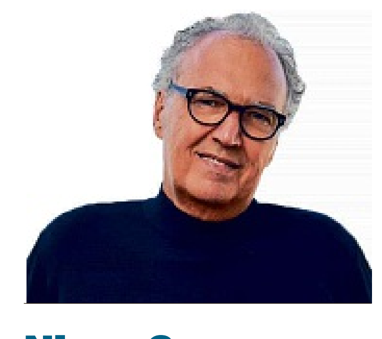
Com o acordo brasileiro, a CMA CGM terá acesso a três terminais portuários de contêineres, além de outros ativos.

Os preços do frete caíram em relação às altas registradas durante a pandemia de covid-19, que se mostrou uma bonança para os grupos de transporte marítimo, embora os bloqueios nas rotas do Mar Vermelho neste ano tenham sustentado os preços, e a demanda tenha se mostrado forte.

Saadé alertou que 2025 provavelmente será um ano mais difícil para o setor, pois mais pedidos de navios serão entregues, criando uma capacidade extra que pode não ser preenchida. "2025 será mais complicado, mas não porque a economia mundial esteja desacelerando", disse.

Minha volta para o escritório

Gestão



Nizan Guanaes

Eu comecei a minha empresa de consultoria de estratégia de comunicação no início da pandemia. E ela cresceu incrivelmente nesse período. Passada a pandemia, eu entrei no módulo: realmente, não precisa mais de escritório. É mais rápido e mais objetivo trabalhar de casa ou de qualquer lugar, e as pessoas não querem mais trabalhar em escritórios.

Só que a minha empresa é algo completamente novo. Que tem uma metodologia diferente e exige prática. Eu mesmo fui aprendendo fazendo. Além disso, não aguentava mais trabalhar em casa. Então, disse: vou montar um escritório. Montei, e o meu time amou. Primeiro, porque ele é lindo e diferente. É todo vermelho, o piso, a parede, o teto. A pessoa entra lá e diz: opa, isso é diferente. Vermelho é coragem. É paixão. É sanguíneo. É perigo. E o perigo é amigo da criatividade.

Nessa volta ao escritório, um cliente disse algo que gostei muito: vocês nos dão coragem. As pessoas querem trabalhar num lugar que dê orgulho, que seja bonito. Os gregos diziam que na beleza estão as proporções equilibradas que temos que ter na nossa vida. O escritório é uma oportunidade de produzir beleza, de projetar valores, de criar um clima.

Nosso time só precisa estar lá no escritório para uma reunião longa, na manhã da terça-feira, e nos momentos que eles mesmos querem estar, por vontade própria ou porque temos "brainstorm", apresentações etc.

No ano passado, fui almoçar com uma criativa espetacular e descobrimos, num almoço hilário, que faltava "feedback" entre nós porque a gente não se conhecia de verdade. Falar o tempo todo com uma pessoa por "zap" e Zoom é péssimo para um papo reto, para ler pessoas, para construir relacionamentos e para criar senso de pertencimento. É difícil construir cultura assim.

O que eu estou dizendo é uma verdade pétrea? Não. Todo mundo tem que concordar comigo? Não. Só os que querem trabalhar na minha empresa de estratégia.

Estratégia é "hands on". Não é como a publicidade, que você entrega campanhas. A estratégia é uma campanha política de um produto. Tem publicidade, tem evento, tem marca, tem logomarca, tem narrativa, tem networking. E tudo isso é construído com fornecedores especialistas que a nossa empresa reúne e coordena.

Garanto que você não está entendendo direito o que eu estou falando. Levei uns três anos aprendendo, acertando, errando, calibrando. E se isso era difícil para mim, imagine para o meu time. Eles só aprendiam vendo, participando e, sobretudo, percebendo a transformação na vida dos clientes. Para isso, percebi que estarmos juntos era fundamental. Eles agora amam ir ao escritório.

Os clientes também apreciam muito as reuniões presenciais. E meu time está ali vendo, ouvindo e aprendendo com a oralidade, o gesto, a postura, a escuta.

Tudo o que é novo e complexo precisa de um tutorial. O escritório é tutorial. Ele lembra que eu não sou só uma consultoria. Eu sou uma fazedoria "hands on". Isso requer disciplina, foco, mentalidade de prestador de serviço.

Não gosto quando me chamam de gênio. Genialidade é mérito de Deus. Conheci caras na propaganda melhores que eu. Mas eu ralava mais. E Deus ajuda quem cedo madruga. Outro dia, passei um trabalho que não conseguiria fazer para um criativo genial. E, aí, ele chegou atrasado para o Zoom com o presidente do "prospect"...

O escritório é tão importante que é sinônimo de trabalho. Quando a pessoa sai de casa e diz "estou indo pro trabalho", você já sabe para onde ela está indo. E eu vou todo dia. Com isso, a minha casa deixou de ser escritório e, definitivamente, meu escritório não será a minha casa.

Nizan Guanaes é estrategista da N. ideias.
Instagram @nizan_n.ideias

Carros Unidade deverá ser polo industrial para a produção de híbridos e elétricos sob encomenda

Ford transfere fábrica ao governo do CE

Marli Olmos
De São Paulo

Depois da Bahia, onde a chinesa BYD constrói uma fábrica, o Ceará também pode se tornar um polo industrial de carros híbridos e elétricos com a chegada de uma nova empresa, que vai operar em sistema de produção terceirizada. Além disso, com a decisão, junto com Bahia, Pernambuco e Goiás, o Ceará também permanece no grupo de Estados em que a indústria automotiva desfruta de mais incentivos fiscais.

A nova fábrica de veículos vai se instalar onde, até 2021, funcionava a Troller, uma empresa brasileira de modelos "off-road" comprada pela Ford em 2007.

A Ford informou na segunda-feira (23) que assinou, junto com o governo do Ceará, um acordo para transferência ao Estado da fábrica que possuía no município de Horizonte e onde eram produzidos os modelos T4 e TX4. Sem mais detalhes, a empresa americana somente agradeceu ao governo do Ceará "por ter permitido uma negociação em que a empresa e o Estado puderam colaborar para promover o desenvolvimento da região".

O primeiro passo para a produção de veículos híbridos e elétricos no Ceará foi dado em 9 de agosto, quando o governo assinou um contrato de comodato para cessão do imóvel para a Comexport, uma "trading". Fundada em 1973, a Comexport é responsável pela importação de carros de várias marcas, incluindo fabricantes no Brasil.

Segundo o governo do Ceará, a antiga unidade da Troller servirá para a criação de "um modelo inédito de fábrica multimarcas no país", por meio do qual serão produzidos veículos elétricos e híbridos sob encomenda. O governo cearense calcula R$ 400 milhões em investimento e 255 empregos diretos na primeira fase, que deverá alcançar capacidade de 40 mil veículos de distintas marcas. O início da produção está previsto para o primeiro semestre de 2025.

No dia do acordo de comodato, o governador Elmano de Freitas (PT) disse que, para viabilizar o projeto, foi necessária a desapropriação da antiga fábrica de automóveis. O imóvel, com 11,89 hectares, fica bairro Catolé, altura do quilômetro 37,7 da BR-116.

O modelo de produção no Ceará será semelhante ao que existe no Uruguai, onde a Nordex, empresa local, é responsável pela produção de modelos de diferentes marcas, como a van Ford Transit e o caminhão Kia Bongo.

40 mil
é a capacidade de produção na unidade

O processo de transferir a fábrica para o governo do Ceará segue o modelo do que a Ford fez na Bahia, ao transferir para o governo local a fábrica de Camaçari (BA), onde A BYD constrói um grande complexo industrial. A expectativa da BYD é começar a produzir os primeiros veículos ainda este ano, com peças importadas da China.

No comunicado emitido pela Ford sobre o acordo no Ceará, não foram informados valores. Para ficar com o empreendimento construído pela montadora americana, a BYD pagou R$ 300 milhões ao governo da Bahia.

A história dos incentivos para a indústria automotiva no Nordeste e no Centro-Oeste começou em 1997, dois anos depois da criação do regime automotivo, programa que ofereceu vantagens tributárias a montadoras e autopeças que investissem no país.

O regime automotivo era um programa federal, mas a guerra fiscal entre Estados chamou a atenção da bancada parlamentar do Nordeste, que trabalhou por um programa diferenciado.

No início, só três empresas se inscreveram — Troller, no Ceará, e Baterias Moura e TCA, em Pernambuco. A TCA é uma fabricante de cabos para sistemas elétricos de carros.

Inscrita no regime automotivo nacional, a Ford havia planejado construir uma fábrica no Rio Grande do Sul. Mas, em 1999, o então governador Olívio Dutra (PT) cancelou vantagens oferecidas pelo governo anterior. A Ford decidiu, então, erguer a fábrica na Bahia.

Para se habilitar ao programa do Nordeste, a Ford comprou a Troller. Por meio dessa operação no Ceará, construiu a fábrica em Camaçari com incentivos.

A segunda fase do programa do Nordeste incluiu a região Centro-Oeste, beneficiando o grupo brasileiro CAOA e a HPE, fabricante da Mitsubishi. O Centro-Oeste mantém hoje um nível de incentivos menor do que o do Nordeste.

A Lei 9.826/99 previa incentivos no Nordeste até 2010. Mas o benefício foi sendo prorrogado ao longo dos anos. Primeiro, até 2015, depois até 2020, 2025 e, no fim do ano passado, até 2032.

As prorrogações abriram brecha para a Fiat instalar uma fábrica em Pernambuco. Para "herdar" os benefícios fiscais, a marca italiana — que posteriormente se juntou à Chrysler e, em 2022, passou a fazer parte da Stellantis — comprou a TCA, em Jaboatão dos Guararapes (PE). A empresa ainda faz parte do grupo.

Em 2021, a Ford deixou de produzir veículos no Brasil. Mas o destino da fábrica cearense ficou em suspense, deixando apreensiva a legião de fanáticos da Troller.

DIVULGAÇÃO



Nova fábrica de veículos vai se instalar onde, até 2021, funcionava a Troller, empresa brasileira de modelos "off-road" que foi comprada pela Ford em 2007

INÊS 249

Litígio Holding dos irmãos Batista e Paper se enfrentam em diferentes tribunais desde 2018

Árbitros deixam caso Eldorado, em decisão que é atribuída a ameaças da J&F



Stella Fontes
De São Paulo

O presidente do tribunal arbitral que julga a disputa entre J&F Investimentos e Paper Excellence pelo controle da produtora de celulose Eldorado e outro árbitro que participava do caso renunciaram aos cargos nesta segunda-feira (23). Conforme cartas vistas pelo **Valor**, Juan Fernández-Armesto, que presidia a arbitragem, e Paulo Mota Pinto afirmaram que a decisão decorre de “ameaças frontais” por parte da holding dos Batista, donos da JBS. A informação foi antecipada pela colunista Malu Gaspar, do jornal “O Globo”.

Procurada, a J&F não se manifestou sobre o assunto até o fechamento desta reportagem.

“Diante da ameaça frontal que me é dirigida, não me sinto capaz de continuar a adotar livremente as decisões que entendo que são justas e conformes ao Direito, razão pela qual apresento a minha renúncia”, escreveu Armesto, no documento com data de ontem.

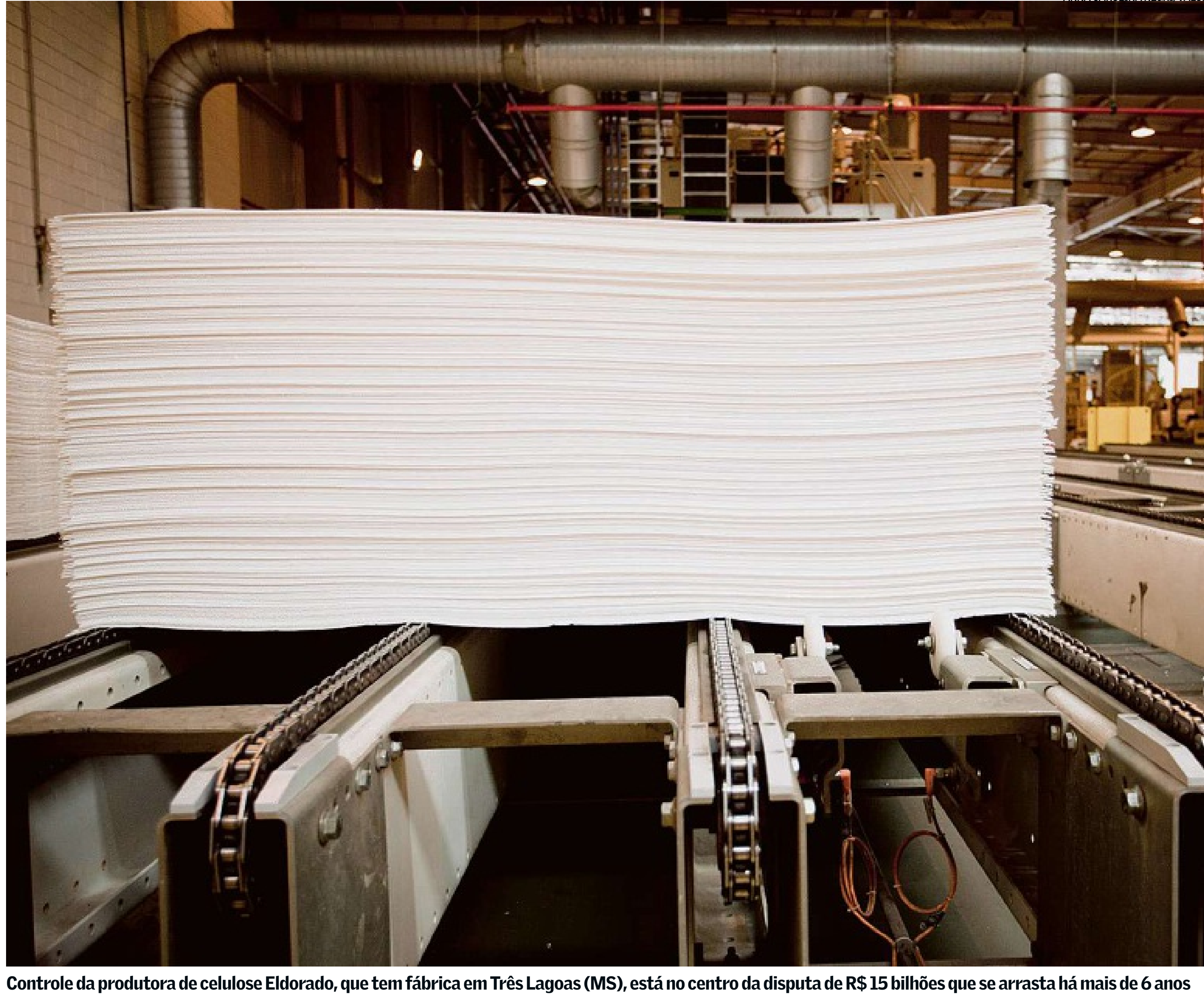
As renúncias não são as primeiras no caso Eldorado e vêm após novos desdobramentos da batalha, que se arrasta há mais de seis anos. No centro do novo episódio está o processo que corre no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que há mais de um ano suspendeu a transferência de ações da Eldorado para a Paper.

Enquanto a J&F sustenta que, em uma de suas decisões, o TRF-4 já havia suspendido a arbitragem em si, a Paper e o tribunal arbitral entendem que o procedimento não estava suspenso, mas apenas a transferência das ações de controle e a atuação do órgão de coordenação instituído para tentar equilibrar as decisões tomadas na Eldorado, já que a Paper, dona de 49,41% da produtora de celulose, tem minoria no conselho.

Diante disso, segundo fontes próximas ao confronto, a J&F vinha afirmando que a arbitragem estava descumprindo uma decisão judicial, sob risco de sofrer as penalidades previstas em lei.

Esse confronto de narrativas se refletiu na decisão do Itaú de se afastar da disputa. O banco tinha sob custódia recursos da Paper para comprar as ações da Eldorado ainda detidas pela J&F, bem como o livro de ações da produtora de celulose, depositados em juízo por determinação da arbitragem. O Itaú chegou a pedir esclarecimentos sobre a necessidade de devolução do livro de ações, mas acabou encerrando o contrato.

As sócias, então, teriam 60 dias para encontrar um novo custodiante, mas nenhuma instituição financeira aceitou o papel. Esse prazo se encerrou na segunda-feira (16) e o Itaú devolveu o livro de ações à empresa. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, a J&F teria enviado notificações a esses bancos, informando que sua atuação como agente depositário configuraria descumprimento de decisão judicial e violação de direitos da holding e da Eldorado.



ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Controle da produtora de celulose Eldorado, que tem fábrica em Três Lagoas (MS), está no centro da disputa de R$ 15 bilhões que se arrasta há mais de 6 anos

Na semana passada, o vice-presidente do TRF-4, desembargador João Batista Pinto Oliveira, determinou a suspensão da arbitragem em si, após um questionamento da J&F. O presidente do tribunal arbitral reconhece essa última decisão.

Conforme Armesto, a arbitragem sempre acatou as decisões do Judiciário, incluindo as do TRF-4. Por essa razão, no dia 20 de setembro deste ano, acabou decretando a suspensão da arbitragem, na esteira do posicionamento do desembargador.

“Se bem que é certo que, desde a emissão da sentença parcial, a J&F tem vindo a adotar uma conduta de confrontação com o Tribunal, é a primeira vez que faz uma ameaça tão brutal e ‘ad hominen’, dando a entender que eu, como Presidente, seria culpado de eventuais crimes de ‘prevaricação’, ‘desobediência’ ou ‘abuso de autoridade’”, escreveu Armesto.

Paulo Mota Pinto, que chegou à arbitragem após a renúncia de Anderson Schreiber — que deixou o caso após ter sido acusado pela J&F de omitir informações que poderiam configurar conflito de interesse —, cita em sua carta que as ameaças da holding foram dirigidas não só à presidência, mas a todo o tribunal.

“Diante da ameaça que me é dirigida, não me sinto capaz de continuar” *Juan F.-Armesto*

“Existem limites para a viabilidade da instituição da arbitragem, os quais no presente caso foram, no que diz respeito ao presidente Tribunal Arbitral, largamente ultrapassados, independentemente do respeito sempre devido, afirmado e posto em prática em relação às decisões (melhores ou piores) dos tribunais estatais”, escreveu.

“Em qualquer caso, as ameaças dirigidas ao Tribunal e o profundo respeito e a inteira solidariedade devidas ao presidente [...] impedem-me de continuar a exercer as funções de árbitro no presente procedimento”, acrescentou.

Em nota, a Paper classificou o novo capítulo da briga como “lamentável” e acusou a sócia de, mais uma vez, recorrer a “ameaças criminais contra alguns dos árbitros mais reconhecidos mundialmente, forçando a renúncia desses profissionais”.

“Isso só confirma que a J&F despreza os contratos, as decisões que lhe são contrárias agindo sem a devida seriedade e ética em suas relações comerciais”, acrescentou, voltando a acusar a sócia de recorrer a “artifícios processuais protelatórios e enganosos para adiar a sua inevitável derrota”.

A J&F e a Paper se enfrentam em diferentes tribunais desde meados de 2018, pouco antes de a holding dos Batista declarar extinto o contrato de compra e venda da Eldorado, celebrado em setembro de 2017. A Paper venceu a sócia na arbitragem, mas ainda não conseguiu assumir o controle da produtora de celulose.

A J&F tentar anular a sentença arbitral, em processo que tramita na Justiça de São Paulo. Além disso, uma decisão do TRF-4 barra a transferência das ações de controle, com base na legislação que limita a compra de terras por estrangeiros no país, há mais de um ano.

Ação no STF pode afetar disputa entre CSN e Ternium

Siderurgia

Flávia Maia
De Brasília

Uma ação ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) deve ter impacto na disputa bilionária entre o grupo ítalo-argentino Ternium e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) sobre a aquisição de participação na mineradora Usiminas. A depender do resultado, haverá margem para que a decisão do julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) seja revista. Em junho deste ano, o STJ determinou à Ternium o pagamento de uma indenização de R$ 5 bilhões à CSN por entender que o negócio da Usiminas não seguiu os procedimentos legais necessários.

No Supremo, a ação foi proposta pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e requer que a Corte deixe claro que o dispositivo da Lei das S.A (artigo 254-A da Lei 6404/76) não obriga a realização de Oferta Pública de Aquisição (OPA) aos acionistas minoritários nos casos em que a venda de ações da companhia não interferam no controle direto da empresa. A associação solicita também que todas as ações judiciais que versem sobre a questão sejam suspensas até que o Supremo decida a questão. Os advogados da AEB são Rodrigo Mudrovitsch e Floriano de Azevedo Marques Neto.

De acordo com os pedidos ao STF, o foco da ação não é a inconstitucionalidade total do artigo da lei, mas uma interpretação do Supremo de como o dispositivo deve ser seguido nas demais instâncias do Judiciário. O relator da ação é o ministro André Mendonça, que ainda não se pronunciou sobre o processo.

Embora a ação não seja específica sobre a disputa entre a CSN e a Ternium, o caso é citado na petição inicial da AEB como uma virada da jurisprudência e uma alteração na forma como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vinha aplicando a lei nas compras de ações de sociedades abertas, em que a oferta pública só é necessária nos casos de efetiva alienação do controle da companhia.



ANTONIO AUGUSTO/STF

O relator da ação é o ministro André Mendonça, que ainda não se pronunciou

“De imediato, a decisão [do STJ sobre a CSN e Ternium] causou perplexidade no mercado, por se tratar de grave e injustificada ruptura com o entendimento que vinha sendo aplicado pela Justiça e pela CVM há décadas, o qual já havia sido incorporado à prática de operações societárias em matéria de ‘tag along’”, diz o texto apresentado no STF. O “tag along” é a prática de estender a oferta das ações aos demais acionistas.

No caso da disputa entre a CSN e a Ternium, o processo ainda não foi finalizado no STJ, portanto, pode ser abarcado por uma eventual decisão do STF de suspensão dos processos.

Em junho, por 3 votos a 2, o STJ mudou o seu acórdão e acolheu o recurso da CSN. Assim, formou-se maioria para entender que houve mudança de controle da Usiminas com a entrada do grupo Ternium. Portanto, a CSN, de Benjamin Steinbruch, sócia minoritária da empresa mineira, teria direito ao “tag along”.

Esse julgamento é considerado “leading case” sobre o assunto e, a partir da decisão de junho, tende a servir de precedente para processos semelhantes, nos quais existe a substituição de parte do bloco que atua no grupo do controle da empresa. O que preocupou outras empresas e o que motivou a AEB a procurar o Supremo.

Em 2011, a Ternium adquiriu 27,7% do total do capital votante da companhia. As ações foram compradas do grupo formado pelas empresas Votorantim e Camargo Corrêa e da Caixa dos Empregados da Usiminas. Na época, a japonesa Nippon Steel detinha 30% da participação.

Após a operação, a CSN, que detinha o equivalente a 17,4% do capital social da Usiminas, ajuizou ação por entender que o grupo deveria ter cumprido a determinação legal de oferta pública aos sócios minoritários. Já a Ternium alegou, entre outras razões, que a CVM entendeu que não haveria obrigatoriedade de realização da oferta.

Procuradas, CSN e Ternium não quiseram se manifestar.

Justiça decreta prisão de Gusttavo Lima em caso envolvendo ‘bets’

Apostas

Jose Matheus Santos
Folhapress, de São Paulo

A Justiça de Pernambuco determinou ontem a prisão do cantor Gusttavo Lima. A decisão é da juíza Andrea Calado da Cruz, do Tribunal de Justiça do Estado. O pedido ocorre no âmbito da Operação Integration, que prendeu também a influenciadora e advogada Deolane Bezerra.

O processo tramita em sigilo, mas a reportagem teve acesso à decisão. A juíza acatou pedido da Polícia Civil de Pernambuco e rejeitou argumentos do Ministério Público de Pernambuco, que, na sexta-feira (20), tinha pedido a substituição de prisões preventivas por outras medidas cautelares.

“É imperioso destacar que Nivaldo Batista Lima [nome verdadeiro de Gusttavo Lima], ao dar guarida a foragidos, demonstra uma alarmante falta de consideração pela Justiça. Sua intensa relação financeira com esses indivíduos, que inclui movimentações suspeitas, levanta sérias questões sobre sua própria participação em atividades criminosas. A conexão de sua empresa com a rede de lavagem de dinheiro sugere um comprometimento que não pode ser ignorado”, escreveu a juíza.

A juíza aponta que, no retorno de uma viagem à Grécia, uma aeronave que transportou Gusttavo Lima e outros dois investigados pode ter deixado dois investigados no exterior.

“Na ida, a aeronave transportou Nivaldo Lima e o casal de investigados, seguindo o trajeto Goiânia-Atenas-Kavala. No retorno, o percurso foi Kavala-Atenas- Ilhas Canárias-Goiânia, o que sugere que José André e Aislla possam ter desembarcado na Grécia ou nas Ilhas Canárias, na Espanha. Esses indícios reforçam a gravidade da situação e a necessidade de uma investigação minuciosa, evidenciando que a conivência de Nivaldo Batista Lima com foragidos não apenas compromete a integridade do sistema judicial, mas também perpetua a impunidade em um contexto de grave criminalidade”, diz.

Em comunicado, a defesa do cantor Gusttavo Lima informou que as medidas cabíveis já estão sendo adotadas. “Ressaltamos que é uma decisão totalmente contrária aos fatos já esclarecidos pela defesa do cantor e que não serão medidos esforços para combater juridicamente uma decisão injusta e sem fundamentos legais. A inocência do artista será devidamente demonstrada. Por fim, esclarecemos que os autos tramitam em segredo de justiça e que qualquer violação ao referido instituto será objeto e reparação e responsabilização aos infratores.”

Petróleo Patrick Pouyanné, CEO da companhia francesa, se reuniu no domingo com Magda Chambriard na véspera da ROG.e, no Rio

Total Energies discute parceria com Petrobras, diz presidente

Kariny Leal e Fábio Couto
Do Rio

A francesa Total Energies tem conversado com a Petrobras sobre as ambições da estatal brasileira no exterior, segundo o presidente da petroleira, Patrick Pouyanné. O executivo disse que esteve com Magda Chambriard, CEO da Petrobras, no domingo (22) para conversar sobre o tema. Pouyanné participou nesta segunda-feira (23) da ROG.e (antiga Rio Oil&Gas), evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).

"Se a Petrobras quiser se juntar a nós em parcerias internacionais seria ótimo", disse Pouyanné. Perguntado sobre quais seriam essas parcerias, o executivo afirmou que são "discussões comerciais". O presidente da Total Energies afirmou que a companhia está desenvolvendo blocos no Suriname e tem feito estudos na Namíbia e África do Sul. O Suriname, junto com a Guiana, tem atraído empresas de olho no potencial de petróleo na região, próxima da Margem Equatorial brasileira.

A Petrobras tem sinalizado interesse em ampliar a atuação em outros países diante da necessidade de reposição de reservas. Projeções oficiais apontam que o pico de produção no Brasil será alcançado entre o fim desta década e o início da próxima. Diante desse cenário, a estatal busca avançar em novas fronteiras petrolíferas, como a Margem Equatorial, entre o Amapá e o Rio Grande do Norte, e a Bacia de Pelotas, situada entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

DIVULGAÇÃO


Pouyanné, da Total Energies: empresa tem blocos no Suriname e na África

Pouyanné prosseguiu: "Estamos conversando. Magda [Chambriard] confirmou interesse em explorar a bacia do Atlântico", disse ontem o executivo na ROG.e

Também presente ao evento, a diretora de exploração e produção da Petrobras, Sylvia Anjos, confirmou a conversa com a Total sobre a parceria: "Temos parcerias com todas as empresas e estamos sempre analisando." A executiva ressaltou que a prioridade da Petrobras é a exploração e a produção de petróleo no Brasil, mas não descarta olhar para outros países, como alguns localizados na África.

"O fato de a geologia do continente africano ser muito próxima da brasileira faz com que a África seja um bom lugar. A Namíbia é espelho do Brasil, então também está incluída [nas prospecções]. Já tivemos blocos em Angola no passado", disse ela a jornalistas após participar de painel na ROG.e

A gestão passada da Petrobras, liderada por Jean Paul Prates, voltou a direcionar a companhia para a estratégia internacional, incluindo a compra de três blocos exploratórios em São Tomé e Príncipe, também no continente africano. A gestão de Chambriard também deu indicações de que poderia fazer oferta para participar de um bloco na Namíbia.

A internacionalização da Petrobras é vista com ressalvas por parte dos executivos da indústria, uma vez que no passado recente a empresa fez grandes investimentos no exterior e assumiu riscos políticos que não conseguiu controlar, os quais terminaram, em alguns casos, em prejuízos e denúncias de corrupção.

Ontem, no mesmo evento, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, voltou a reiterar que o país não abrirá mão de decidir sobre a exploração do pleno potencial de reservas, citando como exemplo a Margem Equatorial: "Vamos avançar com responsabilidade, cumprindo critérios sociais e ambientais. Enquanto houver demanda por petróleo e gás, o Brasil seguirá nesse mercado", disse.

Pouyanné salientou, por sua vez, que a Total deve esperar mais alguns anos para entrar no segmento de eólicas offshore no Brasil, cuja regulação ainda não está totalmente definida. Um dos caminhos para um eventual ingresso da francesa na geração de energia eólica no mar também poderia incluir a Petrobras, em parceria, segundo o executivo: "Podemos oferecer para a Petrobras participar", disse. Em março do ano passado, a estatal firmou acordo com a Equinor para avaliar a viabilidade de sete projetos que somam 14,5 gigawatts (GW).

A Petrobras possui ainda protocolados dez projetos eólicos offshore no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para licenciamento ambiental, que totalizam 23 GW de potência.

'Ano novo' da Vale começa em outubro

Análise

Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

A antecipação da posse do novo presidente da Vale, Gustavo Pimenta, mostra que a companhia tem pressa de renovar a agenda e focar no programa de crescimento da mineradora.

Com o novo presidente, a Vale já começou a intensificar encontros em Brasília e com autoridades de Estados em momento muito crucial para a mineradora, que está para fechar o acordo de indenização da tragédia ambiental de Mariana.

A nomeação de Gustavo Pimenta aparentemente apaziguou os conflitos de sucessão da mineradora — colocando, agora, no foco dos acionistas pensar a companhia daqui para frente.

A expectativa é que o atual gestor, Eduardo Bartolomeo, siga como consultor na mineradora ao longo de 2025. Neste período de transição, Pimenta tem intensificado conversas para discutir os temas mais sensíveis ao grupo, sem depender exclusivamente do antecessor.

É preciso cortar esse cordão umbilical para que a Vale deixe para traz os ruídos que colocaram a companhia numa zona cinzenta, desde o ano passado, com as discussões de sucessão, disse uma fonte.

Pimenta conhece bem a companhia, tem um perfil mais financeiro, mas agora terá de pensar a companhia de forma mais ampla. Bartolomeo tinha um perfil mais operacional do negócio e bom trânsito com o setor de mineração.

Uma outra fonte que conversou com o **Valor** sob reserva afirmou que a indicação de Pimenta agradou ao colegiado, e a expectativa é que o futuro executivo conduza a companhia longe dos ruídos que assombraram a mineradora desde o ano passado, quando o tema sucessão seguia indefinido.

Os ruídos, segundo fontes, devem dar lugar a uma agenda assertiva para a mineradora seguir com planos de expansão e também buscar acordo para os temas necessários, concentrados na agenda ambiental.

O desafio nessa equação também passa por uma boa relação com governos federal e estaduais, bastante estremecidas no passado recente.

Curtas

Metas da dona da DHL
O Deutsche Post, dono da DHL, vai simplificar a estrutura para aproveitar o crescimento do mercado de comércio eletrônico. O grupo projeta elevar a receita em 50% até 2030, ante 2023. A estratégia é criar empresas independentes para seus serviços de correio e encomendas na Alemanha

Lightwall se expande
A Lightwall, que fabrica placas cimentícias com concreto e isopor, usadas em construções industrializadas, abriu sua segunda fábrica, em Rio Claro (SP). O investimento de R$ 80 milhões permite que a produção passe de ser suficiente para 2 mil casas ao ano e chegue a 20 mil casas.

INÊS 249

Comportamento Estudo da Bain & Company mostra que, entre os jovens, 40% do tempo gasto com games é para trocar mensagens e consumir mídia

Mais sociais, jogos eletrônicos vão além da diversão

João Luiz Rosa
De São Paulo

Os jogos eletrônicos tornaram-se um pilar do mercado global de entretenimento. No ano passado, o setor movimentou US$ 196 bilhões no mundo, mais que a receita combinada de bilheterias de cinema, streaming de vídeo e música digital. Não há sinais de fragilidade no horizonte. Até 2028, prevê a Bain & Company, o mercado crescerá 6% ao ano, atingindo US$ 257 bilhões. Mas o setor está mudando, observa a consultoria.

Jogar não é mais o único fator de atração. Cada vez mais, o usuário está usando as plataformas de jogos para se comunicar com outros jogadores e consumir mídia, o que abre oportunidades para que as empresas façam ações de marketing, se aproximem do consumidor e exibam conteúdo próprio.

“Entre os adultos, principalmente a partir dos 44 anos, o objetivo principal continua a ser jogar, mas nas camadas mais jovens, em especial até 25 anos, o videogame é usado como plataforma de socialização, para ver conteúdo, participar de chats etc”, diz Luis Diez, líder da prática de Tecnologia Empresarial da Bain na América do Sul. “Essa parte de relacionamento, que não existia, tornou-se muito importante.”

A tendência é mais forte nos games imersivos, que contam com recursos como realidade virtual e ambientes 3D. Nessas plataformas, os jovens gastam 60% do tempo com o jogo em si; os demais 40% são dedicados a participar de redes sociais ou acompanhar eventos ao vivo, de acordo com uma pesquisa feita pela Bain & Company em seis países: Brasil, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, Indonésia, Japão e Reino Unido.

Os recursos de socialização se traduzem em mais receita, mostra o estudo. Enquanto o tempo médio gasto com os jogos comuns é de 8,5 horas por semana, nos imersivos a média é de 10 horas semanais. O gasto nesses últimos também é maior: US$ 28 versus US$ 18. “É um incremento de 52%. A ideia de pertencimento ajuda a monetização”, afirma Diez.

> “A ideia de pertencimento ajuda na monetização” *Luis Diez*

As companhias do setor já perceberam que os jogos estão indo além de suas fronteiras originais e se preparam para essa fase. Grandes plataformas on-line como Fortnite, da americana Epic Games, e MineCraft, da sueca Mojang Studios (hoje parte da Microsoft), têm estimulado seus usuários a criarem conteúdo de forma conjunta, como novos recursos e personagens. Outra americana, a Roblox, que leva o nome da empresa que a criou, permite que os usuários desenvolvam jogos e os distribua. O foco, avalia Diez, não é desenhar o melhor jogo, mas convertê-lo em ferramenta de socialização.

Quase 80% das pessoas consultadas, revela o estudo, disseram ter disputado jogos que permitem o compartilhamento de conteúdo, 50% afirmaram que usam conteúdo gratuito de outros jogadores e 22% informaram já ter pago por isso. Os fãs que criam conteúdo somam 16% do total.

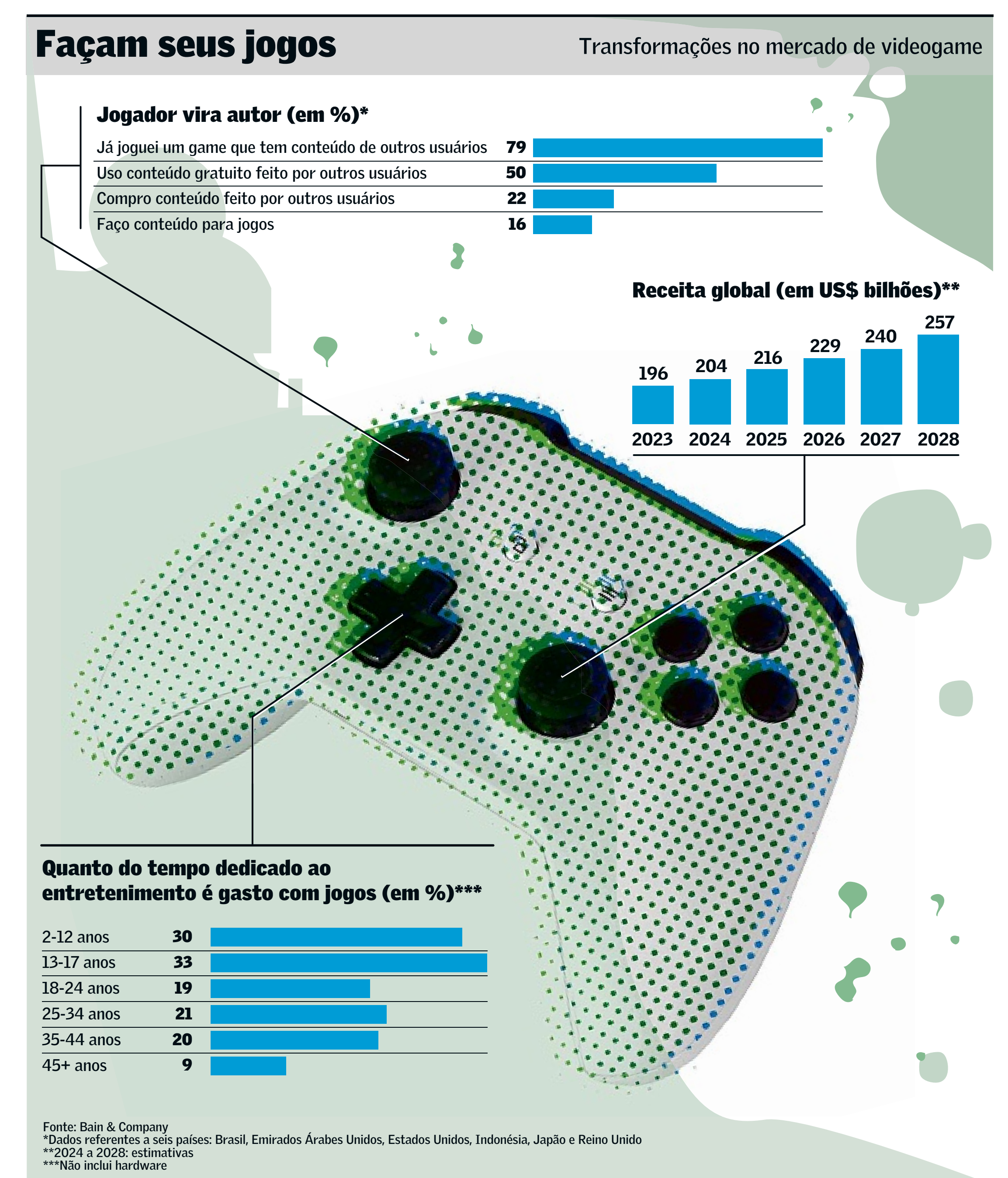
O conjunto mostra que os jogadores estão se tornando coautores de seus jogos favoritos. “Não é mais o jogo estático, rentabilizado durante meses após seu lançamento”, afirma Diez.

Esse cenário abre tanto a possibilidade de que novas fontes de receita sejam adicionadas aos jogos como oportunidades para que marcas de todos os tipos — não necessariamente relacionadas à tecnologia ou aos jogos — ocupem um papel relevante. “Isso pode ocorrer na forma de venda de conteúdo premium [dentro das plataformas], publicidade e realização de eventos ao vivo”, cita o sócio da Bain & Company.

O estudo ressalta que os usuários valorizam muito a interoperabilidade — a capacidade de jogar o mesmo game, do ponto em que se parou, em dispositivos diferentes como celulares, notebooks e consoles.

Com os recursos de comunicação ampliados, cresce a preocupação de pais e educadores com os riscos que os jogos podem trazer para crianças e adolescentes, mas, até agora, não se viu nenhuma grande tentativa de regulamentação de algum país ou bloco, comenta Diez.

O estudo da Bain também detectou uma tendência de concentração: os 30 jogos mais populares são usados por 65% dos usuários, sendo que os 10 primeiros respondem por quase 40% do mercado.



IA eleva gasto com cibersegurança

Pesquisa

Daniela Braun
De São Paulo

Elevar gastos em inteligência artificial (IA) generativa está nos planos de 92% dos executivos de tecnologia de empresas brasileiras entrevistados pela consultoria Gartner, em junho. Os investimentos em IA também elevam a necessidade de proteção contra vazamentos de dados e ataques cibernéticos. Entre os 130 executivos pesquisados no país, 91% também pretendem investir mais em segurança da informação em 2025.

A Gartner projeta que 17% dos incidentes cibernéticos do mundo todo serão gerados com ferramentas de IA generativa, em 2027. Esse cenário ajuda a elevar os investimentos em cibersegurança de US$ 183,9 bilhões, em 2024, para US$ 211,5 bilhões em 2025, alta de 15,1%, em base anual.

“Administrar mais de dez iniciativas de IA generativa em uma empresa gera um gargalo e há necessidade de controlar as informações que entram e saem da companhia”, disse o vice-presidente de Pesquisa do Gartner, Luis Mangi, ao **Valor**.

O avanço da IA generativa demanda tecnologias de controle de informações confiáveis, vulnerabilidades, vazamentos de dados e gestão de riscos, explica o especialista. Um dos riscos, destaca Mangi, são os vieses e as chamadas “alucinações” (erros) dos algoritmos de IA generativa, uma tecnologia que ainda não atingiu a maturidade. “Ainda há muita alucinação acontecendo”.

Outro estudo da consultoria prevê que, até 2028, os gastos corporativos globais com o combate à desinformação ultrapassarão US$ 30 bilhões — isso equivale a 50% dos orçamentos de marketing e cibersegurança.

Na pesquisa com os executivos brasileiros, a Gartner no informa os valores que serão investidos em tecnologia em 2024 ou 2025. Segundo o estudo, ao investir em IA generativa a empresas esperam ter ganho de produtividade. “As empresas buscam mais eficiência operacional e melhoria de processos do que aplicações como vendas e atendimento ao cliente”, diz Mangi.

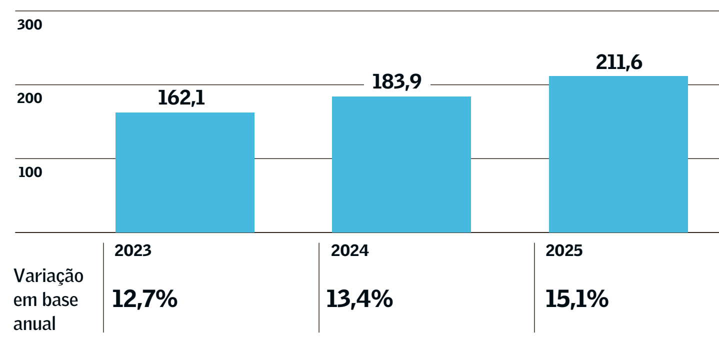
A promessa de economia de tempo da IA generativa na execução de tarefas operacionais não se traduz necessariamente em aumento importante de produtividade. “Em média, estamos falando de ganhar pouco mais de 40 minutos por dia”, compara Mangi.

Na visão do especialista, o ganho mais expressivo da IA generativa será observado em tarefas de alta complexidade, executadas por profissionais com muita experiência, como advogados, por exemplo, e em tarefas menos complexas realizadas por profissionais pouco experientes, como em serviços de call center.

Enquanto elevam investimentos em algumas áreas, os executivos de tecnologia também reduzem as verbas em outros projetos. Entre eles, 22% dos respondentes reduzirão verbas em infraestruturas mais antigas e tecnologias de data center, 14% em tecnologias de computação de próxima geração, como computação quântica, e 11% em realidade aumentada e expandida.

“Os executivos estão rebalanceando seus orçamentos, de olho no que traz mais valor ao negócio”, observa o diretor sênior de Pesquisa do Gartner, Henrique Cecci. Nesse sentido, o especialista também atenta para a revisão de custos das empresas com serviços de computação em nuvem, elevados pela IA generativa.

Segurança da informação
Gastos globais das empresas em cibersegurança (em US$ bilhões)



Depois da Qualcomm, Apollo propõe investir US$ 5 bi na Intel

Chips

Bloomberg

A gestora de investimentos Apollo Global Management indicou nos últimos dias que está disposta a investir até US$ 5 bilhões na Intel, segundo fontes, em uma iniciativa que significaria um voto de confiança na estratégia de recuperação da fabricante de chips.

As fontes afirmaram que os executivos da Intel estão analisando a proposta da Apollo, que pode envolver compra de uma fatia da empresa. Acrescentaram que o tamanho do investimento da Apollo ainda pode mudar ou as discussões podem fracassar. A notícia surgiu depois que a Qualcomm, que tem sede em San Diego, sugeriu a possibilidade de uma aquisição amigável da Intel, segundo disseram fontes no sábado. Nenhuma das transações foi concluída até o momento.

Representantes da Apollo e da Intel não quiseram comentar o assunto. Sob o comando de seu executivo-chefe (CEO), Pat Gelsinger, a Intel tem trabalhado em um plano dispendioso para se reestruturar e conseguir novos produtos, tecnologias e clientes.

Ainda assim, a empresa caminha para seu terceiro ano consecutivo de queda nas vendas e suas ações perderam mais de 50% de seu valor neste ano.

Embora a Apollo seja mais conhecida por suas operações de seguros, aquisições e crédito, ela surgiu nos anos 1990 como uma especialista em investir em empresas que passavam por dificuldades.

Ontem (23), as ações da Intel fecharam em alta de 3,3%, a US$ 22,56, o que lhe dava um valor de mercado de US$ 96,5 bilhões. , na Nasdaq. As ações da Intel tiveram um salto na semana passada, depois que Gelsinger fez uma série de anúncios sobre medidas para acelerar a recuperação. Uma delas é uma transação multibilionária com a Amazon Web Services (AWS), a unidade de computação em nuvem da Amazon, para um investimento conjunto em um semicondutor customizado de inteligência artificial e um plano para transformar sua área de manufatura, que está em dificuldades, em uma subsidiária 100% de sua propriedade.

3,3% **é a alta das ações da Intel ontem (23)**

A Intel também informou que cancelaria alguns projetos e adiaria por enquanto seus planos para novas fábricas na Alemanha e na Polônia. A Intel e a Apollo já têm um relacionamento.

Em junho, a Intel, que tem sede em Santa Clara, na Califórnia, fechou a venda para a Apollo de uma participação em uma joint-venture que controla uma fábrica na Irlanda, por US$ 11 bilhões. Com isso, garantiu mais financiamento externo para uma expansão massiva de sua rede de fábricas.

ANNABELLE CHIH/BLOOMBERG



Pat Gelsinger, CEO da Intel, está tentando acelerar a reestruturação da companhia

A Apollo também tem outra experiência na área de fabricação de chips. No ano passado, aceitou liderar um investimento de US$ 900 milhões na empresa de tecnologia Western Digital, com a compra de ações preferenciais conversíveis.

Curtas

Rock in Rio

O Rock in Rio encerrou domingo (22) sua edição comemorativa de 40 anos, marcada por grandes shows e homenagens que celebraram a trajetória do festival. O evento, dos dias 13 a 15 e 19 a 22 de setembro, reuniu um público de 730 mil pessoas, aumento de cerca de 4,2% em relação a 2022. O impacto econômico, segundo o Governo do Estado do Rio de Janeiro, foi de R$ 2,6 bilhões. Dados da Rock World, organizadora do festival, mostram que 46% do público veio de fora do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, a ocupação hoteleira atingiu 95%, e o movimento na rodoviária do Rio foi 40% superior ao normal, com cerca de 226 mil passageiros. No Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, foram registrados 380 voos extras, transportando 47 mil passageiros. Nos sete dias, mais de 750 artistas se apresentaram, somando 500 horas de experiência musical. Para as marcas patrocinadoras, o evento foi também uma grande oportunidade de vendas e marketing. A Seara registrou a venda de cerca de 50 toneladas de produtos, entre cachorros quentes e frangos crocantes. *(Luana Dandara, do Rio)*

TSMC e Samsung

Duas gigantes da fabricação de chips discutem a construção de enormes complexos de fábricas nos Emirados Árabes. Executivos da TSMC, a maior fabricante de chips do mundo, visitaram recentemente o país e conversaram sobre a construção de um complexo de fábricas comparável a algumas das maiores e mais avançadas instalações da empresa em Taiwan, segundo “The Wall Street Journal”. A Samsung também está considerando novas operações de fabricação de chips no país nos próximos anos. As discussões ainda estão nas fases iniciais e enfrentam obstáculos técnicos e outros desafios, o que significa que podem não se concretizar. Segundo os termos iniciais em discussão, os projetos seriam financiados pelos Emirados Árabes, com um papel central do fundo soberano Mubadala, com sede em Abu Dhabi, que está ansioso para desenvolver uma indústria de tecnologia local. O objetivo mais amplo seria aumentar a produção global de chips e ajudar a reduzir os preços sem prejudicar a rentabilidade dos fabricantes, disseram algumas das fontes.

Agro 4. Empresa recorreu a inteligência artificial generativa para facilitar acesso a informações relativas à gestão por cooperados e funcionários

Na Copersucar, o controle dos dados está com o robô Caio

Ivone Santana
De São Paulo

A Copersucar, maior empresa brasileira na exportação de açúcar e etanol, recorreu a uma inteligência artificial generativa (IAGen) para facilitar o acesso a informações relativas à sua gestão e aos negócios por seus cooperados, funcionários e distribuidores. O chatbot Caio — acrônimo de "Copersucar Artificial Intelligence Ondemand" — foi desenvolvido pelo Math Group, consultoria e engenharia especializada em análise de dados.

E é esse robô que decide quem pode saber o que se passa no ecossistema da cana-de-açúcar, com uma cadeia de valor que envolve açúcar, etanol, usinas, energia, terminais multimodais, logística e tecnologia.

O Caio foi criado com tecnologia sob licenciamento da OpenAI, dona do ChatGPT, que tem a Microsoft como sócia investidora. Caio e o banco de dados da intranet da Copersucar ficam hospedados no data center Azure, que é a plataforma de nuvem computacional da Microsoft. É na nuvem que os usuários vão buscar os dados e interagir com a inteligência artificial.

Os assuntos são segmentados no banco de dados, não estão centralizados em um só lugar. Nem todos têm acesso aos dados, de modo que cada usuário só consegue ver o que previamente foi aprovado para o seu conhecimento. "Ele [o chatbot] não sai para a internet aberta, o acesso é privado e o Caio respeita a governança da segurança da informação", afirma o vice-presidente de tecnologia da Math, Sergio Larentis.

A Math foi fundada em 2016 pelos sócios Larentis e Marcel Ghiraldini, hoje vice-presidente de marketing e vendas. O nome da empresa, Math, reflete o interesse em matemática dos dois amigos, formados em ciências exatas.

No banco de dados da Copersucar há informações como produção das usinas em tempo real. A Copersucar tem 37 usinas sócias com processamento de mais de 110 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, e 16 destilarias exclusivas com produção de mais de 5,3 milhões de metros cúbicos de etanol. Entre os diversos tipos de documentos do banco de dados estão, por exemplo, regulatórios, informações sobre os funcionários, de sustentabilidade, inteligência de mercado, logística, questões técnicas e financeiras.

Ghiraldini faz uma analogia para mostrar a relevância dos conteúdos das corporações e do trabalho do robô: "Dado é o novo petróleo, mas a inteligência artificial é o motor. O trabalho de governança é o refino."

Entre os diferenciais do modelo de algoritmos da Math em comparação com os que estão disponíveis no mercado, Ghiraldini destaca a governança dos dados, com a definição de quem é proprietário de cada informação. Durante a construção do modelo, cada setor indicou onde o chatbot poderia buscar os seus dados, quem poderia acessá-los e outras barreiras de segurança.

> "Dado é o novo petróleo, mas a inteligência artificial é o motor"
> *Marcel Ghiraldini*

As salvaguardas dão segurança ao sistema, mas Ghiraldini reconhece que não se pode ter 100% de proteção. Houve cuidados também para minimizar situações em que o robô possa mentir, inventar ou "delirar".

"Foi desafiador obter das diversas áreas da empresa situações potenciais de aplicação da IA", diz o executivo responsável por tecnologia da informação, inovação e transformação digital da Copersucar, Daniel Vaz, em nota. "No entanto, a partir do momento que entregamos uma degustação de IA por meio de uma POC (prova de conceito) do Caio, foi percebida a facilidade para obter informações em linguagem natural, e a adoção interna cresceu com novos documentos acrescidos na solução, tornando-se referência em consulta de informações."

Nesta primeira fase, 350 pessoas já estão habilitadas para utilizar o Caio, cujos testes começaram há seis meses. Muitas pessoas da cooperativa ainda não têm acesso porque a governança está sendo ajustada. De modo geral, os usuários são de diversas unidades, das usinas, da auditoria e do setor jurídico, por exemplo.

Segundo Larentis, ainda não há um retorno geral sobre o sistema, mas, nas pesquisas de satisfação, "[os usuários] estão dando nota ótima". As informações são localizadas com facilidade e rapidez. O que demorava uma hora ou um mês, agora leva poucos minutos, afirma Laurentis, ao citar que o tempo médio de navegação no sistema está próximo de 10 minutos.

"A engenharia de valor, só com o dado de tempo, dá uma visão errada, porque existia uma represa de problemas que nem sequer estavam sendo endereçados [não se sabia que existiam]", diz Ghiraldini. Como a IA está resolvendo muitos problemas em menos tempo, ele considera que o sistema já está dando retorno sobre o investimento, embora ainda não calcule o valor.

A Math já desenvolveu 25 modelos de inteligência artificial com base em linguagem de larga escala (LLMs, na sigla em inglês). Marcel Ghiraldini estima que o faturamento da empresa fique próximo de R$ 100 milhões este ano, cerca de 30% maior que em 2023. A taxa de crescimento anual composta (CAGR) é de 70% nos últimos quatro anos, afirma.

A clientela da empresa está concentrada nos setores ambiental e financeiro, com este último representando 70% do faturamento. Nessa carteira estão grupos como os bancos Itaú, Santander, Bradesco, BV e XP.

Os cofundadores da Math, que nunca receberam aportes de investidores, agora buscam diversificação além do trabalho de consultoria, e crescimento tanto operacional quanto por meio de aquisição nos próximos meses.

DIVULGAÇÃO



Sergio Larentis, sócio da Math: O acesso é privado e o Caio respeita a governança da segurança da informação

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Drogaria Santa Suzana Ltda. -** CNPJ: 47.378.468/0001-88 - Endereço: Praça João Pessoa, 151, Centro - Requerente: Drogaria Santa Suzana Ltda - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido de auto falência redistribuído.

Requerido: **Eurolaf Veículos Especiais Ltda. -** CNPJ: 07.973.198/0001-39 - Endereço: Rodovia Antonio Romano Schincariol (Rodovia Sp 127), Nº 3015, Bairro Jardim Wanderley - Requerente: Montécnica Eletro Mecânica Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Tatuí/SP

Requerido: **Gafisa S/A -** CNPJ: 01.545.826/0001-07 - Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, 13º Andar, Cjto. 131, Ed. 1, Bairro Vila Nova Conceição - Requerente: Simone Silvério Rossetto - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Planova Planejamento e Construções S/A -** CNPJ: 47.383.971/0001-21 - Endereço: Rua Campos Sales, 226, Sala 83, Centro - Requerente: Mwt Comércio de Roupas e Estamparia Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Barueri/SP

Requerido: **Ricardo Macedo Facchini -** CNPJ: 30.193.781/0001-49 - Endereço: Estrada Dos Martins, 117, Bairro Caguassu, Sorocaba/sp - Requerente: Mwt Comércio de Roupas e Estamparia Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Barueri/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Alecrim Tecidos Ltda. -** CNPJ: 21.340.338/0001-62 - Endereço: Rua Prudente de Moraes, 1337, Bairro Vila Pacheco - Administrador Judicial: Acfb Administração Judicial Ltda. ME - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Atacadão de Estivas e Cereais Rio do Peixe Ltda. -** CNPJ: 09.135.930/0001-27 - Endereço: Rua Capitão João de Sá, 207, Centro - Administrador Judicial: Lrf Líderes em Recuperação Judicial, Falência e Consultoria Ltda., Representada Pela Dra. Natália Pimentel Lopes - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de Campina Grande/PB

Empresa: **Bf Moda Criativa Ltda. -** CNPJ: 28.697.766/0001-96 - Endereço: Boulevard Shopping Camaçari, S/nº, Quiosque Q30, Camaçari/ba - Administrador Judicial: Dr. Marcus Borel Silva Moreira - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Salvador/BA

Empresa: **Gm5 Indústria e Comércio de Tubos Ltda. -** CNPJ: 10.963.262/0001-05 - Endereço: Av. Firmino Crisóstomo, 239, Lotes 01, 02, 03, 26, 27 e 28, Centro, Pindoretama/ce - Administrador Judicial: Dra. Tamires de Sousa Salgado - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **Gonzaga Indústria, Comércio e Representações Ltda. -** CNPJ: 40.956.286/0001-06 - Endereço: Rua Dr. Carlos Agra, 314, 1º Andar, Centro - Administrador Judicial: Lrf Líderes em Recuperação Judicial, Falência e Consultoria Ltda., Representada Pela Dra. Natália Pimentel Lopes - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de Campina Grande/PB

Empresa: **Jatobá S/A -** CNPJ: 72.908.239/0001-75 - Endereço: Av. Presidente Castelo Branco, 1230, Jardim São Matheus, Bairro Santa Claudina - Administrador Judicial: Ativos Administração Judicial e Consultoria Empresarial Eireli, Representada Pela Dra. Lívia Gaviolli Machado - Vara/Comarca: 2a Vara de Vinhedo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Mb Comércio de Artigo do Vestuário Ltda. -** CNPJ: 31.318.468/0001-52 - Endereço: Rodovia Br 516, Nº 305, Salvador Norte Shopping, Loja 1115, 1º Piso, Bairro São Cristóvão - Administrador Judicial: Dr. Marcus Borel Silva Moreira - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Salvador/BA

Empresa: **Rv Moda Criativa Lda. -** CNPJ: 24.395.045/0001-70 - Endereço: Av. Governador João Durval Carneiro, 3665, Sala B 31, Bairro Caseb, Feira de Santana/ba - Administrador Judicial: Dr. Marcus Borel Silva Moreira - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Salvador/BA

Empresa: **Vito Leonardo Frugis Ltda. -** CNPJ: 61.365.151/0001-38 - Endereço: Rua Antonio de Napoli, 150, Bairro Parada de Taipas - Administrador Judicial: Ajota Administração Judicial, Representada Pelo Dr. Átila Sauner Possi - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Cal Leve Indústria e Comércio Ltda. ME -** CNPJ: 01.527.301/0001-30 - Endereço: Rua José Augusto Teixeira, 1211, Bairro Torrão de Ouro Ii, São José Dos Campos/sp - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Colimax Comercial, Importadora e Exportadora Ltda. -** CNPJ: 13.747.264/0001-55 - Requerente: Saltur São Luiz Turismo Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Fg Comércio de Materiais de Concreto e Serviços Ltda. -** CNPJ: 32.406.088/0001-32 - Endereço: Av. Guinle, 2367, Cidade Industrial Satélite de São Paulo - Requerente: Acvil Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Top Blue Distribuição e Comércio Ltda. -** CNPJ: 26.289.794/0001-49 - Endereço: Rua Eldoro Lincoln Berlinck, S/nº, Bairro Jardim Arpoador - Requerente: Adega Alentejana Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Top Blue Distribuição e Comércio Ltda., Filial 1 -** CNPJ: 26.289.794/0002-20 - Endereço: Rodovia Raposo Tavares, 7883, Bairro Jardim Arpoador, São Paulo/sp - Requerente: Adega Alentejana Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Top Blue Distribuição e Comércio Ltda., Filial 2 -** CNPJ: 26.289.794/0003-00 - Endereço: Av. Inocêncio Seráfico, 4150, Cjto. 13, Bairro Vila Dirce, Carapicuíba/sp - Requerente: Adega Alentejana Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Petição inicial indeferida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Carreon Transportes e Implementos Ltda. -** CNPJ: 16.628.693/0001-00 - Endereço: Rua Humberto Moreschi, 554, Chácara Manella Cambé - Vara/Comarca: 11a Vara de Londrina/PR

Empresa: **Centro Educacional Formar Ltda. -** CNPJ: 06.250.699/0001-24 - Endereço: Av. Satélite, 213, Bairro Cidade Satélite Santa Bárbara - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Escola Menina Izildinha Ltda., -** CNPJ: 04.847.458/0001-31 - Endereço: Rua Mimas, 71, Bairro Cidade Satélite Santa Bárbara - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Escola Santa Izildinha Ltda. -** CNPJ: 48.489.116/0001-62 - Endereço: Rua Mimas, 93/103, Bairro Itaquera - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Instituição de Ensino Fundamental Santa Izildinha Ltda. -** CNPJ: 04.606.912/0001-62 - Endereço: Rua Mimas, 180, Bairro Cidade Satélite Santa Bárbara - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Instituto Educacional Santa Izildinha Ltda. -** CNPJ: 05.918.813/0001-89 - Endereço: Rua Titan, 231, Bairro Cidade Satélite Santa Bárbara - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Pinguinhos do Santa Izildinha Ltda. -** CNPJ: 04.588.910/0001-98 - Endereço: Rua Mimas, 99, Bairro Cidade Satélite Santa Bárbara - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **S. I. Educação Moderna Ltda. -** CNPJ: 11.084.565/0001-10 - Endereço: Rua Mimas, 106, Bairro Cidade Satélite Santa Bárbara - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Sabaoth Serviços e Implementos Ltda. -** CNPJ: 39.664.292/0001-00 - Endereço: Rua Serra de Roraima, 500, Bairro Bandeirantes - Vara/Comarca: 11a Vara de Londrina/PR

Empresa: **Siet Santa Izildinha Escola Técnica Ltda. -** CNPJ: 14.574.831/0001-81 - Endereço: Ra Mimas, 99, Bairro Cidade Satélite Santa Bárbara - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Silveira & Souza Ltda., Nome Fantasia 4lux Energia Solar -** CNPJ: 37.063.082/0001-23 - Endereço: Rua Bandeirantes, 670, Bairro Jardim Paulista - Vara/Comarca: 1a Vara de Paraguaçu Paulista/SP

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Habowisk Transportes Eireli -** CNPJ: 26.370.796/0001-68 - Endereço: Rua Hungria, 1930, Sala 01, Parque Industrial Sul - Vara/Comarca: Vara Cível de Rolândia/PR - Observação: Face não instruir a petição inicial com a documentação pertinente.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

INÊS 249

Políticas Segundo o ministro da Agricultura, diretriz sobre os preços ficará pronta em até 30 dias; veículos terão capacidade de transporte de até 20 mil litros de água

Governo prevê R$ 3 bi para a aquisição de caminhões de combate ao fogo, diz Fávaro

Patrick Cruz e Rafael Walendorff
De São Paulo e Brasília

O Ministério da Agricultura vai destinar R$ 3 bilhões para a compra de caminhões-tanque, a serem usados para combater incêndios em áreas de produção agropecuária, afirmou ontem o ministro Carlos Fávaro. Segundo ele, a iniciativa fará parte de um novo conjunto de medidas do governo federal para combate ao fogo e mitigação dos danos que as chamas têm causado em áreas rurais.

Fávaro disse que o ministério pretende concluir em 30 dias, "no máximo", uma ata de registro de preços para a aquisição dos equipamentos. "Serão caminhões com capacidade de transporte de 10 mil e 20 mil litros de água, equipados com bombas de alta performance e destinados a prefeituras e Estados, para uso, também, no combate a incêndios", declarou Fávaro durante sua participação em evento do UBS, em São Paulo, que reuniu investidores, empresários e executivos de companhias do agronegócio.

O ministro não deu mais detalhes sobre o plano de aquisição dos caminhões, como a origem dos recursos, a modalidade da compra ou se os recursos serão, eventualmente, uma linha de financiamento para que Estados e municípios façam a aquisição. Havia a previsão de o ministro falar com a imprensa depois de sua participação no evento, mas, como ele ainda teria outra agenda em sua passagem pela capital paulista, a entrevista acabou não ocorrendo.

Segundo Fávaro, além do plano de aquisição de caminhões-tanque para uso no combate a incêndios, o novo conjunto de ações contra o fogo inclui a estruturação de uma nova linha de crédito. "Já estamos preparando uma outra linha, com juros negativos", disse o ministro. "E eu mesmo vou ser adepto dela. Eu vi incêndios na entrada de duas das três propriedades da minha família. As chamas não entraram, felizmente", acrescentou.



DIVULGAÇÃO

O ministro Carlos Fávaro e o executivo Gilberto Peralta, da Airbus: liberação antecipada de recursos do RenovAgro

Ontem, o Ministério da Agricultura e o Banco do Brasil assinaram a liberação dos primeiros empréstimos, feitos por meio do Programa de Financiamento de Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro), para produtores que sofreram com queimadas no Estado de São Paulo. Essas operações fazem parte da primeira leva de ações que o governo anunciou desde o início da crise dos incêndios em lavouras e áreas de mata nativa, em agosto.

O RenovAgro é o programa do Plano Safra destinado à recuperação de pastagens degradadas. Na temporada 2024/25, ele terá, ao todo, R$ 7,7 bilhões, mas como os produtores já haviam tomado R$ 1,2 bilhão até meados deste mês, quando o ministro confirmou a liberação, havia, naquele momento, R$ 6,5 bilhões disponíveis para apoiar os agricultores que tiveram perdas com os incêndios.

Ontem, Fávaro ratificou que, em novembro, o governo destinará mais US$ 1,3 bilhão do Fundo Clima — programa que integra a Política Nacional sobre Mudança do Clima e que fica sob gestão do BNDES — para recuperação de pastos degradados. O repasse desse dinheiro, no entanto, ainda depende da definição de regras para o financiamento, um trabalho que cabe ao Tesouro Nacional.

Em sua passagem por São Paulo, ministro também anunciou que as instituições financeiras poderão antecipar a aplicação de recursos do Plano Safra 2024/25 na linha RenovAgro que, segundo o cronograma original, seriam liberados a partir de janeiro do ano que vem. Segundo Fávaro, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Banco da Amazônia (Basa) são algumas instituições financeiras que vão antecipar valores e emprestar aos clientes.

Depois que deixou o evento no UBS, o ministro reuniu-se com representantes das instituições financeiras que distribuem recursos do Plano Safra para discutir as medidas de apoio aos produtores afetados pelos incêndios. Ele defendeu ações mais duras contra quem comprovadamente causou os incêndios, incluindo restrição de acesso à linha subsidiada do Plano Safra 2024/25 para recuperação da área queimada.

R$ 7,7 bilhões é a previsão para o RenovAgro

Novo estudo sugere Brasil líder em SAF

De São Paulo

O Brasil tem potencial de se transformar no maior produtor global de combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês), segundo um estudo que a Airbus prevê concluir em outubro. O Massachusetts Institute of Technology (MIT) trabalha com a fabricante de aeronaves europeia na elaboração do relatório.

Atualmente, o consumo de combustíveis de aviação no mundo é de cerca de 400 bilhões de litros. O Brasil consome entre 7 bilhões e 8 bilhões de litros, e os Estados Unidos, 120 bilhões.

"Os americanos deverão produzir de 40 bilhões a 50 bilhões de litros, então eles vão ter que importar de qualquer maneira. Já o Brasil, com os avanços da agricultura e o uso de terras degradadas, poderá produzir entre 40 bilhões e 50 bilhões de litros, mas consumindo 7 bilhões", afirmou Gilberto Peralta, o presidente da Airbus no Brasil, durante o "2024 Agriculture Investment Conference", evento que o UBS realizou ontem em São Paulo. "Nós podemos nos tornar a Arábia Saudita do SAF".

O número de novos projetos de combustível sustentável de aviação tem se multiplicado no mundo, mas a produção ainda é marginal. Segundo a Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata), a fabricação de SAF deverá triplicar em 2024, chegando a 1,8 bilhão de litros — o volume corresponde a apenas 0,5% da demanda.

As empresas que têm investido em pesquisa e fábricas se dizem otimistas com as perspectivas para essa nova indústria. "Vai ter SAF no mercado. O setor produtivo está preparado", diz Erasmo Carlos Battistella, fundador e principal executivo da Be8. *(PC)*

Bioinsumo pode gerar economia de US$ 5,1 bi ao país

Estudo

Gabriella Weiss
De São Paulo

O Brasil pode economizar até US$ 5,1 bilhões ao ano com a adoção de bioinsumos em gramíneas como milho, arroz, trigo, cana e pastagens, além de reduzir a emissão de gases de efeito estufa. A conclusão é de novo estudo realizado por Ministério da Agricultura, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) e Instituto Senai de Inovação em Biossintéticos e Fibras. O relatório é fruto de uma ampla revisão de artigos científicos, patentes e do mercado de insumos.

Segundo o estudo, a substituição parcial de fertilizantes nitrogenados por bioinsumos contribui para o aumento da eficiência no uso de nutrientes e para a mitigação dos efeitos climáticos. O uso de bioinsumos tem o potencial de reduzir até 18,5 milhões de toneladas de CO2 equivalente por ano, diz o relatório, contribuindo para "o desenvolvimento de uma agricultura de baixo carbono no Brasil".

O maior uso de bioinsumos também ajudaria a reduzir a dependência de fertilizantes importados. Mais de 80% dos fertilizantes utilizados no país são de origem estrangeira, o que torna o setor vulnerável a variações de preço e disponibilidade no mercado internacional.

Os dados levantados mostraram que Azospirillum brasilense é a espécie mais utilizada como biofertilizante/inoculante com objetivo de complementar a fertilização mineral em gramíneas no país. A espécie já conta com diversos produtos comerciais, e artigos científicos indicam seu amplo poder de descarbonização. O estudo destaca ainda o potencial de outras bactérias e consórcios microbianos, que estão em desenvolvimento e podem trazer novas oportunidades ao setor.

De acordo com o estudo, as inovações tecnológicas na área de bioinsumos têm crescido rapidamente no Brasil, com mais de mil produtos biológicos já registrados, incluindo biofertilizantes, bioestimulantes e inoculantes.

Apesar dos avanços, o documento também ressalta desafios relacionados à falta de conhecimento técnico e à necessidade de maior investimento em pesquisa e desenvolvimento de novas soluções para diferentes culturas.

A publicação aponta programas como o Plano Nacional de Fertilizantes e o Programa Nacional de Bioinsumos como ferramentas para ampliar a produção nacional de bioinsumos.

Com crise no Agrogalaxy, Solubio suspende emissão de CRA

Financiamento

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A empresa de biotecnologia Solubio teve que tirar sua emissão de Certificados de Recebíveis Agrícola (CRA) da rua depois de enfrentar desconfiança de investidores, apurou o **Valor**. A empresa faz parte do portfólio do fundo de private equity Aqua Capital, o mesmo dono do Agrogalaxy, que pediu recuperação judicial na semana passada. Procurados, a Solubio e o Aqua não comentaram.

O UBS BB, que coordena a operação, avisou os potenciais investidores que as reuniões do roadshow foram suspensas e que não havia, no momento, novas datas. A companhia buscava uma emissão de R$ 200 milhões.

Segundo uma fonte, que falou na condição de anonimato, a Solubio viu a oportunidade de captação se fechar após o pedido de recuperação judicial do Agrogalaxy, visto que no mercado muitos gestoras já tinham exposição ao CRA da companhia. "A empresa não encontrou mercado após o evento do Agrogalaxy", disse um gestor consultado pelo **Valor**.

Agrogalaxy ON
Cotação dia a dia, em R$/ação

3,5
2,9
2,3
1,7
1,1
3,43
0,64 23/set/24
0,57 20/set/24
2/jan/24

Variações: Dia 12,28% | Mês -47,97% | Ano -82,37%

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Uma das fontes afirmou que a companhia recebeu recentemente um aporte e está com dinheiro em caixa, por isso a falta de demanda para sua emissão teria relação "100% com a Agrogalaxy". No caso da Solubio, o Aqua possui 55% de participação. Um interlocutor disse que deveria ser prioridade, neste momento, "blindar a governança do Aqua" para não respingar em suas demais investidas.

Também são investidas da gestora a plataforma de queijos Ultracheese; a Comfrio, de logística refrigerada; e a Geneseas, de produção de tilápias que entrou em recuperação judicial em 2022.

O Aqua foi a responsável por criar a atual estrutura do Agrogalaxy ao começar a adquirir diversas empresas de varejo de insumos agrícolas desde 2016.

Os problemas financeiros do Agrogalaxy começaram em 2023, com o desarranjo nas cadeias de insumos do agronegócio e a queda dos preços da soja e do milho. No fim do ano passado, Aqua colocou R$ 150 milhões na companhia e fez sua primeira repactuação de dívida com bancos.

O Agrogalaxy estava em um novo processo de negociação com seus credores financeiros nos últimos dois meses, até que encontrou resistência nas conversas com o Banco ABC, que decidiu bloquear R$ 36 milhões das contas da companhia. A medida desencadeou um aperto de liquidez que levou ao pedido de recuperação judicial.

Após despencarem na semana passada, as ações do Agrogalaxy subiram ontem 12,28%, a R$ 0,65.

Sem sigilo

A juíza Alessandra Gontijo do Amaral, da 19ª Vara Cível e Ambiental de Goiânia, determinou que o Agrogalaxy apresente em 24 horas uma lista pública dos bens particulares dos sócios e administradores da companhia e os extratos bancários e das aplicações financeiras da empresa. A decisão foi publicada às 15h07 da segunda-feira (23/9). A companhia, que pediu recuperação judicial na semana passada, havia solicitado sigilo sobre essas informações, mas a magistrada entendeu que não havia elementos para justificar essa decisão. A juíza também solicitou a apresentação de uma "relação [pública] integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento". (Camila Souza Ramos)

Agro 4.0
Copersucar recorre a IA generativa para facilitar acesso a informações
B7

INÊS 249

Política monetária
David Kohl, do Julius Baer, vê novos cortes de juros do Fed com economia dos EUA em desaceleração C2



Estratégia
BB quer levantar US$ 850 milhões no exterior para sustentabilidade e clima C3

Fundo de pensão
Previ prepara selo ambiental e social para empresas investidas C6

Finanças

Ativos Taxas vão acima de 12% após frustração diante de relatório, com reflexos no câmbio e na bolsa

Desconfiança do mercado com a política fiscal aumenta e juro futuro salta à máxima do ano

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

O mercado voltou a mostrar preocupação com o equilíbrio das contas públicas e embalou a terceira sessão consecutiva de estresse nos juros futuros, que alcançaram os maiores níveis do ano e se firmaram acima dos 12%. Houve uma frustração dos agentes com o relatório bimestral de receitas e despesas divulgado na sexta-feira, diante de uma redução na contenção total de R$ 15 bilhões anunciada em julho. E, diante da percepção de uma política fiscal menos austera que o esperado, os investidores exigiram prêmios de risco que afetaram não somente os juros futuros, mas também os mercados de câmbio e bolsa.

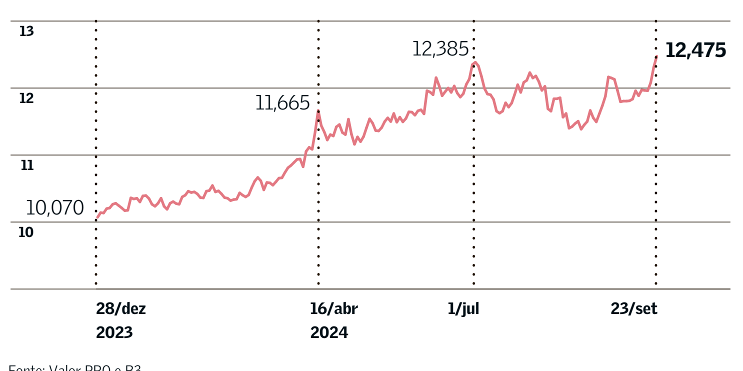
No pregão de sexta-feira, a piora na percepção de risco provocou forte estresse nos mercados, o que se intensificou ontem. A taxa do DI para janeiro de 2029 registrou um salto, ao passar de 12,31% para 12,475%, após ter ido a 12,575% na máxima da sessão. No mercado de câmbio, o dólar chegou a encostar em R$ 5,60, mas encerrou o dia negociado a R$ 5,5344, em alta de 0,25%, enquanto o Ibovespa recuou 0,38%, aos 130.568 pontos.

"A sinalização representada pela redução no esforço fiscal anunciado anteriormente, em meio a um déficit primário crescente, foi recebida negativamente pelos mercados, por sugerir uma propensão do governo a gastar o máximo permitido legal e tecnicamente pelo arcabouço fiscal, apesar da necessidade de ajustes estruturais e mais duradouros nas despesas", avalia o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski.

Para ele, o ceticismo do mercado doméstico neste momento não está tão relacionado ao cumprimento ou não das regras do arcabouço fiscal neste ano, mas guarda relação com uma baixa confiança dos agentes econômicos diante de "vulnerabilidades não endereçadas" e da "percepção de um compromisso fraco com a estabilização efetiva da dívida pública".

A avaliação guarda semelhança com a do sócio e chefe da área de renda fixa da Ace Capital, Luiz Alberto Basqueira, para quem a piora dos mercados tem como principal razão "a desconfiança com o fiscal". "O mercado já é cético há algum tempo com a política fiscal, mas, mais recentemente, algumas pequenas medidas e anúncios do governo se acumularam e lembraram os agentes de que existe uma dificuldade com as contas públicas", diz.

Basqueira cita a iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) em autorizar mais créditos extraordinários; o relatório de receitas e despesas da semana passada; e o anúncio do vale-gás, "que deve ser alterado pelo governo, mas, ainda assim, deixa uma cicatriz".



Fonte: Valor PRO e B3

ROGERIO VIEIRA/VALOR

"Se não tivermos notícias positivas, é razoável mercado exigir prêmio maior" *Maurício Bernardo*

"Isso acontece sob um pano de fundo muito ruim e diante de uma preocupação maior do mercado com a dívida/PIB. Duas coisas incomodam o mercado: a percepção de que o governo não tem disposição em entregar o superávit necessário para estabilizar a dívida; e o fato de que a meta atual pode ser entregue mas somente com medidas do lado das receitas, com muitos 'one-offs'... O mercado vê esse ajuste sendo feito com uma qualidade ruim", avalia o gestor da Ace.

A esse ambiente fiscal negativo se soma, ainda, o início do ciclo de aperto monetário, com uma comunicação bastante dura adotada pelo Banco Central na semana passada. "É uma projeção alta [de inflação] no cenário de referência, o que indica para o mercado que o cenário de juros no modelo do Copom [que inclui alta de 1 ponto na Selic] vai ter de ser mais alto", afirma Basqueira. Não por acaso, a Ace tem mantido em suas carteiras posições "tomadas" em juros, ou seja, aposta na alta das taxas futuras ao longo de toda a curva.

Além das taxas longas, que dispararam nos últimos dias, também os juros de curto prazo seguiram em alta firme, em um sinal de que o mercado continua a ver um ciclo de aperto cada vez mais intenso à frente. O Boletim Focus, inclusive, passou a mostrar já ontem uma Selic de 11,75% no fim do ciclo, em janeiro, enquanto o mercado já precifica uma taxa de 12,75% em meados do próximo ano.

Mas nem mesmo esse ambiente de disparada dos juros brasileiros tem dado apoio ao real. Apesar de um bom movimento de valorização na quinta-feira, a moeda brasileira foi duramente penalizada pelo aumento da percepção de risco nas duas últimas sessões.

"O fiscal continuou sendo o 'nó górdio', o problema insolúvel do país. O governo perdeu uma boa oportunidade de mostrar que está levando a sério a questão, não só no curto e médio prazo, mas de forma estrutural", diz o chefe de câmbio da tesouraria da XP, Andrei Basilio.

Para ele, independentemente do número do relatório, o que pesa é a oportunidade perdida. "Você está vendo que o BC está lutando com um crescimento maior da economia que pressiona a inflação, o que o leva a subir juros; você está tendo uma arrecadação melhor, principalmente por conta de uma política fiscal mais expansionista, e isso está se refletindo na arrecadação. Então, esse era o momento de fazer o colchão, e não o contrário."

Se não houver novas surpresas negativas na parte fiscal e o governo entregar o que promete a médio prazo, o real é uma boa aposta, na visão de Basilio. "Mas, no momento, fica um gosto amargo por conta do relatório bimestral, e isso ficou evidente na curva de juros."

É nesse contexto que o gestor de renda fixa Maurício Bernardo, da Vinland Capital, diz achar "razoável" o aumento do prêmio no mercado, diante da frustração com o relatório de receitas e despesas.

Ele lembra que o momento já era de bastante pressão na curva de juros, à medida que o mercado se ajusta a um cenário de Selic mais alta. E, segundo Bernardo, os temores renovados do mercado com a política fiscal adicionam ainda mais incerteza ao quadro atual e levam os investidores a pensar se uma alta da taxa ainda mais forte que o 0,5 ponto precificado para novembro pode ser adequada.

"O prêmio de risco bate na taxa de câmbio e faz com que o mercado questione inclusive se não vai ser necessário um aperto [monetário] ainda mais célere. Se vai precisar de um aperto maior, por que não fazê-lo mais rapidamente? O mercado começa a colocar isso na conta", diz o gestor da Vinland. Na semana passada, o mercado de opções digitais para a próxima reunião do Copom, em novembro, chegou a precificar uma chance minoritária de o BC aumentar a Selic em 0,75 ponto percentual.

Na visão de Bernardo, o mercado ainda tem espaço para adicionar mais prêmio à curva, seja pela expectativa de que o juro terá de subir ainda mais ou por conta do risco fiscal. "Se não tivermos notícias positivas no campo fiscal ou números mais benignos no campo da inflação e da atividade, é razoável que o mercado continue precificando um prêmio acima de 2,5 pontos", diz, ao se referir ao nível de Selic que o mercado vê hoje no fim do ciclo.

É o que também aponta o chefe de multimercados do ASA, Filippe Santa Fé, para quem o comportamento do mercado de juros é "natural". "Não acho que seja uma questão de posicionamento ['stops' de posições] nem que o movimento esteja, por enquanto, exagerado. Talvez a velocidade do movimento tenha chamado atenção, mas não estamos obviamente em um extremo de preços", opina. ***(Colaborou Bruna Furlani)***

UniCredit amplia fatia no Commerzbank

Dow Jones Newswires

O italiano UniCredit aumentou a sua participação no alemão Commerzbank para cerca de 21%. O banco contratou instrumentos financeiros que permitiram adicionar uma fatia de mais 11,5% na instituição financeira alemã. O avanço do banco italiano na instituição alemã provocou reação imediata do governo do chanceler Olaf Schol, que se manifestou contrário ao negócio.

O UniCredit procura criar um gigante bancário com quase US$ 1,5 trilhão em ativos, num negócio que, se for bem-sucedido, poderá desencadear uma esperada onda de fusões e aquisições no setor bancário europeu.

No início do mês, o UniCredit já havia comunicado a compra de 9% do Commerzbank, alimentando as especulações de que poderia formalizar a fusão dos dois bancos. Ainda não está claro se o UniCredit manterá essa participação, se venderá ou aumentará ainda mais. Segundo o banco italiano, isso dependerá do envolvimento com os conselhos de administração e de supervisão do Commerzbank, além de outras partes interessadas na Alemanha.

"O UniCredit acredita que existe um valor substancial que pode ser destravado dentro do Commerzbank, seja de forma independente ou dentro do UniCredit, para o benefício da Alemanha e das partes interessadas como um todo, afirmou o UniCredit em comunicado.

Liderado pelo experiente negociador financeiro Andrea Orcel, o banco italiano comprou contratos financeiros que podem mais que dobrar sua participação no Commerzbank. Horas depois, Berlim revidou. Falando em Nova York, o chanceler Scholz disse que "ataques hostis e aquisições hostis" não eram bons para os bancos.

Uma porta-voz do Ministério das Finanças disse que o governo alemão "apoia a estratégia de independência do Commerzbank", acrescentando: "Não apoiamos uma aquisição. Informamos o UniCredit sobre isso".

As ações do Commerzbank afundaram depois que o governo tentou dissuadir o UniCredit de realizar uma aquisição total, terminando o pregão da segunda-feira em queda de 5,68% na bolsa de Frankfurt. A baixa das ações coroou um dia volátil em que os investidores pareciam pensar que não havia acordo; depois que haveria; e finalmente, que não havia novamente.

A aquisição de 9% no início do mês suscitou uma reação hostil por parte de autoridades alemãs, além de líderes sindicais, que afirmaram que uma aquisição total poderia cortar empregos, ceder influência financeira à Itália e privar de financiamento pequenas empresas alemãs.

O obstáculo imediato que o UniCredit precisa para resolver reside em Frankfurt e não em Berlim. O Banco Central Europeu (BCE), que regula os principais credores europeus, tem de aprovar qualquer compra de uma participação bancária de 10% ou mais. O UniCredit informou que apresentou pedidos para comprar até 29,9% do Commerzbank e comprou instrumentos financeiros para limitar possíveis perdas em sua participação acionária.

A nova medida do UniCredit sinaliza a determinação de Orcel em vencer a oposição alemã para realizar a maior aquisição bancária europeia transfronteiriça em anos. O banco italiano já tem uma grande operação alemã, que comprou antes da crise financeira e que se concentra na região sul da Baviera.

Pessoas familiarizadas com o pensamento de Orcel disseram que, embora ele esteja ansioso por criar um contrapeso aos megabancos americanos, está preparado para ser paciente na sua busca. Até agora, ele tem se frustrado com a falta de envolvimento do governo alemão na discussão das intenções e ambições do UniCredit para o Commerbank, disse uma das pessoas.

O UniCredit concordou em adquirir uma grande participação num banco grego no ano passado e até agora tem permanecido um investidor estratégico em vez de querer comprar todo o credor. As eleições alemãs no outono de 2025 podem agitar as coisas, embora ontem o líder da oposição democrata-cristã tenha criticado a noção de propriedade estrangeira do Commerzbank e a forma como o governo geriu a venda da sua participação.

A Alemanha tem sido o maior acionista do Commerzbank durante anos, após um resgate da era da crise financeira. Sua participação caiu para 12% depois que o país vendeu ações no início deste mês, que o UniCredit comprou em uma operação surpresa.

Na sexta-feira, o governo alemão disse que não venderia mais ações do banco "por enquanto", no que foi visto como um aviso ao UniCredit para recuar.

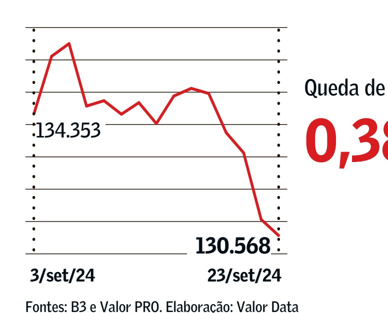
Sob Orcel, o UniCredit ganhou a confiança de investidores internacionais que poderão revelar-se cruciais para uma aquisição. O preço de suas ações triplicou nos últimos anos, elevando seu valor de mercado para mais de US$ 67 bilhões no fechamento de sexta-feira. As ações do Commerzbank, pelo contrário, são negociadas com um grande desconto em relação ao valor subjacente dos seus ativos, o que lhe confere uma capitalização de mercado inferior a US$ 21 bilhões.

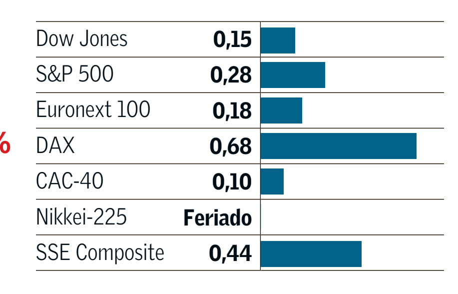
ALESSIA PIERDOMENICO/BLOOMBERG



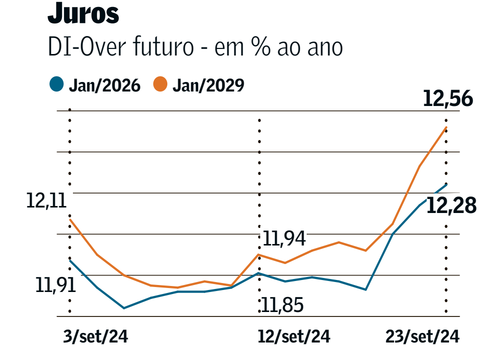
"Valor substancial pode ser destravado dentro do Commerzbank" *Andrea Orcel*

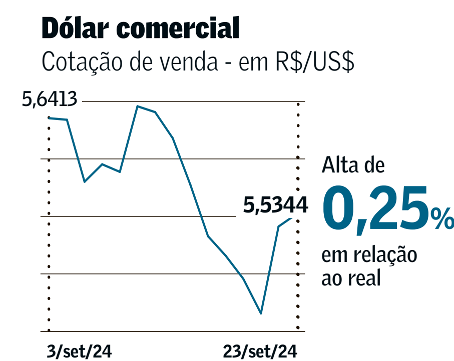
INÊS 249

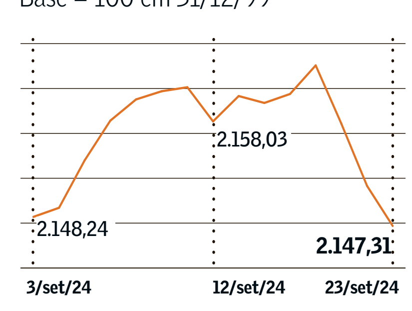



Bolsas internacionais
Variações no dia 23/set/24 - em %

Dow Jones	0,15
S&P 500	0,28
Euronext 100	0,18
DAX	0,68
CAC-40	0,10
Nikkei-225	Feriado
SSE Composite	0,44







Política monetária Cresce visão entre os analistas de que o ritmo de redução de 0,5 ponto pode ser mantido, a depender do 'payroll'

Mercado de trabalho será chave para definir cortes de juro do Fed

Cristiana Euclydes
De São Paulo

As condições do mercado de trabalho nos Estados Unidos devem definir a magnitude do próximo corte na taxa de juros de referência do país pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) em novembro — e uma nova redução agressiva nos juros, de 0,50 ponto percentual, pode ocorrer caso a tendência de enfraquecimento no emprego continue.

Até a próxima reunião do comitê de política monetária do Fed, em 4 de novembro, serão divulgados dois relatórios de emprego pelo Departamento do Trabalho, o chamado "payroll". Os dados devem mostrar que o cenário continua desafiador para o emprego no país, disse ao **Valor** a economista Veronica Clark, do Citi.

"A tendência de enfraquecimento do mercado de trabalho será visível" nos dois relatórios, o que será difícil de ignorar mesmo para os 'hawks' [propensos ao aperto monetário], diz. De acordo com ela, o emprego fraco pode levar as taxas de juros de volta ao nível neutro, aquele que não estimula nem contrai a economia, antes do previsto pelos próprios dirigentes do Fed.

Na avaliação de Clark, se o banco central americano esperar para ver grandes sinais de demissões "será muito tarde". Nesse sentido, ela diz esperar uma recessão na economia dos EUA com base nos dados fracos do mercado de trabalho, com desaceleração da contratação e pessoas desempregadas por mais tempo, apesar da surpresa com a resiliência do consumo.

O economista-chefe do banco Julius Baer, David Kohl, diz que projeções de inflação mais baixas e previsões de crescimento, além de uma projeção de taxa de desemprego mais alta, sugerem que novos cortes de juros estão na agenda se a economia dos EUA continuar desacelerando no ritmo moderado esperado.

"Cortes adicionais de 0,5 ponto este ano e de 1 ponto no próximo ano são considerados apropriados. Dada a ainda alta taxa de juros em relação a uma postura neutra, esperamos mais um corte de 0,50 ponto na próxima reunião em novembro", afirma Kohl.

O Bank of America (BofA) é outra casa que também prevê cortes mais rápidos pelo Fed após o início agressivo do ciclo esta semana. Os economistas Aditya Bhave, Stephen Juneau e equipe escreveram, em relatório, que o mercado de trabalho tem levantado algumas bandeiras vermelhas, com alta na taxa de desemprego e crescimento do emprego desacelerando e sendo revisado para baixo.

"Ajustamos nossas previsões econômicas, principalmente devido a um mercado de trabalho mais fraco do que o esperado", dizem os economistas, que revisaram sua projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA de 2,0% para 1,6% em 2025.

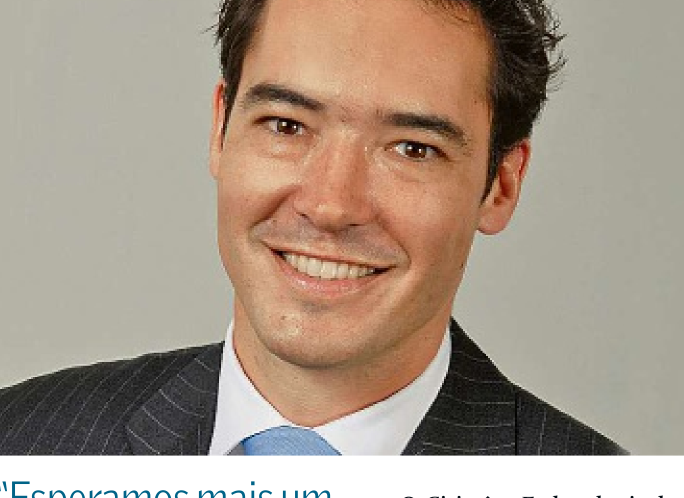
As economistas Tiffany Wilding e Allison Boxer, da gestora Pimco, afirmaram em relatório que, historicamente, um corte inicial nos juros pelo Fed de 0,5 ponto normalmente precedeu ou sinalizou uma série de reduções geralmente mais acentuada, profunda ou prolongada, com o objetivo de reforçar uma economia em dificuldades.

"Não acreditamos que a economia dos EUA esteja atualmente em recessão", afirmam as economistas da Pimco, ao citarem a resiliência dos gastos do consumidor e a aparente aceleração do investimento. No entanto, elas notam quem, à medida que as pressões inflacionárias diminuem, o Fed parece focado em garantir que o crescimento dos EUA e o mercado de trabalho permaneçam fortes.

A Pimco vê o Fed a caminho de afrouxar a política com cortes de 0,25 ponto em cada uma de suas próximas reuniões. "No entanto, o Fed continua dependente de dados. Se o mercado de trabalho se deteriorar mais rapidamente, esperamos que o Fed corte mais agressivamente", reconhecem.

O Citi vê o Fed reduzindo seu ritmo de cortes para 0,25 ponto em cada uma das próximas reuniões depois de novembro, até a taxa chegar a 3%, mas pode haver mais antecipação, e reduções maiores nas próximas reuniões. "Por que parar em 0,5 ponto? Podemos ir mais longe", dependendo dos dados, avalia Clark.

Por fim, o Julius Baer espera uma série de cortes de 0,25 ponto nos juros, levando a taxa para entre 3,25% e 3,5% até maio de 2025, quando o Fed deve pausar e manter os juros no resto do ano. Kohl, inclusive, destaca que a natureza antecipada dos cortes para ajustar a política para uma postura neutra aumenta a probabilidade de um pouso suave da economia.

DIVULGAÇÃO


"Esperamos mais um corte de 0,50 ponto na próxima reunião em novembro" *David Kohl*

Verde Asset corta 19% do quadro de funcionários

Liane Thedim
Do Rio

No rastro do mau desempenho dos multimercados e da bolsa, a Verde Asset Management, de Luis Stuhlberger, cortou cerca de 19% de seu quadro de funcionários, que caiu de 74 para 60 pessoas. A informação foi antecipada pelo "Brazil Journal" e confirmada pelo **Valor**. Segundo fontes a par das mudanças, foi uma "reestruturação estratégica" para aumentar a eficiência da empresa e o foco em apresentar resultados, sob o olhar cada vez mais na lupa de Stuhlberger.

É a segunda mudança na equipe em quatro meses. Em maio, o então gestor da estratégia de ações no Brasil, Elmer Ferraz, e dois analistas foram demitidos — Stuhlberger assumiu as decisões da área. Com a mexida de ontem, a equipe que cuida dos sistemas quantitativos no Verde, principal fundo da casa, criado em 1997, foi encerrada.

O fundador da asset assumirá a área de moeda e juros do fundo. Na mudança anterior, ele já havia ampliado as áreas sob sua responsabilidade e centralizado 70% das decisões. Agora, a fatia sob seu comando direto foi a 80%. Além disso, Daniel Leichsenring, que era economista-chefe da gestora e se mudou para os EUA recentemente, vai virar um consultor sênior. Em seu lugar assume Marcos Fantinatti, até então economista sênior de Brasil da asset.

A Verde tem hoje cinco estratégias: Multimercados Brasil (o famoso Verde, que transformou Stuhlberger em quase lenda do mercado), Previdência (também um multimercado), Multimercados e Ações Globais, Crédito e Ações Brasil. Em 2021, a asset chegou a ter cerca de R$ 55 bilhões sob gestão, mas, com a alta dos juros, o desempenho decepcionante dos multimercados e a guinada no interesse dos investidores pela renda fixa, tem hoje R$ 21 bilhões.

Agora, ainda de acordo com fontes da gestora, Stuhlberger pretende seguir investindo na área de crédito privado, surfando na grande procura pelo segmento. A estratégia foi criada neste ano pelo sócio Luiz Parreiras e é tocada no dia a dia por Carlos Reis. Até então, as alocações no segmento estavam espalhadas pelos multimercados da asset. Em abril, a Verde lançou seu primeiro fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC), o Verde Ipê, com o objetivo de atingir patrimônio líquido de R$ 1 bilhão até outubro de 2025.

Procurada, a Verde não quis se pronunciar sobre o assunto.

Em 2021, a asset chegou a ter cerca de R$ 55 bilhões sob gestão, mas atualmente reúne R$ 21 bilhões

Crédito automotivo deve se manter em alta mesmo com aperto na Selic

Álvaro Campos e Larissa Maia
De São Paulo

O início de um novo ciclo de aperto monetário não deve afetar significativamente o financiamento automotivo, que está em um momento de recordes de empréstimos e inadimplência em queda. Com o mercado de trabalho forte e inflação controlada, a renda das famílias melhorou e impulsionou o setor ao longo do último ano. E também há outros fatores que ajudam, como o novo marco de garantias, que permite a retomada extrajudicial de veículos, e a chegada dos carros elétricos.

Em julho, segundo dados do Banco Central (BC), o financiamento automotivo para pessoas físicas chegou ao volume recorde de R$ 320,9 bilhões, com expansão anual de 18,4%. É o ritmo mais forte de crescimento desde março de 2020, ou seja, do início da pandemia no Brasil. Já a inadimplência nessa linha estava em 4,6%, de 5,4% um ano antes.

O mercado de financiamento automotivo é liderado pelo Santander, com participação de quase 21,3%. Na sequência aparecem BV (15,4%), Itaú (11,2%), Bradesco (10,9%) e BTG/Pan (7,9%), de acordo com o BC.

Cezar Janikian, diretor da financeira do Santander, afirma que no fim de 2021 o banco percebeu uma deterioração no mercado e começou a puxar o freio no crédito automotivo, em meio à piora na inadimplência e à desaceleração da economia. O ano de 2022 foi de acomodação e, no início de 2023, o grupo voltou a acelerar gradualmente as concessões. "Temos uma 'foto' superpositiva, com recorde atrás de recorde. No segundo trimestre, quando normalmente há uma desaceleração sazonal, desta vez não houve", conta.

Questionado se a alta da Selic pode afetar esse desempenho, Janikian afirma que o mercado se guia pela curva futura de juros, que já embutia alguma chance de elevação da taxa básica. "Se ficar dentro do que se fala, do que está precificado na curva, não acho que vai afetar muito a prestação para o cliente. Para esse mercado, a relação entre renda disponível e prestação é um dos indicadores mais importantes."

No BV, Flávio Suchek, diretor-executivo de varejo, também acredita que o mercado continuará forte. "O BC mexe nos juros de curto prazo, e temos um financiamento médio de quatro anos. A curva de dois, três anos está com alguma volatilidade, mas esse movimento [alta da Selic] já está precificado. Se caísse abaixo de 10% ou subisse para mais perto de 15%, aí sim seria algo que mudaria o mercado."

Ele diz que o nível de comprometimento de renda das famílias, apesar de ter caído, ainda está acima da média histórica. No entanto, vê uma tendência positiva no mercado. "Está todo mundo supertranquilo? Não, mas entendemos que a questão da renda está controlada. Então deve ser um cenário positivo nos próximos dois, três anos."

Para Alex Sander Gonçalves, diretor comercial e de produtos do Pan, outros fatores podem afetar as taxas de juros futuros até mais que a Selic, incluindo a política fiscal. "Não acho que essa alta da Selic vai resultar em aumento das taxas praticadas [para o consumidor final]. O baixo desemprego não tem demonstrado sinais de arrefecimento, e essa tendência positiva no financiamento automotivo deve continuar nos próximos anos, há um aumento na demanda para compra do carro", afirma.

O executivo diz que o Pan segue com planos de elevar sua participação de mercado e está aumentando sua força comercial em 50% para cobrir novas áreas geográficas. "Temos um mercado endereçável muito grande e temos feito investimentos, inclusive na experiência do cliente. Com três cliques é possível simular um financiamento."

Thales Ferreira, diretor de crédito imobiliário, veículos e consórcios do Itaú Unibanco, vê na alta da Selic um sinal de alerta, mas diz que a qualidade das safras de concessão de crédito, traduzida por menores taxas de inadimplência no curto prazo, acarreta maior apetite por parte dos bancos. Ele também aponta que o mercado mudou bastante, com digitalização e ganho de eficiência. Segundo o executivo, houve uma série de aprendizados após a crise de 2012 no segmento. "Os padrões estão mais técnicos, avançados e há mais agilidade de decisões. Além disso, o ambiente passado contou com excessos, como financiamentos com zero de entrada e prazos de sete, oito anos de pagamento, o que praticamente deixou de existir."

O novo marco de garantias pode dar um estímulo extra ao segmento, diz Henrique Fernandes, diretor da Bradesco Financiamentos, cuja participação de mercado cresceu quase 3 pontos percentuais neste ano. "Vai ser bom para os bancos e para os clientes, especialmente os bons pagadores. Já temos tudo mapeado, estamos participando de todos os fóruns, mas algumas questões operacionais ainda precisam ser formalizadas", conta. Ferreira, do Itaú, também vê um impacto potencial significativo. "As novas regras ajudam os bancos a terem um eventual apetite de risco maior, caso a experiência demonstre melhor e maior capacidade de recuperação do crédito. A expectativa é muito positiva, mas é fato que existem ainda muitas fases para a completa implementação".

No caso dos elétricos, as vendas já respondem por 6,6% e um estudo da Anfavea, a associação dos fabricantes de veículos, afirma que podem chegar a 50% até 2030. Para Janikian, do Santander, à medida que esses veículos se tornam mais acessíveis, mais pessoas optam pela troca. "A BYD, com quem temos parceria já é uma das dez marcas mais vendidas no Brasil. É algo que vai cair no gosto das pessoas."

No Bradesco, Fernandes acrescenta que a parceria recente com a GWM tem bom desempenho. "É um mercado que está escalando, tem muita gente testando, mas ainda está no início."

DIVULGAÇÃO


"Questão da renda das famílias está controlada e temos cenário positivo" *Flávio Suchek*

Curtas

Emissão do Mercado Pago

O Mercado Pago concluiu a emissão de sua primeira letra financeira, captando R$ 1 bilhão. São duas séries de R$ 500 milhões, a primeira com vencimento em dois anos e remuneração de CDI + 0,50% ao ano, e a segunda com vencimento em três anos, remunerada em CDI + 0,60% ao ano. Segundo a companhia, a emissão teve demanda 2,7 vezes maior do que a oferta. A operação foi coordenada pelo Itaú BBA. *(Álvaro Campos)*

Nasdaq e Nubank

A Nasdaq informou que expandiu um acordo com o Nubank, passando agora a fornecer também um software de reporte regulatório, da família AxiomSL, para as operações do banco na Colômbia. No ano passado, o Nubank já havia contratado outro software, o Calypso, para ajudar a gerenciar operações de tesouraria. A Nasdaq tem mais de 50 clientes de softwares de serviços bancários e de pagamento na América Latina. *(AC)*

Dívida Instituição levanta recursos para fomentar ações nas áreas ambiental, social e de governança

BB busca US$ 850 milhões em emissão sustentável

Marcello Corrêa
De Nova York e Brasília

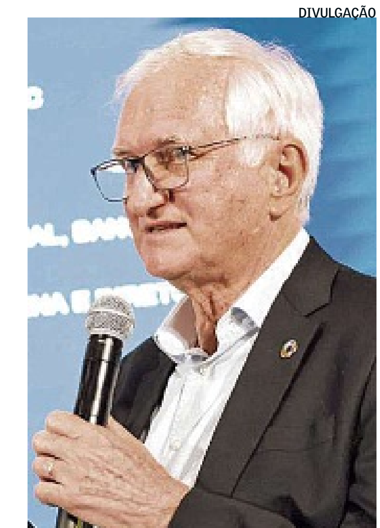
Em rodadas de captações externas em Nova York, o Banco do Brasil trabalha para voltar ao país com US$ 850 milhões (cerca de R$ 5 bilhões) em recursos para financiar ações de sustentabilidade. As negociações ocorrem durante a semana em que a cidade recebe extenso calendário de eventos ligados à agenda do clima, às margens da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

A primeira operação foi assinada na última sexta-feira com o Citi. A captação de US$ 50 milhões terá o custo atrelado ao cumprimento de objetivos ESG (sigla para ambiental, social e governança), fixados pelo banco no ano passado. Esse mecanismo é conhecido como "sustainability-linked loans" (SLL) e é comum em emissões privadas, mas ainda pouco usado por instituições financeiras. Foi a primeira operação do tipo firmada entre um banco brasileiro e uma instituição americana.

Para o cálculo da taxa de remuneração, serão consideradas as metas de expansão da carteira de agronegócio sustentável e de diversidade. Os bancos não revelaram qual será a variação das taxas, de acordo com o cumprimento dos objetivos.

Já a outra operação, de US$ 800 milhões, deve ser fechada hoje. A captação será feita com bancos comerciais, com garantia da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), ligada ao Banco Mundial. O financiamento se somará aos cerca de R$ 30 bilhões em recursos para fomentar ações sustentáveis, captados pelo Banco do Brasil nos últimos quatro anos.

DIVULGAÇÃO



"Eventos como esse facilitam na hora de captar recursos"
J. Ricardo Sasseron

Este é o segundo ano em que o banco aproveita as agendas laterais da ONU para apresentar a investidores internacionais a pauta de sustentabilidade. Neste ano, o BB busca ainda se beneficiar de uma janela favorável com a queda dos juros americanos.

Hoje, o BB realizará a primeira edição do Investor Day, evento voltado para investidores institucionais, analistas de mercado e imprensa. Na semana passada, executivos do banco participaram de outras agendas, como eventos do Pacto Global da ONU e o Brazil-US Climate Impact Summit, promovido pelo **Valor** e pela Amcham.

"Quando a gente participa de um evento como esse aqui, a própria divulgação disso mostra os compromissos nossos com toda essa pauta. Isso facilita na hora de captar recurso. O Banco Brasil vai se tornando cada vez mais uma referência nessa pauta ESG", disse ao **Valor** José Ricardo Sasseron, vice-presidente de negócios, governo e sustentabilidade empresarial do Banco do Brasil, em conversa durante evento na sede da ONU.

A agenda no exterior ocorre ao mesmo tempo em que a crise das queimadas no Brasil provoca preocupação. Questionado sobre como o banco lida com a repercussão desses eventos extremos, Sasseron afirmou que o foco agora deve ser combater o fogo. E lembrou que a instituição tem buscado apoiar a sustentabilidade no agronegócio, mercado em que tem forte atuação.

"Neste momento, a atuação tem que ser aquela que o governo brasileiro está procurando fazer: combater o fogo. Mas a gente, cada vez mais, aumenta nosso investimento em agricultura sustentável, em agricultura de baixo carbono, plantio direto, reflorestamento, preservação de áreas, recuperação de áreas degradadas", afirmou o executivo.

Além de investidores privados, o estabelecimento das metas é uma forma de obter financiamento junto a instituições multilaterais, acrescenta Gabriel Santamaria, chefe de sustentabilidade.

"Com o fato de a gente ter objetivos ESG muito claros, a gente acessa bolsos que, eventualmente, em uma operação normal você não teria. Quando a gente vai conversar com esses multilaterais, Banco Mundial, BID, eles têm um recurso específico para conectar com esse investimento. Há uma conexão de objetivos e melhor precificação", afirma.

A agenda ESG do BB é formada por 12 compromissos, inclusive alcançar um milhão de hectares conservados ou reflorestados até 2025 e chegar a R$ 30 bilhões em operações para energia renovável até 2030.

O banco trabalha para acelerar o cumprimento dos objetivos. No caso do fomento à transição energética, o BB tem hoje carteira de R$ 15,4 bilhões, cerca de metade do objetivo a ser alcançado em seis anos. Nessa frente, a instituição tem recorrido, por exemplo, à inteligência artificial para identificar clientes que podem se beneficiar de crédito para projetos de energia limpa.

Na agenda de diversidade, a meta é alcançar até 2025, 30% de mulheres e 30% de pretos, pardos, indígenas e outras etnias sub-representadas nessas posições de chefia.

"No ano passado, mulheres tinham 23% e pretos e pardos 23% também em cargos de liderança. Hoje, esses números são 27% e 28%, respectivamente. Então, a gente está acelerando e tem certeza que vai cumprir, até o ano que vem, aquela meta de 30%", afirma Sasseron, VP de sustentabilidade.

Custo regulatório começa a preocupar setor 'cripto'

Ricardo Bomfim
De São Paulo

Empresas nacionais que prestam serviços relacionados a criptoativos ajudaram a pressionar legisladores e reguladores por uma normatização do assunto, até para separar os bons dos maus atores no setor. No entanto, algumas vozes começam a se levantar contra a possibilidade de a regulamentação se virar contra quem a propôs. Priscila Maia, responsável jurídica e de compliance do Bitybank, considera que o Banco Central (BC) precisa ser bastante criterioso com as normas que publicará em 2025 para que as exchanges nacionais não sejam sacrificadas em favor de grandes bancos que estão entrando no setor.

Uma das críticas de Maia é que o BC aparentemente pode fazer muitas analogias entre a regulação que já existe para instituições financeiras (IFs) e as prestadoras de serviços de ativos virtuais (Vasps). O problema, segundo ela, é que as Vasps muitas vezes têm estruturas consideravelmente menores. "Na nossa empresa, temos uma área de compliance, mas não área de PLD [prevenção à lavagem de dinheiro] separada da de compliance", exemplifica.

Outros gastos que as exchanges provavelmente terão para ficar em conformidade envolvem contratação de auditoria interna e externa, serviços contábeis robustos para gerar relatórios para o BC, treinamentos periódicos para toda a empresa, criação de área de controles internos com avaliação de efetividade e ferramenta de monitoramento, seleção, análise e comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). "Temos grande expectativa de que a regulação conseguirá tirar maus players do mercado, mas estamos preocupados com como o custo vai ficar para todos os outros", diz.

Julia Rosin, líder de políticas públicas da Bitso Brasil, confirma que a preocupação existe, mas já vem sendo endereçada ao BC. "Um período de adequação para as exchanges, a possibilidade de instituições de pagamento também possuírem um processo facilitado de obtenção de licença e o custo dos procedimentos de KYC [conheça seu cliente], por exemplo, ainda estão sendo debatidos para reduzir esse gap", afirma.

Hoje, o mercado de corretoras de criptomoedas no Brasil é extremamente competitivo, com alguns dos maiores players nacionais, como MB, Foxbit e Bitybank, e gigantes internacionais como Binance, OKX e Bitso. Grandes bancos também entram nesse mercado. O Nubank e o BTG (por meio da Mynt) oferecem compra e venda de criptomoedas em suas plataformas, e o Itaú permite que clientes do Íon negociem bitcoin e ether.

Para Maia, em um ambiente competitivo e no qual muitas vezes o cliente abre conta na corretora mas não aporta recursos nem negocia frequentemente, a imposição de requisitos regulatórios muito rigorosos pode elevar custos. "Todas essas práticas de observância já são realizadas pelos bancos e só serão adaptadas para ativos digitais, eles têm 90% do caminho andado."

A advogada Nicole Dyskant, conselheira da Fireblocks, lembra que o BC deixou claro desde o início que concederia autorização quase automática para bancos operarem com ativos digitais, pois eles já cumprem diversas normas de governança, compliance e Basileia. Para ela, embora as exchanges tenham razão em se preocupar com custos de conformidade similares aos das instituições, o setor cripto oferece muitos riscos ao investidor se a regulação for flexível demais e empresas mal-intencionadas puderem se aproveitar disso. O importante, diz, é o equilíbrio.

"Claro que os reguladores precisam pensar no custo regulatório para não concentrarem o mercado e excluírem o segmento, mas o regulador não pode abrir mão daquilo que ele acredita ser importante para dirimir os riscos", diz.

Maia defende que haja "bom senso" e que o BC e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) continuem a ouvir o setor, prestando atenção às dificuldades específicas de cada agente envolvido na negociação de criptoativos. "Através da interlocução com as associações e os bancos, podemos falar com todo mundo para que venha uma regulação de forma faseada. Aos players não regulados devia haver prazos como 12 meses para implementar algumas práticas, mais 12 meses para outras, e assim por diante para nos dar tempo de adaptação.."

Rosin, da Bitso, concorda que a licença para Vasps deva ser implementada em etapas para garantir que os players possam se adequar e o próprio regulador conheça as tecnologias existentes. "Um empenho regulatório será necessário por todos."

Procurado, o BC não comentou.

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 23/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.261,5943520	0,03	0,60	6,94
IRF-M	1+**	20.354,8368610	-0,32	-0,31	2,07
IRF-M	Total	18.578,1495610	-0,20	-0,01	3,54
IMA-B	5***	9.427,7700720	0,03	0,14	5,02
IMA-B	5+****	11.284,1302270	0,13	-1,57	-2,76
IMA-B	Total	9.968,3542380	0,09	-0,86	0,62
IMA-S	Total	6.899,6116660	0,04	0,66	7,97
IMA-Geral	Total	8.326,1349790	-0,01	0,10	4,73

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	09/09	06/09	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,76	35,07	32,08	32,55	32,42	35,57
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,71	25,51	24,22	23,58	25,02	28,54
Conta garantida pré - a.a.	40,07	41,00	39,43	45,01	49,35	46,57
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,09	21,70	21,63	21,37	21,83	28,02
Vendor pré - a.a.	17,18	16,96	16,38	16,90	18,41	18,54
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,12	17,31	16,32	15,23	14,15	21,69
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,74	19,37	18,64	18,24	19,54	18,20
Conta garantida pós - a.a.	24,55	24,71	24,18	24,41	24,84	27,73
ACC pós - a.a.	7,80	8,15	7,66	8,10	8,50	7,91
Factoring - a.m.	3,26	3,26	3,25	3,22	3,23	3,54

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	23/09/24	20/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	4,8300	5,3800	5,3200	5,3300	5,3000
1 mês	-	5,3290	5,3414	5,3465	5,3478	5,3150
3 meses	-	5,3655	5,3697	5,3684	5,3675	5,2466
6 meses	-	5,3953	5,3972	5,3951	5,3940	5,1462
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,4120	3,6620	3,6540	3,6640	3,9050
1 mês	-	3,6521	3,6682	3,6690	3,6688	3,6731
3 meses	-	3,6741	3,6798	3,7145	3,7334	3,5619
6 meses	-	3,8076	3,8167	3,8379	3,8466	3,3091
1 ano	-	3,9122	3,9131	3,9130	3,9127	2,4781
Euribor ***						
1 mês	-	3,374	3,412	3,589	3,595	3,872
3 meses	-	3,436	3,488	3,490	3,525	3,958
6 meses	-	3,184	3,285	3,360	3,382	4,082
1 ano	-	2,918	2,975	3,088	3,102	4,213
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,00	5,00	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,00	5,00	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	4,71	4,76	4,92	5,26	5,33	5,38
T-Bill (3 meses)	4,63	4,66	4,87	5,09	5,13	5,49
T-Bill (6 meses)	4,44	4,47	4,60	4,85	4,91	5,54
T-Note (2 anos)	3,60	3,60	3,56	3,90	3,92	5,11
T-Note (5 anos)	3,52	3,50	3,41	3,67	3,65	4,56
T-Note (10 anos)	3,75	3,74	3,62	3,86	3,80	4,44
T-Bond (30 anos)	4,09	4,08	3,93	4,15	4,09	4,53

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês set/24*	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,63	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,77	11,20
CDI	0,63	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,77	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
IRF-M	-0,01	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	3,54	8,26
IMA-B	-0,86	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,62	5,32
IMA-S	0,66	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,97	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	-4,00	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-2,70	17,51
Índice Small Cap	-4,45	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-13,71	-2,18
IBrX 50	-4,15	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-1,14	19,46
ISE	-3,15	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-5,14	9,55
IMOB	-1,87	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-9,45	4,77
IDIV	-2,24	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	2,65	21,94
IFIX	-2,40	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	0,02	5,63
Dólar Ptax (BC)	-1,97	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	14,53	14,92
Dólar Comercial (mercado)	-1,74	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	14,05	13,79
Euro (BC) (4)	-1,36	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	15,31	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,21	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	14,55	16,00
Ouro (BC)	3,00	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	45,80	48,11
Inflação								
IPCA	-	-0,02	0,38	0,21	0,46	0,38	2,85	4,24
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 23/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 18/09/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.750.205,21					2.369,36	55.163,50	362.937,01	300.767,11
RF Indexados (2)	144.987,48	0,09	0,51	4,61	7,96	-101,50	-563,31	-12.451,51	-19.368,82
RF Duração Baixa Soberano (2)	702.385,44	0,04	0,47	7,04	10,30	5.456,25	21.768,65	48.337,88	18.321,89
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	918.453,97	0,04	0,53	8,03	11,75	-1.433,68	10.612,72	102.568,71	101.254,27
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	195.045,36	0,04	0,05	8,11	11,83	-3.250,13	1.034,04	84.181,64	86.848,80
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.694,18	0,05	0,26	6,29	9,20	-36,23	1.313,96	-3.735,91	-5.855,74
RF Duração Livre Soberano (2)	224.310,64	0,05	0,45	6,58	9,95	-271,53	6.585,20	-8.726,53	-24.400,59
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	677.450,67	0,04	0,45	7,18	10,70	304,97	4.239,45	-13.382,21	-29.794,94
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	417.045,34	0,05	0,53	7,36	11,24	2.312,99	6.065,11	119.653,11	153.627,42
Ações	646.192,80					202,74	-198,23	2.885,97	46.473,37
Ações Indexados (2)	10.811,93	-0,86	-1,56	-0,23	12,84	172,42	140,23	320,04	-1.776,06
Ações Índice Ativo (2)	29.462,12	-0,58	-0,51	-0,93	10,63	-17,49	-781,53	-7.929,56	-7.260,34
Ações Livre	232.155,75	-0,42	0,13	1,69	11,61	28,83	-1.596,75	-3.070,86	-6.188,33
Fechados de Ações	126.213,36	-0,43	-0,13	-4,24	-1,90	-1,19	1.439,68	-437,68	13.551,83
Multimercados	1.573.205,19					-23,16	-45.298,48	-189.740,24	-320.634,43
Multimercados Macro	143.517,85	-0,03	0,88	3,76	7,54	95,00	6.607,52	-37.447,77	-56.650,77
Multimercados Livre	588.499,48	-0,01	0,44	6,66	10,80	-32,61	-41.832,81	-56.039,83	-115.669,83
Multimercados Juros e Moedas	47.292,09	0,03	0,50	7,06	10,75	13,40	-1.943,13	-11.531,30	-15.976,94
Multimercados Invest. no Exterior (2)	711.433,16	-0,06	-0,35	7,73	12,99	-79,17	-8.333,03	-85.631,74	-129.388,09
Cambial	6.108,03	-0,77	-3,35	16,82	18,99	-20,45	-139,63	-775,63	-1.072,19
Previdência	1.482.051,52					110,46	-74,17	29.426,53	40.561,32
ETF	43.055,00					206,12	488,62	-2.853,22	-1.054,51
Demais Tipos	2.110.895,89					-500,95	4.836,64	90.832,78	105.893,62
Total Fundos de Investimentos	**7.500.817,74**					**2.845,07**	**9.941,62**	**201.880,43**	**65.040,67**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.782.438,04**					**923,52**	**11.369,50**	**121.779,74**	**179.708,14**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.332.713,56**					**3.768,60**	**21.311,12**	**323.660,17**	**244.748,81**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	23/09/24	20/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,50	10,50	10,50	12,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,40	10,40	10,40	12,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,1781	1,1781	1,1781	1,4184
Selic - taxa efetiva ao ano	10,50	10,50	10,40	10,40	10,40	12,97
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8351	0,8351	0,8279	0,8675	0,8675	0,9729
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,40	10,40	10,40	12,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,1781	1,1781	1,1781	1,4184
CDI - taxa efetiva ao ano	10,50	10,50	10,40	10,40	10,40	12,97
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8351	0,8351	0,8279	0,8675	0,8675	0,9729
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,92
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9429
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,09
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9556
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,96	10,95	10,84	10,77	10,57	12,31
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,52	11,47	11,32	11,28	10,96	11,79
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,66	10,66	10,65	10,53	10,46	12,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,79	10,77	10,74	10,62	10,54	12,50
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,98	10,96	10,88	10,79	10,65	12,30
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	11,16	11,13	11,02	10,98	10,78	12,13
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,52	11,46	11,32	11,30	11,05	11,78
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	12,12	12,02	11,73	11,74	11,42	10,84

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 23/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.759,31	10,651	52.162	10,650	10,654	10,650
Vencimento em nov/24	98.841,41	10,657	43.788	10,656	10,660	10,658
Vencimento em dez/24	98.062,13	10,820	41.652	10,810	10,822	10,822
Vencimento em jan/25	97.176,01	11,029	1.216.438	11,020	11,050	11,030
Vencimento em fev/25	96.231,18	11,225	26.743	11,210	11,235	11,215
Vencimento em mar/25	95.346,61	11,425	31.411	11,410	11,430	11,415
Vencimento em abr/25	94.509,52	11,568	310.956	11,525	11,590	11,555
Vencimento em mai/25	93.619,61	11,713	2.084	11,670	11,700	11,700
Vencimento em jun/25	92.696,40	11,825	1.098	11,780	11,795	11,785
Vencimento em jul/25	91.807,49	11,938	377.113	11,855	11,955	11,890
Vencimento em ago/25	90.804,69	12,029	3.502	11,975	12,035	12,000

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	5.536,78	0,28	246.310	5.530,00	5.603,00	5.544,00
Vencimento em nov/24	5.556,00	0,27	2.315	5.550,00	5.600,00	5.555,00
Vencimento em dez/24	5.573,95	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.595,07	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.621,29	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	6.156,18	-0,17	5	6.167,00	6.167,00	6.167,00
Vencimento em nov/24	6.185,41	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.211,97	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	131.337	-0,36	68.770	130.855	131.745	131.380
Vencimento em dez/24	133.487	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	135.560	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 23/09/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5440	5,5446	1,23	-1,97	14,53	12,85
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5338	5,5344	0,25	-1,74	14,05	12,21
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5691	5,7491	0,38	-1,90	13,90	12,24
Euro (BC) - (R$/€)	6,1699	6,1711	0,96	-1,36	15,31	17,83
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1503	6,1509	-0,18	-1,21	14,55	17,13
Euro Turismo (R$/€)	6,2289	6,4089	-0,02	-1,36	14,30	17,17
Euro (BC) - (US$/€)	1,1129	1,1130	-0,26	0,62	0,69	4,41
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	468,6391	468,6898	1,48	3,00	45,80	53,87
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.628,24	0,24	5,01	27,26	36,55
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.617,25	0,41	3,69	26,90	35,88

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	23/09/24	20/09/24	No fim de ago/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	172.289,22	173.000,26	178.922,92	173.997,89	-0,41	-3,71	-0,98
Valor-Coppead Mínima Variância	101.736,00	101.748,30	105.748,61	93.533,91	-0,01	-3,79	8,77

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-
Raízen (2)	17/09/24	17/01/35	124	1.000	5,7	2,18	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 23/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 23/09/24

Índice	23/09/24	20/09/24	Em 30/08/24	29/12/23	23/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	186,60	186,01	188,53	165,54	154,46	0,32	-1,03	12,72	20,81
S&P BNY Emergentes	363,92	361,50	354,71	312,75	282,30	0,67	2,60	16,36	28,91
S&P BNY América Latina	194,38	194,54	196,58	225,28	196,99	-0,08	-1,12	-13,72	-1,33
S&P BNY Brasil	192,61	192,77	197,44	232,95	202,19	-0,08	-2,45	-17,32	-4,74
S&P BNY México	289,36	289,00	286,82	331,67	299,47	0,12	0,88	-12,76	-3,38
S&P BNY Argentina	294,45	301,75	268,80	178,27	135,87	-2,42	9,54	65,17	116,71
S&P BNY Chile	138,98	137,26	143,28	162,12	150,36	1,25	-2,99	-14,27	-7,56
S&P BNY Índia	3.305,31	3.305,54	3.175,88	2.923,01	2.696,13	-0,01	4,08	13,08	22,59
S&P BNY Ásia	222,85	221,17	218,99	189,60	177,18	0,76	1,76	17,54	25,78
S&P BNY China	312,70	307,05	294,08	336,11	329,04	1,84	6,33	-6,96	-4,97
S&P BNY África do Sul	207,54	202,81	192,07	199,87	195,26	2,33	8,05	3,84	6,29
S&P BNY Turquia	32,18	31,97	33,07	22,45	21,74	0,65	-2,69	43,32	47,99

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8186
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8193
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685	0,5685	0,7829
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648	0,5648	0,7460
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687	0,5687	0,7846
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726	0,5726	0,8231
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728	0,5728	0,8245
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730	0,5730	0,8269
12/09 a 12/10	0,0730	0,5734	0,5734	0,8312
13/09 a 13/10	0,0693	0,5696	0,5696	0,7943
14/09 a 14/10	0,0656	0,5659	0,5659	0,7566
15/09 a 15/10	0,0694	0,5697	0,5697	0,7952
16/09 a 16/10	0,0733	0,5737	0,5737	0,8338
17/09 a 17/10	0,0734	0,5738	0,5738	0,8345
18/09 a 18/10	0,0737	0,5741	0,5741	0,8379
19/09 a 19/10	0,0738	0,5742	0,5742	0,8391
20/09 a 20/10	0,0703	0,5707	0,5707	0,8044

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 23/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	130.568	-0,38	-4,00	-2,70	12,55
IBrX	55.226	-0,35	-3,89	-2,17	13,00
IBrX 50	21.963	-0,36	-4,15	-1,14	13,80
IEE	90.524	-0,68	-2,55	-4,67	3,65
SMLL	2.030	0,02	-4,45	-13,71	-3,67
ISE	3.570	-0,60	-3,15	-5,14	7,61
IMOB	915	-1,49	-1,87	-9,45	5,82
IDIV	9.314	-0,01	-2,24	2,65	17,13
IFIX	3.312	-0,65	-2,40	0,02	2,65
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.549	-1,58	-2,06	-15,04	-0,27
IBrX	9.960	-1,55	-1,96	-14,58	0,13
IBrX 50	3.961	-1,57	-2,22	-13,68	0,84
IEE	16.326	-1,88	-0,59	-16,76	-8,15
SMLL	366	-1,19	-2,52	-24,65	-14,65
ISE	644	-1,80	-1,20	-17,17	-4,65
IMOB	165	-2,69	0,10	-20,93	-6,23
IDIV	1.680	-1,22	-0,27	-10,37	3,79
IFIX	597	-1,85	-0,44	-12,67	-9,04

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
jan/24	353.563	11/09/24	370.260
fev/24	352.705	12/09/24	370.017
mar/24	355.008	13/09/24	371.009
abr/24	351.599	16/09/24	371.538
mai/24	355.560	17/09/24	371.197
jun/24	357.827	18/09/24	370.865
jul/24	363.282	19/09/24	371.293
ago/24	369.214	20/09/24	371.135

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	23/09/24	20/09/24	19/09/24	18/09/24	17/09/24	16/09/24
Índice	2.147,31	2.151,42	2.157,79	2.163,77	2.160,84	2.159,92
Var. no dia	-0,19%	-0,30%	-0,28%	0,14%	0,04%	-0,03%
Var. no mês	0,10%	0,29%	0,58%	0,86%	0,73%	0,68%
Var. no ano	3,98%	4,17%	4,48%	4,77%	4,63%	4,59%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 23/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	32,9300	32,9500	0,16830	0,16840
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5440	5,5446
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,7309	36,8230	0,1506000	0,1510000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7909	0,8083
Colon (Costa Rica)	515,8500	522,0000	0,010620	0,010750
Coroa (Dinamarca)	6,7001	6,7006	0,8274	0,8275
Coroa (Islândia)	136,2100	136,3900	0,04065	0,04071
Coroa (Noruega)	10,4781	10,4816	0,5289	0,5292
Coroa (Rep. Tcheca)	22,5700	22,5820	0,2455	0,2457
Coroa (Suécia)	10,1853	10,1890	0,5441	0,5444
Dinar (Argélia)	131,8490	133,1670	0,04163	0,04205
Dinar (Kuwait)	0,3050	0,3051	18,1711	18,1790
Dinar (Líbia)	4,7335	4,7558	1,1657	1,1714
Direitos Especiais de Saque ***	1,3507	1,3507	7,4883	7,4891
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6733	1,5093	1,5097
Dirham (Marrocos)	9,6920	9,7070	0,5711	0,5721
Dólar (Austrália)***	0,6847	0,6848	3,7960	3,7969
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5440	5,5446
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7267	2,7748
Dólar (Canadá)	1,3502	1,3503	4,1058	4,1065
Dólar (Cayman)	0,8275	0,8350	6,6395	6,7004
Dólar (Cingapura)	1,2902	1,2904	4,2963	4,2975
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5440	5,5446
Dólar (Hong Kong)	7,7858	7,7861	0,7120	0,7121
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6270	0,6271	3,4761	3,4770
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7822	6,8260	0,8122	0,8175
Euro (Comunidade Européia)***	1,1129	1,1130	6,1699	6,1711
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0462	3,1071
Franco (Suíça)	0,8474	0,8475	6,5416	6,5431
Guarani (Paraguai)	7781,1900	7786,3700	0,0007120	0,0007126
Hryvnia (Ucrânia)	41,4000	41,5000	0,1336	0,1339
Iene (Japão)	143,5600	143,5700	0,03862	0,03862
Lev (Bulgária)	1,7516	1,7527	3,1631	3,1654
Libra (Egito)	48,6100	48,7100	0,1138	0,1141
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3350	1,3351	7,4012	7,4026
Naira (Nigéria)	1614,2000	1664,2000	0,00333	0,00344
Lira (Turquia)	34,1399	34,1480	0,1624	0,1624
Novo Dólar (Taiwan)	32,0340	32,0640	0,17290	0,17310
Novo Sol (Peru)	3,7654	3,7677	1,4715	1,4725
Peso (Argentina)	965,0000	965,5000	0,00574	0,00575
Peso (Chile)	923,6000	924,0000	0,006000	0,006003
Peso (Colômbia)	4150,2700	4154,1500	0,001335	0,001336
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2310	0,2310
Peso (Filipinas)	56,0200	56,0400	0,09893	0,09898
Peso (México)	19,3949	19,3989	0,2858	0,2859
Peso (Rep. Dominicana)	59,9000	60,6000	0,09149	0,09256
Peso (Uruguai)	41,6800	41,7100	0,13290	0,13300
Rande (África do Sul)	17,3158	17,3199	0,3201	0,3202
Rial (Arábia Saudita)	3,7520	3,7522	1,4775	1,4778
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001320	0,0001320
Ringgit (Malásia)	4,2000	4,2060	1,3181	1,3201
Rublo (Rússia)	92,8205	92,8295	0,05972	0,05973
Rúpia (Índia)	83,5250	83,5800	0,06633	0,06638
Rúpia (Indonésia)	15195,0000	15205,0000	0,0003646	0,0003649
Rúpia (Paquistão)	277,8500	277,9500	0,01995	0,01996
Shekel (Israel)	3,7877	3,7902	1,4627	1,4638
Won (Coréia do Sul)	1333,7600	1334,9100	0,004153	0,004157
Yuan Renminbi (China)	7,0508	7,0523	0,7861	0,7864
Zloty (Polônia)	3,8384	3,8396	1,4439	1,4445

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2628,89	0,01183	468,6391	468,6898

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	23/09/24	20/09/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	42.124,65	42.063,36	0,15	1,35	11,77	24,03	32.417,59	42.124,65
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.852,20	19.791,49	0,31	1,42	17,99	35,04	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.974,27	17.948,32	0,14	1,47	19,74	36,05	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.718,57	5.702,55	0,28	1,24	19,89	32,37	4.117,37	5.718,57
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.894,71	23.867,37	0,11	2,35	14,01	20,80	18.737,39	23.894,71
México	Cidade do México	IPC	52.422,24	52.190,48	0,44	0,84	-8,65	1,44	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.322,17	1.320,84	0,10	-2,94	10,62	21,24	1.083,95	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	96.908,44	97.169,03	-0,27	5,87	67,57	148,75	38.957,57	98.913,06
Chile	Santiago	IPSA	6.374,35	Feriado	0,65	-1,33	2,85	9,30	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.356,94	29.306,69	0,17	3,22	13,09	29,69	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.790.228,16	1.822.928,28	-1,79	4,23	92,56	223,50	543.252,12	1.847.053,09
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.476,59	1.473,91	0,18	-1,45	5,81	10,87	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.846,79	18.720,01	0,68	-0,32	12,51	21,14	14.687,41	19.002,38
França	Paris	CAC-40	7.508,08	7.500,26	0,10	-1,61	-0,47	4,50	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.679,80	33.762,25	-0,24	-2,02	10,97	17,86	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.232,61	4.215,59	0,40	1,15	14,16	16,45	3.290,68	4.253,10
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.586,93	2.624,12	-1,42	-7,07	13,29	21,50	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.797,90	11.753,30	0,38	3,47	16,79	24,16	8.918,30	11.797,90
Grécia	Atenas	ASE General	1.442,53	1.425,19	1,22	0,79	11,55	18,46	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	903,47	897,55	0,66	-1,65	14,83	23,75	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.060,07	73.119,59	-0,08	0,27	20,52	31,93	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	81.900,30	81.759,71	0,17	-3,50	4,38	23,12	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.737,35	6.716,23	0,31	-0,34	5,33	9,22	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	956,01	946,70	0,98	4,41	-11,76	-4,40	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.583,85	2.579,15	0,18	-0,47	7,74	19,29	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.965,35	11.934,07	0,26	-3,79	7,43	8,63	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	9.887,75	9.900,25	-0,13	0,55	32,36	22,99	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.017,65	-	1,32	-3,08	7,56	7,17	1.608,42	2.083,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	84.777,56	83.829,99	1,13	1,23	10,25	15,50	69.451,97	84.777,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	Feriado	37.723,91	-	-2,39	12,73	16,42	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.384,20	8.437,20	-0,63	0,81	7,08	15,33	6.960,20	8.437,20
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.496,82	1.494,66	0,14	-3,07	-18,56	-21,78	1.433,10	1.936,49
China	Xangai	SSE Composite	2.748,92	2.736,81	0,44	-3,28	-7,60	-12,24	2.702,19	3.171,15
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.602,01	2.593,37	0,33	-2,70	-2,01	3,74	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.247,11	18.258,57	-0,06	1,43	7,04	1,05	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	84.928,61	84.544,31	0,45	3,11	17,56	28,66	63.148,15	84.928,61
Indonésia	Jacarta	JCI	7.775,73	7.743,00	0,42	1,37	6,92	10,82	6.642,42	7.905,39
Tailândia	Bangcoc	SET	1.447,90	1.451,69	-0,26	6,54	2,26	-4,91	1.274,01	1.522,59
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.285,53	22.159,42	0,57	0,08	24,29	36,35	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

O instituto de Biociências torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2024-IB**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE PESSOAL**. A abertura da Sessão Pública ocorrerá **dia 09/10/2024 às 09:01hs**, através do sitio: **https://www.gov.br/compras/pt-br**. A íntegra do Edital encontra-se nos seguintes endereços: **https://pncp.gov.br/app/editais**, **https://financeira.ib.usp.br** **https://portalservicos.usp.br/contratacoes**.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 02/2024 - IEB - PROCESSO Nº: 154.00005034/2024-31

O Instituto de Estudos Brasileiros torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob Nº: 02/2024 - IEB, do tipo menor preço, cujo objeto é a **contratação de MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS SISTEMAS DE AR CONDICIONADO, TIPO CHILLER, MARCAS: HITACHI, MODELO RCU210SAZ4ASZ – 220V, SÉRIE RCU 0904 636 789, E CARRIER, MODELO 30GXE2072265 - TIPO PARAFUSO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 24/09/2024 a partir das 08h**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 08/10/2024 às 09h30**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 24/09/2024, além da página do ComprasGov, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE DEVOLUÇÃO DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1277/2024 – GMS/FUNDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91277/2024 – PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 22.339.330-6. **OBJETO:** aquisição de kit de material escolar para atender as necessidades das Instituições de Ensino Público do Estado do Paraná, dividido em três lotes, conforme definido no Termo de Referência. **VALOR MÁXIMO:** R$ 62.959.650,00 (sessenta e dois milhões, novecentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e cinquenta reais). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA:** 11 de outubro de 2024, às 08:30 (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO:** por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS:** O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br INFORMAÇÕES: (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. **DATA:** 23/09/2024. Comissão de Contratação.

VELEIROS HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF nº 41.825.390/0001-16 - NIRE 35.3.0056797-8

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19 de Agosto de 2024

1. Data, Hora, Local: Em 19 de agosto de 2024, às 18h30, por videoconferência, conforme o previsto no Estatuto Social da **Veleiros Holdings S.A.** ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 11, §2º do Estatuto Social da Companhia, os Srs. Rogério Pereira Jorge, Sergio Luiz Baptista dos Santos e Michel Brigido Maranzana. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rogério Pereira Jorge e secretariados pelo Sr. André Guilherme Gil Guimarães. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre ***a)*** a eleição da Diretoria da Companhia; e ***b)*** a autorização para que os administradores e/ou procuradores devidamente constituídos, pratiquem os atos necessários para efetivação das deliberações constantes desta Ordem do Dia. **5. Deliberações:** Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições, o quanto segue: **5.1.** Eleger, para ocupar a posição de Diretor da Companhia, ***a)*** o Sr. **Sérgio Luiz da Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 6017416659, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 390.178.260-53, com domicílio profissional na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 348 (Bauru-Marília), CEP 17.014-970, cidade de Bauru, estado de São Paulo, indicado pela acionista AES Tucano, para o cargo de Diretor Presidente e de Operações; e ***b)*** o Sr. **José Ricardo Elbel Simão**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade RG nº 26.451.772-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 223.582.588-57, com domicílio profissional na Av. das Nações Unidas, nº 12.495, 12º andar, Bairro Brooklin Paulista, na cidade e estado de São Paulo, CEP 04.578-000, indicado pela acionista AES Tucano, para o cargo de Diretor Financeiro. **5.1.1.** Consignar que os Diretores ora eleitos tomarão posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos Termos de Posse lavrados em livro próprio, bem como que apresentaram declaração que fica arquivada na sede da Companhia afirmando que **(i)** não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e **(ii)** atendem ao requisito de reputação ilibada, não ocupam cargos em sociedade que possam ser considerados concorrentes no mercado (em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal) e não têm interesse conflitante com a Companhia, conforme estabelecido no § 3º, artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. **5.1.2.** Em virtude da eleição acima, a Diretoria da Companhia passa a ser composta pelos seguintes membros: **Sérgio Luiz da Silva** e **José Ricardo Elbel Simão**, ambos com mandato até 19 de agosto de 2026 (inclusive), sendo permitida a reeleição. **5.1.3.** Em virtude da eleição acima, consignar que as Diretorias das subsidiárias da Companhia, Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A., passam a ser compostas pelos seguintes membros: **Sérgio Luiz da Silva** e **José Ricardo Elbel Simão**, ambos com mandato até 19 de agosto de 2026 (inclusive), sendo permitida a reeleição. **5.2.** Autorizar os administradores e/ou procuradores devidamente constituídos da Companhia, a tomar todas as medidas e praticar todos os atos relacionados à implementação das matérias deliberadas nesta Assembleia, ficando desde já ratificadas todas as medidas e atos que já tenham sido tomados ou praticados relativos às matérias ora aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a presente ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: **Rogério Pereira Jorge** - Presidente, e **André Guilherme Gil Guimarães** - Secretário. Conselheiros: Rogério Pereira Jorge, Sergio Luiz Baptista dos Santos e Michel Brigido Maranzana. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* São Paulo, 19 de agosto de 2024. **André Guilherme Gil Guimarães** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 349.458/24-8 em 18/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VELEIROS HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF nº 41.825.390/0001-16 - NIRE 35.300.567.978

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Agosto de 2024

1. Data, Hora, Local: Em 19 de agosto de 2024, às 18h00, por videoconferência, conforme o previsto no Estatuto Social da **Veleiros Holdings S.A.** ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença das acionistas **AES Tucano Holding I S.A.** ("AES Tucano") e **Unipar Indupa do Brasil S.A.** ("Unipar"), representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Verificado o quórum para instalação desta Assembleia Geral Extraordinária, os trabalhos foram presididos pela Sra. **Sabrina Cassará Andrade da Silva** e secretariados pelo Sr. **André Guilherme Gil Guimarães**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: ***a)*** a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; ***b)*** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; ***c)*** a indicação da Diretoria das subsidiárias da Companhia, Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A. ("VSR03") e Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A. ("VSR04"); e ***d)*** a autorização para que os administradores e/ou procuradores devidamente constituídos, pratiquem os atos necessários para efetivação das deliberações constantes desta Ordem do Dia. **5. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições, o quanto segue: **5.1 Aprovar**, por unanimidade de votos das acionistas da Companhia presentes à Assembleia, a fixação do número de 3 (três) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, sendo 2 (dois) membros nomeados pela AES Tucano 1 (um) membro nomeado pela Unipar. **5.2 Eleger**, para ocupar a posição de Conselheiro de Administração, ***a)*** o Sr. **Rogério Pereira Jorge**, brasileiro, divorciado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RG nº 25.926.376-x, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 286.628.278-70, com domicílio profissional na Av. das Nações Unidas, nº 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, na cidade e estado de São Paulo, CEP 04.578-000, indicado pela acionista AES Tucano; ***b)*** o Sr. **Michel Brigido Maranzana**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade RG nº 34.407.369-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 306.854.958-25, com domicílio profissional na Av. das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, na cidade e estado de São Paulo, CEP 04.578-000, indicado pela acionista AES Tucano; e ***c)*** o Sr. **Sergio Luiz Baptista dos Santos**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Carteira de Identidade RG nº 62.356.198-0 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 922.153.787-00, com domicílio profissional na Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, 1.327, 22º andar, Sala Djanira, Vila Nova Conceição, na cidade e estado de São Paulo, CEP 04.543-011, indicado pela acionista Unipar. **5.2.1 Consignar** que os Conselheiros ora eleitos tomarão posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos Termos de Posse lavrados em livro próprio, bem como que apresentaram declaração que fica arquivada na sede da Companhia afirmando que **(i)** não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e **(ii)** atendem ao requisito de reputação ilibada, não ocupam cargos em sociedade que possam ser considerados concorrentes no mercado (em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal) e não têm interesse conflitante com a Companhia, conforme estabelecido no § 3º, artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.2 Eleger**, para ocupar a posição de Presidente do Conselho de Administração, o Sr. **Rogério Pereira Jorge**, acima qualificado. **5.2.3** Em virtude da eleição acima, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelos seguintes membros: **Rogério Pereira Jorge** (Presidente), **Michel Brigido Maranzana**, e **Sergio Luiz Baptista dos Santos**, todos com mandatos até 19 de agosto de 2026 (inclusive), sendo permitida a reeleição. **5.3 Indicar**, para ocupar a posição de Diretor das subsidiárias VSR03 e VSR04, ***a)*** o Sr. **Sérgio Luiz da Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 6017416659, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 390.178.260-53, com domicílio profissional na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 348 (Bauru-Marília), CEP 17.014-970, cidade de Bauru, estado de São Paulo, indicado pela acionista AES Tucano, para o cargo de Diretor Presidente e de Operações; e ***b)*** o Sr. **José Ricardo Elbel Simão**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade RG nº 26.451.772-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 223.582.588-57, com domicílio profissional na Av. das Nações Unidas, nº 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, na cidade e estado de São Paulo, CEP 04.578-000, indicado pela acionista AES Tucano, para o cargo de Diretor Financeiro. **5.4 Autorizar** os administradores e/ou procuradores devidamente constituídos da Companhia, a tomar todas as medidas e praticar todos os atos relacionados à implementação das matérias deliberadas nesta Assembleia, ficando desde já ratificadas todas as medidas e atos que já tenham sido tomados ou praticados relativos às matérias ora aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia, determinando que fosse lavrada a presente ata na forma sumária, conforme disposto no artigo 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 19 de agosto de 2024. **Mesa: Sabrina Cassará Andrade da Silva** - Presidente e **André Guilherme Gil Guimarães** - Secretário. **Acionistas: AES Tucano Holding I S.A. - Sabrina Cassará Andrade da Silva** - Procuradora. **André Guilherme Gil Guimarães** - Procurador. **Unipar Indupa do Brasil S.A. - Rodrigo Cannaval** - Diretor, **Alexandre Jerussalmy** - Diretor. **JUCESP** nº 349.168/24-6 em 19/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



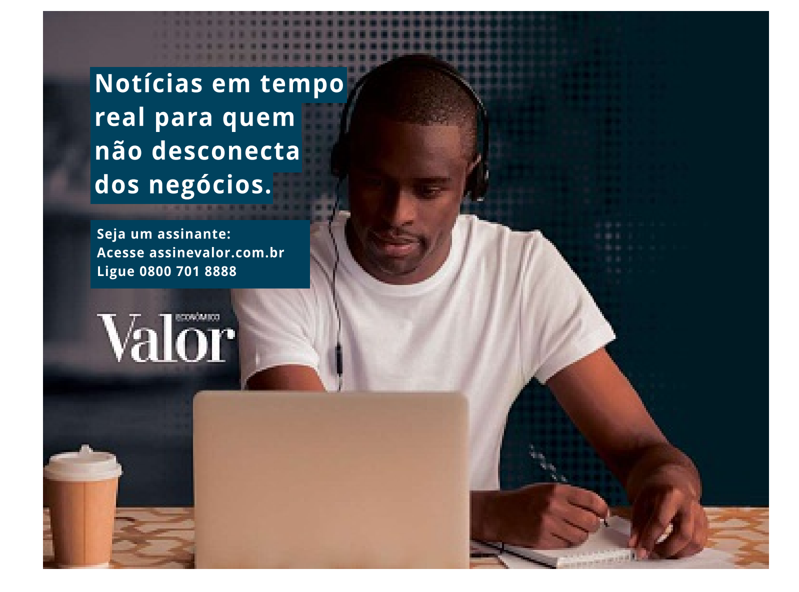
AES BRASIL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 37.663.076/0001-07 - NIRE 35.3.0055264-4

Certidão

Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10/09/24. Secretaria do Desenvolvimento Econômico. **JUCESP** número 348.374/24-0 em 18/09/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA-CCTG
Edital de Chamamento Público nº 02/2024

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Protocolo	22.717.337-8
Objeto	Seleção de companhias e grupos de teatro de bonecos, para integrar a programação do 24º Festival Espetacular de Teatro de Bonecos.
Valores	R$ 6.000,00 (seis mil reais), para companhias e grupos de Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba. R$ 8.500,00, para companhias e grupos dos demais municípios. O valor total do Edital é de até R$ 212.500,00 (duzentos e doze mil e quinhentos reais), para seleção de até 25 (vinte e cinco) grupos ou companhias.
Período de Inscrições	24 de setembro a 11 de novembro de 2024
Demais Informações	Os interessados deverão acessar o site oficial do CCTG, através do endereço eletrônico www.teatroguaira.pr.gov.br/festivaldebonecos, para se inteirar das condições estabelecidas no Edital
Autorizado	Em 20/09/24 pelo Diretor Presidente do CCTG



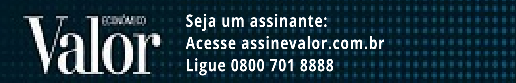
Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5
Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho Fiscal da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial, iniciada em 13 de agosto de 2024 e concluída em 14 de agosto de 2024. 1. Data, Hora e Local: Instalada em 13 de agosto de 2024, às 15h, presencialmente e por videoconferência, na forma autorizada pelo Estatuto Social da Companhia, suspensa e retomada 14 de agosto de 2024, às 18h. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação face à presença da totalidade dos conselheiros, a saber: Srs. Raphael Manhães Martins, Ricardo Scalzo e Elias de Matos Brito. Estiveram presentes, ainda, os Diretores Estatutários da Companhia, Leonardo Coelho Pereira e Camille Loyo Faria, os Diretores Executivos, Fábio Fernandes Medeiros, Eduardo Noronha, David Tavares Neves Nunes, Paulo Seidel, Gustavo Lobo, os Gerentes Sabrina da Rocha Juhász e Alessandro Rocco D Sant Anna Langone e o Sr. Robinson Meira, como representante da BDO Brasil Auditores Independentes. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Raphael Manhães Martins; Secretário: Fábio Fernandes Medeiros. **4. Ordem do Dia:** Opinar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31.12.2023 e analisar as Informações Trimestrais referentes a 31.03.2024 e 30.06.2024. **5. Deliberações:** O representante da BDO Brasil Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia ("Auditores Independentes" ou "BDO"), Sr. Robinson Meira, iniciou a reunião com a apresentação da auditoria independente, que ficará arquivada na plataforma *Diligent Boards*, reforçando o enfoque e a independência da BDO na condução dos trabalhos. Após a apresentação da equipe envolvida e do escopo dos trabalhos, foram detalhados os procedimentos realizados para o exercício de 2023. Esses procedimentos incluíram, principalmente, a compreensão e avaliação dos riscos e controles internos da Companhia, a análise da investigação de fraudes e *shadow*, a revisão de estimativas contábeis complexas, a avaliação da continuidade operacional, a análise das bases e cálculos decorrentes do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e das suas subsidiárias JSM Global S.A R.L. - Em Recuperação Judicial, B2W Digital Lux S.A.R.L. - Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. - Em Recuperação Judicial homologado pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 26 de fevereiro de 2024 ("PRJ"), e seus impactos nas informações contábeis de 2023. Além disso, foram conduzidos trabalhos de auditoria nas investidas da Companhia, avaliados eventos subsequentes relevantes e, por fim, realizada a análise de consistência das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31.12.2023 ("Demonstrações Financeiras"). Os Auditores Independentes, em resposta ao Conselho Fiscal, afirmaram que todos os ajustes contábeis decorrentes dos fatos apurados em conexão com o fato relevante da Companhia divulgado em 11 de janeiro de 2023, relatório do Comitê Independente e apurações das autoridades públicas, até onde são públicas, estão refletidas em sua totalidade nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Ainda, os Auditores Independentes esclareceram que, após identificadas deficiências no ambiente tecnológico da Companhia, foram realizados testes e adotados procedimentos adicionais que não identificaram inconsistências nas informações contábeis nem fraude além daquelas em conexão com o referido fato relevante de 11 de janeiro de 2023. Posteriormente, foram detalhados os principais assuntos de auditoria, quais sejam, continuidade operacional e os impactos da homologação do PRJ; investigação independente e de indicadores públicos e aspectos de governança; aspectos de ambiente de tecnologia; tributos a recuperar e a recolher; avaliação do valor recuperável de ativos não monetários, incluindo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura; e contingências fiscais, trabalhistas, imobiliários e cíveis. O representante dos Auditores Independentes concluiu a apresentação emitindo opinião de que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2023 refletem de forma adequada e em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, sem qualquer ressalva. Em seguida, foram apresentados os trabalhos de revisão às Informações Trimestrais referentes a 31.03.2024 e 30.06.2024, os quais consistiram em entendimentos e avaliações sobre mudanças significativas no desempenho da Companhia e suas Controladas, trabalhos de investigação e *shadow* referentes aos fatos reportados pela Companhia ao mercado no fato relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023, avaliação da continuidade operacional e eventuais impactos de *impairment*, a análise das bases e cálculos decorrentes do PRJ e seus impactos em relação às informações intermediárias, eventos subsequentes relevantes e a análise de consistência das informações intermediárias. Após responder os questionamentos dos Conselheiros Fiscais, o Sr. Robinson Meira retirou-se. Na sequência, a Diretoria apresentou detalhadamente as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31.12.2023 e as Informações Trimestrais referentes a 31.03.2024 e 30.06.2024, conforme apresentação arquivada na plataforma *Diligent Boards*. A Diretoria informou que a apresentação que os efeitos contábeis da redução do passivo por conta das providências ocorridas no âmbito do plano de recuperação aprovado devem ocorrer no terceiro trimestre, resultando na divulgação de patrimônio líquido positivo, da ordem de R$ 10,5 bilhões. Em resposta ao Conselho Fiscal, a diretoria informou que foram recepcionados vários ofícios emitidos pela CVM em conexão com o fato relevante de 11 de janeiro de 2023, mas que nenhum deles recomendou ou solicitou tratamento específico ou ajustes no âmbito da contabilidade sobre os temas discutidos. O Conselho Fiscal registrou que as Demonstrações Financeiras ora examinadas sejam submetidas o quanto antes à assembleia geral de acionistas da Companhia e, também, manifestou opinião que sejam adotadas pela administração todas as providências cabíveis na busca pela reparação dos prejuízos causados à Companhia pela conduta dos ex-administradores, conforme conclusões do Comitê Independente. Finalmente, o Conselho Fiscal solicitou: (a) que fosse disponibilizada a versão final do Relatório Anual da Administração e o *press release*; e (b) fosse compartilhado com o Conselho Fiscal os esclarecimentos solicitados pelo Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras. Na sequência, suspendeu os trabalhos até o dia 14 de agosto de 2024, 18h, para deliberação sobre o parecer relativo ao material que será submetido à Assembleia Geral da Companhia. Retomando os trabalhos, no dia 14 de agosto de 2024, às 18h, o Presidente do Conselho Fiscal informou que o Conselho de Administração, nesta data, aprovou Relatório Anual da Administração e a proposta de Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes da Companhia, conforme material que ficará arquivada na plataforma *Diligent Boards*. Após análise dos documentos arquivados e discussão, o Conselho Fiscal aprovou, por unanimidade, a emissão de parecer nos seguintes termos: "Os membros do Conselho Fiscal da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterado, analisou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a reapresentação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., emitido nesta data sem ressalvas. Como parte integrante dos trabalhos, conforme detalhados em Ata, o Conselho Fiscal realizou reuniões com a Administração da Companhia, tanto a Diretoria quanto o Conselho de Administração, assim como o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e demais colaboradores da Americanas responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras. Os membros do Conselho Fiscal registram que tiveram acesso ao relatório final de investigação emitido pelo Comitê Independente, constituído para apurar as circunstâncias que ocasionaram os fatos reportados no Fato Relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023. Assim, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, e à luz do parecer sem ressalva emitido por esses e dos procedimentos adotados para tanto, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela assembleia geral dos acionistas." **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e ninguém fazendo uso da palavra, foram os trabalhos encerrados, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, é assinada pelos Conselheiros presentes. Certifico que a presente é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024. **Fábio Fernandes Medeiros** - Secretário. JUCERJA nº 6434943 em 05.09.2024.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2024. 1. Data, Hora e Local: Iniciada em 14 de agosto de 2024, às 15:00h, na forma presencial e por videoconferência, conforme autorizada pelo Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Foi dispensada a convocação, face à assinatura da totalidade dos membros Conselho de Administração, a saber: Eduardo Saggioro Garcia (Presidente do Conselho de Administração), Carlos Alberto da Veiga Sicupira (Conselheiro), Paulo Alberto Lemann (Conselheiro), Cláudio Moniz Barreto Garcia (Conselheiro), Sidney Victor da Costa Breyer (Conselheiro Independente), Vanessa Claro Lopes (Conselheira Independente) e Célio de Melo Almada Neto (Conselheiro Independente). Participaram, ainda, os Srs. Leonardo Coelho (exceto quando deliberado o item (iv) da ordem do dia) e Camille Loyo Faria, diretores estatutários da Companhia; os Srs. Fábio Fernandes Medeiros, David Nunes e Paulo Seidel, diretores não estatutários; o Sr. Raphael Manhães Martins, representante do Conselho Fiscal; o Sr. Robinson Meira, representante da BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples Limitada ("BDO"). **3. Composição da Mesa:** Presidente: Eduardo Saggioro Garcia; Secretário: Fábio Fernandes Medeiros. **4. Deliberações: (i)** A reunião teve início com a condução do Presidente do Conselho de Administração da Companhia agradecendo a presença de todos. Posteriormente, foi dada a palavra ao representante da BDO Brasil Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, Sr. Robinson Meira, que iniciou a reunião com a apresentação da auditoria independente, conforme arquivado na plataforma de governança Diligent Boards. Durante a apresentação, foi esclarecido que, para os fins da exposição, o termo 'governança' refere-se especificamente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, enquanto 'administração' refere-se exclusivamente à Diretoria. O auditor concluiu a apresentação emitindo o parecer sem ressalvas, e informando que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2023 e as Informações Trimestrais referentes a 31.03.2024 e 30.06.2024, refletem de forma adequada e em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia. Na sequência, a Diretoria apresentou os destaques das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31.12.2023 e as Informações Trimestrais referentes a 31.03.2024 e 30.06.2024. Por fim, após esclarecerem todas as dúvidas, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e, considerando, inclusive, o parecer sem ressalvas apresentado pela BDO Auditores Independentes, o relatório do Comitê de Auditoria, e o parecer do Conselho Fiscal, autorizaram a finalização, emissão e publicação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31.12.2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Informações Trimestrais referentes a 31.03.2024 e 30.06.2024. **(ii)** Após apresentação da Diretoria acerca dos contratos de prestação de serviços com partes relacionadas *Site* Blindado, *Legal Ops* e seus aditivos firmados pela Companhia durante o exercício de 2023, os membros do Conselho de Administração determinaram, por unanimidade, com abstenção do Sr. Celio de Melo Almada Neto, o qual não participou das reuniões feitas no exercício em questão, a regularização e/ou ratificação dos referidos contratos celebrados entre a Americanas e a Alvarez &Marçal. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e ninguém fazendo uso da palavra, foram os trabalhos encerrados, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, é assinada pelos Conselheiros presentes. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.Certifico que a presente é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. **Fábio Fernandes Medeiros** - Secretário. JUCERJA nº 6434950 em 05.09.2024.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05.09.24. 1. Data, Hora e Local: Reuniram-se os acionistas da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), realizada em primeira convocação, no dia 05.09.24, às 11h, de forma exclusivamente digital, sendo considerada como realizada na sede da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81 de 29.03.22 ("RCVM 81"). **2. Convocação**: Edital de Convocação publicado no jornal "Valor Econômico" em 05, 06 e 07 de agosto de 2024 nas páginas C5, A6 e B5, respectivamente, bem como divulgado simultaneamente na página da internet do jornal. **3. Quórum de Instalação**: Presentes acionistas titulares de ações ordinárias representando aproximadamente 53,24% do capital social da Companhia à Assembleia, conforme se verifica (i) pelos boletins de voto a distância recebidos pela Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, do agente escriturador das ações de emissão da Companhia ou diretamente pela Companhia; e (ii) pelas presenças registradas na plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma"), nos termos do artigo 47, inciso III, da RCVM 81. Em razão do quórum verificado, o Presidente deu por instalada a Assembleia para deliberar apenas sobre os itens (ii) e (iv) da ordem do dia, tendo esclarecido aos presentes que não houve quórum para instalar a Assembleia com relação aos itens (i) e (iii) da ordem do dia, que serão objeto de nova convocação, a ser feita oportunamente. Presentes também o Sr. Leonardo Coelho Pereira, Diretor Presidente da Companhia, e a Sra. Camille Loyo Faria, Diretora Financeira e de Relações com Investidores. **4. Mesa**: Presidente: Luiz Antonio de Sampaio Campos; Secretário: Rafael Padilha Calábria. **5. Documentos arquivados na Sede Social da Companhia e disponibilizados nos Websites da CVM e da B3 por meio do Sistema de Informações Periódicas (IPE):** O mapa sintético consolidado de votos proferidos por meio de boletim de voto à distância; e os demais documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia e aqueles previstos nas Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") foram disponibilizados por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE), nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29.03.22 ("RCVM 80") e RCVM 81, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.americanas.com/), e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). **6. Ordem do Dia: (i)** Alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo valor do capital social da Companhia em decorrência do aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21.05.24 e homologado parcialmente pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25.07.24, e do grupamento das ações e bônus de subscrição de emissão da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias ou bônus de subscrição para 1 ação ou bônus de subscrição da mesma espécie, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21.05.24; **(ii)** Eleição dos 7 (sete) novos membros do Conselho de Administração, nos termos da Cláusula 8.2.1 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 26.02.24 ("PRJ"); **(iii)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a alteração acima indicada; e **(iv)** Autorização à administração da Companhia para tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em Assembleia, bem como ratificar todos os atos praticados até a data da Assembleia. **7. Deliberações:** Por proposta do Presidente da Mesa, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, a lavratura da presente ata em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 da Lei das S.A. O mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância foi projetado para consulta dos acionistas presentes, consoante a RCVM 81. Em seguida, mediante solicitação de acionista, foi lido pela Mesa o Edital de Convocação da Assembleia. Os acionistas presentes deliberaram, com as abstenções e votos divergentes registrados pela Mesa: **(i)** Eleger, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 103.020.844 votos a favor, 1.505.649 votos contrários e 460.328 abstenções, em eleição majoritária por chapa, os seguintes 7 (sete) membros, indicados em chapa única pela Administração da Companhia e identificados no Anexo II do Acordo de Apoio à Reestruturação, Plano de Recuperação Judicial, Investimento e Outras Avenças, celebrado em 27.11.23 ("PSA"), para composição do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Cláusula 8.2.1 do PRJ: *Membros Efetivos:* (i) **Eduardo Saggioro Garcia**, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017 - 15º andar, Itaim Bibi, portador da Carteira de Identidade nº 102173341, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.897.957-79, como membro efetivo - o qual foi indicado pela administração; (ii) **Luiz Fernando Ziegler De Saint Edmond**, brasileiro/americano, casado, engenheiro, com endereço em 9349 Collins Ave, apto. 401 - Surfside, FL 33154, Estados Unidos da América, portador da carteira de identidade nº 055.878.15-1, expedida pelo Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 010.537.007-09, como membro efetivo - o qual foi indicado pela administração; (iii) **Cláudio Moniz Barreto Garcia**, brasileiro, casado, economista, com endereço na 944 Park Avenue, apto. 2, Nova Iorque, Estados Unidos da América, portador da Carteira de Identidade nº 05417158-2, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 945.115.007-20, como membro efetivo - o qual foi indicado pela administração; (iv) **Yuiti Matsuo Lopes**, brasileiro, casado, investidor, com endereço na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso Melo 585, Torre B, AP 121, Vila Olimpia, CEP: 04548-003, portador da carteira de identidade nº 45.973.514-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 355.309.978-05, como membro efetivo - o qual foi indicado pela administração; (v) **Paula Magalhães Cardoso Neves (membro independente)**, brasileira, casada, publicitária, com endereço na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Av. Rua Custódio Serrão, 15, apto. 301, Lagoa, CEP: 22470-230, portadora da carteira de identidade nº 03.724.312-8, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 796.013.407-34, como membro efetivo - a qual foi indicada pela administração; (vi) **Maria Rita Megre de Sousa Coutinho (membro independente)**, portuguesa, divorciada, administradora de empresas, com endereço na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Horácio Lafer, 555, apto. 171, Itaim Bibi, CEP: 04538-082, portadora da carteira de identidade nº 63.914.997-2, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 225.720.058-67, como membro efetivo - a qual foi indicada pela administração; e (vii) **Vanessa Claro Lopes (membro independente)**, brasileira, convivente em união estável, contadora, com endereço na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 2500, apto. 2502, bl. 5, Barra da Tijuca, portadora da carteira de identidade nº 23.669.532-0, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 162.406.218-03, como membro efetivo - a qual foi indicada pela administração. Os conselheiros ora eleitos/reeleitos terão mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da presente data que se encerrará em 05.09.26, autorizada a recondução por igual período. Os currículos dos conselheiros ora eleitos ficaram disponíveis à Assembleia, em observância ao disposto no §2º do Art. 3º do Anexo K à RCVM 80, tendo a administração da Companhia recebido as declarações a que se refere o Art. 2º do mesmo Anexo K à RCVM 80. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse no livro próprio. Adicionalmente, foi consignado que as Sras. Paula Magalhães Cardoso Neves, Vanessa Claro Lopes e Maria Rita Megre de Sousa Coutinho se enquadram nos critérios de independência em conformidade com o Artigo 12, §9º do Estatuto Social da Companhia, o Anexo K da RCVM 80 e o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"). **(ii)** Autorizar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 103.015.219 votos a favor, 1.511.174 votos contrários e 460.428 abstenções, a administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em Assembleia, bem como ratificar todos os atos praticados até esta data. **8. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada em forma de sumário, conforme facultado pelo §1º do artigo 130 da Lei das S.A., lida, aprovada e assinada pelo Presidente e pelo Secretário, conforme artigo 47, §1º e §2º da RCVM 81. RJ, 05.09.24. **Luiz Antonio de Sampaio Campos** - Presidente; **Rafael Padilha Calábria** - Secretário. JUCERJA nº 6453290 em 17.09.24.



INÊS 249

Previdência Certificação vai servir de referência para fundações que não têm equipe de análise

Previ prepara selo de responsabilidade ambiental e social de empresas investidas

Victoria Netto
Do Rio

A Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, pretende lançar um selo certificador ASGI (também chamado de "ESG"), que vai ranquear as empresas melhor posicionadas nos critérios de responsabilidade social, ambiental, de governança e integridade. A Previ planeja apresentar o selo até o ano início de 2025.

A proposta é que o selo funcione como um "rating" das empresas participadas da Previ e de potenciais companhias a serem investidas, para que sirva de referência para fundos menores que não têm a mesma capacidade de análise. O selo é uma iniciativa conjunta com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

O princípio de análise passa por um questionário com mais de 100 perguntas, por meio do qual é possível dar notas às empresas de acordo com critérios ASGI. Na avaliação, a materialidade da companhia também é levada em conta.

A iniciativa está alinhada a um dos principais eixos de atuação da diretoria de participações da Previ, que tem focado em ações de engajamento em políticas sociais, ambientais e de governança. Hoje, são 35 empresas participadas, que representam uma carteira de R$ 65 bilhões, segundo dados de começo de setembro.

O novo diretor de participações da Previ, Marcio Chiumento, afirma que o selo ASGI também é uma forma de balizar as políticas de investimento ou desinvestimento da entidade. Chiumento, que é funcionário de carreira do BB há 24 anos, foi indicado pelo banco em julho para substituir Fernando Melgarejo, que deixou a Previ para assumir o cargo de diretor financeiro da Petrobras.

"O principal critério para a compra de determinada posição é a rentabilidade, porque a nossa finalidade é garantir o pagamento dos benefícios. Mas o critério ASGI tem sido cada vez mais importante na nossa análise, inclusive já faz parte da nossa política de investimento hoje", diz.

O diretor explica que, se houver duas empresas compatíveis em rentabilidade, os compromissos e práticas ASGI podem ser um diferencial para a escolha da ação. O objetivo é agregar "papéis significativos" às decisões. Além disso, a Previ avalia que o selo é uma estratégia para atrair mais investidores e, por consequência, valorizar os ativos.

Chiumento destaca ainda que o fundo vem em um movimento de imunização dos investimentos do Plano 1 de benefícios — em outras palavras, migrando de renda variável para renda fixa, em especial NTN-B longa. Só no primeiro semestre deste ano, foram R$ 11 bilhões convertidos para os títulos do Tesouro Nacional.

O diretor de participações reforça que a estratégia se aplica apenas ao Plano 1, cujos investimentos totais somam R$ 229,68 bilhões. A renda fixa corresponde a 61,7% do plano, e a ideia é que ele seja 100% imunizado com os anos. Hoje, são cerca de três mil funcionários na ativa, e o restante já é pensionista e aposentado — mais de 104 mil pessoas.


LEO PINHEIRO/VALOR

"Depois da rentabilidade, priorizamos políticas ASGI" *Marcio Chiumento*

Com a estratégia de imunização do Plano 1, os investimentos totais da Previ em renda variável diminuíram: em julho, chegaram a R$ 71 bilhões, cerca de 27% do total gerido pelo fundo, que somava R$ 263,31 bilhões. Em comparação, em julho de 2014, a Previ tinha 54% em renda variável.

Já o Previ Futuro, que tem cerca de R$ 33,63 bilhões investidos, ainda conta com novos ingressantes e está em fase contributiva. Isso significa que a estratégia é voltada para busca de performance e tem maior espaço para renda variável.

O presidente da Previ, João Fukunaga, reafirma que a Previ está aberta a discutir novas formas de investimentos, mas que, para isso, é preciso haver melhorias regulatórias. Como exemplo, citou os Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), nos quais a Previ é vedada de investir pela própria diretoria desde a Operação Greenfield, deflagrada em 2016.

Quanto a investimentos imobiliários, Fukunaga critica a resolução CMN 4994, de 2022, que proíbe a compra direta de imóveis pelas entidades fechadas de previdência complementar. A norma é uma atualização da resolução CMN 4661, de 2018, que trouxe a vedação pela primeira vez.

Uma das exigências da norma é que os estoques de imóveis sejam vendidos ou transferidos para fundos imobiliários (FIIs) até 2030. A Previ sustenta que isso traria um custo "desnecessário", estimado em R$ 390 milhões em impostos, considerando a alíquota de transmissão de bens imóveis no Rio e em São Paulo.

O investimento total em imóveis físicos da Previ é de R$ 12,85 bilhões, segundo dados de setembro. Além disso, a argumentação da entidade considera o desempenho: entre janeiro de 2011 e junho de 2024, a carteira de imóveis do Plano 1 da Previ teve rentabilidade acumulada de 541%, contra 235% de rendimento do Ifix, o índice que reúne fundos imobiliários com cotas negociadas na bolsa.

"O que queremos é uma discussão dessa vedação de compra e também do prazo de desfazimento dos imóveis", diz Fukunaga. "Com fundos imobiliários, não temos autonomia nem conseguimos todo o potencial de valorização do imóvel. Ao mesmo tempo, [a norma] força os fundos de previdência a venderem e se desfazerem desses imóveis, aí corremos o risco de vender muito barato".

Novus compra Grifo e entra em crédito privado



Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A Novus, que desde o ano passado é investida do fundo de participações da XP Investimentos, acaba de fechar a incorporação da cearense Grifo Capital. A transação se dá por troca de ações, com uma saída escalonada de sócios investidores da Grifo, mantendo os sócios executivos e o time de crédito privado — abrindo uma nova vertical na estratégia da compradora.

"Somos uma casa de olhar bastante macro e avançar em crédito privado sempre esteve nos planos, mas ainda não tínhamos encontrado um parceiro ideal", diz Rodrigo Galindo, sócio da Novus, ao **Pipeline**, site de negócios do **Valor**. "A gente precisava de alguém parecido em cultura, controle de risco e que trouxesse um time competente no segmento."

A Grifo foi apresentada, no início do ano, por um cliente antigo dos sócios da Novus, que conhecia bem os dois times e sabia que, por estar fora do eixo Rio-São Paulo, a casa poderia estar fora do radar inicial. "Em maio, fomos tomar um café de uma hora que acabou virando três e abriu uma sequência de conversas até o memorando de entendimentos", conta Rafael Gama, sócio da Grifo.

A firma cearense foi criada como diversificação de risco e funding pelo grupo de engenharia BTB, começando com securitização e depois entrando em asset com um fundo de investimento em direito creditório (FIDC) e um multimercado concentrado em crédito privado. O patrimônio era basicamente de "family & friends" e, neste ano, a gestora passou a captar com terceiros, somando cerca de R$ 150 milhões.

O fundo "high grade" passará a ter o nome da Novus, após aprovação em assembleia, seguindo com os mesmos gestores. O multimercado de crédito privado da Grifo acumula rentabilidade de 121% do CDI desde 2022, diz Victor Ary, sócio da Grifo.

"Temos um processo investigativo para controlar risco em médias empresas e capacity de R$ 1 bilhão, o que nos dá conforto para crescer com o crédito que gostamos, sem a pressão compradora que alguns fundos maiores já estão e cedendo a spreads muito apertados", diz Gama.

Na Novus, a principal estratégia é o fundo de renda fixa de gestão ativa, alocado em título público majoritariamente, que concentra o patrimônio da casa e acumula rentabilidade 142% do CDI desde o início, em abril de 2019. Com o time da Grifo, a Novus também espera levantar até R$ 1 bilhão num mandato de renda fixa incentivada.

"A gente precisava de alguém parecido em cultura, controle de risco" *Rodrigo Galindo*

"Mas não é um movimento de modinha, oportunista, pela exuberância desse mercado de crédito privado hoje. É um movimento que a gente vem pensando há anos, de aumento de cobertura, de produto e de geografia", emenda Luis André Oliveira, também sócio da Novus.

2A Novus passa a ter escritório em São Paulo, Rio e Fortaleza. A gestora nasceu de uma fusão entre Modal Asset e a Flag Asset, seis anos atrás. Hoje tem R$ 2,5 bilhões sob gestão. Outros M&As, por enquanto, não estão na pauta.

"A indústria de fundos está passando por um momento delicado e esse passo nosso é uma sinalização importante de expansão, diversificação de receitas e aposta em novos produtos", diz Luiz Eduardo Portella, na Novus.

A gestora contou com consultoria da Oikos e assessoria jurídica do FPT Advogados e a Grifo foi assessorada pela SM Consultoria.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Greve interrompe venda de títulos do Tesouro Direto

Estevão Taiar
De Brasília

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não venderá hoje títulos por meio do Tesouro Direto, em função da "greve dos servidores da instituição". A informação foi divulgada ontem pelo próprio Tesouro em comunicado. Os funcionários da STN rejeitaram no fim de agosto proposta do governo federal que previa reajuste salarial de 23% durante todo o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No comunicado, o Tesouro Direto afirma que "todos os agendamentos de compra previstos" para esta terça-feira "serão cancelados. Recomenda ainda "que os investidores façam novos agendamentos para datas" posteriores.

"Vale ressaltar, no entanto, que as operações de resgate antecipado e agendamentos serão realizadas normalmente [hoje]" diz o Tesouro Direto. "Ou seja, os investidores poderão resgatar seus investimentos normalmente [no programa]".

Segundo os números mais recentes da STN, o estoque do programa fechou julho em R$ 145,4 bilhões, alta de 1,5% em relação a junho. Já o número de investidores com alguma aplicação no programa estava em aproximadamente 2,66 milhões. Por sua vez, as quase 870 mil operações realizadas em julho foram as maiores para um único mês em toda a série histórica do Tesouro Direto. Houve no mês captação de R$ 6,43 bilhões, com resgates de R$ 5,43 bilhões, o que gerou captação líquida de R$ 1,01 bilhão. Aplicações de até R$ 1 mil representaram 55,4% do total, e o valor médio das operações foi de R$ 7.397,50. Em relação ao prazo, foram vendidos principalmente títulos com vencimento de um a cinco anos (66,3% do total). Os papéis com maior demanda foram os indexados à inflação (47%).

Mercados de carbono e combate às mudanças climáticas

Palavra do gestor



Eric Altafim

Nos últimos anos, temos visto por que a pauta de sustentabilidade, principalmente a climática, começa a ganhar espaço no mundo corporativo. Dados da ONU indicam que 2023 foi o ano mais quente já registrado e 2022 bateu o recorde de emissão de gases de efeito estufa. Logo, essa é uma pauta prioritária não apenas para a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), mas para toda a sociedade.

O Brasil tem enorme potencial para ser um participante de peso na chamada "economia verde". Para isso, é preciso avançar no desenvolvimento de mecanismos que permitam ao país se inserir nesse contexto, como é o caso dos mercados de carbono. O momento é propício para essa discussão, considerando todo o debate atual sobre a crise climática e a posição privilegiada do Brasil para liderar essas discussões, uma vez que sediará a COP30 em Belém, no Pará.

O Projeto de Lei 182/24, em tramitação no Senado, é um desses avanços aguardados. Ele cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), que vai estabelecer um teto de emissões de gases de efeito estufa para diversos setores econômicos. Empresas que ultrapassarem esse teto serão oneradas por isso, e empresas que estiverem abaixo do limite poderão vender o restante de suas permissões de emissão para outras instituições. O PL permite, ainda, que parte das emissões sejam substituídas por créditos de carbono provenientes de projetos do mercado voluntário que gerem uma redução e/ou remoção de carbono.

A Anbima acompanha o tema desde 2021, propondo alterações no PL atual e em seus antecessores. Uma das sugestões diz respeito à natureza jurídica atribuída ao crédito de carbono, que tem especificidades que geram um desafio para a sua caracterização. Mesmo no contexto internacional, essa definição ainda está em evolução e os países têm adotado classificações diferentes.

A solução proposta pelo PL é considerar as permissões de emissão como um valor mobiliário — acertada, na nossa opinião, já que o país possui um mercado de capitais organizado que deixaria os players e os investidores mais confortáveis para participar do novo segmento. Nossa expectativa é que, além das permissões, a classificação abranja também os créditos do mercado voluntário negociados em mercados organizados, para não gerar insegurança jurídica.

Segundo dados do Banco Mundial, a receita gerada no mundo por instrumentos de precificação de carbono ultrapassou os US$ 100 bilhões pela primeira vez em 2023. No Brasil, o PL prevê que a maior parte dos recursos arrecadados nesse mercado serão direcionados para investimentos que promovam a descarbonização do país, visando cumprir os compromissos do Acordo de Paris.

Olhando especificamente para o mercado voluntário, um estudo promovido pela Iniciativa Brasileira para o Mercado de Carbono sinaliza que o Brasil detém 1/3 da capacidade mundial de originação de créditos de carbono de reflorestamento. O mesmo estudo estima que será necessário investir cerca de US$ 200 bilhões a US$ 500 bilhões para cumprirmos o compromisso internacional. Esses investimentos gerariam empregos nas comunidades locais, além de receita por meio dos créditos e da produção de bioinsumos.

Como se vê, os mercados de carbono podem ajudar a atingir esse objetivo, mas para destravar esse potencial é necessária a participação conjunta dos mercados financeiro e de capitais. O arcabouço regulatório brasileiro é conhecido pela sua robustez e pode ajudar a fomentar o desenvolvimento do mercado de créditos de carbono. Paralelamente, o órgão gestor do SBCE pode orientar e monitorar as metodologias que serão aceitas para geração dos créditos de carbono negociados no sistema regulado.

Estamos construindo um novo mercado com potencial de financiar a transição para uma economia de baixo carbono e promover um combate efetivo à crise climática. As discussões estão avançando de maneira positiva e os pontos remanescentes podem ser ajustados com facilidade. Ter clareza quanto à natureza jurídica do crédito de carbono vai facilitar seu tratamento legal e contábil pelas diversas entidades que podem atuar nesse mercado.

Eric Altafim é diretor da Anbima
E-mail diretoria@anbima.com.br

STJ
Metrô de São Paulo pode cobrar da TIM pelo uso dos túneis para passar cabos
valor.globo.com/legislacao



INÊS 249

Opinião Jurídica
Benefícios e riscos da cláusula de não concorrência
E2

TJSP
Pagamento de pensão via empresa é inválido
valor.globo.com/legislacao



Tributário Regulamentação da Lei 14.973 não deixa claro se Receita exigirá dados da "foto" ou "filme"

Novo programa de repatriação mantém polêmica sobre declaração e cálculo do IR

Laura Ignacio
De São Paulo

A principal polêmica dos programas de repatriação dos anos de 2016 e 2017 voltou à tona. A regulamentação da Lei nº 14.973, que reabre o Regime Especial de Regularização Geral de Bens Cambial e Tributária (RERCT), deixa brechas para interpretações sobre usar a "foto" ou o "filme" para fazer a declaração dos ativos e o cálculo do imposto de 15% e da multa de 15%.

Quando é usada a "foto" trata-se do valor do patrimônio na data de corte para adesão ao programa — desta vez, 31 de dezembro de 2023. Já o "filme" consideraria as oscilações desses ativos nos últimos cinco anos, ou seja, no período entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro do ano passado.

Essa inconsistência aparece em pelo menos dois pontos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 2.221, publicada na sexta-feira, para regulamentar a Lei nº 14.973. O artigo 3º diz que o RERCT aplica-se a todos os recursos, bens ou direitos de origem lícita de residentes ou domiciliados no país até 31 de dezembro de 2023, "incluídas as movimentações anteriormente existentes". Já o artigo 7º determina que a descrição dos recursos, bens ou direitos deverá constar da declaração de regularização, mesmo se não houver saldo em 31 de dezembro de 2023.

"Continua a polêmica da foto ou filme. Pela IN, mesmo quem não tem valor nenhum em 31 de dezembro de 2023 deve declarar, o que quer dizer que tem que contar o histórico", afirma a advogada Thaís Françoso, sócia do FF Advogados.

Em 2016 e 2017, a Receita Federal defendeu o uso de todas as movimentações patrimoniais. Contudo, os especialistas, em geral, adotaram o valor dos ativos na data de corte — na época 31 de dezembro de 2014 — para o cálculo do imposto e da multa. "Naquele momento, orientamos os clientes a declarar pelo 'filme' e pagar com base na 'foto' e não houve problema", diz Thaís.

"Funcionário público, político e parentes são a maioria dos que devem aderir"
Marcos Paiva


SILVIA COSTANTI / VALOR

Advogada Ana Utumi: informações fornecidas à Receita serão compartilhadas com o Banco Central, eliminando o risco de multa por atraso na entrega da DCBE

O advogado tributarista Matheus Bueno, do Bueno Tax Lawyers, pondera o atual contexto político e econômico. "Das famílias que atendemos para a adesão à repatriação lá atrás, as que pagaram e declararam pela 'foto' não tiveram problemas com o Fisco, mas agora, com a atual busca por arrecadação, não sei como será", afirma.

No ano de 2019, a Receita Federal chegou a notificar contribuintes donos de offshore no exterior que aderiram ao RERCT, em 2016 ou 2017, por suspeita de que os bens declarados teriam sido subavaliados para reduzir o pagamento do IR e escapar de qualquer risco de acusação de crime de evasão de divisas. Mas não se soube de casos de notificação pelo uso da 'foto' na repatriação.

A IN diz também que as informações prestadas no RERCT não são passíveis de compartilhamento com os Estados, Distrito Federal e municípios. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) vedou o compartilhamento de informações prestadas no RERCT (ADI 5729). Mas, alerta Thaís, como o contribuinte terá que informar na declaração anual do IR bens transferidos ou doados, "essas informações acabam sendo compartilhadas para a cobrança de ITCMD".

Para Bueno, especialmente porque a reforma tributária poderá aumentar a alíquota do ITCMD, tem muito mais gente preocupada com a questão e que poderá aproveitar a oportunidade do RERCT para transferir a titularidade. A Emenda Constitucional nº 132, de 2023, instituiu a cobrança progressiva de ITCMD. Assim, quanto maior o valor do patrimônio, mais alta a alíquota, que vai de 2% a 8%.

"Não deve ser o sucesso de 2016, mas já temos reuniões agendadas", diz o advogado. Naquele ano, 25 mil pessoas físicas e 100 empresas aderiram, gerando arrecadação de R$ 46,8 bilhões. Em 2017, foram 1.915 pessoas físicas e 20 empresas, com arrecadação de R$ 1,6 bilhão.

O advogado acredita que um ponto de provável discussão será como comprovar a licitude de patrimônio de gerações atrás, fruto de herança. "Por outro lado, o artigo 22 da IN deixa evidente que o Fisco só poderá contestar a origem do ativo se tiver algum indício, não pode exigir a comprovação imediata", diz.

Segundo o advogado Marcos Paiva, sócio do Choaib Paiva e Justo Advogados Associados, como nem a lei que reabriu o programa de repatriação nem a IN que a regulamenta mencionam vedação a político, funcionário público e parentes de aderir ao RERCT, desta vez eles também podem aproveitar os benefícios de pagar IR e multa em percentual reduzido e de ficar isento de eventuais crimes como os de sonegação fiscal, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

"Devem ser a maioria agora no programa porque não podiam entrar antes, o que foi uma falta de isonomia", afirma Paiva. "Se a origem dos ativos é lícita, tanto faz quem vai entrar na anistia", acrescenta. Em 2017, o irmão do ex-senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), Carlos Jereissati, teve que recorrer ao Judiciário para participar do programa de repatriação. A juíza da 9ª Vara Cível de São Paulo Cristiane Farias Rodrigues dos Santos deu liminar favorável a ele por considerar que a vedação não deveria ser aplicada a familiares.

Outra diferença em relação à repatriação de 2016 e 2017, destaca Paiva, é que quem deve declarar o valor de trust à Receita é o beneficiário. "Nas duas primeiras anistias tanto o beneficiário quanto o instituidor do trust poderiam fazer isso", diz.

A Declaração de Regularização Cambial e Tributária (Dercat) pode ser enviada e retificada até o dia 15 de dezembro. Mas há obrigações paralelas como a retificação da declaração de IR do ano-base de 2023.

A advogada Ana Utumi, do Utumi Advogados, lembra também que, em 2016 e 2017, foi muito difícil convencer os bancos estrangeiros a mandarem informações sobre contas via SWIFT, um sistema usado para a transferência de recursos, não de informações. "Na nova legislação, há de novo a obrigação de obter a confirmação dos saldos no exterior via SWIFT", afirma.

Porém, desta vez, aponta Ana, a Dercat será enviada ao mesmo tempo para a Receita e o Banco Central. "Não será necessário retificar a DCBE [Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior], pois as informações fornecidas para a Receita serão compartilhadas com o Banco Central, o que elimina o risco de aplicação de multa por atraso na entrega da DCBE", diz. De acordo com a IN, para a atualização cambial deverá ser usada a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2023.

A regulamentação detalha ainda que se, até o dia 16 de setembro deste ano, o contribuinte já pagou IR e multa sobre ativo que agora poderia ser incluído no RERCT, não pode voltar atrás. E quem tiver autuação fiscal após essa data sobre ativos incluídos no programa de regularização, pode desconsiderar.

Será excluído do RERCT o contribuinte que apresentar declarações ou documentos falsos. Nesse caso, diz a IN, o contribuinte será notificado e terá dez dias para contestar ou deverá quitar tributo e multa integralmente, com juros, além de poder responder pela dívida na esfera administrativa, cível e penal.

Vendas à Zona Franca estão sem PIS/Cofins

Luiza Calegari
De São Paulo

A Receita Federal confirmou, por meio de solução de consulta, que as vendas de fornecedores para a Zona Franca de Manaus (ZFM) têm ocorrido sem a incidência de PIS e Cofins. O problema ocorre desde 25 de setembro de 2020, quando transitou em julgado decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucionais os percentuais das contribuições sociais aplicados por meio do regime de substituição tributária.

Em agosto de 2020, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4254, ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), os ministros do Supremo validaram o regime de substituição tributária estabelecido pela Lei nº 11.196, de 2005, mas derrubaram as alíquotas previstas pela Lei nº 10.485, de 2002, que regula o PIS e a Cofins. Porém, desde então, não há norma para suprir a lacuna deixada por esse entendimento.

Na Solução de Consulta nº 176, editada recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), a Receita Federal confirma esse vácuo. O questionamento foi feito pelo tributarista Paulo Ricardo Alecrim.

"Nas vendas efetuadas por pessoa jurídica, na condição de contribuinte substituto, para área de livre comércio para posterior revenda, ao amparo do parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 11.196, de 2005, e dos parágrafos 3º e 4º do artigo 2º da Lei nº 10.996, de 2004 (revendedoras adquirentes não sujeitas ao regime de apuração não cumulativo da Cofins), há falta da definição da alíquota a ser aplicada, lacuna normativa essa a ensejar, atualmente, a ausência de tributação na operação de revenda", diz a Receita Federal na solução de consulta.

Maurício Barros, sócio da área tributária do Cescon Barrieu, explica que o imbróglio se relaciona com a forma pela qual as operações econômicas são feitas na Zona Franca de Manaus. Essa região é isenta de PIS e Cofins. O problema, diz, é que esses impostos são cobrados por meio do regime de substituição tributária estabelecido para produtos sujeitos à incidência monofásica — ou seja, o fornecedor antecipa o pagamento para as etapas seguintes da cadeia mercantil, isentando os revendedores, sejam distribuidores ou varejistas.

DIVULGAÇÃO


"Alívio fiscal é importante para fomentar a economia da Amazônia"
Paulo R. Alecrim

Nas operações para a ZFM, acrescenta ele, como pelo menos um dos elos seguintes da cadeia era, na verdade, isento, o Supremo decidiu, no julgamento de 2020, que a alíquota majorada que estava sendo cobrada, de 11,6% — mais alta do que a alíquota geral do PIS e Cofins, que é de 9,25% —, era inconstitucional.

Alessandro Rolim, sócio do Rolim Goulart Cardoso Advogados, lembra que o Supremo não teria como definir novas alíquotas para o PIS e a Cofins. "Caberia ao legislador. Mas isso não foi feito até hoje", afirma.

Paulo Ricardo Alecrim destaca que a indefinição atinge os setores de autopeças, pneus, veículos, bens de perfumaria ou de toucador, medicamentos e cosméticos. Procurada pelo **Valor**, a Receita Federal não informou o impacto na arrecadação nos quatro anos em que a lacuna legislativa está vigente.

Para Maurício Barros, "a tendência é de, no mínimo, algum tipo de redução de preço". "Mas é preciso avaliar, nas operações reais, se o desconto no imposto foi mesmo repassado ao consumidor", acrescenta.

Alecrim entende que o alívio fiscal é importante para fomentar a economia da Amazônia. "É preciso que haja cada vez mais medidas que proporcionem essa defesa da Zona Franca de Manaus. Não há nada mais forte para proteger as florestas do que entregando crescimento econômico para a região."

Destaque

Ação coletiva

O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, reafirmou seu entendimento de que créditos reconhecidos em ação coletiva podem ser pagos individualmente para cada pessoa beneficiada com a decisão. A matéria, objeto do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1491569, teve repercussão geral reconhecida (Tema 1.317) e o mérito julgado pelo Plenário Virtual. A tese firmada no julgamento do mérito será aplicada a todos os casos semelhantes. Em seu voto pelo reconhecimento da repercussão geral da matéria e pela reafirmação da jurisprudência do STF, o relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, explicou que a distinção entre a natureza individual (divisível) ou coletiva (indivisível) do crédito não se dá em função do sujeito da ação, mas da natureza jurídica dos interesses envolvidos. No caso, trata-se de uma ação coletiva que deu origem a uma condenação cujo cumprimento diz respeito a obrigações divisíveis com credores individualizados.

INÊS 249

Benefícios e riscos da cláusula de não concorrência

Opinião Jurídica

Régis Benante Ribeiro

A cláusula de não concorrência, ou “non-compete”, é uma ferramenta contratual frequentemente utilizada por empregadores para proteger seus negócios da concorrência desleal após o término do contrato de trabalho. Sua aplicação, no entanto, envolve uma análise cuidadosa dos prós e contras, bem como dos riscos legais de sua ineficácia.

A principal vantagem da cláusula de não concorrência para o empregador reside na proteção de informações confidenciais e segredos comerciais, resguardando o “know-how”, conhecimentos e técnicas específicos empregados no negócio. Isso impede que um ex-empregado utilize o conhecimento adquirido em outra empresa concorrente, mantendo a competitividade e a integridade dos negócios, além de proteger os investimentos feitos na formação e qualificação do trabalhador, evitando que esse conhecimento seja utilizado para fortalecer um concorrente direto.

A validade e a eficácia de uma cláusula de “non-compete” dependem do cumprimento rigoroso de requisitos legais específicos. Em diversas jurisdições, inclusive no Brasil, a cláusula só será considerada válida se atender a critérios de razoabilidade quanto à duração, extensão geográfica e compensação financeira ao empregado, por ser uma restrição ao direito fundamental ao trabalho e à livre concorrência. Se esses critérios não forem atendidos, há um risco significativo de que a cláusula seja anulada na Justiça, especialmente se for considerada excessivamente restritiva ou injusta.

Do ponto de vista do trabalhador, a cláusula de não concorrência pode representar um significativo obstáculo para o desenvolvimento da carreira. A restrição de atuar em sua área de especialidade por um período determinado pode limitar severamente suas oportunidades, especialmente em setores altamente especializados, podendo enfrentar dificuldades em se recolocar no mercado de trabalho, sobretudo se a área geográfica abrangida pela cláusula for extensa ou se a compensação financeira oferecida não for adequada.

A restrição de exercer sua profissão pode levar o trabalhador a aceitar posições fora de sua área de especialização ou até mesmo a mudar de setor, afetando negativamente sua trajetória profissional e financeira.

Para que uma cláusula de “non-compete” não seja considerada abusiva, é essencial que ela seja proporcional e justificada por um legítimo interesse do empregador em proteger seu negócio. É fundamental equilibrar a proteção do negócio com os direitos do trabalhador, evitando que a cláusula seja usada como um meio de impedir a concorrência justa, sem uma justificativa sólida, como a proteção de segredos comerciais ou industriais.

O empregador deverá se valer do princípio da boa-fé e da razoabilidade na aplicação da cláusula de não concorrência, negociando-a com cautela e de forma justa, garantindo que ambas as partes entendam as implicações e os direitos envolvidos, abstendo-se de qualquer tentativa de abuso que possa impor restrições excessivas ao trabalhador, sob o risco de ser considerada ilegal ou de ser obrigado a indenizar o trabalhador, ainda que a relação contratual não comporte risco ao negócio.

Embora a legislação trabalhista não tenha regras específicas sobre o assunto, qualquer alteração unilateral que prejudique o trabalhador, como a revogação da cláusula sem compensação adequada, pode ser considerada uma violação do contrato, conforme estabelecido pelo artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em acórdão publicado em agosto de 2024, processo nº 11601-64.2013.5.01.0205, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) declarou inválida a decisão de uma empresa que havia renunciado a execução da cláusula, liberando o trabalhador da obrigação de não concorrência. Na oportunidade, a Corte entendeu que, apesar de se estar diante de expectativa de direito, a cláusula “impõe obrigações recíprocas, livremente estipuladas pelas partes”, integrando o contrato de trabalho e não podendo ser unilateralmente alterada, sob pena de “flagrante prejuízo ao empregado, o qual deixou de receber a indenização convencionada”.

Com a decisão, o TST reforçou a validade da “cláusula de barreira” por meio da aplicação plena do princípio “pacta sunt servanda”, segundo o qual o contrato obriga as partes nos limites da lei, em detrimento ao princípio da liberdade do trabalho e à livre iniciativa, preceitos assegurados nos artigos 5º, XIII, e 170, IV, da Constituição Federal, desconsiderando o impacto negativo de deixar o trabalhador ficar fora do mercado de trabalho. Na decisão, destacou-se a inexistência de cláusula que preveja a renúncia da cláusula de não concorrência.

À medida que a legislação trabalhista prevê a livre pactuação das cláusulas contratuais, desde que respeite as disposições legais, coletivas e as decisões das autoridades competentes, conforme estabelece o artigo 444 da CLT, é importante destacar que, ao ser estipulada, a cláusula de não concorrência não poderá sofrer alteração, a não ser por mútuo acordo e desde que não resulte em prejuízos ao empregado.

Dessa forma, quando bem formulada, a cláusula de “non-compete” é um mecanismo contratual poderoso para proteger segredos empresariais e fortalecer a competitividade. No entanto, sua aplicação, ainda que inserida na esfera de interesses privados dos contratantes, deve respeitar as regras de proteção ao trabalho, equilibrando os interesses do empregador e os direitos do empregado, sob pena de ser considerada ilegal e ineficaz, causando prejuízos a ambas as partes. Assim, a cláusula deve ser elaborada com prudência, sempre com vistas ao equilíbrio e à justiça entre as partes envolvidas.

Régis Benante Ribeiro é coordenador Jurídico no Mandaliti

Tegma Gestão Logística S.A - CNPJ: 02.351.144/0001-18 - NIRE 35.300.340.931

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, hora, local: 27.06.2024, 09:30hs, na sede, Avenida Nicola Demarchi, nº 2.000, São Bernardo do Campo/SP. **Presença:** totalidade dos membros. **Mesa**: Presidente: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos. Secretário: Fernando Luiz Schettino Moreira. **Deliberações aprovadas:** (i) o encerramento das atividades das filiais indicadas abaixo: (i.a) em Gravataí/RS, na Avenida General Motors, nº 2000, CNPJ/MF nº 02.351.144/0026-76, NIRE 43901152990; (i.b) em São José dos Pinhais/PR, na Rua Vanderlei Moreno, nº 10800, CNPJ/MF nº 02.351.144/0007-03, NIRE 41900715069; (i.c) em São José dos Pinhais/PR, na Rua Antonio Singer, 6751, CNPJ/MF nº 02.351.144/0015-13, NIRE 41900658367 e; (i.d) a alteração do CEP da filial localizada na cidade de São José dos Pinhais/PR, na Av. Volkswagen Audi, nº 2001, bairro Campo Largo da Roseira, CNPJ/MF nº 02.351.144/0030-52 do CEP 83.090-901 para o CEP: 83.090-680. (ii) a transformação das seguintes sociedades limitadas, controladas pela Companhia, em sociedades limitadas unipessoais, autorizando ainda a Diretoria a tomar todas as providências legais e administrativas necessárias: (ii.a) Tegmax Comércio e Serviços Automotivos LTDA (CNPJ: 07.065.830/0001-46); (ii.b) Tegma Cargas Especiais LTDA (CNPJ: 03.887.331/0001-83); (ii.c) Niyati Empreendimentos e Participações LTDA (CNPJ: 13.478.436/0001-32); (ii.d) Tegma Logística de Armazéns LTDA (CNPJ: 24.227.924/0001-93); (ii.e) tegUP Inovação e Tecnologia LTDA (CNPJ: 27.960.358/0001-12); (ii.f) Tech Cargo Plataforma de Transportes LTDA (CNPJ: 32.550.589/0001-98). (iii) realização de investimento em imóvel localizado na cidade de Cabo de Santo Agostinho/PE. O investimento poderá ser no valor de até R$6.945.500,00. **Encerramento:** Nada mais. São Bernardo do Campo, 27.06.2024. Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - Presidente, Fernando Luiz Schettino Moreira - Secretário. JUCESP nº 350.235/24-7 em 19.09.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TAG Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

CNPJ nº 06.248.349/0001-23 - NIRE 333.0026996-7

Edital de Segunda Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

Nos termos do Art. 124, §1º, inciso I, do Art. 71, §2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em vigor (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e da Cláusula 11.1 do “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG*” celebrado em 16 de novembro de 2023, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“**JUCERJA**”) em 22 de novembro de 2023, sob o nº ED334037586000, entre a **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 330, bloco 1, salas 2301 e 2601, CEP 20031-170, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ**”) sob o nº 06.248.349/0001-23, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA, sob o NIRE 33.3.0026996-7 (“**Emissora**”) e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) (“**Agente Fiduciário**” e “**Debenturistas**”, respectivamente), conforme aditada de tempos em tempos (“**Escritura de Emissão**”), ficam os Debenturistas da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única (“**Debêntures**”), da Emissora (“**Emissão**”), e o Agente Fiduciário convocados a participar da Assembleia Geral de Debenturistas (“**Assembleia Geral de Debenturistas**”), que se realizará, **em segunda convocação**, no dia 26 de setembro de 2024, às 16:00 horas, de **forma exclusivamente digital** por meio da plataforma eletrônica *“Microsoft Teams”*, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados (“**Plataforma Digital**”), observado o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 81**”), conforme o §2º do artigo 71 da Resolução CVM 81, que será considerada como realizada na sede da Emissora a fim de apreciarem e deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: **(A)** a alteração da Cláusula 8.1.2, item (e) da Escritura de Emissão, de modo a prever condicionante relacionada à necessidade de observação do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada na página da Emissora na rede mundial de computadores www.ntag.com.br (“**Proposta da Administração**”), 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(B)** a alteração da Cláusula 8.1.2, item (l) da Escritura de Emissão, de modo a incluir as hipóteses em que resta autorizada a redução de capital da Emissora sem a necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(C)** a inclusão de subcláusula à Cláusula 8 da Escritura de Emissão, de modo a incluir previsão sobre a vigência e eficácia das referências ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstas nas Cláusulas 8.1.1, alínea “d”, e 8.1.2, alíneas “e” e “l” da Escritura de Emissão, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada pela Emissora 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(D)** a inclusão de subcláusula à Cláusula 8 da Escritura de Emissão, para prever a obrigação da Emissora em notificar o Agente Fiduciário acerca da quitação dos instrumentos financeiros vigentes que contenham parâmetros de medição do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, nos termos e condições a serem descritos na Proposta de Administração divulgada pela Emissora 1 (uma) única vez com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas; **(E)** caso as matérias indicadas nos itens (A) a (D) acima sejam aprovadas, a autorização para que a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário possam: **(i)** praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações ora tomadas, incluindo, mas não se limitando, a celebração do segundo aditamento à Escritura de Emissão (“**2º Aditamento à Escritura de Emissão**”) no prazo de até 5 (cinco) dias contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas; e **(ii)** para realização do protocolo desta ata e dos demais documentos que se fizerem necessários à implementação das deliberações ora tomadas, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas. **1. Local: 1.1** A Assembleia Geral de Debenturistas, será realizada de **forma exclusivamente digital e remota,** por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das “Informações Gerais” abaixo, observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. **2. Informações Gerais: 2.1** Observado o disposto na forma do artigo 72, §1º da Resolução CVM 81, os Debenturistas deverão encaminhar, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, à Emissora, no *e-mail* financascorporativas.ntag@ntag.com.br, ao Agente Fiduciário, com cópia para o *e-mail* assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos de habilitação: **(i)** documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador; e **(ii)** caso o debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, por meio de procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais. No caso de debenturista pessoa jurídica, deverão ser apresentados, adicionalmente, os seguintes documentos: **(i)** estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; **(ii)** documento que comprove os poderes de representação, qual seja, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou que assinou(aram) a procuração, se for o caso; e **(iii)** procuração, em caso de fundo de investimento, o regulamento do fundo e os documentos referidos acima em relação ao seu administrador e/ou gestor, conforme o caso. **2.2** A Emissora disponibilizará **(i)** Plataforma Digital para participação e votação remota dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas; e **(ii)** instrução de voto a distância. **2.2.1** Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, enviando a correspondente instrução de voto a distância diretamente à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 02 (dois) dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores www.ntag.com.br e na sua página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo debenturista, ou por seu representante legal, e deverá ser enviada com a antecedência acima mencionada acompanhada dos instrumentos de representação do debenturista. Mesmo após o eventual envio de instrução de voto, os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, de acordo com o disposto neste edital de convocação, podendo exercer seu voto diretamente na Assembleia Geral de Debenturistas, hipótese em que terá sua instrução de voto previamente enviada desconsiderada. O acesso via Plataforma Digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos (“**Debenturistas Credenciados**”). **2.3** Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia Geral de Debenturistas serão remetidos aos endereços de *e-mail* que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por debenturista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Debenturistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado debenturista não receba o convite individual para participação na Assembleia Geral de Debenturistas com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, deverá entrar em contato com a Emissora pelo *e-mail* financascorporativas.ntag@ntag.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário no *e-mail* assembleias@pentagonotrustee.com.br, com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite. **2.4** A Emissora recomenda que os Debenturistas Credenciados acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Debenturistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Debenturista Credenciado com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do debenturista, entre outros). **2.5** Os Debenturistas Credenciados que participarem via Plataforma Digital, de acordo com as instruções da Emissora, serão considerados presentes à Assembleia Geral de Debenturistas e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, conforme admitido pelo artigo 10 e seu parágrafo primeiro da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme em vigor no Brasil, adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, bem como renunciam ao direito de impugnação de que trata o artigo 225 do Código Civil. As declarações de vontade dos signatários mediante assinatura digital presumir-se-ão verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. **2.6** Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, que poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a Assembleia Geral de Debenturistas se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste edital de convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. **2.7** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.pentagonotrustee.com.br), da Emissora (www.ntag.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

Rio de Janeiro/RJ, 20 de setembro de 2024 - **Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 068/2024 – EDITAL 071/2024 – cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE TOMÓGRAFO ODONTOLÓGICO 3 EM 1 (TOMO/PAN/TELE) COM ESTABILIZADOR E COMPUTADOR PARA COMANDO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – CONFORME ANEXO I DO EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 25/09/2024 até 07/10/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 07/10/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 25/09/2024. Ituverava-SP, 23 de setembro de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

---

megaleilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 10180903909, firmado em 19/01/2023 e Declaração de Complementação de Dados, datado de 31/01/2023, no qual figura como fiduciante **José Alcanjo Valério**, brasileiro, divorciado, não mantendo união estável, empresário, portador do RG nº MG4515232 PC/MG, inscrito no CPF sob nº 736.418.206-34, residente e domiciliado em Feira de Santana – BA, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 30 de setembro de 2024, às 15h00min, em primeiro leilão**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 4.931.254,94 (quatro milhões, novecentos e trinta e um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Imóvel Comercial com 588,27m² de área construída e seu respectivo terreno com 390,00m², situado na Rua Georgina Erisman, nº 205 – Centro, Feira de Santana/BA. **Imóvel objeto da matrícula nº 33.692 do 2º Ofício de Registro de Imóveis e Hipoteca de Feira de Santana/BA.** Obs: (i) Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97; (ii) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída e do terreno que vier a ser apurado no local, correrão por conta do comprador. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **09 de outubro de 2024, às 15h00min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 2.926.360,88 (dois milhões novecentos e vinte e seis mil trezentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (**www.megaleiloes.com.br**), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.megaleiloes.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionando ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 51.218.147/0001-93 - NIRE 35.300.095.618

Aviso aos Debenturistas

Anúncio do Resgate Antecipado Facultativo da Totalidade das Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie quirografária, da 1ª Série da 11ª (décima primeira) Emissão da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (IGTAA1). Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“IESC”), comunica aos titulares das debêntures emitidas no âmbito da 1ª série da 11ª (décima primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures objeto da **1ª Série** da **11ª** Emissão em 27/09/2024, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”), nos termos da Cláusula 6.13.1 da Escritura de Emissão das Debêntures. O Resgate Antecipado Facultativo será realizado por meio do pagamento, pela Companhia, de montante correspondente a: (a) saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e acrescido de (b) Remuneração incidente sobre tal saldo calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo Resgate e (c) de prêmio de resgate correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pelo prazo remanescente entre a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e a data de vencimento, sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme descrita na Cláusula 6.13.1.1 da Escritura de Emissão (“Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total”), seguindo os procedimentos operacionais adotados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão (“B3”). As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3 terão o seu resgate realizado por meio dos procedimentos adotados pelo Escriturador, conforme cláusula 6.13.2.3 da Escritura de Emissão. Farão jus ao recebimento do Valor de Resgate Antecipado aqueles que forem titulares das Debêntures no encerramento do dia útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado. Para referência, exceto se indicado de forma diversa, os termos aqui definidos têm o significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão das Debêntures.

São Paulo, 23 de setembro de 2024

Iguatemi Empresa de Shoppings Centers S.A.

CM HOSPITALAR S.A.

Companhia Aberta. CNPJ 12.420.164/0001-57. NIRE 35.300.486.854. CVM nº 02568-2

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 03/09/2024. DATA, HORA E LOCAL. Realizada em 03/09/2024, às 14h, reun. por vid. conf., nos ter. do art. 13 do Est. Social da Comp. **CONV. E PRES.** Disp. a conv. prévia em virt. da pres. da total. dos membros do Cons. de Admin. **MESA.** Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presid.; e Joseane Correia, Secret. **ORD. DO DIA E DELIB.:** Inst. a reun. e disc. a mat., os memb. do Cons. de Admin. aprov., por unanim. de votos e sem quaisquer ressalvas: (i) o ped. de renúncia apres. por **GUILHERME FONSECA GOULART**, Dir. Financeiro, o qual fica arq. na sede da Comp.; (ii) consig. que **FREDERICO DE AGUIAR OLDANI**, Vice-Presid. Admin. e Financeiro, acumulará a atrib. Cont. no parág. 2º, art. 18 do Est. Social da Comp., bem como o autor. a repres. a Comp. perante a Rec. Fed. do Brasil, na cond. de resp. legal; (iii) a conv. da Assemb. Geral Extraord. e a prop. da admin. para apreciação, pelos acion., das seg. matérias: (a) aum. o núm. de membros do Cons. de Admin. de 06 para 07 membros; (b) eleger **MARCELO STRUFALDI CASTELLI** como membro indep. do Cons. de Administ., consignando-se que, nos ter. da decl. apres., o cand. indic. enquadra-se nos crit. de indep. estabel. no Regul. do Novo Merc. e legisl. aplicável. Reg. ainda, que foram const. a aderência da cand. aos crit. de elegib. prev. pelo Est. Social e na Polít. de Ind. de Administ. da Comp., e (c) adequar o art. 8º, inciso IX do Est. Social da Comp. à red. do art. 122, inciso VIII da Lei nº 6.404/76; e (iv) aut. a Diret. a tomar todas as provid. nec. à implantação das mat. aprov. **ENC. E LAVR. E LEIT. DA ATA** Nada mais hav. a tratar, foi susp. a sessão pelo tempo nec. à lavr. da pres. ata, que, depois de lida e achada conf., foi aprov. e ass. por todos os pres. Presid.: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Secret.: Joseane Correia; Conselheiros: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Carla Schmitzberger e (vi) Jerome Paul Jacques Cadier. Ribeirão Preto, 03/09/2024. (Cert. e dou fé que esta é cópia fiel da ata lavr. no livro próprio). Mesa: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presidente; e Joseane Correia; Secretária. JUCESP nº 339.662/24-4 em 12/09/2024. Maria Cristina Frei – Sec. Geral.



CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 370 LOTES - DIA: 25/09/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 25/09/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 988671121PKN31509 - 9BWDG45U0PT066529 - 9BD195A4ZM0896174 - 9BHBG51CAGP598672 - 9BD195A4ZM0888019 - 94DBCAN17GB200499 - 9BGKT48L0EG170292 - 9BD11812191069650 - 9BWDA05U2DT060558 - 9BGJE7520JB136903 - 9BD15802AC6624549 - 96PENCD13MFS00463 - 9C2KC2500RR059555 - 9C6RG5010M0084639 - 9C2KC2200RR505638 - WBALL310XEE990277 - 9BD358A1NNYL68475 - 988611152GK063306 - WV1DB42H9GA029142 - 93YRBB005RJ595481 - 9BD578141E7798998 - 93YBSR76HEJ214421 - 9BHCP41AANP313094 - 93YRBB007LJ314496 - 9BFZH55L8K8270443 - 9BWBH6BF3N4007651 - 9BGEN48H0LG288729 - 93HRV2850JZ258252 - 9BWKB45UXJP035746 - 9BHBG51CAHP672812 - 9BD17309C64149737 - 93HFB2630GZ231302 - 94DVCUD40FJ835158 - 9BD195A4NH0776967 - 9BGSN19908B123963 - 9BD17122ZG7562058 - 3HGRM2870CG500594 - 9BWAA05W2EP041281 - 9BD195152D0466361 - 93HFA66308Z210635 - 9BWKA05Z374096972 - 9BD17102ZG7566926 - 99KPCKBYJPM715049 - 9C2KC2210NR058326 - 9BG138SF0BC415165 - 9BD22315582012515 - 8BCNDRFJYEG536805 - 9BWKB45U0JP063992 - 3C4PFABB3CT268338 - 8AGSU19F0DR164599 - 9BWKA05Z164136836 - 93YKM263HDJ242752 - 9BWMF07X0CP022441 - 93HFA6630AZ205874 - 9BWAB05Z3B4033517 - 9BFZK53A0AB208409 - 3GNDL63779S531133 - 9BWAA05U39P025059 - 9BWCA01JX84006416 - 9BWAB05Z7B4116917 - 3N1BC13D78K190049 - 9BWAA05Z7C4107350 - 9BWCA05W76T117174 - 9BGXH19606C114696 - 9BWKA05Z764108877 - 9BWCA05X62P090593 - 3N1CN7AD9EK466604 - 9BWAA45U3FP145124 - 8A1FC1415FL641770 - 9BD195102E0552559 - 9BWKB05U5CP116696 - 93W245G34C2091864 - 8AGSJ19N01R114688 - 9BD11812KD1217676 - 8AWPB05Z89A327472 - 9BFZH55L3J8118309 - 9BD11812191069143 - 9BFZE55P0C8678464 - 9BD17164G85114440 - 9BWDA05U4DT236798 - 9C6RG3160N0030551 - 9BD341A5XLY680244 - 9BWAA05U9CP114643 - 9BD11055591500719 - 9BGXH75G08C738833 - 93YBB0Y053J380198 - 9BD19716TG3268698 - 9BWAA05Z494146180 - 9BWHB09N68P019060 - 9BGXF75004C175240REM - 93YRBB006MJ397047 - 9BD341A2XKY573862 - 9BFZF10B478494569 - 9BWEB05X84P092791 - 9BFZK53A0DB424717 - 9BGRP48F0CG116698 - 9BFZF54P8B8061892 - 9BD17164LA5639708 - KMHJM81BBAU186372 - 9BWCA05W16T132186 - 9BFZF55A698409452 - 9BWDH5BZ1KP548401 - 94DVCUD40BJ673754 - 9BWAA05UXCP070183 - JMYXLCW6WBU000768 - 9BWAG45U7HT007739 - 9BD17106LA5427189 - 9BWCA05W68P054967 - 1A8FYB8B26T301373 - 9BWDA05U6CT021650 - 9BWAA05W9EP046848 - 9C2KC2200RR621145 - 9C6DG25D0R0025921 - 9C2JF2500CR005910 - 99Z0M100XPZ924815 - 9C2KC2200KR117807 - 99Z0G2208KR863158 - 9C2MC4410MR002526 - 99KPCKBYJRM716887 - 9C6RG5020R0082042 - 9C2MC4410NR004222 - 9C6DG25B0P0003280 - 9BGRX08908G245843 - 9BRBD48E6B2501284 - 3FAHP08ZX9R128766 - 93YBSR2TH9J168316 - 9BGSU19F0CB179819 - 94DJBYL10DJ648616 - 9BWAH5BZ3PT603545 - 94DFCAP15LB245056 - 9362EN6A98B067553 - 9BGCA8030KB143326 - 93Y5SRD64HJ515250 - 93HES15501Z014600 - 93HGM2510CZ206611 - 8AD3CN6B49G022309 - 93YBDCUG6BJ614056 - 93HFA15307Z206302 - 93HGD17407Z114192 - 9BGXL19X05C178401 - 93Y5SRZ85LJ973181 - 9BFZK53A9CB337087 - 9BGSU19F0CB192380 - 9BFZF55A4C8285365 - 935FCKFV87B505820 - LKHPC2CG5CAL50216 - 9C2KC2500PR024186 - 9C2ND1120KR200237 - 9C2KC2500RR010258 - 9BGKT48R0GG301023 - 9BWKA05Z284162624 - 9BFZH55L7K8327036 - 9BR53ZEC238519163 - 9BD373175E5038138 - 93YRBB00XLJ034460 - 94DVCGD40DJ258980 - 9BGSA19909B192816 - 8AFFZZFHA9J263096 - 9BWAA05U9BT071878 - 9BWAA05W9BP092661 - 3C4BFAAB9CT192197 - 9BWAB45Z0G4047969 - 9BWAA05U19P050543 - 9BD11812191067242 - 9BFZK53A9BB274216 - 935CHN6AVAB513545 - 9BD17102LF5999190 - 9362MN6AX9B051979 - 9BD17206LA3492834 - 9BFZK53A5DB012342 - 9BFZH55J0J8057161 - 9BD1105BDC1544828 - 3C4PFABB2CT301264 - 93YBSR2VK9J159903 - 8BCLDRFJWBG528486 - 9BWAB45Z6F4056450 - 9BD19515ZG0737404 - 8BCLDRFJVCG513288 - 9BGXM68P09B255175 - YV1DZ9956A2096103 - 935FCKFV88B501453 - 9362MKFWXFB000770 - KMHSH81GDBU713310 - 9BD15802AD6883085 - 9BFZE16F988976274 - 9BD578141F7836891 - 9BFZF55P0B8197285 - 9BFZF55A5E8497663 - 9BGKS69L0EG359819 - 9BGSU19F0EB106545 - 9BGXH19P0AB130370 - 8AWPB05Z8AA027175 - 9BHBG51DBGP627330 - 9BWAA05W3AP031966 - 93YLM2N3A8J966143 - 9BWAB05Z6C4030869 - 9BWAB09N39P022596 - 93HGD17406Z113368 - 9BD341ACZPY837429 - 8AGSU19F0ER162036 - 93HFA65308Z235724 - 9BHBG51DBEP103200 - 94DBCAN17GB203862 - 9BD578377F7858881 - 9BRK3AAG7P0087108 - 9BWAH4129GT533113 - 9BWAL5BZ7LP109139 - 9BGJC75Z0DB208873 - 3FADP4YJ4EM100985 - 9BGRG08F0CG200774 - 3GNALHEV5AS664827 - 8AD2MKFWXAG025586 - 9BWAA05W29P020209 - 9BFZK53A2AB161979REM - 9C2KD0810RR078629 - 99KPCKBYJRM716204 - 9C6RE2140R0056903 - 9C6RH1150P0019303 - 9C2KC2200PR030508 - 9BWAA05W6AP080501 - 9BWDB05W26T130464 - 935FCKFVYBB540518 - 9BWAB45Z1E4074577 - 9BWCA05W28P064055 - 9BWAA05WXAP064222 - 9BFZF55PXC8319880 - 9BD11818MG1333649 - 9BFZK53A7CB346936REM - 9BFZF55A1C8234406 - 9BD255049C8936887 - 3VWL96162EM069475 - 9BWCB05W68P056098 - 93W245G24E2116291 - 8AWPB05ZX9A326064 - 9BGST80N02B146866REM - 9BWAA05U5EP075536 - 8A1LBMC25CL973036 - 9BFZE16PX68509757 - 9BWCA05X24T097003 - WBAVB11096PS54551 - 9BFZE16F858673613 - 3FAHP0CG3AR167712 - 3GNCL13V09S645391 - 9BR53ZEC278656029 - 9BWDA05U9AT010736 - 9BGTU69W07B148773 - 9BD17241ZA3521408 - 8AP17241T92012464 - 935FLKFVYBB503745 - 9BFZF26P678035228 - 9BWKA05Z464074574 - 8AD4CNFNVEG024761 - 8AP196271E4061376 - 9BFZK53A9BB287032REM - 9BWAB09NX9P000160 - 9BGXH75X0CC139229REM - 93Y5SRZ85LJ322425 - 9BD17164LA5393064 - 9BGRX48907G143787 - 9BGXF19004C167840 - 3GNCJ7EW3FL120331 - 9BD195162E0516368 - 8AGCN48X0AR187180 - KMHDC51EACU382052 - 9BD27804C52442988 - 9BGTR48C0AB128615REM - 93YRBB006KJ750450 - 9BFZE55P4B8626687 - 8AFPZZFHA8J191837 - 9BGKL69U0KG383979 - 93YBSR1TH9J175186 - 935FLKFVYBB518248 - 9BFZK53A0DB448645 - 93YBSR7AH9J247606 - 9BD17146752564611REM - 9BWAA05U6AT051070 - 9BGRM69809G189561 - 93HFA6530AZ220304 - YV1DZ475BB2212112 - 9BHBG51CAEP186038 - 8AP196271F4110132 - 9BGTS75W05C165366 - 9362LKFWXBB078744 - 9BD17203G73231669 - 9BFZF55A6A8453407 - 8AGSD19N02R100217 - 9BFZF55P898397566 - 9BWCA05WX8T043154 - 9BD17146242373138 - 9BWCA05W67T136316 - 3C4PFABB1ET702291 - 93YHSR2L6CJ145459 - 9BGTT69V03B119086 - 9BD19241X43026171 - 93YBSR7RHBJ709523 - 9BGSU19F0AB228493 - 9BFZK53A0BB249592 - 9BHBG51CAEP179039 - 9BD37412UF5073979 - JF1GH7LS5BG075703 - 95PJN81EPEB061574 - 93HFA66308Z267597 - 9BWKA05Z154067919 - 95PZBN7HP8B001609 - 93ZK35B01J8478325 - 9BWAH5BZ8RT609943 - 8BCLDRFJ29G522794 - 93HGM2510CZ214576 - 9BGRP69X0CG130935 - 9BWDA05U0AT241461 - 9BFZB55SXK8753375 - 93HFB2630EZ152646 - 93HGE8890AZ205182 - 9BFZC52P8CB919989REM - 93YBSR76HEJ736371 - 93HGM2520DZ126965 - VF3M45GSYKL000827 - 8AGCB48X0BR281870 - 93YBSR7RHBJ800109 - 9BFZF55P6B8186002 - 9BGCA80X0EB204750 - 8AFDZZFHA7J030263 - 8AFUZZFHCCJ004355 - 8AJDR22G994010625 - 8AWPB45Z9BA535082 - 9BWAA05W59P022150 - 3GNFL7EY4BS589159 - 96PEXHB19EFS00513 - 9BRKC9F35L8087138 - 93XTYKL1TLCK23969 - SALLSAA148A176306 - 9BFZK53A59B078011 - KMHDH41EBCU253663 - 9BD255049C8916207 - 3N1CK3CD6EL212874 - 9BRBD48E1E2608201 - 93HGK5870FZ251155 - 3N1BB7AE7FY208674 - 9BGKS48U0KG208656 - 9BGJK7520MB213188 - 9BGED48H0RG137231 - 988675ADDSKM96844 - WV1DA22H9NA007842 - 94DFCUK13FB106468 - 935SLYFYYFB519042 - 935SLNFN2HB530753 - 93HRV2870KZ117445 - 9BHBG51CAKP986111 - 9BHCN51AARP462995 - 9C2JF8500MR000783 - 988611122GK055402.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

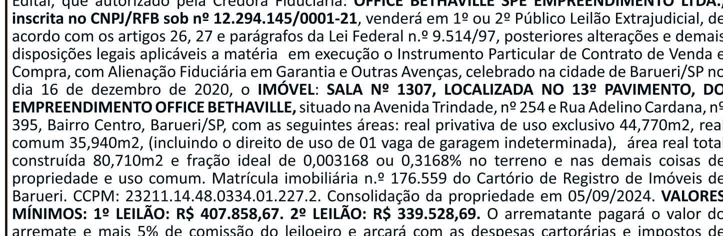
PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.006/2024/CPL
COMPRASNET

A **Central Permanente de Licitação** da Prefeitura de São Luís, localizada na Rua dos Ouriços, Lote 11, Qd 09, Calhau, São Luís – MA, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90.006/2024 CPL/PMSL**, no dia **10/10/2024**, às **14h:30min**, horário de Brasília, através do Processo Administrativo n° 11109.000083/2024, objetivando a contratação de Empresa Especializada na prestação serviço de apoio administrativo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Fazenda –SEMFAZ.

O Edital poderá ser consultado na Central Permanente de Licitação, em dias úteis, de segunda-feira a quinta-feira, das 08h às 18h (intervalo 12h às 14h), e sexta-feira, das 8h às 13h. O edital poderá ainda ser obtido através dos sites: **www.saoluis.ma.gov.br** e **www.gov.br/compras/pt-br**. Informações pelo e-mail: **membro09cpl@gmail.com**.

São Luís - MA, 20 de setembro de 2024.
Fabíola de Paula Costa Veras Ramos
Pregoeira – CPL/PMSL



SILVEIRA LEILÕES
EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 09/OUTUBRO/2024, ÀS 11:00h | 2º PÚBLICO LEILÃO: 10/OUTUBRO/2024, ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEF: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **OFFICE BETHAVILLE SPE EMPREENDIMENTO LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 12.294.145/0001-21**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria em execução o Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra, com Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Barueri/SP no dia 16 de dezembro de 2020, o **IMÓVEL**: **SALA Nº 1307, LOCALIZADA NO 13º PAVIMENTO, DO EMPREENDIMENTO OFFICE BETHAVILLE,** situado na Avenida Trindade, nº 254 e Rua Adelino Cardana, nº 395, Bairro Centro, Barueri/SP, com as seguintes áreas: real privativa de uso exclusivo 44,770m2, real comum 35,940m2, (incluindo o direito de uso de 01 vaga de garagem indeterminada), área real total construída 80,710m2 e fração ideal de 0,003168 ou 0,3168% no terreno e nas demais coisas de propriedade e uso comum. Matrícula imobiliária n.º 176.559 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri. CCPM: 23211.14.48.0334.01.227.2. Consolidação da propriedade em 05/09/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 407.858,67. 2º LEILÃO: R$ 339.528,69.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está ocupado, desocupação a cargo do arrematante. A venda será feita em caráter *ad corpus*, imóvel entregue no estado em que se encontra. O imóvel é foreiro. Ficam os fiduciantes, **Alcidir Recalcati, CPF: 588.889.859-72 e Elizete Cinthia de Barros Recalcati, CPF: 956.320.181-72,** comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.
Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 60.770.336/0001-65 e NIRE 35 3 0005322 2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada presencialmente no dia 01 de outubro 2024, às 09h30, na Avenida Paulista, n° 2.150, Bela Vista, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a alteração na composição da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do §2º do artigo 9º do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 23 de setembro de 2024. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 26 de setembro de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. **2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 23 de setembro de 2024. **Marcos Lima Monteiro -** Diretor Presidente

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada, presencialmente, no dia 01 de outubro de 2024, às 10h, na Avenida Paulista, n° 2.150, Bela Vista, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a alteração na composição da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do §2º do artigo 9º do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 23 de setembro de 2024, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 26 de setembro de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. **2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 23 de setembro de 2024. **Marcos Lima Monteiro -** Diretor Presidente

PECINI LEILÕES — GALLERIA FINANÇAS
EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - PRESENCIAL

DATA: 1º Público Leilão: 01/10/2024 às 11h00 | 2º Público Leilão: 03/10/2024 às 11h00
LOCAL: Avenida Rotary nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP – CEP: 13.092-509

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, CNPJ nº 04.200.649/0001-07, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, **na modalidade exclusivamente PRESENCIAL**, de acordo com os art. 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL**: **APARTAMENTO Nº 502**, localizado no 5º pavimento da **TORRE "A"**, do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PLANO&CUPECÊ – CUPECÊ II**, situado à Avenida Cupecê, nº 1.808, Rua Particular e Rua João Gomes Batista, na Quadra "J", da Vila Lucita, Bairro da Campininha, 29º Subdistrito – Santo Amaro, São Paulo/SP. Áreas: Privativa Coberta Edificada de 28,740m²; Comum Coberta Edificada de 8,046m²; Total Edificada de 36,786m²; Comum Descoberta de 5,755m²; Total (construída + descoberta) de 42,541m²; FIT: 0,003258. Matrícula Imobiliária nº 457.996 do 11º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Imobiliária: 120.034.0691-2. Consolidação da propriedade em 29/08/2024. **Lances Mínimos: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 154.448,40. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 112.615,70. Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira em até 24h do encerramento do leilão nas contas correntes a serem indicadas, bem como todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI e emolumentos de qualquer natureza, decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes do ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica a Devedora Fiduciante **SANDRA DE JESUS ANDRADE**, inscrita no CPF nº 446.936.378-23, comunicada e intimada das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.
Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 17.193.806/0001-46 e NIRE 35 3 0002366 8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada, presencialmente, no dia 01 de outubro de 2024, às 10h30, na Avenida Paulista, nº 2.150, Bela Vista, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a alteração na composição da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do item 7.2 do artigo 7 do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 23 de setembro de 2024, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 26 de setembro de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante.**2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante.

São Paulo, 23 de setembro de 2024. **Marcos Lima Monteiro** - Diretor Presidente

CM HOSPITALAR S.A.
Companhia Aberta. CNPJ/ME 12.420.164/0001-57. NIRE 35.300.486.854. CVM nº 02568-2

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12/08/2024. DATA, HORA E LOCAL. Real. em 12/08/2024, às 14h, reun. por vídeo conf., nos ter. do art. 13 do Est. Social da Comp. **CONV. E PRES.** Disp. a conv. prévia em virt. da pres. da total. dos membros do Cons. de Admin. **MESA.** Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presid.; e Joseane Correia, Sec. **ORD. DO DIA E DELIB.:** Inst. a reunião e disc. a matéria, os memb. do Cons. de Administ. aprov. por unanim. de votos e sem quaisquer ressalvas, o Rel. da Administ. e as Inf. Trim. da Comp.b enc. em 30/06/2024, conf. recomend. emit. pelo Com. de Aud., Gestão de Risco e Compliance da Comp. **ENC. E LAVR. E LEIT. DA ATA** Nada mais hav. a tratar, foi susp. a a sessão pelo tempo nec. à lavr. da pres. ata, que, depois de lida e achada conf., foi aprov. e ass. por todos os pres. Presid.: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Secret.: Joseane Correia; Conselheiros: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Carla Schmitzberger; (vi) Jerome Paul Jacques Cadier. Ribeirão Preto, 12/08/2024. (Cert. e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavr. no livro próprio). Mesa: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presidente; e Joseane Correia; Secret. JUCESP nº 310.449/24-8 em 26/08/2024. Maria Cristina Frei – Sec. Geral.

AXA XL RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 19.323.175/0001-68 - NIRE 3530047137-7
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 27/02/2024

Data, Hora e Local: 27/02/2024, às 11h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Sr. Michael Allen Yeats, Presidente; e Sr. Renato José Sant'Anna Rosa, Secretário. **Deliberações:** Sem qualquer reserva ou ressalva, decidiram: **(i)** aprovar a recondução do quadro diretor, já devidamente qualificado na deliberação anterior, por mais um mandato, a ser exercido até a Assembleia Geral Ordinária de 2027; **(ii)** aprovar a atualização do Relatório da Auditoria Interna; **(iii)** aprovar a atualização do Relatório de Controles Internos; **(iv)** aprovar o Relatório de Gestão de Riscos; **(v)** manifestar-se favoravelmente ao Relatório da Administração relativo aos negócios sociais da Companhia em 31/12/2020, bem como as Contas da Diretoria e ao Parecer dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31/12/2020, e tomar conhecimento das Demonstrações Financeiras, as quais deverão ser submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária; e **(vi)** aprovar a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que deverá ser realizada até o dia 31/03/2024. São Paulo, 27/02/2024. **Mesa: Michael Allen Yeats - Presidente. Renato José Sant'Anna Rosa - Secretário. JUCESP** nº 339.665/24-5 em 12/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AXA XL RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 19.323.175/0001-68 - NIRE 35.300.471.37-7
EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 03/09/2024

Data, Hora e Local: 03/09/2024, às 10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme abaixo indicado. **Mesa:** Presidente: Sr. Alexandre Torres Sampaio; e Secretário: Sr. Renato José Sant'Anna Rosa. **Deliberações:** Sem qualquer reserva ou ressalva, decidiram: **(a)** Atendendo a exigência da Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") no âmbito do protocolo nº 2.227.637/9, **retificar** a Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/02/2024 para fazer constar a seguinte deliberação: **Aprovar** a reeleição **(1)** da Sra. **Thisiani Gisele Matsumura Martins**, RG nº 26.859.712-1, SSP/SP, CPF nº 255.379.358-80, com a sua recondução aos cargos e funções de **(a)** Diretora-Presidente; **(b)** Diretora Operacional; **(c)** Diretora responsável pelas relações com a SUSEP; **(d)** Diretora responsável técnica; **(e)** Diretora responsável pela contratação de supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados; **(f)** Diretora responsável administrativo-financeira; e **(g)** Diretora responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas de contabilidade, até a Assembleia Geral Ordinária de 2027; e **(2)** do Sr. **Renato José Sant'Anna Rosa**, RG nº 18.178.066-5, SSP/SP, CPF nº 172.624.878-09, com a sua recondução aos cargos e funções de **(a)** Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (Circulares SUSEP nºs 700/2024 e 612/2020); **(b)** Diretor responsável pelos controles internos; e **(c)** Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, até a Assembleia Geral Ordinária de 2027. **(b)** Ratificar as demais deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/02/2024 e consignadas em ata naquela data que não tenham sido expressamente retificadas na presente ocasião. São Paulo, 03/09/2024. **Alexandre Torres Sampaio -** Presidente. **Renato José Sant'Anna Rosa -** Secretário. **JUCESP** nº 339.666/24-9 em 12/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 173ª, 174ª, 175ª E 176ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 17I0141606/ 17I0141643/ 17I0181533/ 17I0141694) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 173ª, 174ª, 175ª e 176ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 173ª, 174ª, 175ª e 176ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de setembro de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 173ª, 174ª, 175ª e 176ª Séries da 1ª Emissão – (IF 17I0141606/ 17I0141643/ 17I0181533/ 17I0141694), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 259ª E 260ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882397/ 19L0882419) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 259ª e 260ª Séries da 1ª Emissão – (IF 19L0882397/ 19L0882419), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 243ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0853159) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 243ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 243ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 243ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0853159), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ nº 04.416.935/0001-04 - NIRE 35.300.184.726

Certidão da Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 05/24 Realizada em 6 de Setembro de 2024

Certifico o Registro da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada no dia 6/09/2024, às 10h20min, realizada por videoconferência, tendo como referência a sede da sociedade, registrada na **JUCESP** nº 336.237/24-8 em 17/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.
CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 | NIRE 35.300.367.596 | Código CVM nº 02331-0 | Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Flutuante, Contando com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia" ou "Emissora") convoca os titulares das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real flutuante, contando com garantia adicional real, para distribuição pública, da Companhia ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, Contando com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.*", conforme aditado ("Escritura de Emissão"), para, em 1ª (primeira) convocação, reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada no dia **16 de outubro de 2024, às 11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma digital **"Teams"** ("Plataforma"), com convite individual de acesso a ser enviado pela Companhia aos Debenturistas habilitados, em atenção à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), à Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de que os Debenturistas discutam e deliberem sobre a implementação do reperfilamento das Debêntures, nos termos do **Fato Relevante e Aviso aos Debenturistas** divulgados pela Companhia em 11 de setembro de 2024 ("Reperfilamento") e detalhado na **Proposta da Administração**, divulgada conforme **Item I abaixo**, com a subsequente celebração dos aditamentos à Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido na Escritura de Emissão), bem como autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos os atos e assinatura de todos os documentos necessários para implementar o Reperfilamento. **I. Material de Apoio**. A **Proposta da Administração** com informações sobre o Reperfilamento, incluindo, mas não se limitando, a informações sobre a Amortização Extraordinária Obrigatória, os Juros Remuneratórios, o Valor Nominal Unitário, nova hipótese de Vencimento Antecipado, Prazo de Vencimento das Debentures, Amortização, data de Pagamento dos Juros e o Prêmio PIK, bem como informações adicionais sobre a habilitação e participação na Assembleia, está disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (https://www.cvccorp.com.br/investidores/servico-aos-investidores/central-de-downloads/) e no website da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/). Eventual(is) alteração(ões) à Proposta da Administração, se houver, serão divulgadas pela Companhia com, no máximo, 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia. **II. Documentos de Representação**. O convite individual para acesso à Assembleia será disponibilizado pela Companhia aos Debenturistas que, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, encaminharem aos cuidados da Companhia e da **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), nos endereços eletrônicos ri@cvc.com.br, agentefiduciario@vortx.com.br e jsc@vortx.com.br, com assunto "**DEB CVC – Documentos AGD**", a cópia dos documentos necessários para habilitação, conforme descritos na Proposta da Administração, além do extrato da conta das Debêntures em nome do respectivo Debenturista. Os Debenturistas que tenham interesse em participar da Assembleia deverão observar as orientações, termos e condições previstos na Proposta da Administração. A Emissora não se responsabilizará por problemas operacionais e/ou de conexão que dificultem ou impossibilitem a participação dos Debenturistas na Assembleia (*e.g.*, instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma com equipamento do Debenturista). A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à realização da Assembleia. Santo André, 24 de setembro de 2024. **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.** (24, 25 e 26/09/2024)

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 218ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882449) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 218ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 218ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de outubro de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 218ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0882449), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de setembro de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ESTADO DE MATO GROSSO
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE INCLUSÃO DO
2º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024/SEPLAG
PROCESSO Nº 07782/2023/
SEPLAG (SEPLAG-PRO-2023/07782)

A Superintendência de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG vem a público informar que o Pregão Eletrônico nº. 015/2024/SEPLAG, marcado para ser realizado no dia 30/09/2024 às 09h00min – Horário Local (Cuiabá-MT), cujo objeto é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de licença de softwares para atender às demandas dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, conforme especificações e condições técnicas constantes no Edital e em seus anexos, que houve a INCLUSÃO do 2º Termo de Retificação.

Cuiabá – MT, 20 de setembro de 2024.

PAULO ROBERTO TAVARES DE MENEZES
Secretário Adjunto de
Aquisições Governamentais/SEPLAG
SAAG/SEPLAG
(Original assinado nos autos)

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ nº 05.321.987/0001-60 - NIRE 35.3.0019302-4

Certidão da Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 06/24 Realizada em 9 de Setembro de 2024

Certifico o Registro da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada no dia 9/09/2024, às 10h30min, realizada por videoconferência, tendo como referência a sede da sociedade, registrada na **JUCESP** nº 341.301/24-3 em 16/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ nº 04.416.923/0001-80 - NIRE 35.3.0018473-4

Certidão da Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 05/24 Realizada em 6 de Setembro de 2024

Certifico o Registro da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada no dia 6/09/2024, às 10h10min, realizada por videoconferência, tendo como referência a sede da sociedade, registrada na **JUCESP** nº 336.230/24-2 em 16/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.





AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:
PE 2024012000402 - Elaboração de orçamento base complementar necessário à execução da obra de contrapartida da futura Unidade São Bernardo. Abertura: 17/10/2024 às 10h30.
PE 2024012000409 - Serviços de montagem cenográfica para a Unidade Birigui. Abertura: 09/10/2024 às 10h30.
PE 2024012000410 - Fornecimento futuro e eventual de cápsulas de café para Diversas Unidades. Abertura: 10/10/2024 às 10h30.
PE 2024012000411 - Serviço de atendimento de urgência e emergência com remoção em ambulância "Suporte Básico - Tipo B" e "Suporte Avançado - Tipo UTI", para Diversas Unidades. Abertura: 09/10/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º 90.007/2024/CPL
COMPRASNET

A **Central Permanente de Licitação** da Prefeitura de São Luís, localizada na Rua dos Ouriços, Lote 11, Quadra 09, Bairro Calhau, São Luís – MA, CEP: 65071-820, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico – SRP nº. 90007/2024/CPL/PMSL**, no dia **08/10/2023**, às **09h00min**, horário de Brasília, decorrente do Processo Administrativo SEI nº 11109.000050/2024, objetivando a **Contratação de empresa especializada no fornecimento contínuo de gases medicinais, incluindo cessão em regime de comodato de cilindros e locação de unidade geradora de ar medicinal comprimido com assistência técnica preventiva e corretiva nas centrais back-up.**

O Edital poderá ser consultado na Central Permanente de Licitação, em dias úteis, de segunda-feira a quinta-feira, das 08h às 18h (intervalo 12h às 14h), e sexta-feira, das 8h às 13h. O edital poderá ainda ser obtido gratuitamente por meio digital nesta Central, bem como pela internet, através do endereço eletrônico **www.saoluis.ma.gov.br** ou no site do Comprasnet **www.gov.br/compras/pt-br**. Informações pelo e-mail: **membro01cpl@gmail.com**.

São Luís - MA, 23 de setembro de 2024.
JOÃO BATISTA MORAES CARVALHO
Pregoeiro - CPL/PMSL/MA
Portaria nº 5183/2024 – GAB/CPL
AUTORIZO A PUBLICAÇÃO.
Silvana Carla Costa dos Santos
Presidente da CPL/PMSL

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 335ª E 542ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0543780/ 23E1930252) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 335ª e 542ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 335ª e 542ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 335ª e 542ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21D0543780/ 23E1930252), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SETASC/MT

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024/SETASC
PROCESSO Nº 0004686/2024

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 159/2024/GAB-SETASC/MT, torna público, nos termos da Lei nº 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2022, que se encontram reabertos os prazos para o Procedimento Licitatório, na Modalidade: Pregão Eletrônico, do TIPO: Menor Preço, cujo OBJETO **é a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços e fornecimento de insumos para realização do evento casamento abençoado, a ser realizado no município de Cuiabá-MT.**
LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: De 24/09/2024 a 08/10/2024, período integral, exceto no dia da abertura da sessão no qual será permitido o envio somente até às 08h45min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS no dia 08/10/2024 às 09h00min
INÍCIO DA SESSÃO: 09h00min, através do endereço eletrônico **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O edital estará disponível a partir do dia 24/09/2024 no endereço: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**, no menu superior "Edital", em seguida, no menu lateral esquerdo "Consultas" >> Licitações >> Em Andamento e no site **www.setasc.mt.gov.br**, no menu Aquisições/Pregões/2024.
TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 3613-5716;
Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702
SITE DA REALIZAÇÃO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/
*Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)
Cuiabá-MT, 23 de setembro de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

Desa Eurus I Ltda.

CNPJ/MF: 12.652.614/0001-37 - NIRE: 35.232.542.774
Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10h00, na sede social da **Desa Eurus I Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários à Sócia da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberou a favor** da declaração e distribuição de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**1.942.215,48**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**1.942.215,48**
Dividendo Intermediário (Aprovação de até o montante descrito)	**1.942.215,48**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberou a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**8.000.000,00**
Por Caixa	8.000.000,00
Cancelamento de Ações/Quotas?	**Sim**
Nº de ações/quotas a serem canceladas	**8.000.000**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócia: Dobrevê Energia Ltda.:** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

CPFL Bioenergia Ltda.

CNPJ/MF: 07.693.890/0001-03 - NIRE: 35.232.542.049
Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 08:10, na sede social da **CPFL Bionergia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**4.291.338,88**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**4.291.338,88**
Dividendo Intermediário (Aprovação de até o montante descrito)	**4.291.338,88**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**9.000.000,00**
Por Caixa	9.000.000,00
Cancelamento de Ações/Quotas?	**Sim**
Nº de ações/quotas a serem canceladas	9.000.000

Os pagamentos podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias e devem ocorrer em uma ou mais oportunidades até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. Mesa: Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **PCH Holding Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

SPE Boa Vista 2 Energia Ltda.

CNPJ/MF: 09.551.294/0001-14 - NIRE: 35.232.576.482
Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 09h20, na sede social da **SPE Boa Vista 2 Energia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**7.395.822,36**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**7.395.822,36**
Dividendo Intermediário (aprovação de até o montante descrito)	**5.000.000,00**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução até o montante descrito)	**3.000.000,00**
Por Caixa	3.000.000,00
Cancelamento de ações/quotas?	**Sim**
Nº de ações/quotas a serem canceladas	**3.000.000**

Os pagamentos podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias e devem ocorrer em uma ou mais oportunidades até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário; **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **PCH Holding Ltda.** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia Ltda.

CNPJ/MF: 05.532.571/0001-90 - NIRE: 35.232.542.308
Ata de Deliberação da Sócia Realizada a 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 09:30, na sede social da **Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários à Sócia da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberou a favor** da declaração e distribuição de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**7.958.177,11**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**7.958.177,11**
Dividendo Intermediário (Aprovação de até o montante descrito)	**7.958.177,11**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberou a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**6.000.000,00**
Por Caixa	6.000.000,00
Cancelamento de Ações/Quotas?	**Sim**
Nº de ações/quotas a serem canceladas	**6.000.000**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

Dobrevê Energia Ltda.

CNPJ/MF: 10.827.444/0001-59 - NIRE: 35.232.602.599
Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10h20, na sede social da **Dobrevê Energia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários à Sócia da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberou a favor** da declaração e distribuição de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**35.843.688,12**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**35.843.688,12**
Dividendo Intermediário (Aprovação de até o montante descrito)	**34.000.000,00**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberou a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**62.000.000,00**
Por Caixa	62.000.000,00
Cancelamento de ações/quotas?	**Sim**
Nº de ações/quotas a serem canceladas	**62.000.000**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo; João Henrique Cavalcante.

Desa Eurus III Ltda.

CNPJ/MF: 12.652.634/0001-08 - NIRE: 35.232.576.466
Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10h05, na sede social da **Desa Eurus III Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários à Sócia da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberou a favor** da declaração e distribuição de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**5.199.915,19**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**5.199.915,19**
Dividendo Intermediário (Aprovação de até o montante descrito)	**5.199.915,19**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberou a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**4.000.000,00**
Por Caixa	4.000.000,00
Cancelamento de Ações/Quotas?	**Sim**
Nº de ações/quotas a serem canceladas	4.000.000

Os pagamentos devem ocorrer em uma ou mais oportunidades até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócia: Dobrevê Energia Ltda.** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA nº 90005/2024,** referente ao processo nº **024.00146524/2024-44,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 27/09/2024 às 08:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar** o site www.compras.gov.br.

O Termo de Referência encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

Santa Luzia Energética Ltda.

CNPJ/MF: 08.377.974/0001-09 - NIRE: 35.232.542.057
Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 09h40, na sede social da **Santa Luzia Energética Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberou a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**2.000.000,00**
Por Caixa	2.000.000,00
Cancelamento de Ações/quotas?	Sim
Nº de Ações/quotas a serem canceladas	2.000.000

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90170/2024,** referente ao processo nº **024.00120118/2024-51**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHO DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, PARA ATENDIMENTO DOMICILIAR, EM CUMPRIMENTO À AÇÃO JUDICIAL,** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 08/10/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 24/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90168/2024,** referente ao processo nº **024.00139520/2024-18**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA CONFECÇÃO DE CARIMBOS,** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 08/10/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 24/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA nº 90004/2024,** referente ao processo nº **024.00151712/2024-94,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITEM DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 27/09/2024 às 08:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar** o site www.compras.gov.br.

O Termo de Referência encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.





AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.918
Código CVM nº 02234-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 31 de julho de 2024, às 10h, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Arezzo Indústria e Comércio S.A. ("**Companhia**"), localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Fernandes Tourinho, 147, sala 402, Bairro Savassi, CEP: 30112-000. **2. CONVOCAÇÃO:** O edital de primeira convocação foi publicado, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), **(i)** no jornal "Hoje em Dia", nas edições dos dias 3, 4 e 5 de julho de 2024, nas páginas 6, 4 e 3, respectivamente; e **(ii)** no jornal "Valor Econômico (São Paulo)", nas edições dos dias 3, 4 e 5 de julho de 2024, nas páginas E4, E4 e E5, respectivamente, com a divulgação simultânea da íntegra do documento na página eletrônico dos mesmos jornais na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. **3. PRESENÇA:** Presentes acionistas titulares de 85.408.759 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e oito mil, setecentos e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 76,97% do capital social com direito a voto da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, ainda, **(i)** o Sr. Rafael Sachete da Silva, Diretor Vice-Presidente Corporativo, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, representante da Administração da Companhia; e **(ii)** o Sr. Martin da Silva Gesto, na qualidade de representante do Conselho Fiscal da Companhia. **4. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO:** Os documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para esta assembleia geral, foram previamente colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **5. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **José Ernesto Beni Bologna** e secretariados pelo Sr. **Rafael Jucá e Mello Jacometti**. **6. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições suspensivas ("**Condições Suspensivas**") previstas no Protocolo e Justificação de Incorporação do Grupo de Moda SOMA S.A. ("**Grupo SOMA**") pela Companhia ("**Protocolo e Justificação**"), celebrado pelas administrações da Companhia e do Grupo SOMA, em 18 de maio de 2024, e aprovado em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 18 de junho de 2024; **(ii)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas; **(iii)** a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas; **(iv)** o novo valor da remuneração global anual dos administradores referente ao exercício social de 2024; e **(v)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da verificação das Condições Suspensivas e da eficácia das deliberações da Assembleia. **7. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **7.1.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a fixação do número de 9 (nove) membros efetivos para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, estendendo-se até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas. **7.2.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a eleição das seguintes pessoas como membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, estendendo-se até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas: (i) Sr. **Alexandre Café Birman**, brasileiro, divorciado, empresário, portador do documento de identidade (RG) nº M-6.351.953 (SSP/MG), inscrito no CPF sob o nº 002.293.896-60, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Itaim Bibi, CEP: 04571-010, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**; (ii) Sr. **Roberto Luiz Jatahy Gonçalves**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador do documento de identidade (RG) nº 07495862-0 (IFP/RJ), inscrito no CPF sob o nº 929.391.047-00, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, CEP 22290-240, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**; (iii) Sra. **Anna Andrea Votta Alves Chaia**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora do documento de identidade (RG) nº 27.102.934-1 (SSP/SP), inscrita no CPF sob o nº 107.966.418-11, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04571-010, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**; (iv) Sr. **Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade (RG) nº 27950462 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 296.300.688-85, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04571-010, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**; (v) Sr. **Guilherme Dias Fernandes Benchimol**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade (RG) nº 103986287 (IFP/RJ), inscrito no CPF sob o nº 025.998.037-48, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04571-010, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**; (vi) Sr. **Pedro Pullen Parente**, brasileiro, divorciado, empresário, portador do documento de identidade (RG) nº 193545 (SSP/DF), inscrito no CPF sob o nº 059.326.371-53, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04571-010, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**; (vii) Sr. **Ruy Kameyama**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade (RG) nº 10744744 (IFP/RJ), inscrito no CPF sob o nº 071.506.847-42, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04571-010, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**; (viii) Sra. **Sylvia de Souza Leão Wanderley**, brasileira, casada, comunicóloga, portadora da carteira de identidade (RG) nº 63.443.568 (SSP/SP), inscrita no CPF sob o nº 731.199.977-49, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04571-010, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**; e (ix) Sr. **José Ernesto Beni Bolonha**, brasileiro, separado, empresário, portador da carteira de identidade (RG) nº 3.817.959-3 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 532.430.488-34, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gualter, nº 1.850, Alto de Pinheiros, CEP 05.455-002, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**. **7.2.1.** Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionada no art. 147, § 4º, da Lei das S.A. e no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**RCVM 80**"), que ficarão arquivadas na sede da Companhia. **7.2.2.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data mediante a assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento nos termos do item acima. **7.2.3.** Consignar que, à luz do art. 4º, § 3º, do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis, os membros do Conselho de Administração ora eleitos se enquadram nos critérios e requisitos previstos na Política de Indicação da Companhia. **7.3.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a caracterização como conselheiros independentes, para fins do disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 ("**Regulamento do Novo Mercado**"), do art. 140, § 2º, da Lei das S.A. e do art. 6º do Anexo K à RCVM 80,, dos seguintes membros eleitos do Conselho de Administração: (i) Anna Andrea Votta Alves Chaia; (ii) Sylvia de Souza Leão Wanderley; e (iii) Pedro Pullen Parente, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas. **7.3.1.** Consignar que a forma do art. 17, I, do Regulamento do Novo Mercado, e art. 7º, I, da RCVM 80, a Companhia recebeu as declarações encaminhadas pelos indicados a membros independentes do Conselho de Administração atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e na RCVM 80, conforme inserido na proposta da administração apresentada para esta Assembleia. **7.4.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a fixação de novo valor da remuneração global de até R$ 55.682.358,94 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos) para os administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **7.4.1.** Consignar que o valor ora aprovado compreende a remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração da Companhia, já considerando a nova composição dos órgãos para o período remanescente do exercício de 2024, incluindo remuneração fixa e variável, direta e indireta, assim como benefícios de qualquer natureza. **7.4.2.** Consignar que ficará a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual a ser fixo e caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme art. 152 da Lei das S.A. **7.4.3.** Consignar que o valor da remuneração global ora aprovado não inclui tributos e contribuições para a previdência social oficial que sejam ônus do empregador. **7.5.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da verificação das Condições Suspensivas e da eficácia das deliberações desta Assembleia. **8. DOCUMENTOS:** Não foram submetidos à assembleia qualquer documento, proposta, declarações, manifestações de voto, protesto ou dissidência. **9. ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, foi declarada encerrada a assembleia e suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, e autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes. O registro da presença dos acionistas na presente ata e Livro de Presença de Acionistas foi realizado mediante assinatura do presidente ou secretário da mesa, na forma da regulamentação aplicável. Belo Horizonte/MG, 31 de julho de 2024. **Mesa:** José Ernesto Beni Bologna – Presidente; Rafael Jucá e Mello Jacometti – Secretário; **Representante da Administração:** Rafael Sachete da Silva - Vice-Presidente Corporativo, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; **Representante do Conselho Fiscal:** Martin da Silva Gesto - Membro do Conselho Fiscal; **Acionistas Presentes:** Anderson Lemos Birman; Alexandre Café Birman (p. Bruna Bellotto Miquilin (sistema eletrônico) (Secretário da Mesa); José Alberto da Silva; Fernando Sigal; Rony Meisler; Jayme Nigri Moszkowicz; (p.p. Bruno de Araujo Chaves Perseke) (sistema eletrônico) (Secretário da Mesa); SFA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - BDR NÍVEL I (representado por SFA Investimentos Ltda. -.p.p Ricardo Costa Borges) (boletim de voto a distância – sistema eletrônico) (Secretário da Mesa); FCOPEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES I; FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO SANTA CRISTINA INVESTIMENTO NO EXTERIOR CRÉDITO PRIVADO; JGP B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FI MULTIMERCADO; JGP B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; JGP BRASILPREV FIFE ESG 100 PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS; JGP BRASILPREV FIFE MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO; JGP COMPOUNDERS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR; JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; JGP ESG INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS; JGP ESG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS; JGP ESG PREVIDENCIÁRIO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS; JGP ESG PREVIDENCIÁRIO XP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS; JGP LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ADVISORY XP SEGUROS FUNDO DE INVESTIMENTO; JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ITAÚ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO; JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ITAÚ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO; JGP PREVIDENCIÁRIO ITAÚ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; JGP PREVIDENCIÁRIO RED FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; JGP SULAMÉRICA MASTER PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO; MOSTEIRO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (representado por JGP Gestão de Recursos Ltda. – p.p. Caroline Duarte) (sistema eletrônico)(Secretário da Mesa); LUBECK ACTIONS MONDE; AMUNDI FUNDS; COMGEST GROWTH PLC - COMGEST GROWTH LATIN AMERICA (representado por Banco S3 Caceis Brasil S.A. – p.p. Karina Francisca de Andrade) (sistema eletrônico) (Secretário da Mesa); SMALLCAP WORLD FUND.INC; CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD; OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; BILL AND MELINDA GATES FOUNDATION TRUST; IBM 401 (K) PLUS PLAN; INVESCO FUNDS; MARYLAND STATE RETIREMENT AND PENSION SYSTEM; BLACKROCK GLOBAL FUNDS; NORGES BANK; INVESCO OPPENHEIMER DEVELOPING MARKETS FUND; PACIFIC SELECT FUND; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEX; STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS; PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND; THE UNITED NATIONS JOINTS STAFF PENSION FUND; BLACKROCK EMERGING MARKETS FUND, INC.; CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; INVESCO EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LP; FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST; INTERNATIONAL MONETARY FUND; INVESCO EMERGING MARKETS EQUITY TRUST; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA; EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU; ALASKA PERMANENT FUND; ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY; WGI EMERGING MARKETS FUND, LLC; CALAMOS GLOBAL TOTAL RETURN FUND; PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND; INVESCO OPPENHEIMER GLOBAL ALLOCATION FUND; CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD; CALAMOS GLOBAL DYNAMIC INCOME FUND; WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; MEMORIAL SLOAN KETTERING CANCER CENTER; EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F.; FAMA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES; VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF; SUTTER HEALTH MASTER RETIREMENT TRUST; THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA; ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY; NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF – LENDING; MML STRATEGIC EMERGING MARKETS FUND; ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND; NORTHERN MULTI - MANAGER EMERGING MARKETS EQUITY FUND; MASSMUTUAL PREMIER STRATEGIC EMERGING MARKETS FUND; VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF; UPS GROUP TRUST; BLACKROCK LATIN AMERICAN INVESTMENT TRUST PLC; ABERDEEN STANDARD SICAV I - LATIN AMERICAN EQUITY FUND; CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF nº B FUND; QSUPER; ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF; INVESCO EMERGING MARKETS CLASS; ABERDEEN LATIN AMERICAN EQUITY FUND; MONDRIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND, L.P.; SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC; EATON VANCE TR CO CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS TOTAL OPPORTUNITIES FUND (CAN; MERCER QIF FUND PLC; BNYM MELLON CF SL ACWI EX-U.S.IMI FUND; FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC A E M FUND; FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F; ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF; ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF; EMERGING MARKETS EQUITY FUND; EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR; SKYLINE UMBRELLA FUND ICAV; TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE CITY OF NEW YORK; NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND; ENSIGN PEAK ADVISORS,INC; DRZ EMERGING MARKETS, LP; STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO; FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND; ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY; VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F; EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND; EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND; EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; MSCI ACWI EX-U.S. IMI INDEX FUND B2; BRIDGEWATER PURE ALPHA STERLING FUND, LTD.; BRIDGEWATER PURE ALPHA TRADING COMPANY II, LTD.; BRIDGEWATER PURE ALPHA TRADING COMPANY LTD.; VANGUARD ESG INTERNATIONAL; VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP; VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II; INVESCO EMERGING MARKETS FUND (CAN); VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER; THRIFT SAVINGS PLAN; OCCAM PREVIDENCIA LIQUIDEZ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM; BLACKROCK EMERGING MARKETS COLLECTIVE FUND; OCCAM RAZOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; IMCO EMERGING MARKETS PUBLIC EQUITY LP; VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U; NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN; BW DMO FUND, LTD.; FAMA FIFE ICATU PREVIDENCIRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AES;ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF; VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS;LARRANVIAL ASSET MANAG SICAV - S M CAP LATIN AMER E FUND; BRIDGEWATER PURE ALPHA EURO FUND, LTD.; EWP PA FUND, LTD.; MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA IMI INDEX FUND; ONIX FIF MULT RESP LTDA AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS GROWTH COLLECTIVE TRUST (US); POLICE AND FIREMEN'S RETIREMENT SYSTEM OF NEW JERS; ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT; ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND; CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS RESTRICTED EQUITY C T (US) CAPITAL INTERNATIONAL FUND; JP MORGAN CHASE RETIREMENT PLAN; EMERGING MARKETS GROWTH FUND INC; FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS; SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F; STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL; STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; STICHTING SHELL PENSIOENFONDS; TEMPLETON GLOBAL INV TRUST- TEMPLETON EM MKTS SMALL CAP FUND; THE YOUNG MEN S CHRISTIAN ASS RET FUND; VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F. (boletim de voto a distância) (Secretário da Mesa) **Confere com original lavrado em livro próprio.** Belo Horizonte, 31 de julho de 2024 **Mesa: José Ernesto Beni Bologna** – Presidente; **Rafael Jucá e Mello Jacometti** - Secretário. **JUCEMG** sob o nº 11969543 assinada em 12/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.918 / Código CVM nº 02234-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 18 de junho de 2024, às 14h, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Arezzo Indústria e Comércio S.A. ("**Companhia**"), localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Fernandes Tourinho, 147, sala 402, Bairro Savassi, CEP 30112-000. **2. CONVOCAÇÃO:** O edital de primeira convocação foi publicado, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), **(i)** no jornal "Hoje em Dia", nas edições dos dias 24, 25 e 28 de maio de 2024, nas páginas 4, 6 e 2, respectivamente; e **(ii)** no jornal "Valor Econômico (São Paulo)", nas edições dos dias 24, 25 e 28 de maio de 2024, nas páginas E4, E2 e E2, respectivamente, com a divulgação simultânea da íntegra do documento na página eletrônico dos mesmos jornais na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. **3. PRESENÇA:** Presentes acionistas titulares de 84.219.626 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 75,90% do capital social com direito a voto da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, ainda, **(i)** o Sr. Rafael Sachete da Silva, Diretor Vice-Presidente Corporativo, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, representante da Administração da Companhia; **(ii)** o Sr. Martin da Silva Gesto, representante do Conselho Fiscal da Companhia; **(iii)** a Sra. Evelyne Ferrari, representante da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda. **4. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO:** Os documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para esta assembleia geral, foram também previamente colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **5. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. José Ernesto Beni Bologna e secretariados pelo Sr. Rafael Jucá e Mello Jacomet. **6. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** o Protocolo e Justificação de Incorporação do Grupo de Moda SOMA S.A. ("**Grupo SOMA**") pela Companhia ("**Protocolo e Justificação**"), celebrado pelos administradores da Companhia e do Grupo SOMA, em 18 de maio de 2024, que contém todos os termos e condições para a implementação da incorporação do Grupo SOMA pela Companhia ("**Incorporação**"), na forma do "Acordo de Associação e Outras Avenças", celebrado entre acionistas da Companhia e do Grupo SOMA; **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Apsis Consultoria e Avaliações Ltda. para elaboração do laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido do Grupo SOMA ("**Laudo de Avaliação**"); **(iii)** o Laudo de Avaliação; **(iv)** a Incorporação, cuja eficácia ficará subordinada ao implemento (ou renúncia, conforme aplicável) de determinadas condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação ("**Verificação das Condições**"); **(v)** subordinado à Verificação das Condições, o aumento do capital social e a emissão de novas ações da Companhia a serem subscritas pelos administradores do Grupo SOMA em nome dos acionistas do Grupo SOMA, na proporção de suas respectivas participações no capital social do Grupo SOMA e integralizado mediante a versão do patrimônio líquido do Grupo SOMA a ser incorporado pela Companhia, ("**Aumento de Capital**"); **(vi)** subordinado à Verificação das Condições, a alteração da denominação social da Companhia ("**Alteração da Denominação Social**"); **(vii)** subordinado à Verificação das Condições, a reforma integral do estatuto social da Companhia, com vistas a: (a) atualizar o capital social da Companhia, considerando o Aumento de Capital; (b) aumentar o limite de capital autorizado; (c) ajustar previsões estatutárias às normas legais e regulamentares e complemento do objeto social; (d) incluir previsão de indenidade; (e) ajustar as regras de organização, composição e eleição dos membros do Conselho de Administração, bem como para a realização e participação nas reuniões do Conselho de Administração; (f) ajustar, incluir e excluir competências do Conselho de Administração; (g) ajustar as regras de organização e composição dos membros da Diretoria e ajustar as competências dos Diretores; (h) estabelecer o comitê de auditoria como órgão estatutário e definir regras de funcionamento e composição; (i) incluir previsão de oferta pública de aquisição por atingimento de participação relevante; (j) renumerar os dispositivos ("**Reforma do Estatuto**"); **(viii)** subordinado à Verificação das Condições e à Reforma do Estatuto, a consolidação do estatuto social da Companhia ("**Consolidação do Estatuto**"); e **(ix)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da Verificação das Condições e da eficácia da Incorporação, do Aumento de Capital, da Alteração da Denominação Social, da Reforma do Estatuto e da Consolidação do Estatuto. **7. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **7.1.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, o Protocolo e Justificação, que consubstancia os termos, cláusulas e condições da Incorporação e cujo instrumento particular ficará arquivado na sede da Companhia. **7.2.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.**, sociedade estabelecida na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 08.681.365/0001-30, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº 005112/O-9, para elaboração do Laudo de Avaliação. **7.3.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, o Laudo de Avaliação, elaborado pela Empresa Avaliadora na data-base de 31 de dezembro de 2023 ("**Data-base**"), para fins da Incorporação, que ficará arquivado na sede da Companhia. 7.3.1. Consignar que, nos termos do Laudo de Avaliação, a Empresa Avaliadora concluiu que o patrimônio líquido contábil do Grupo SOMA, apurado conforme constava no balanço patrimonial do Grupo SOMA na Data-Base, é representado pelo valor de R$ 5.789.536.151,80 (cinco bilhões, setecentos e oitenta e nove milhões, quinhenros e trinta e seis mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta centavos). **7.4.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a Incorporação, cuja eficácia ficará sujeita à Verificação das Condições. 7.4.1. Consignar que, com a consumação da Incorporação, os acionistas do Grupo SOMA receberão 0,120446593048 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia para cada 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão do Grupo SOMA de sua titularidade na data da consumação da Incorporação, observados eventuais ajustes nos termos do Protocolo e Justificação ("**Relação de Troca**"). Eventuais frações de ação de emissão da Companhia decorrentes da Incorporação serão agrupadas em números inteiros para, em seguida, serem alienadas no mercado à vista administrado pela B3 após a consumação da Incorporação, nos termos de aviso aos acionistas a ser oportunamente divulgado. Os valores auferidos na referida venda serão disponibilizados líquidos de taxas aos antigos acionistas do Grupo SOMA titulares das respectivas frações, proporcionalmente à sua participação em cada ação alienada. 7.4.2. Consignar que, após a consumação da Incorporação, as novas ações atribuídas aos acionistas do Grupo SOMA em decorrência da Incorporação terão os mesmos direitos e benefícios atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, fazendo jus, inclusive, a todo e qualquer benefício, distribuição de lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, proventos ou reduções de capital que porventura sejam realizadas após sua efetiva emissão. 7.4.3. Consignar que, nos termos dos artigos 136 e 137 da Lei das S.A., os acionistas da Companhia não farão jus a direito de retirada decorrente da aprovação da Incorporação. 7.4.4. Consignar que, como a Companhia e o Grupo SOMA não são sociedades sob controle comum, e a Incorporação foi negociada livremente entre os administradores de ambas sociedades, não foi necessário o cálculo da relação de troca para fins comparativos com base nos patrimônios líquidos da Companhia e do Grupo SOMA avaliados a preços de mercado, consoante art. 264 da Lei das S.A. 7.4.5. Consignar que, uma vez consumada a Incorporação, o Grupo SOMA será extinto e será sucedido, sem solução de continuidade, pela Companhia, a título universal, em todos os direitos e obrigações, e os acionistas do Grupo SOMA passarão a ter participação direta na Companhia. 7.4.6. Consignar que eventuais variações positivas ou negativas no valor dos ativos e passivos incorporados, reconhecidas em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, serão lançadas contra patrimônio líquido da Companhia, sem modificação na cifra do capital social. 7.4.7. Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Incorporação passada pelo Registro de Empresas será documento hábil para a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Companhia em todos os bens, direitose obrigações do Grupo SOMA. **7.5.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, subordinado à Verificação das Condições, o Aumento de Capital. 7.5.1. Consignar que, sujeito aos eventuais ajustes nos termos do Protocolo e Justificação, o Aumento de Capital será no montante de R$ 578.953.615,18 (quinhentos e setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quinze reais e dezoito centavos). Sujeito aos eventuais ajustes nos termos do Protocolo e Justificação, o Aumento de Capital será realizado mediante a emissão de 94.520.147 (noventa e quatro milhões, quinhentas e vinte mil, cento e quarenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia ("**Novas Ações Companhia**"), pelo preço de emissão de R$ 61,251874172971 por ação, a serem subscritas pela administração do Grupo SOMA por conta e ordem dos acionistas do Grupo SOMA na proporção de suas respectivas participações no capital social do Grupo SOMA na efetivação da Incorporação e integralizadas mediante a versão do patrimônio líquido do Grupo SOMA para a Companhia, nos termos do artigo 227, § 1.º e § 2.º da Lei das S.A. 7.5.2. Consignar que o saldo remanescente do acervo líquido do Grupo SOMA, no valor de R$ 5.210.582.536,62 (cinco bilhões, duzentos e dez milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos), será destinado à conta de reserva de capital da Companhia. 7.5.3. Consignar que, mediante a implementação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará a ser de R$ 2.317.182.381,79 (dois bilhões, trezentos e dezessete milhões, cento e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e nove centavos), dividido em 205.509.353 (duzentas e cinco milhões, quinhentas e nove mil, trezentas e cinquenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sujeito aos eventuais ajustes nos termos do Protocolo e Justificação. **7.6.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, subordinado à Verificação das Condições, a Alteração da Denominação Social, de forma que a denominação social da Companhia passará de "Arezzo Indústria e Comércio S.A." **para** "Azzas 2154 S.A.". **7.7.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, subordinado à Verificação das Condições, a Reforma do Estatuto, de forma que as redações passarão a vigorar conforme constante do **Anexo II**. **7.8.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, subordinado à Verificação das Condições, a Consolidação do Estatuto. 7.8.1. Consignar que, com a implementação da Reforna do Estatuto e da Consolidação do Estatuto, o estatuto social passará a vigorar conforme redação constante do **Anexo II**, já considerando as alterações anteriormente aprovadas. **7.9.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da Verificação das Condições e, observados os eventuais ajustes e condições previstas no Protocolo e Justificação, a determinação da data da eficácia da Incorporação, do Aumento de Capital, da Alteração da Denominação Social, da Reforma do Estatuto e da Consolidação do Estatuto. **8. DOCUMENTOS:** Não foram submetidos à assembleia qualquer documento, proposta, declarações, manifestações de voto, protesto ou dissidência. **9. ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, foi declarada encerrada a assembleia e suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, e autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes. O registro da presença dos acionistas na presente ata e Livro de Presença de Acionistas foi realizado mediante assinatura do presidente ou secretário da mesa, na forma da regulamentação aplicável. Belo Horizonte, 18 de junho de 2024. **Mesa**: José Ernesto Beni Bologna – Presidente; Rafael Jucá e Mello Jacomet – Secretário. **Representante da Administração**: Rafael Sachete da Silva - Diretor Vice-Presidente Corporativo, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores. **Representante do Conselho Fiscal**: Martin da Silva Gesto - Presidente do Conselho Fiscal. **Representante da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda**: Evelyne Ferrari. **Acionistas Presentes:** Anderson Lemos Birman; Alexandre Café Birman. p.p. Bruna Bellotto Miquilin (sistema eletrônico) (Secretário da Mesa); José Alberto da Silva; Fernando Sigal; Rony Meisler; Jayme Nigri Moszkowicz; p.p. Bruno de Araujo Chaves Perseke (sistema eletrônico) (Secretário da Mesa); ENCORE LONG BIAS PREV FI MULTIMERCADO; ENCORE FUNDO MTUO DE PRIVATIZAO - FGTS CARTEIRA LIVRE; ENCORE LONG BIAS FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; ENCORE LONG BIAS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AES; ENCORE AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (representado por Inter Encore Gestão de Recursos Ltda. -.p.p Davi Sapira; Alexandre Bagnoli) (boletim de voto a distância – sistema eletrônico) (Secretário da Mesa); SFA MASTER FIA BDR NIVEL I (representado por SFA Investimentos Ltda. – p.p. Alexandre Shin It Masuda; Ricardo Borges; Wagner Chavez) (boletim de voto a distância – sistema eletrônico)(Secretário da Mesa); SPX Apache Master Fundo de Investimento de Ações; SPX Falcon Master Fundo de Investimento de Ações; SPX Falcon Institucional Master Fundo de Investimento Multimercado; SPX Patriot Master Fundo de Investimento de Ações; SPX Long Bias Previdenciário Master Fundo de Investimento Multimercado; SPX Hornet Equity Hegde Master Fundo de Investimento Multimercado; SPX Nimitz Master Fundo de Investimento Multimercado; SPX Raptor Master Fundo de Investimento no Exterior Multimercado Crédito Privado (representado por SPX Gestão de Recursos Ltda.) (boletim de voto a distância) (Secretário da Mesa); FCOPEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES I; FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO SANTA CRISTINA INVESTIMENTO NO EXTERIOR CRÉDITO PRIVADO; JGP B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FI MULTIMERCADO; JGP B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; JGP BRASILPREV FIFE ESG 100 PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS; JGP BRASILPREV FIFE MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO; JGP COMPOUNDERS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR; JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; JGP ESG INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS; JGP ESG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS; JGP ESG PREVIDENCIÁRIO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS; JGP ESG PREVIDENCIÁRIO XP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IS; JGP LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ADVISORY XP SEGUROS FUNDO DE INVESTIMENTO; JGP MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO ITAÚ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO; JGP PREVIDENCIÁRIO ITAÚ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; JGP PREVIDENCIÁRIO RED FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; JGP SULAMÉRICA MASTER PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO; MOSTEIRO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (representado por JGP Gestão de Recursos Ltda. – p.p. Caroline Pontes; Isabel Galvão) (sistema eletrônico)(Secretário da Mesa); BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY (representado por Banco BNP Paribas Brasil S.A. – p.p. Anderson Carlos Koch) (sistema eletrônico) (Secretário da Mesa); LUBECK ACTIONS MONDE (representado por Banco S3 Caceis Brasil S.A. – p.p. Anderson Carlos Koch) (sistema eletrônico) (Secretário da Mesa); NAVI A PREVIDÊNCIA FI EM AÇÕES MASTER; NAVI LONG SHORT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; NAVI LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; ITAU NAVI LONG SHORT PREVIDENCIA FIM; NAVI LONG SHORT XP SEGUROS PREVIDENCIA FIM; NAVI FENDER MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; NAVI INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; NAVI CRUISE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; NV AM FAMILIA PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES. (representado por Navi Capital Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda. – p.p. Luisa Souto) (sistema eletrônico) (Secretário da Mesa); SMALLCAP WORLD FUND.INC; CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD; OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; BILL AND MELINDA GATES FOUNDATION TRUST; IBM 401 (K) PLUS PLAN; INVESCO FUNDS; MARYLAND STATE RETIREMENT AND PENSION SYSTEM; BLACKROCK GLOBAL FUNDS; NORGES BANK; INVESCO OPPENHEIMER DEVELOPING MARKETS FUND; PACIFIC SELECT FUND; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEX; STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS; PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND; THE UNITED NATIONS JOINTS STAFF PENSION FUND; BLACKROCK EMERGING MARKETS FUND, INC.; CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; INVESCO EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LP; FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST; INTERNATIONAL MONETARY FUND; INVESCO EMERGING MARKETS EQUITY TRUST; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA; EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU; ALASKA PERMANENT FUND; ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY; WGI EMERGING MARKETS FUND, LLC; CALAMOS GLOBAL TOTAL RETURN FUND; PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND; INVESCO OPPENHEIMER GLOBAL ALLOCATION FUND; (boletim de voto a distância) (Secretário da Mesa); CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD; CALAMOS GLOBAL DYNAMIC INCOME FUND; THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD; WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF;COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; MEMORIAL SLOAN KETTERING CANCER CENTER; EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD; SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ET; SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F.; FAMA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES; VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF; SUTTER HEALTH MASTER RETIREMENT TRUST; THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA; ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY; NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF – LENDING; MML STRATEGIC EMERGING MARKETS FUND; ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND; NORTHERN MULTI - MANAGER EMERGING MARKETS EQUITY FUND; MASSMUTUAL PREMIER STRATEGIC EMERGING MARKETS FUND; VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF; UPS GROUP TRUST; BLACKROCK LATIN AMERICAN INVESTMENT TRUST PLC; ABERDEEN STANDARD SICAV I - LATIN AMERICAN EQUITY FUND; CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF nº B FUND; QSUPER; ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF; INVESCO EMERGING MARKETS CLASS; ABERDEEN LATIN AMERICAN EQUITY FUND; MONDRIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND, L.P.; SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC; EATON VANCE TR CO CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD; CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS TOTAL OPPORTUNITIES FUND (CAN; MERCER QIF FUND PLC; BNYM MELLON CF SL ACWI EX-U.S.IMI FUND; FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC A E M FUND; FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F; ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF; ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF; EMERGING MARKETS EQUITY FUND; EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR; SKYLINE UMBRELLA FUND ICAV; TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE CITY OF NEW YORK; NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND; ENSIGN PEAK ADVISORS,INC; DRZ EMERGING MARKETS, LP; STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO; FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND; MACKENZIE MAXIMUM DIVERSIFICATION EMERGING MARKETS INDEX ETF; ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY; VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F; EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND; EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND; EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; MSCI ACWI EX-U.S. IMI INDEX FUND B2; BRIDGEWATER PURE ALPHA STERLING FUND, LTD.; BRIDGEWATER PURE ALPHA TRADING COMPANY II, LTD.; BRIDGEWATER PURE ALPHA TRADING COMPANY LTD.; VANGUARD ESG INTERNATIONAL; VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SP; VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II; INVESCO EMERGING MARKETS FUND (CAN); COMGEST GROWTH PLC - COMGEST GROWTH LATIN AMERICA; VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER; THRIFT SAVINGS PLAN; SCHRODER EMERGING MARKETS EQUITY ALPHA FUND L.P.; DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM; BLACKROCK EMERGING MARKETS COLLECTIVE FUND; IMCO EMERGING MARKETS PUBLIC EQUITY LP; VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U; NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN; BW DMO FUND, LTD.; SCHRODER EMERGING MARKETS EQUITY ALPHA FUND (CANAD; FAMA FIFE ICATU PREVIDENCIRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AES; OBB ZERMATT EQUITY TOTAL RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIM; ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF; VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS; ABS DIRECT EQUITY FUND LLC; BRIDGEWATER PURE ALPHA EURO FUND, LTD.; EWP PA FUND, LTD.; MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA IMI INDEX FUND; CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS GROWTH COLLECTIVE TRUST (US); POLICE AND FIREMEN'S RETIREMENT SYSTEM OF NEW JERS; ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT; ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND; CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS RESTRICTED EQUITY C T (US); CAPITAL INTERNATIONAL FUND; JP MORGAN CHASE RETIREMENT PLAN; EMERGING MARKETS GROWTH FUND INC;FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS; SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND; SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F; STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL; STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; STICHTING SHELL PENSIOENFONDS; TEMPLETON GLOBAL INV TRUST- TEMPLETON EM MKTS SMALL CAP FUND; THE YOUNG MEN S CHRISTIAN ASS RET FUND; VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F. (boletim de voto a distância) (Secretário da Mesa). **Confere com original lavrado em livro próprio.** Belo Horizonte, 18 de junho de 2024 **Mesa: José Ernesto Beni Bologna-** Presidente **Rafael Jucá e Mello Jacomet-** Secretário. **JUCEMG** sob o nº 11969529 assinada em 12/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

INÊS 249

Salto Góes Energia Ltda.

CNPJ/MF: 08.933.585/0001-04 - NIRE: 35.232.639.981

Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 09h15, na sede social da **Salto Góes Energia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença**: Compareceram as Sócias representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**9.651.867,47**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**9.651.867,47**
Dividendo Intermediário (Aprovação de até o montante descrito)	**5.000.000,00**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**4.000.000,00**
Por Caixa	4.000.000,00
Cancelamento de Ações/Quotas?	**Sim**
Nº de ações/quotas a serem canceladas	**4.000.000**

Os pagamentos podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias e devem ocorrer em uma ou mais oportunidades até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **PCH Holding Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

SPE Cocais Grande Energia Ltda.

CNPJ/MF: 09.076.970/0001-45 - NIRE: 35.232.542.782

Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 08h35, na sede social da **SPE Cocais Grande Energia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**5.605.241,57**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**5.605.241,57**
Dividendo Intermediário (Aprovação de até o montante descrito)	**5.605.241,57**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**5.000.000,00**
Por Caixa	5.000.000,00
Cancelamento de ações/quotas?	Sim
Nº de ações/quotas a serem canceladas	5.000.000

Os pagamentos podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias e devem ocorrer em uma ou mais oportunidades até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **PCH Holding Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

SPE Ninho da Águia Energia Ltda.

CNPJ/MF: 09.079.118/0001-21 - NIRE: 35.232.542.103

Ata de Reunião de Sócias Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 08h45 na sede social da **SPE Ninho da Águia Energia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceram as Sócias representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todas as Sócias. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários às Sócias da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, as Sócias deliberaram por: **(1) Deliberaram a favor** da declaração de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**4.151.449,90**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**4.151.449,90**
Dividendo Intermediário (Aprovação de até o montante descrito)	**4.151.449,90**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberaram a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**2.000.000,00**
Por Caixa	2.000.000,00
Cancelamento de ações/quotas?	Sim
Nº de ações/quotas a serem canceladas	2.000.000

Os pagamentos podem ser realizados de forma desproporcional entre as Sócias e devem ocorrer em uma ou mais oportunidades até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, as Sócias deverão ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócias: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante; **PCH Holding Ltda. -** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 14h do dia 31 de julho de 2024, de modo exclusivamente digital, considerando-se realizada no escritório da Companhia localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04571-010. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada por estarem presentes todos os membros do Conselho de Administração por meio de participação remota, nos termos do artigo 17, parágrafo único, e do artigo 20, **caput**, do estatuto da Arezzo Indústria e Comércio S.A. ("**Companhia**"). **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **José Ernesto Beni Bologna** e secretariados pelo Sr. **Rafael Jucá e Mello Jacometti**. **4. ORDEM DO DIA**: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a confirmação do implemento das condições suspensivas ("**Condições Suspensivas**"), previstas no *Acordo de Associação e Outras Avenças* ("**Acordo de Associação**") e no *Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação do Grupo de Moda Soma S.A. pela Arezzo Indústria e Comércio S.A.* ("**Protocolo e Justificação**"), da eficácia das deliberações tomadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18.6.2024 ("**AGE 18.6.2024**"): **(a)** a incorporação do Grupo de Moda Soma S.A. ("**Grupo Soma**") pela Companhia ("**Incorporação**"); **(b)** o aumento de capital social da Companhia ("**Aumento de Capital**"); **(c)** a alteração da denominação social da Companhia ("**Alteração da Denominação Social**"); **(d)** a reforma do estatuto social da Companhia ("**Reforma do Estatuto**"); **(e)** a consolidação do estatuto social da Companhia ("**Consolidação do Estatuto**"); e **(f)** a fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia ("**Fixação de Número de Membros Conselho de Administração**"); **(g)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("**Eleição do Conselho de Administração**"); **(h)** a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração ("**Caracterização de Independência**"), conforme aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31.7.2024 ("**AGE 31.7.2024**"); **(ii)** a fixação da data de fechamento, em que todos os eventos informados no item (i) acima produzirão todos os efeitos de forma plena e automática, sem a necessidade de formalidades adicionais ("**Data de Fechamento**"); e **(iii)** a autorização aos administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando a assinatura do termo de fechamento. **5. DELIBERAÇÕES**: Após a discussão das matérias constantes na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram, por unanimidade, o quanto segue: **5.1.** Confirmar o implemento das Condições Suspensivas, nos termos previstos no Acordo de Associação e no Protocolo e Justificação. **5.2.** Tendo em vista o implemento das Condições Suspensivas, fixar a Data de Fechamento, nesta data, e declarar a eficácia e a consumação da Incorporação, do Aumento de Capital, da Alteração da Denominação Social, da Reforma do Estatuto, da Consolidação do Estatuto, da Fixação do Número de Membros do Conselho de Administração e da Eleição do Conselho de Administração e da Caracterização de Independência. **5.2.1.** Consignar que, com a consumação da Incorporação, o Grupo SOMA fica extinto, neste ato, de pleno direito, sendo sucedido pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os direitos e obrigações. **5.2.2.** Consignar que, nesta data, por força da Incorporação: (i) o capital social da Companhia é aumentado no montante de R$ 578.953.615,18 (quinhentos e setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quinze reais e dezoito centavos); e (ii) o montante de R$ 5.210.582.536,62 (cinco bilhões, duzentos e dez milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos) será destinado à conta de reserva de capital da Companhia. **5.2.3.** Consignar que a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 5.7.2024 aprovou o ajuste da relação de substituição, nos termos da Cláusula 5.4 do Protocolo e Justificação, que passou de 0,120446593048 para 0,121695988348 novas ações de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do Grupo SOMA de titularidade dos acionistas ("**Ajuste da Relação de Substituição**"). **5.2.4.** Consignar que, em decorrência do Ajuste da Relação de Substituição, a quantidade de ações a serem emitidas pela Companhia no âmbito do Aumento de Capital, passou de 94.520.147 (noventa e quatro milhões, quinhentos e vinte mil, cento e quarenta e sete) para 95.500.607 (noventa e cinco milhões, quinhentos mil, seiscentos e sete) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia. **5.2.5.** Consignar que, por força da Incorporação, serão canceladas 784.747.373 (setecentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Grupo SOMA e serão substituídas, considerando o Ajuste da Relação de Substituição, por um total de 95.500.607 (noventa e cinco milhões, quinhentos mil, seiscentos e sete) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia atribuídas diretamente aos acionistas titulares de ações de emissão do Grupo SOMA no final do pregão nesta data. **5.2.6.** Consignar que o Ajuste da Relação de Substituição é realizado sem modificação do valor do Aumento de Capital, com a emissão de 95.500.607 (noventa e cinco milhões, quinhentos mil, seiscentos e sete) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 60,6230298808467. **5.2.7.** Consignar que, por força da Incorporação e considerando os efeitos do Ajuste da Relação de Substituição, o capital social da Companhia passa a ser de R$ 2.317.182.381,79, (dois bilhões, trezentos e dezessete milhões, cento e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e nove centavos) dividido em 206.489.813 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e treze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **5.2.8.** Consignar que o número de ações previsto na Consolidação do Estatuto, aprovado pela AGE 18.06.2024, não reflete o novo número de ações em que se divide o capital social da Companhia, visto não contemplar os efeitos do Ajuste da Relação de Substituição. A atualização do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo número de ações em que se divide o capital social da Companhia será objeto de deliberação na primeira Assembleia Geral que for convocada a partir da presente data. **5.3.** Autorizar os administradores da Companhia a celebrar o Termo de Fechamento a ser celebrado entre a Companhia, Grupo SOMA e seus respectivos acionistas de referência, para a formalização do fechamento da Incorporação, bem como a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada. **7. ASSINATURAS: Presidente:** José Ernesto Beni Bologna; **Secretário:** Rafael Jucá e Mello Jacometti; **Conselheiros Presentes:** Tufi Duek; José Ernesto Beni Bolonha; Guilherme Affonso Ferreira; Renata Figueiredo de Moraes Vichi; Alexandre Café Birman; Thiago Lima Borges; Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca; Rony Meisler. **Confere com o original lavrado em livro próprio.** São Paulo, 31 de julho de 2024. **Mesa: José Ernesto Beni Bologna -** Presidente; **Rafael Jucá e Mello Jacometti -** Secretário. **JUCEMG** sob o nº 11969547 assinada em 12/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SPE Turbina 16 Energia Ltda.

CNPJ/MF: 15.008.729/0001-81 - NIRE: 35.232.622.387

Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10:15, na sede social da **SPE Turbina 16 Energia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários à Sócia da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberou a favor** da declaração e distribuição de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**24.851.601,11**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**24.851.601,11**
Dividendo Intermediário (aprovação de até o montante descrito)	**24.851.601,11**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberou a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital de Social (Redução até o montante descrito)	**70.000.000,00**
Por Caixa	70.000.000,00
Cancelamento de ações/quotas?	Sim
Nº de ações/quotas a serem canceladas	**70.000.000,00**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário; **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A.** Carol Sangiovani Figueiredo, João Henrique Cavalcante.

HYPERA S.A.

Hypera pharma

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.932.074/0001-91 - NIRE 35.300.353.251 - Código CVM nº 21431

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 18 de setembro de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência. **2. Convocação e Presença**: A convocação foi realizada nos termos do artigo 21 do Estatuto Social e do artigo 18 do Regimento Interno do Conselho de Administração. Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por videoconferência: Srs. Alvaro Stainfeld Link, Bernardo Malpica Hernandez, Eliana Helena de Gregório Ambrosio Chimenti, Esteban Malpica Fomperosa, Flair José Carrilho, Hugo Barreto Sodré Leal, Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz, Maria Carolina Ferreira Lacerda e Mauro Rodrigues da Cunha. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Alvaro Stainfeld Link, que convidou a mim, Juliana Aguinaga Damião Salem, para secretariá-lo. **4. Ordem do dia:** Analisar, discutir e deliberar sobre a ***(a)*** distribuição de juros sobre capital próprio; e ***(b)*** autorização aos administradores. **5. Deliberações**: Instalada a reunião, após a discussão das matérias, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **(a) Distribuição de juros sobre capital próprio:** (a.i) Na forma do Estatuto Social da Companhia, aprovar a distribuição de juros sobre o capital próprio, de R$ 0,19534 por ação ordinária, com retenção de imposto de renda na fonte, equivalente ao montante total bruto de R$ 123.588.154,43 (cento e vinte e três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos), observado o disposto no item (a.iv) abaixo. (a.ii) O valor ora aprovado corresponde aos juros sobre capital próprio referente ao patrimônio de 2023 e, na medida do necessário, a anos anteriores ainda não pagos. (a.iii) O montante líquido a ser distribuído na forma de juros sobre capital próprio será imputado, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, ao montante total de dividendos que vier a ser declarado pelos acionistas da Companhia para o exercício social de 2024, na forma da legislação e da regulamentação aplicáveis. (a.iv) Consignar que o pagamento dos juros sobre capital próprio a serem distribuídos será realizado até o final do exercício social de 2025, em data a ser oportunamente definida pela Companhia, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final de 23 de setembro de 2024. A partir de 24 de setembro de 2024 as ações serão negociadas "ex-juros sobre capital próprio". Entre esta data e a data do pagamento não incidirá qualquer atualização monetária sobre o montante declarado. **(b) Autorização aos Administradores:** (b.i) A autorização aos administradores da Companhia para praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação tomada nos termos da presente ata. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos conselheiros presentes. **Mesa**: Alvaro Stainfeld Link (Presidente) e Juliana Aguinaga Damião Salem (Secretária). **Conselheiros Presentes**: Srs. Alvaro Stainfeld Link, Bernardo Malpica Hernandez, Eliana Helena de Gregório Ambrosio Chimenti, Esteban Malpica Fomperosa, Flair José Carrilho, Hugo Barreto Sodré Leal, Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz, Maria Carolina Ferreira Lacerda e Mauro Rodrigues da Cunha. São Paulo, 18 de setembro de 2024. *Confere com a original lavrada no livro próprio.* **Juliana Aguinaga Damião Salem -** Secretária.

PCH Holding Ltda.

CNPJ/MF: 09.640.711/0001-03 - NIRE: 35.232.541.531

Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 10h10, na sede social da **PCH Holding Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença**: Compareceu a única Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar, diante dos resultados já apurados na Sociedade evidenciando a sua capacidade financeira com data-base de 30 de junho de 2024, da declaração e distribuição de dividendos intermediários à Sócia da Sociedade, no curso do presente exercício social; e **(2)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberou a favor** da declaração e distribuição de dividendos intermediários, conforme balanço intermediário, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024, no limite dos valores descritos abaixo:

Resultado do Período	**69.552.720,31**
Provisão Reserva Legal/Contratual	–
Reversão do Resultado Abrangente	–
Resultado do Período a ser Destinado	**69.552.720,31**
Dividendo Intermediário (Aprovação de até o montante descrito)	**35.000.000,00**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. Os dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. **(2) Deliberou a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**11.000.000,00**
Por Caixa	11.000.000,00
Cancelamento de Ações/Quotas?	**Sim**
Nº de ações a serem canceladas	**11.000.000**

Os pagamentos devem ocorrer, em uma ou mais oportunidades, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo; João Henrique Cavalcante.

Siif Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda.

CNPJ/MF: 05.367.233/0001-40 - NIRE: 35.232.542.367

Ata de Deliberação da Sócia Realizada em 23 de Setembro de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 09:35, na sede social da **Siif Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II. Presença:** Compareceu a única Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **III. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo; Secretário: Sr. João Henrique Cavalcante. **IV. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da Sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. **V. Ordem do Dia: (1)** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **VI. Deliberação:** Após a análise e discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a Sócia deliberou por: **(1) Deliberou a favor** da redução do capital social da Sociedade, em razão de ser excessivo em relação ao objeto social, no limite dos valores descritos abaixo:

Valor de Redução de Capital Social (Redução de até o montante descrito)	**3.000.000,00**
Por Caixa	3.000.000,00
Cancelamento de ações/quotas?	Sim
Nº de ações/quotas a serem canceladas	3.000.000

Os pagamentos devem ocorrer em uma ou mais oportunidades até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a disponibilidade de caixa, nos termos da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. A redução do capital social se tornará eficaz 90 dias após a publicação da presente ata, sem que haja a oposição de credores e observados os requisitos do artigo 1.084 do Código Civil. Após o transcurso do referido prazo de 90 dias, a Sócia deverá ratificar a redução do capital social aprovada neste ato e aprovar a alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir o novo capital social. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. Campinas, 23 de setembro de 2024. **Mesa:** Carol Sangiovani Figueiredo - Presidente da Mesa; João Henrique Cavalcante - Secretário. **Sócia: CPFL Energias Renováveis S.A. -** Carol Sangiovani Figueiredo; João Henrique Cavalcante.